

Educar para um Outro Mundo Possível enxerga os Fóruns Sociais além de sua superfície. Gadotti percebe que o sucesso dos eventos do Fórum Social Mundial é o aspecto exterior de algo que se move nas profundezas do que chamamos política. Ele retoma, após o período opaco em que fez sucesso a hipótese do “fim da história”, o sentido essencial da idéia de utopia. Os seres humanos têm o direito de construir seu futuro, não estando obrigados a reproduzir as relações sociais em que estão imersos, nem as injustiças que elas implicam.

Seis anos após sua aparição, o *Fórum Social Mundial* parece prestes a se defrontar com seu maior debate. Como articular as múltiplas ações por um mundo novo? Como impedir que as lógicas da guerra, da mercantilização, do esvaziamento da democracia e da destruição do planeta acabem se impondo? Como evitar que o próprio altermundismo sucumba à tentação da auto-referência, esquecendo-se do quanto falta para transformar em realidade o que, por enquanto, é apenas possível?

Na construção de uma cultura política e de uma utopia, o debate de idéias e a teoria terão sempre – nunca é demais lembrar – papel central. Daí a necessidade de obras que, por sua profundidade e originalidade, desbravam caminhos e abrem horizontes. *Educar para um Outro Mundo Possível* está neste grupo. Por isso, é imprescindível.

Antônio Martins

Moacir Gadotti

Educar para um Outro Mundo Possível

O Fórum Social Mundial como espaço de aprendizagem de uma nova cultura política e como processo transformador da sociedade civil planetária

São Paulo, 2007, 1ª edição

PUBLISHER
BRASIL

Copyright © 2007 by Publisher Brasil

Editora Publisher Brasil
Rua Bruno Simoni, 170, Pinheiros, São Paulo – SP
CEP: 05424-030 Telefone: 11 3813-1836
e-mail: pbrasil@uol.com.br
www.publisherbrasil.com.br

Editor

Renato Rovai

Capa e Projeto Gráfico

Carolina Fernandes

Fotos capa

Jesus Carlos (Imagenlatina)

Paulo Pepe

Renato Rovai

Revisão

Maurício Ayer (coordenador)

Bia Rangel

Annita Costa Malufe

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gadotti, Moacir

Educar para um outro mundo possível / Moacir Gadotti. -- 1. ed.
-- São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

"O Fórum Social Mundial como espaço de aprendizagem de uma
nova cultura política e como processo transformador da sociedade civil
planetária"

Bibliografia

1. Educação – Finalidades e objetivos 2. Fórum Social Mundial 3.
Organizações não-governamentais I. Título

06-8089

CDD-370.115

Índice para catálogo sistemático:

1. Educação para a responsabilidade social 370.115
ISBN 978-85-85938-42-0

Índice

Prefácio – Um novo passo adiante – Antônio Martins	5
Primeiras interrogações	27
1. Por que devemos mudar o mundo?	37
1.1. Transformar o risco em oportunidade	40
1.2. Da antiglobalização à alterglobalização	49
2. A quem interessa mudar o mundo?	63
2.1. A força aglutinadora do Fórum Social Mundial	69
2.2. Novas formas de fazer política	79
2.3. O espírito do Fórum: espaço, processo e utopia crítica	88
3. O que é esse outro mundo possível?	97
3.1. O que há de novo no campo socialista?	99
3.2. O que produziram as utopias?	105
3.3. Um outro mundo é possível desde já	109
4. Como construir esse outro mundo possível?	119
4.1. Para que serve tomar o poder de assalto?	121
4.2. Um outro mundo é possível sem tomar o poder	126
4.3. O que esperar dos partidos políticos?	142
4.4. Não se muda o mundo sem um sonho	150
5. Espaço livre e ator político	165
5.1. Como tornar o FSM mais do que um contraponto a Davos?	173
5.2. O formato inicial do FSM estaria realmente esgotado?	179
Considerações finais – Educar para outros mundos possíveis	187
Bibliografia	193



Prefácio

Um novo passo adiante

Antônio Martins

O Fórum Social Mundial derrotou a hipótese de "fim da história" e pode ser espaço para tecer um novo projeto de superação do capitalismo.

Mas para chegar a ele será preciso superar as tradições emancipatórias que marcaram a modernidade – não regressar a elas...

Gerardo Lazzari



Lançado em janeiro de 2001, o Fórum Social Mundial (FSM) transformou-se, em pouco tempo, num elemento relevante da paisagem política do planeta – e também num fenômeno intelectual. Dezenas de milhares de pessoas participam do encontro todos os anos. Inspirados por ele, e com base em sua concepção original, que articula diversidade e ação comum, multiplicaram-se, por todo o mundo, Fóruns Sociais locais, regionais, nacionais, temáticos. Em torno desses eventos, começa a surgir uma nova cultura política, e daí decorre o interesse das ciências sociais. Centenas de trabalhos acadêmicos e dezenas de livros, em muitos idiomas, têm sido publicados sobre o tema. Duas características tornam a obra de Moacir Gadotti única e indispensável: visão histórica e sentido de práxis.

Educar para um Outro Mundo Possível enxerga os Fóruns Sociais além de sua superfície. Gadotti percebe que o sucesso do evento é o aspecto exterior de algo que se move nas profundezas do que chamamos política. Um novo projeto emancipatório está em gestação. Ele retoma, após o período opaco em que fez sucesso a hipótese do “fim da história”, o sentido essencial da idéia de utopia. Os seres humanos têm o direito de construir seu futuro, não estando obrigados a reproduzir as relações sociais em que estão imersos, nem as injustiças que elas implicam.

||

Mas só é possível resgatar a idéia de emancipação, prossegue Gadotti, porque ela está sendo, ao mesmo tempo, reinventada. Há três rupturas entre o projeto utópico que começa a nascer e o que marcou a modernidade.

Primeira ruptura: Para superar o capitalismo, não basta “conquistar” os núcleos aparentes de seu poder (o Estado e a fábrica). É preciso

enfrentar seus valores e propor uma lógica social baseada em outros, opostos. As centenas de atividades paralelas que compõem a programação dos Fóruns Sociais são um festival exuberante das iniciativas em curso, em todo o mundo, em favor desta mudança.

Questiona-se a mercantilização da vida – e se propõe, como alternativa, organizar a produção de riquezas com base na universalização dos direitos. Denuncia-se a “guerra infinita” dos EUA e a ameaça de que as relações entre os países sejam presididas pela força – e se oferece, como saída, difundir uma cultura de paz e de não-violência ativa. Reconhece-se a crise da família nuclear monogâmica – e se sugere a equidade de gêneros, o respeito a todas as orientações sexuais, a valorização dos laços pessoais baseados no afeto e na solidariedade. Apontam-se os riscos de grandes desastres naturais – e se defende um novo paradigma civilizatório, no qual a natureza seja vista como morada (não como recurso) e o ser humano como habitante (não mais explorador) do planeta. Propõem-se, para a crise dos Estados-nação, formas de democracia planetária e de redistribuição de riquezas em escala mundial. Diante da crise do domínio do Ocidente sobre o planeta e dos riscos de “choque de civilizações”, defende-se – e se pratica – o diálogo permanente entre culturas, não apenas entre as aparências de seu poder.

Segunda ruptura: A idéia de representação política está em crise. Os partidos são eficientes para comandar a luta pela conquista do Estado – por exemplo, para disputar eleições ou organizar a insurreição. Mas se a superação do capitalismo exige propor novos valores e criar permanentemente novas relações sociais, então é preciso instrumentos que despertem os cidadãos do automatismo de suas vidas cotidianas, e lhes mostrem a possibilidade de recriá-las.

Estes instrumentos são organizações autônomas voltadas para ações transformadoras. Existem às centenas, em todos os países. Assumem múltiplas formas: um movimento social que luta pela terra, um grupo ambientalista que mobiliza contra a ação devastadora de uma transnacional, uma rede feminista contra a violência doméstica e pela liberdade de orientação sexual, um grupo de jovens de periferia que exige a criação de telecentros ou promove a cultura do *rap*, uma associação de consumidores dispostos a exigir seus direitos.

As iniciativas são muito diversas, mas têm algo essencial em comum:

existem para empoderar, converter em força social a vontade de construir, por meio de ações diretas, novas relações sociais. Esta cultura nascente tem alguma identidade com a antiga tradição anarquista, porque não transfere suas esperanças, energias e responsabilidades para a conquista do Estado. Mas, ao contrário do anarquismo do século XIX, ela não rejeita as possibilidades de usar as instituições para construir novas relações sociais. Porque os direitos precisam se tornar efetivos, porque certas leis inibem a mercantilização da vida e a selvageria capitalista, porque certos governos são muito mais sensíveis que outros à ação autônoma da sociedade.

Terceira ruptura: A construção de uma nova sociedade não pode ser adiada para o momento da revolução ou da vitória eleitoral. Experiências como a economia solidária ou o *software livre* demonstram que uma lógica social pós-capitalista pode e precisa surgir, expandir-se e se desenvolver ainda quando as relações sociais hegemônicas são as capitalistas. Milhões de pessoas trabalham hoje numa fábrica recuperada, numa cooperativa autêntica ou com uma rede de desenvolvimento de soluções de informática utilizando métodos colaborativos. Ao se reproduzirem, estas experiências difundem valores de solidariedade, educam para os direitos, ensinam a empreender projetos coletivos não voltados para a acumulação egoísta de riquezas.

O pós-capitalismo também se constrói quando evitamos a mercantilização do mundo ou “libertamos” certos aspectos da vida social das relações capitalistas. No Brasil, por exemplo, os portadores de HIV recebem gratuitamente os medicamentos antivirais que permitem controlar a Aids. Isso é possível porque se organizou a transferência de uma parte da riqueza gerada pela sociedade para a garantia de um direito coletivo. Além de evitar dezenas de milhares de mortes, esta redistribuição mostra que não estamos condenados a viver sob a tirania de relações sociais baseadas no individualismo, no cálculo econômico, na competição exasperante de todos contra todos.

Relações capitalistas e pós-capitalistas conviverão provavelmente por muito tempo. Vista desta perspectiva, a revolução social, este sonho que marcou tantas gerações nos últimos séculos, ganha uma nova perspectiva. Ela não se resume à “conquista” do Estado e da fábrica. Torna-se plural. As revoluções, as grandes mudanças que produzimos na

vida social, em todos os seus aspectos. A criação de bens comuns a toda a humanidade, a desmercantilização e a garantia de acesso de todos à terra, água, saúde, educação, ao trabalho, à internet, a uma renda por cidadão capaz de assegurar uma vida digna. A mobilização contra as guerras e a criação de uma cultura de paz que se desdobre, por exemplo, na condenação da violência contra as mulheres e os seres humanos de outras etnias. O combate aos mecanismos que transformam o poder em algo cada vez mais autônomo e externo à sociedade. A multiplicação das formas de democracia direta e participativa. A liberdade de orientação sexual e o cultivo de relações pessoais baseadas no afeto, não na posse.

Não mais a revolução redentora, capaz de separar o tempo do mal do tempo do bem e, por isso, uma versão atêia do Juízo Final. Mas as revoluções humanas. O prazer de descobrir o que há por trás das relações sociais que se tornaram “naturais” e, por isso, invisíveis; de identificar, nestas relações e em nós mesmos, o que nos embrutece; de nos lançarmos ao esforço paciente, às vezes doloroso e demorado, mas sempre estimulante, de transformações e autotransformações.



Seis anos após sua aparição, o Fórum Social Mundial parece prestes a se defrontar com seu maior debate. Como articular as múltiplas ações por um mundo novo, de modo que não se percam no isolamento, que se alimentem umas às outras, que produzam um movimento de fato planetário? Como impedir que as lógicas da guerra, da mercantilização, do esvaziamento da democracia e da destruição do planeta acabem se impondo? Como evitar que o próprio altermundialismo sucumba à tentação da auto-referência, orgulhando-se das conquistas simbólicas já alcançadas e se esquecendo do quanto falta para transformar em realidade o que, por enquanto, é apenas possível?

Também neste aspecto, *Educar para um Outro Mundo Possível* é obra indispensável. Porque se dispõe ao difícil desafio de propor e buscar uma síntese entre o que o FSM tem de mais inovador – o “espaço aberto”, o respeito e o estímulo à diversidade, o esvaziamento da luta interna – e a coordenação indispensável para gerar força transformadora.

O último capítulo do livro de Moacir Gadotti intitula-se “Espaço

livre e ator político”. As palavras expressam, ao mesmo tempo, uma polémica e a busca de uma saída. Um novo “ator político” é a expressão-chave cunhada por um grupo de intelectuais e ativistas que passou a propor, a partir do Fórum Social Mundial de 2005, uma crítica conservadora ao FSM e um retorno a certas concepções que marcaram a esquerda nos séculos XIX e XX.

Este grupo, cuja iniciativa mais importante foi o chamado Manifesto de Bamako, sustenta três argumentos essenciais: 1) A diversidade sem hierarquia do Fórum Social Mundial ameaça transformá-lo num encontro folclórico, uma feira caótica de alternativas que jamais ameaçarão o capitalismo; 2) Para superar este risco, seria preciso criar, a partir da diversidade, um “ator político coletivo”; 3) A forma de fazê-lo é escolher campanhas prioritárias e tentar unir, em torno delas, o conjunto dos participantes nos FSMs.

Em janeiro de 2006, quando o FSM realizou-se pela primeira vez de forma descentralizada (ou “policêntrica”), no Mali (Bamako), Venezuela (Caracas) e Paquistão (Karachi), os partidários dessas idéias lançaram um conjunto de iniciativas visando a ampliar a repercussão de sua proposta. Em Bamako, um grupo de cerca de cem pessoas (majoritariamente intelectuais, mas também líderes de alguns movimentos sociais e dirigentes de partidos comunistas) realizou, um dia antes do FSM, uma reunião a partir da qual seria redigido o Apelo que levou o nome da cidade – um documento extenso, que apresenta, em dez pontos divididos em dezenas de subitens, uma espécie de “roteiro” para a construção de um mundo novo.

Uma operação complementar foi desencadeada em Caracas, dias depois. Os dois momentos de maior visibilidade midiática do capítulo venezuelano do FSM foram encontros com Hugo Chávez, promovidos pelos proponentes do Apelo de Bamako e alguns parceiros latino-americanos. No primeiro deles, uma atividade para milhares de pessoas, o presidente da Venezuela ecoou a tese principal do grupo, “alertando” para o risco de o Fórum se transformar em algo folclórico e sem hierarquia. O segundo momento, a última sessão da chamada “Assembléia dos Movimentos Sociais”, foi mais restrito. Chávez foi, mais uma vez, o centro das atenções. A ele, alguns líderes de movimentos sociais, previamente escolhidos, apresentaram, uma a uma, as “conclusões” do traba-

lho realizado por seu setor. Cada relato era seguido por um comentário – um estímulo ora mais caloroso, ora menos; uma pergunta; uma recomendação – do chefe de Estado.

Gadotti é claramente simpático à proposta de coordenar ações e lançar desafios mais poderosos ao capitalismo. Mas ressalta, ao longo de todo o seu livro, que as tentativas de fazê-lo retornando à tradição emancipatória que marcou a modernidade não serão eficazes para colocar o sistema em xeque, nem capazes de entusiasmar e mobilizar os sujeitos sociais que se reúnem em torno do altermundialismo.

A hierarquização de objetivos, por exemplo, está presa às idéias de homogeneidade, de representação e de tentativa de “conquistar” as fortalezas aparentes da dominação capitalista. Basta ter participado de uma única edição do Fórum Social Mundial para perceber que a homogeneização é inteiramente impossível. Como definir dez ou vinte campanhas “principais”, entre centenas ou milhares?

Basta ter enxergado o que há por trás de cada participante para compreender que, ainda que hipoteticamente impossível, seria um esforço inútil e patético. Acaso uma ONG dedicada à luta pela preservação de uma espécie ameaçada de extinção abriria mão deste esforço para se dedicar à reforma agrária, caso sua campanha não estivesse entre as “dez mais”? Ou, invertendo o raciocínio: os sem-terra passariam a priorizar, digamos, a liberdade de orientação sexual?

Basta ser de fato favorável à emancipação social (ao invés de fiel às formas que ela assumiu no passado) para dar-se conta de que este esforço insano seria também um desperdício. Porque, ao basear-se na crítica à lógica social do capitalismo, na ação transformadora autônoma e diversa de múltiplos sujeitos e na possibilidade de construir desde já uma sociedade baseada em outros valores, a nova cultura política está aberta a um tipo de coordenação muito mais rico, criativo, estimulante e vivo que o anterior.

IV

Um novo projeto emancipatório exige novas formas de coordenação entre os que nele estão envolvidos. Sendo distintos os objetivos, assim serão também as relações, os métodos e os instrumentos. O jogo da dis-

puta do poder é regido por uma lógica de exclusões, hierarquias e verdades únicas. Poder, mesmo que democrático, significa autoridade sobre. Não pode, portanto, ser exercido por todos. Para conquistá-lo e conservá-lo, são necessários partidos políticos, que, por definição, representam uma parte da sociedade¹. Há sempre um caminho mais correto para o poder (a revolução ou a via institucional; uma determinada estratégia ou outra etc.), uma resolução final de um congresso, uma proposta vencedora numa votação, uma corrente mais esclarecida, uma direção, um dirigente mais preparado que os demais. O exercício requerido é escolher (ou, ainda melhor, ser escolhido...) e a habilidade necessária, a de triunfar.

O esforço para que uma nova lógica social desponte, se desenvolva, apresente sua viabilidade, conquiste apoio e se reproduza precisa ser, ao contrário, sempre inclusivo. É necessário estimular o maior número possível de pessoas para adotá-la, mostrar que ela se baseia em valores mais avançados, assegurar que ela alcance a massa crítica necessária para evoluir de um sonho a uma proposta viável. Se esta lógica é fundada em valores como a solidariedade, a paz, a igualdade e os direitos, então este esforço precisa incluir (para não criar uma armadilha para si próprio) o desenvolvimento de relações e instrumentos de idêntico sentido: o consenso, a rejeição ao culto da personalidade, a estrutura em rede, a não-hierarquização, o “código aberto” – ou seja, liberdade de apropriar-se sem ônus do trabalho feito antes, adaptá-lo, transformá-lo e passá-lo adiante.

Horizontalismo, autonomia, solidariedade e cultura de paz não significam, contudo, ingenuidade, nem suposição de que um mundo novo será criado pela força do pensamento positivo. Abrir caminho para a emergência de uma nova lógica social exige estudo da realidade, formulação de alternativas, comunicação, criação de sinergias, pensamento estratégico e tático. Em outras palavras, exercício permanente de inteligência coletiva – algo ainda mais necessário num momento em que parecem inesgotáveis o apetite do capitalismo por mercantilizar todos os aspectos da vida e sua disposição para recorrer à violência.

¹ São muito interessantes as reflexões de Fidel Castro sobre a divisão permanente que o sistema de partidos tende a provocar nas sociedades. É interessante notar que o mesmo Fidel não é capaz de enxergar (ou, ao menos, de reconhecer...) como também os partidos “revolucionários” cumprem tal papel.

Gadotti não descreve, em *Educar para um Outro Mundo Possível*, os caminhos para a articulação deste novo projeto. Mas ele tem trabalhado incessantemente em sua construção, nos últimos meses. Treze anos após o levante zapatista e seis desde o primeiro Fórum Social Mundial, pelo menos cinco tipos diferentes e coordenados de ações inovadoras parecem essenciais para que o altermundialismo dê um novo passo adiante: 1) Estimular a coordenação horizontal e não-hierárquica e a geração de sinergias entre as ações transformadoras; 2) Construir, a partir dos valores contra-hegemônicos e da experiência das ações locais, propostas concretas de transformação social em escala planetária; 3) Criar mecanismos horizontais de comunicação que permitam ao Fórum Social Mundial superar a fase de evento e passar à de processo permanente; 4) Estimular o surgimento de múltiplos centros de análise da conjuntura mundial, que ofereçam pistas sobre temas em torno dos quais seja mais urgente a formulação de alternativas, e sobre regiões do mundo e setores sociais entre os quais o altermundialismo tenha melhores condições de se expandir; 5) Consolidar a identidade da proposta altermundialista, apresentando-a claramente como alternativa para um planeta ameaçado pela miséria, barbárie e devastação e diferenciando-a claramente, ao mesmo tempo, do projeto emancipatório anterior.

V

O primeiro desafio é, decerto, uma alternativa ao caminho proposto pelo Apelo de Bamako. Além de ferir a diversidade que dá vida aos Fóruns Sociais, a simples escolha de um conjunto de campanhas “centrais” nada acrescenta ao que centenas ou milhares de iniciativas já haviam elaborado. É, para usar um conceito feliz de Boaventura de Souza Santos, um exercício de parasitismo da teoria sobre a prática. Ou uma caricatura do papel antes exercido pelas vanguardas, na qual estas mantêm a intenção de dirigir os movimentos, a retórica e os cacoetes associados a este papel – mas já não vão à frente e, sim, na retaguarda de quem supostamente deveriam orientar.

O esforço de formulação política, do qual nenhum projeto emancipatório pode prescindir, precisa assumir, na nova fase, outro caráter. Se o objetivo não é a conquista do poder, mas a multiplicação de uma nova

lógica social, já não se trata de **priorizar** algumas poucas iniciativas em relação às demais, mas de estimular a qualificação permanente de **todas** elas. O jogo é mais complexo, mais intrincado e mais instigante que a antiga função de **dirigir** – e tem a vantagem adicional de poder ser praticado por um número sempre maior de parceiros.

Qualificar iniciativas significa valorizá-las em sua especificidade e, ao mesmo tempo, identificar meios de associá-las a outras. Ao articular-se, uma iniciativa não perde força nem sentido próprio. Ao contrário: ganha apoio, visibilidade, comunicação, idéias. Tomem-se, como exemplo, as campanhas que as comunidades que povoam o Parque Nacional do Jaú (Amazonas, Brasil) fazem, em conjunto com certas ONGs, para criar e viabilizar cooperativas de extrativismo sustentável, ao longo do Rio Negro. Convenhamos: não estariam, tudo indica, entre as prioridades de um novo Apelo de Bamako. Mas, ao invés de considerá-las “menos urgentes”, por que não sugerir aos que nelas se empenham que também a associem a iniciativas menos locais, mais capazes de favorecer novas alianças e de resultar em conquistas mais sólidas e universais?

Há inúmeras maneiras de fazê-lo, no ambiente dos Fóruns Sociais. Entre muitas outras hipóteses, as comunidades envolvidas podem somar-se a outros grupos envolvidos com a economia solidária e reivindicar que o BNDES – o banco de desenvolvimento brasileiro – redirecione para estas práticas recursos que hoje financiam as transnacionais instaladas no Brasil. Podem requerer, em conjunto com mais organizações que reúnem os povos da floresta, que o governo do Amazonas, ao invés de incentivar a abertura de *resorts* de luxo para turistas endinheirados, facilite viagens sustentáveis de jovens voluntários interessados em estabelecer colaboração e trocas culturais com os povos da floresta. Podem articular-se com a constelação de entidades e redes mundiais interessadas em resistir às tentativas da OMC de mercantilizar o mundo e propor novas regras para o comércio internacional.

VI

Quem semeia sonhos entres as sociedades precisa agir para torná-los reais – sob pena de, fiança conquistada, provocar frustrações e desencantos. A formulação de alternativas planetárias, segundo desafio que

o altermundialismo tem diante de si, é possível graças à crise de hegemonia ideológica do capitalismo. À medida que vão ficando claros os efeitos devastadores de suas políticas, uma parcela crescente da opinião pública, em muitos países, torna-se receptiva a propostas que se baseiam em outros valores. Esta abertura é ainda maior porque há cada vez mais sinais (risco de crise ambiental, conflitos intercivilizatórios que se agravam, pandemias fora de controle) de que o sistema já começa a perder o fôlego necessário para manter sua própria dominação num ambiente minimamente civilizado e sustentável.

Porém, quanto mais largo for o apoio alcançado pelo altermundialismo, mais necessário será ir além da mera resistência. As sociedades não se mobilizam abstratamente em favor de valores contra-hegemônicos. É preciso formular propostas concretas e afirmativas que os materializem. Já não basta condenar a dívida pública e a chantagem exercida sobre os países do Sul pelo FMI e Banco Mundial. O sucesso e popularidade do microcrédito e dos “bancos éticos” convidam a propor, em escala planetária, um novo sistema financeiro, voltado para a redistribuição de riquezas e a viabilização de projetos autônomos de países, regiões, comunidades.

As campanhas que paralisaram a “rodada de Doha” da OMC e inviabilizaram a Alca, ao despertar a opinião pública para o caráter desumanizador do “livre” comércio, têm enormes méritos. Mas não seremos capazes de criar o pós-capitalismo enquanto nos limitarmos a **responder** às ameaças do sistema. A opção crescente das sociedades por produtos orgânicos, certificados ambientalmente ou produzidos em condições de respeito aos direitos sociais revela que há espaço para propor um novo sistema internacional de comércio, que crie condições para reduzir a desigualdade entre os países (por meio de um sistema de preferências tarifárias em favor destas nações), estimule a proteção do ambiente e o trabalho digno (utilizando-se de certificações a alíquotas de importação favoráveis, por exemplo) e dissuada (por meio de sobretaxas) do *dumping* social e da devastação da natureza.

A articulação horizontal e não-hierárquica entre as iniciativas de transformação social, vista no tópico anterior, permite formular políticas alternativas planetárias em múltiplos aspectos da vida social. Como reorganizar o trabalho para que os ganhos gigantescos permitidos pela automação sejam apropriados pelas sociedades (graças a jornadas de

seis horas, semanas de quatro dias, férias de três meses ao ano...) e não pelo capital (que usa o desemprego como chantagem para subjugar os assalariados e reduzir salários e direitos)? Como democratizar a esfera internacional de poder, surgida com a globalização, substituindo as instituições multilaterais tecnocráticas (FMI, Banco Mundial, OMC, Comissão Européia, Conselho do Mercosul etc.) por mecanismos mundiais de coordenação de políticas, de caráter pós-estatal?

Como instituir um sistema de impostos internacionais que redistribua riquezas, levante recursos para enfrentar problemas diante dos quais os Estados nacionais vão se tornando impotentes (as pandemias, as crises financeiras, o aquecimento da atmosfera) e desestimele progressivamente, via tributação, práticas como o consumo de combustíveis fósseis, ou a produção de resíduos nucleares? Que caminhos podem levar a um sistema monetário que supere a supremacia do dólar? De que maneira as sociedades civis de países cujos Estados encontram-se em rota de confronto podem criar ambientes de entendimento capazes de evitar as guerras? Como estabelecer diálogos interculturais que desarmem um conflito de civilizações entre o Ocidente e o mundo árabe – uma bomba-relógio deliberadamente armada pelos fundamentalistas dos dois lados?

Quantas perguntas ainda há por formular? Basta olhar para a nova realidade sem a perspectiva do velho projeto emancipatório para enxergar: do ponto de vista programático, o grande passo adiante que o altermundialismo tem diante de si não é hierarquizar propostas de resistência – mas desenvolver, a partir das ações transformadoras já em curso, e com base em valores contra-hegemônicos, múltiplas alternativas globais.

Tantas perguntas quantas forem possíveis. Se uma nova lógica social pode ser construída desde já, como vimos antes, então seria interessante estimular um choque cultural no altermundialismo. Já não se trata de acumular forças para a grande transformação que virá num futuro incerto. Trata-se de construí-la, desde já, nas ações e posturas que adotamos todos os dias e na formulação de alternativas que se tornarão viáveis quando reunirmos força e consciência social para promover grandes mudanças. Pôr fim ao divórcio entre cotidiano e ruptura, entre os que agem e os que formulam.

Num paradoxo apenas aparente, aceitar, de muito bom grado, as

contribuições dos intelectuais orgânicos dispostos a localizar ausências nas ações dos movimentos e modos de preenchê-las. Como Riccardo Petrella, que lançou, no I FSM, um apelo mundial para que a água – suas fontes, seus sistemas de abastecimento – seja considerada bem comum da humanidade, não privatizável e acessível a todos, independentemente de capacidade econômica. Seis anos depois, o tema, então praticamente desconhecido, desdobra-se em centenas de campanhas e é parte da agenda da sociedade civil em todo o mundo.

VII

O terceiro grande desafio que o FSM tem diante de si – o da intercomunicação – está relacionado com a própria necessidade (sempre enunciada, nunca ainda realizada) de transformar os Fóruns Sociais num processo permanente, não apenas num evento.

O próprio sucesso do FSM-evento indicava, desde o início, a necessidade de superar esta forma limitada de articulação. Porque, se articular uma diversidade tão vasta de sujeitos sociais fazia sentido, então era preciso que esta articulação fosse algo ininterrupto, não mais limitado a seis dias por ano.

A chave para passar ao FSM-processo é o mundo virtual. O contato presencial é insubstituível – mas isso não significa que os movimentos e organizações ligados ao altermundialismo possam limitar-se a ele. Para multiplicar os diálogos, o trabalho em rede, a análise e a formulação política coletivas, a construção de agendas de ação comum, é preciso criar sistemas que substituam, na maior parte do tempo, os encontros físicos, que exigem viagens intercontinentais.

Também aqui, o caminho precisa ser o da horizontalidade – e, neste caso, uma necessidade concreta do altermundialismo irá se entrelaçar com uma mudança tecnológica já em curso, cujos resultados estão, contudo, em aberto. O paradigma da comunicação de massa, que prevaleceu desde a invenção dos tipos móveis, por Gutemberg, será rapidamente substituído, nos próximos anos, pelo da comunicação personalizada e participativa. Os *blogs*, a *Wikipedia*, o *YouTube* são o primeiro sinal de mudança. Novas tecnologias permitirão que os seres humanos deixem de ser simples consumidores passivos de notícias e se transformem em

produtores de idéias, informações, interpretações. Os grandes (e poucos) sistemas verticais de produção de conteúdo (como as redes mundiais de TV, as agências de notícias com correspondentes em dezenas de países ou as redações com centenas de jornalistas) serão incapazes de concorrer com um ciberespaço povoado por centenas de milhões de informadores e criadores.

Essa transição é provavelmente irreversível; mas seu sentido, incerto. A comunicação de massa organizava, de modo hierárquico, o debate político e a construção do imaginário coletivo. Em sua ausência, poderá emergir um caos atomizante: todos somos produtores de conteúdo, mas em nenhuma parte se abre um terreno de diálogo e cada um acaba se fechando em si mesmo. A construção do futuro fica entregue ao capital.

Mas a alternativa pode ser, também, o fim do oligopólio das narrativas; o reencontro entre o fazer e o relatar; visões de mundo enriquecidas por múltiplos pontos de vista articulados entre si; um espaço de debate público livre dos limites e vieses ideológicos impostos pela mídia. Por isso, estender o Fórum Social Mundial para o terreno da virtualidade e da interação significa muito mais do que criar “instrumentos” de comunicação para o altermundialismo. Equivale a convidar milhares de organizações envolvidas na criação de um mundo novo a compreender a necessidade de participar de uma disputa que será essencial para o futuro da política e da democracia.

Um FSM virtual funcionará, evidentemente, em regime de “código aberto” e com base na filosofia *wiki* – ou seja, autoria e edição compartilhadas. Três projetos iniciais poderiam inaugurá-lo: uma rede social semelhante ao Orkut, porém voltada especificamente para a intercomunicação entre organizações e pessoas interessadas no altermundialismo; um *site wiki stricto sensu*, em que seja possível construir coletivamente projetos ligados a uma nova lógica social e planos de ação comuns; e um *site* que reúna e organize, por meio dos sistemas de republicação automática (RSS), a vastíssima produção das mídias alternativas e centros de estudos ligados à construção de outra sociedade.

A rede social é o sistema que melhor simula, no mundo virtual, o ambiente do Fórum Social Mundial. Nela, cada organização ligada ao altermundialismo deve ter condições de expor, facilmente, alguns traços essenciais de sua identidade: sua natureza, os objetivos gerais a que

se propõe, que atividades pretende organizar nos Fóruns-evento que se seguirão, em que iniciativas concretas está presentemente engajada, que pontos de sua agenda gostaria de compartilhar.

Um sistema poderoso de palavras-chave e buscas permitirá localizar objetivos comuns, propor ações conjuntas, aderir a iniciativas em curso. Será possível localizar, por exemplo, que organizações atuam, em toda a América Latina, contra o saque do patrimônio genético das grandes reservas de biodiversidade; quais entidades pretendem debater, no FSM 2008, estratégias para assegurar o direito à união civil entre casais homossexuais; quais as formas de participar, em Túnis, do próximo Dia Internacional das Mulheres.

A participação não deve se limitar às organizações. As redes sociais precisam da ação de indivíduos, que podem propor e atuar de forma permanente, sem esperar por decisões das organizações a que pertencem. Os indivíduos somam-se livremente a grupos de interesse ou “comunidades”. Num sistema ligado ao altermundialismo, pessoas de muitos países e organizações podem, por exemplo, formar comunidades para articular uma mobilização contra a próxima reunião do G-8, marcada para acontecer num *resort* na costa alemã do mar Báltico; para trocar informações sobre a ação de uma determinada transnacional, em todas as partes do mundo; para acompanhar o debate, nos parlamentos, sobre as iniciativas em favor do tributo internacional sobre transações financeiras.

O *site wiki* permitiria que uma determinada organização ou autor propusesse, para debate, um texto qualquer – digamos, uma proposta para que redes de educadores e desenvolvedores de *softwares livres* desenvolvam em conjunto sistemas interativos e inovadores de ensino a distância. Esta proposta poderia ser aperfeiçoada por meio de contribuições vindas de todas as partes do mundo, como é comum nos sistemas *wiki*. Além disso, seria possível (como na *Wikipedia*) “lincar” o projeto a outros também em desenvolvimento. Por exemplo: quando o leitor deparasse, no texto original, com a expressão “defesa do sistema público de ensino”, poderia dirigir-se instantaneamente a outro texto coletivo, que tratasse deste tema correlato.

Haveria ainda a rede que reuniria as notícias e análises das publicações alternativas e os trabalhos lançados por organizações que desenvolvem estudos sobre temas específicos. Esta rede poderia tirar proveito de

um fenômeno pouco conhecido, mas muito relevante. Espalharam-se pelo mundo, nos últimos 15 anos, milhares de iniciativas independentes (jornalísticas ou de investigação) que procuram enxergar e descrever o mundo sem os limites e distorções da mídia de mercado. Algumas delas tornaram-se capazes de produzir informação muito relevante sobre temas cruciais para um novo projeto emancipatório: comércio mundial, por exemplo. No entanto, são conhecidas, em geral, apenas pelo público que atua nos temas a que se dedicam.

Esta segmentação é um limitante e um desperdício de esforços. Construir uma nova lógica social exige romper compartimentações e corporativismos, para conhecer o mundo como um todo. Ao reunir múltiplos temas num único ponto do ciberespaço, o novo *site* tornará acessíveis a um público muito mais amplo análises críticas, informações relevantes sobre a globalização e as alternativas, o mundo visto a partir de diversos ângulos do altermundialismo. Mas esta iniciativa terá também grande efeito sobre os que trabalham com informação alternativa. Ao terem a possibilidade de dialogar além de seu universo particular, eles serão tentados a abandonar o particularismo que marca, em certos casos, sua produção e a se dirigir a todos os que agem por um mundo novo.

O surgimento de um FSM-processo, permanente e virtual, requalificará os FSM-evento. Estes tendem a se tornar insuficientes e obsoletos, na condição de momentos únicos de articulação do altermundialismo. Porém, podem assumir dois outros papéis de enorme importância. Devem ser o momento no qual se apresentam, difundem e debatem os resultados do trabalho que as redes e organizações realizaram, ao longo de todo o ano, em favor de uma nova sociedade. Oferecem a possibilidade única do encontro presencial, em que se confirmam as antigas cumprimentos e se iniciam novas. Tanto umas quanto outras permanecerão ativas, quando o evento terminar, graças ao FSM-processo.

Além disso, são imprescindíveis para a expansão do processo. Nas regiões onde o altermundialismo ainda não é suficientemente conhecido, um Fórum Social Mundial, continental, nacional ou temático é a melhor forma de apresentá-lo. O formato autogestionado do evento e as articulações horizontais que ele estimula são uma maneira eloqüente e didática de demonstrar a possibilidade de uma nova cultura política.

VIII

O quarto grande desafio é desenvolver, em bases não-dirigistas, capacidade de analisar as grandes tendências de cada período, de desenhar cenários, de pensar estrategicamente sobre o futuro do planeta e do próprio Fórum Social Mundial. Na tradição emancipatória anterior, estes papéis cabiam tipicamente à direção dos partidos. Era uma relação que separava de forma estanque o agir do pensar e do decidir. Além disso, eram estratégias (e táticas) únicas. Uma vez adotadas pelo partido, deveriam ser seguidas por todos os seus membros – porque estavam voltadas fundamentalmente à “tomada” do poder, algo que exige uma grande concentração de forças.

Nada disso significa, contudo, que a formulação de estratégias seja pouco importante ou, por natureza, uma ação autoritária. Ela pode ser, ao contrário, um exercício de reflexão sobre o mundo. Um afastamento das pressões do dia-a-dia, que permite enxergar de forma crítica os papéis que estamos cumprindo e, eventualmente, alterar nossa forma de atuar – ou, se for o caso, nosso próprio personagem. Um esforço que se faz também coletivamente, para que a análise leve em conta diversos pontos de vista e se enriqueça de múltiplos saberes. Algo que não resulta em diretivas, mas em visões, oferecidas a todos, usadas por cada organização ou pessoa segundo seu próprio critério.

Esse tipo de pensamento estratégico poderia informar o altermundialismo sobre temas de enorme relevância para a ação transformadora. Diversos tipos de saber poderiam ser convocados para examinar temas cruciais, como o sistema financeiro e suas relações com as sociedades. Seria possível debater, por exemplo, qual a intensidade das pressões a que estará submetida, nos próximos anos, a ordem financeira mundial – que tem por centro a moeda de um Estado cada vez mais dependente de recursos externos. Onde estão os possíveis pontos de ruptura? Quais seriam as conseqüências sociais de um possível colapso? Há condições de estimular, na área do euro, um processo de mobilização que alerte para tais conseqüências – e, portanto, para a necessidade de uma nova ordem financeira mundial? Como os sinais crescentes de insustentabilidade da ordem atual poderiam despertar, na América Latina, um novo questionamento da dívida? Quais as bases possíveis de uma nova ordem? Como

desenhá-la, para que estimule fluxos estáveis de recursos para os países do Sul, forneça lastro para os sistemas de Previdência Social e financie grandes projetos comuns da humanidade – digamos, o controle da Aids na África e a recomposição do tecido social dizimado pela epidemia?

Não é possível responder questões de tal profundidade de maneira improvisada, no espaço de um seminário de oito horas, ou com discursos genéricos, vazios ou de simples resistência. É preciso definir claramente temas de estudo, construir hipóteses de trabalho, realizar investigação exaustiva, projetar cenários, formular propostas. Requerem-se conhecimentos multidisciplinares, diálogo constante entre ativistas e intelectuais, seminários, publicação de textos preliminares. A forma de organização mais adequada para promover tal tipo de esforço são os *think-tanks*, que podem ser instituições autônomas ou grupos de trabalho criados por entidades ou redes já existentes.

O altermundialismo já começou a enxergar a importância de formular pensamento estratégico. Está se tornando comum, por exemplo, promover, às vésperas das conferências ou rodadas de negociação internacionais a que a sociedade civil tem acesso, reuniões preparatórias cada vez mais interessantes. Nelas, redes ligadas a diversos setores sociais compartilham conhecimento, dialogam com especialistas, buscam definir objetivos comuns, preparam-se para intervir.

Seria ótimo que esta cultura se espalhasse; que não se limitasse aos momentos em que é preciso responder a uma iniciativa externa; que visasse a, além de dar respostas a problemas imediatos, construir ações comuns de longo prazo; que colocasse em pauta tanto as ações transformadoras quanto a própria expansão dos Fóruns Sociais. Por exemplo: como torná-los uma referência nos Estados Unidos, onde múltiplos movimentos continuam ativos – e alguns, como o dos migrantes, são cada vez mais articulados e capazes de grandes ações? Como propor, em alternativa às propostas sempre limitadas e ambíguas de “ajuda internacional” à África, um conjunto de políticas internacionais que impliquem redistribuição real de riquezas e empoderamento dos movimentos do continente? Como retomar ações internacionais do mundo do trabalho, rompendo as barreiras que hoje separam sindicatos tradicionais, migrantes e trabalhadores informais? Como dialogar com os movimentos sociais do mundo árabe ou da China?

Muitas vezes espera-se, no próprio ambiente do Fórum Social Mundial, que estas respostas partam do grupo de entidades brasileiras que iniciou o processo ou de seu Conselho Internacional. É uma expectativa vã. Também aqui é preciso apostar na horizontalidade. As mesmas organizações que já desencadeiam múltiplas ações transformadoras precisam dedicar-se a produzir pensamento estratégico sobre o futuro do planeta e os caminhos para construir uma nova lógica social. Podem fazê-lo promovendo seminários dedicados a temas candentes; formando grupos de estudo; criando, se possível, *think-tanks* permanentes. Será ainda melhor se tais iniciativas forem produto de esforços coletivos de grupos de organizações ou redes: a diversidade ajudará a enxergar os problemas sob vários ângulos. A informação sobre estes esforços – pelos meios de que as redes já dispõem hoje ou, ainda melhor, pelos sistemas de intercomunicação que vierem a ser criados no âmbito do FSM – é essencial. Ela ajudará a difundir a possibilidade e o prazer de mudar o mundo refletindo constantemente sobre nossa própria ação.

IX

Talvez nenhum desafio seja tão dramático, na construção de um mundo novo, quanto o de superar os velhos paradigmas. Mesmo quando a experiência prática demonstra que as antigas teorias já não servem, e começamos a refletir sobre a necessidade de buscar novas, ainda enxergamos a realidade com os olhos, os nomes e os esquemas mentais do passado. Criar novos conceitos foi sempre uma tarefa árdua, de que são testemunho certas construções curiosas. O filósofo colombiano Pedro Santana, um dos animadores da ONG Viva la Ciudadanía, explica que a expressão soberania popular surgiu, nos primórdios da modernidade, porque era preciso expressar o direito dos povos de governar a vida coletiva – mas era impossível nomear esta faculdade sem associá-la de alguma maneira ao... soberano.

A cultura altermundialista tem produzido, com frequência cada vez maior, uma enorme quantidade de fatos sociais – alguns de repercussão planetária. Maior manifestação política da história, as marchas contra a guerra do Iraque, que reuniram 30 milhões de pessoas em 15 de março de 2003, surgiram numa atividade auto-organizada no I Fórum Social

Europeu, difundiram-se no III FSM e foram organizadas de forma autônoma em cerca de 3 mil cidades, de mais de 100 países. Em maio de 2004, o governo do então primeiro-ministro espanhol José Maria Aznar caiu após uma série de mobilizações de rua que denunciaram a tentativa de explorar eleitoralmente os atentados contra trens em Madri. Tais protestos não foram convocados pelos partidos de oposição, mas por cidadãos comuns, em sua maioria jovens, que usaram como meio mensagens de texto enviadas a partir de telefones celulares.

Dois dos principais fatos políticos de 2006 – a revolta dos secundaristas chilenos (apelidados de “pingüins”) contra a “reforma” privatizante da Educação em seu país e a greve de centenas de milhares de migrantes, nos EUA – foram organizados por redes horizontais, não-hierárquicas, articuladas com emprego intensivo da internet.

No entanto, o imaginário da emancipação está colonizado pela antiga tradição. Nos livros de história, nos romances, nos filmes, nas histórias em quadrinhos, as transformações sociais são quase sempre vistas como momentos mágicos, que se produzem graças à sapiência de partidos políticos clarividentes e a atos heróicos de líderes obstinados. Cartazes, camisetas e tatuagens celebram estes heróis. As articulações horizontais são uma novidade ainda muito pouco trabalhada no universo dos símbolos. E as múltiplas ações e atitudes que dão cor a nossa vida, ao resgatá-la do mundo automático e cinzento da mercadoria – estas são classificadas num nível que não se mistura jamais com o da política. É como se participar da construção de uma rádio comunitária, atuar numa ONG que orienta mulheres vítimas de violência sexual, implantar coleta seletiva de lixo num bairro qualquer ou ouvir e reanimar, numa mesa de bar, alguém ferido pela vida não fossem, além de prazeres, formas muito concretas de criar novas relações sociais.

Será assim, por algum tempo. O imaginário acumula o peso dos séculos e a mudança de mentalidades é um processo em que cada passo é uma batalha. Por isso mesmo, o quinto grande desafio do altermundialismo – e o que articula todos os demais – é construção de sua identidade comum: a nova cultura política, a possibilidade de outro projeto utópico. Para dialogar com John Holloway, a idéia de que é possível mudar o mundo construindo permanentemente novas formas de contrapoder. E a noção de que esta atitude é, num planeta ameaçado, alternativa con-

creta tanto à barbárie do Império quanto ao retrocesso representado pelos fundamentalismos.

Os Fóruns Sociais são um espaço essencial para alimentar esta identidade. Neles está presente também a tradição emancipatória da modernidade – e é excelente que seja assim. Um dos grandes sinais de vitalidade do altermundialismo é o fato de dispensar a negação do outro (algo que anarquismo e marxismo, por exemplo, praticaram reciprocamente, no século XIX), a capacidade de conviver com outras sensibilidades sem oprimi-las e sem se diluir.

Mas não deve haver ingenuidade: defender o caráter horizontal, não-hierárquico e auto-organizado do FSM exige esforço permanente. Desde 2001, houve freqüentes tentativas de “conquistá-lo”, de reintroduzir nele os métodos do dirigismo, do partidarismo, da representação. Elas prosseguirão, porque a disputa de poder é inerente à cultura anterior. O melhor antídoto é esvaziar cada vez mais as arenas de disputa interna, substituindo-as por mecanismos de participação autônoma. A decisão de realizar, em 2005, de um FSM “100% auto-organizado” encerrou, no Conselho Internacional do Fórum, uma disputa desgastante e potencialmente perigosa, em torno de quem deveriam ser, a cada ano, os convidados para atividades “centrais”.

Na simbologia da transformação social, a ocupação das ruas teve, em todas as épocas, um lugar de destaque. O altermundialismo já reúne densidade para propor um dia planetário de mobilizações por um mundo novo. Seria algo capaz de reunir, em milhares de cidades, todas as tribos, projetos, objetivos e sensibilidades que se reconhecem nos Fóruns Sociais – ou, simplesmente, todas que se julgam capazes de agir, de alguma maneira, por uma sociedade justa. Não teria como tema uma campanha, mas valores. Algo como uma Marcha da Dignidade, onde cada pessoa, organização ou rede compareceria com suas propostas, formas de expressão e símbolos. Marchas horizontais, sem carros de som centralizando palavras de ordem, porque feitas de múltiplos protagonismos. Onde cada um é tão importante quanto todos; e é, ao mesmo tempo, indivíduo e multidão. Atos que expressem a diversidade do altermundialismo, seu espírito aberto a todas as formas de ação re-humanizadora, sua capacidade de ser alternativa para o planeta.

Na construção de uma cultura política e utopia, o debate de idéias

e a teoria terão sempre – nunca é demais lembrar – papel central. Daí a importância de estimular a multiplicação de trabalhos sobre o Fórum Social Mundial. Mas daí, também, a necessidade de obras que, por sua profundidade e originalidade, desbravam caminhos e abrem horizontes. *Educar para um Outro Mundo Possível* está neste grupo. Por isso, é imprescindível.

Primeiras interrogações

"O mundo não é.
O mundo está sendo."¹
Paulo Freire



Renato Rovai

Este livro começou com uma caminhada numa manhã chuvosa, depois de tomar um cafezinho na Padaria Leticia da rua Cerro Corá, em São Paulo, a 200 metros do Instituto Paulo Freire. Voltando para o prédio do IPF eu estava pensando no **Fórum Social Mundial**, pensando no seu lema: “um outro mundo é possível”. Várias dúvidas me assaltavam. Seria possível um mundo de todos, sem opressores?

Perguntei, então, para Ângela Antunes, que estava caminhando comigo: “Você acha possível mudar o mundo”? Ela me respondeu: “Só consigo viver acreditando nisso”! Se a vida pode ter um sentido pleno é para isso que ela serve: para deixar o mundo um pouco melhor do que o encontramos. Essa não é a missão de uns poucos heróis, de uns poucos militantes. É a tarefa de todos nós, de todas as pessoas. A bola está conosco. A bola já vem rolando há tempos. Estamos num processo de transformação que não está começando conosco. Nós fazemos parte de um sonho que ultrapassa nossa geração².

Há quem ache que está construindo um mundo melhor combatendo o terrorismo por meio da guerra, um combate ineficaz que fortalece

¹ Este é um dos pensamentos mais expressivos de Paulo Freire, contido no seu último livro *Pedagogia da autonomia* (1997, p. 85). De uma forma concisa e precisa Paulo Freire coloca um princípio fundamental de toda ação transformadora. Tomo de empréstimo esse princípio para introduzir este livro como uma homenagem a ele, buscando demonstrar a atualidade e a justeza de seu pensamento, apropriado ao grande movimento sociocultural transformador iniciado pelo Fórum Social Mundial. O FSM nasceu alguns anos depois de sua morte, mas, certamente, tem muito a ver com a história de vida de Paulo Freire, a história da educação popular e de lutadores como Betinho, Florestan Fernandes, Perseu Abramo e Milton Santos, entre outros.

² Gostaria, antes de mais nada, de agradecer a duas pessoas que muito contribuíram para que eu pudesse escrever este livro. A primeira é Salete Valezan Camba, incansável lutadora por um outro mundo possível, diretora de Relações Institucionais do Instituto Paulo Freire, da Secretaria Executiva do Fórum Mundial de Educação e membro ativo do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial. A outra pessoa é Kátia Dudyk, da Secretaria Executiva do Fórum Mundial de Educação e do Fórum Social Brasileiro, jovem comprometida na luta por um mundo justo e solidário e também membro ativo do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial.

o próprio terrorismo, como o demonstrou a “doutrina” Bush³. A guerra global ao terrorismo está globalizando o terrorismo. Ver o terrorismo de um lado só (o lado islâmico) é não ver o lado imoral e perverso do terrorismo de estado e do fundamentalismo econômico que o produz. Os interesses econômicos capitalistas, apropriando-se do estado e garantindo esses interesses pela força, também podem ser considerados como uma forma de terrorismo.

Mudar o mundo! O mercado, nas suas origens, veio para mudar o mundo, rompendo com os privilégios da nobreza e do clero⁴. E de fato o mudou, mas acabou instaurando um outro mundo de privilegiados. Hoje precisamos de algo como foi, no passado, a idéia de mercado – essa “mão invisível”, tal como já foi definido, que muda. Só o invisível muda, tem o poder de mudar, o que é visível. E não se trata só de princípios e valores. Alguns chamam esse invisível de luta de classes, outros de ideologia, outros de espiritualidade, de utopia, de consciência coletiva. O invisível vai muito além dos interesses individuais, grupos ou classes, e também muito além de qualquer concepção idealista de transcendência. Refiro-me aqui a um invisível criado pelo coletivo dos seres humanos. Só a cooperação, a simbiose, é transformadora.

Nas várias edições do Fórum Social Mundial, momentos de reencontro pela vida, pela luta, pela resistência, ouvimos a toda hora: “outro mundo é possível”. Quando alguém olha para qualquer um dos seus auditórios, sempre lotados, se emociona e se pergunta: “o que está nascendo de novo neste espaço”? A certeza é que algo está acontecendo, embora não esteja tão visível. As respostas não são muitas. Há mais

³ Mas pior do que a “doutrina” Bush é quem votou em Bush: “Os jovens norte-americanos são os maiores ignorantes do século XXI. Li uma pesquisa sobre o que o jovem colegial norte-americano conhece sobre o mundo e o resultado é deplorável. Ele é um absoluto analfabeto” (Brandão, 2004, p.4). Tanta ignorância é explicada pelo grande educador norte-americano Michael Apple em seu livro *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade* (2003). Segundo Apple, a aliança neoliberal e neoconservadora norte-americana, apoiada no fundamentalismo cristão evangélico, se alastrou pelo sistema educacional norte-americano, ameaçando o próprio processo civilizatório pela sua concepção belicista e imperialista. As crianças dos países pobres que tanto sofrem por causa dessa ignorância traduzida na política externa norte-americana criminosamente precisam fazer uma campanha mundial de ajuda humanitária às crianças norte-americanas para que elas possam aprender alguma coisa sobre o mundo atual. Uma forma concreta poderia ser fazer com que as nossas crianças pudessem comunicar-se com elas através do correio eletrônico, para que pudessem romper com o terrorismo cultural a que são submetidas diariamente por um currículo escolar que os forma mais para serem cães da “guerra preventiva” do que seres humanos. Em junho de 2006, o comandante geral das tropas dos EUA no Iraque, general George Casey, ordenou que os soldados norte-americanos, depois de denúncia de massacres de civis e de crianças, passassem a receber treinamento em “valores essenciais” (in *Folha de S. Paulo*, 2 de junho de 2006, p. A12), num reconhecimento público de que eles não haviam aprendido a ser éticos nas escolas que frequentaram.

⁴ Segundo Pierre Rosanvallon, em *O capitalismo utópico: história da idéia de mercado* (cf. 1999), a noção de mercado, no século XVIII, surgiu precisamente para afrontar a questão da guerra e para construir uma sociedade sem a soberania estatal.

perguntas do que respostas, mas há a sensação de que algo maravilhoso está acontecendo. Há a crença de que “outro mundo é possível”. É isso que une tanta gente que deseja transformar suas vidas para viver numa sociedade mais feliz, mais produtiva, mais justa, mais bonita, mais sustentável. Todos acreditam nessa possibilidade. Não têm a cabeça feita. Não têm muitas certezas, mas acreditam no “mundo como possibilidade”, como dizia Paulo Freire.

A crença move o mundo. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto, autogestionado, auto-organizado. Por isso, muitos são os caminhos apontados. Todos eles são respeitados. Existe uma abertura para o outro como jamais vi em tantos e numerosos encontros dos quais já participei. Mais uma manifestação dessa força transformadora invisível que faz do FSM o acontecimento paradigmático mais significativo deste início de milênio.

O FSM é uma experiência extraordinária para qualquer um que dele participe. Uma experiência nova, renovada a cada encontro. Em cada um deles pode-se perceber que um outro mundo está sendo construído desde já⁵; ele já está presente na nossa procura, em cada um de nós, em cada momento que vivemos desses encontros impregnantes de esperança.

Outro mundo é possível sem antes tomar o poder de estado? Essa é uma pergunta que está sendo feita cada vez mais nesses encontros e deverá nos ocupar muito nos próximos anos. Não se trata de um consenso. Ela é um divisor de águas do próprio Fórum: uns o entendem unicamente como um espaço e outros desejam que vá mais além. Que se torne um ator político novo. Pelo menos num ponto estamos de acordo: a possibilidade de construir um outro mundo possível⁶. Não se trata de um ponto distante, um ponto de chegada, mas de um processo que já começou. É o que estamos fazendo agora, aqui, a cada instante, sem precisar tomar antes, de assalto, o poder de estado. Qualquer um, olhando para nós, precisa estar convencido de que um outro mundo possível existe e está em construção.

Ninguém aqui está esperando que um novo salvador ou algum ser

⁵ Se um outro mundo é possível “sem tomar o poder”, como sustenta John Holloway (2003), ele é possível “desde já”.

⁶ “Um outro mundo é possível e necessário. Necessário não no sentido de uma predeterminação fatalista, mas como uma necessidade urgente e profunda, cuja realização, ou não, decide tanta coisa no futuro” (Mészáros, 2004, p. 50).

iluminado venha a nos dizer em que consiste esse outro mundo possível. Nenhum messias vai aparecer para instaurá-lo. Para evitar que os grandes “intelectuais” possam orientar o projeto/processo do Fórum, suas reuniões, a partir do quinto encontro de Porto Alegre (janeiro de 2005), mudaram de estrutura e organização: evitaram-se as grandes conferências organizadas pelo Conselho Internacional que davam mais visibilidade a “grandes nomes” e foram valorizadas as atividades menores, aglutinadas por tema, para evitar a dispersão e facilitar o encontro e a unidade. São os próprios participantes que organizam a agenda. Busca-se, assim, o desenvolvimento de planos de ação coletiva, propostas, iniciativas locais e nacionais, preparando alternativas, respondendo aos desafios da globalização capitalista. Criou-se o “Território Social Mundial”, com práticas solidárias e sustentáveis, com uma metodologia nova que fortalece o diálogo, com tradução voluntária, *software livre*, economia solidária, transporte alternativo, consumo ético etc. O importante é tentar viver, desde já, esse outro mundo possível. Dar o exemplo. Nossos fóruns devem traduzir, na prática, a vivência que desejamos para todos, uma e diversa... um verdadeiro “território livre” do outro mundo possível hoje. Esse outro mundo possível será fruto de um processo instaurado pelos que não têm poder, pelo antipoder, pelo unipoder dos que criam novos vínculos, por uma força, um poder totalmente “reinventado”, como dizia Paulo Freire. Se a criação do FSM foi o acontecimento político mais importante do ano 2000, a nova metodologia de construção de seus eventos foi o acontecimento político-ideológico mais importante de 2004, impulsionado pelo Fórum Social Mundial de Mumbai.

O Conselho Internacional tem insistido na metodologia do Fórum, na ética, nas decisões por consenso, evitando, a todo custo, cair na cilada da disputa pelo controle do processo do FSM. Estaríamos repetindo os métodos do mundo que queremos mudar⁷. O testemunho pessoal não é uma coisa piegas; o exemplo, o comportamento pessoal ético é uma condição de êxito do FSM. O outro mundo possível deve ser construído em cada um de nós e de nossas organizações, desde já. “É preciso se desvestir de velhos esquemas e hábitos se queremos efetivamente construir

⁷ “Um mundo novo não se constrói com os métodos políticos do mundo que queremos superar” (Bertho, 2004).

um mundo novo. É preciso aprender a desaprender o que nos foi ensinado durante tanto tempo” (Whitaker, 2005, p. 23). A primeira condição é se expressar “em toda a verdade”, como dizia Rousseau em suas *Confissões*, sem subterfúgios, sem preconceitos, sem segundas ou terceiras intenções, enfim, sem falsidade, na transparência da verdade, sem visar a conquistar espaços de poder, sem manipular, sem querer “ganhar o jogo”. O FSM não é um jogo no qual alguns ganham e outros perdem. Como diz Francisco Whitaker, “é fundamental combinar a luta política por novas estruturas com a luta interior por novos comportamentos” (Idem, p. 115).

O FSM, com sua nova forma de funcionamento autogestionada, é um exemplo desse outro mundo possível, de como deve ser uma sociedade onde todos caibam, onde ninguém seja excluído. Porque o velho mundo é um mundo de exclusão. Queremos deixar para trás o mundo da prepotência, da arrogância dos que tudo sabem e, por isso, tudo querem ensinar. O outro mundo possível é um mundo de **aprendizagem em rede**. O nosso mundo possível é um mundo onde todos podem perguntar, o mundo da “pedagogia da pergunta” (Paulo Freire). É perguntando que o construiremos.

A grande novidade do FSM é que ele desbancou a descrença, o fatalismo neoliberal e o pensamento único. O pior não é o mundo que está aí. O pior é pensar que só esse mundo é possível. O pior é esse mundo transformado em fetiche: o discurso único fatalista que tudo domina. Atração fatal pela mercadoria, imutabilidade, atração fatal pelos objetos. A fetichização instaurou um mundo de insensibilidade e de naturalização de tudo. Só uma nova **conscientização** contra a fetichização poderá desbloquear esse travamento da humanidade. Daí a importância do FSM como processo pedagógico. O FSM é também um movimento de reeducação planetária. Se um outro mundo é possível, uma “outra educação é necessária”, como sustenta o Fórum Mundial de Educação.

Acredito que a mercantilização da educação (a educação como negócio) é um dos desafios humanos mais decisivos da história atual. Só a educação poderá construir outra lógica, pela formação da consciência crítica, da educação cidadã contra a educação consumista, da luta incessante entre alienação e desalienação, entre conscientização e domesticação.

O capitalismo se utiliza da infra-estrutura e da superestrutura criadas pela humanidade ao longo de toda a sua história. Não se trata de

conquistar um poder maior do que o poder capitalista para impor uma outra vontade, uma “nova ordem”, um poder “superior” capaz de vencê-lo. Não se trata de vencer, de nos colocarmos uns contra outros. Trata-se de operar essa imensa infra-estrutura, construída pelo trabalho ao longo da história, com outra lógica, outros valores. Trata-se de superar o capitalismo pela construção de uma outra lógica estrutural⁸. Inverter o modo de pensar. Não é uma lógica apenas negativa. É uma outra lógica propositiva. Não basta protestar e celebrar. É preciso propor. É preciso pensar inversamente o poder, a cada instante, na cotidianidade, na vontade, na busca da dignidade de cada momento, com o “pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade”, como sustentava Antonio Gramsci.

A luta não é entre o Bem e o Mal, entre Deus e o Demônio, como demiurgos da história. Deus sendo apresentado sempre como princípio da estabilidade do mundo e o Demônio como princípio da mudança. Um buscando preservar a ordem e outro tentando subvertê-la. Não estamos condenados a ser um ou outro, ou joguetes deles, a cumprir seus desígnios. Precisamos pensar de outro jeito, libertados da lógica do Bem contra o Mal. Precisamos inverter as regras da lógica bipolar, formal. Para mudar o mundo é preciso enxergá-lo de outra forma. “Não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda a possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerentes (...). É porque podemos *transformar* o mundo que estamos *com* ele e *com* outros. Não teríamos ultrapassado o nível da pura adaptação ao mundo se não tivéssemos alcançado a possibilidade de, pensando a própria adaptação, nos servir dela para *programar* a transformação” (Freire, 2000, p.17).

– Mas como mudar o mundo?

– Respondem os zapatistas: “é perguntando que encontramos o caminho”. O Fórum Social Mundial tem congregado pessoas, instituições, organizações e movimentos sociais em torno do lema *um outro mundo é possível*. O desafio é grande. É preciso muita lucidez e força para tornar

⁸ O capitalismo é “incorrígível”, como sustenta István Mészáros (2005). Não há como reformá-lo. Ele só pode ser superado por outro sistema de vida melhor do que ele, ou melhor, por outros modos de vida melhores do que ele, já que a diversidade é a grande riqueza da humanidade. O neoliberalismo é apenas a forma atual do capitalismo.

real o possível. Para isso, ajuda perguntar pelo caminho: “a existência humana é, porque se fez perguntando, a raiz da transformação do mundo. Há uma radicalidade na existência, que é a radicalidade do ato de perguntar... Radicalmente, a existência humana implica assombro, pergunta e risco. E, por tudo isso, implica ação, transformação” (Freire, 1985, p. 27).

Não basta afirmar que outro mundo é possível⁹. É preciso mostrar como. Pensando nisso é que gostaria de propor uma reflexão em torno de algumas interrogações que se traduzem por quatro perguntas, concretas, distintas e inseparáveis.

– *Por que devemos mudar o mundo?*

– Porque estamos insatisfeitos com o mundo atual. E estamos insatisfeitos porque é um mundo injusto. Os movimentos sociais, as organizações não-governamentais e outras instituições e organizações, unidos pela “Carta de Princípios” do FSM, defendem a luta contra o neoliberalismo e propõem outra globalização. A globalização neoliberal é um modo injusto de produzir e reproduzir a nossa existência e põe em risco a existência do próprio planeta. Ela produz guerras, terrorismo, fome, a miséria de muitos e o bem estar de poucos. Apesar da sua enorme diversidade, os participantes do FSM têm uma causa em comum: a construção de uma outra globalização (alterglobalização), de outros mundos possíveis.

– *A quem interessa mudar o mundo?*

– Certamente, quem está se beneficiando deste mundo não vai se interessar em mudá-lo. A mudança virá daqueles que sofrem, dos injustiçados e excluídos e daqueles que com eles se comprometem e lutam. Não só dos pobres e oprimidos, mas de todos e de todas que se comprometem com a mudança. Mudarão o mundo aqueles e aquelas que sabem que não basta estar consciente da necessidade da mudança. É preciso estar organizado em comunidades, identidades e grupos e convencer muita gente, inclusive aqueles que são coniventes com o mundo de hoje. Então, devemos ir além de onde estamos. A tarefa dos

⁹ “Se alguém me perguntar se acho que para mudar (o mundo) basta afirmar que é possível, direi que não. Mas direi também que mudar implica saber que fazê-lo é possível” (Paulo Freire, 2000, p. 53).

movimentos que desejam mudar o mundo é ter clareza do que mudar, convencer a maioria pela força dos argumentos e pela pressão social.

– *O que é esse outro mundo possível?*

– As coisas começam a se complicar. Precisamos de respostas, mesmo que provisórias. Movimentos sociais ligados às causas ambientais, de direitos humanos, raciais, étnicas, de gênero, entre outras, estão nos indicando o caminho: um mundo não apenas produtivo, mas ambientalmente saudável, social e economicamente justo, com equidade de gênero e etnia. Mas estamos longe de concretizá-lo em nossa vida cotidiana, mesmo porque uma mudança profunda na vida social está associada a uma mudança profunda na vida econômica. Grandes interesses econômicos deverão ser contrariados.

– *Como construir esse outro mundo possível?*

– Como não se trata de um paraíso a ser conquistado, o outro mundo possível já está sendo construído. Não é uma utopia longínqua. É um “inédito viável”, citando Paulo Freire. Não é um dado nem um produto, é um processo. Mesmo porque esse outro mundo possível é feito de relações – de novas relações – e não de objetos. E não se pense em tomar primeiro o poder para depois reconstruí-lo. Isso já não deu certo.

E, no final, temos que tratar de uma última interrogação sobre o formato do Fórum Social Mundial. O que é e o que poderá vir a ser o FSM: um espaço livre ou um ator político?

Comecei a escrever esse livro inspirado na leitura das obras de Teivo Teivainen, membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial. Ele tem insistido que não dá para entender o processo do Fórum Social Mundial como um processo político sem levar em conta a sua dimensão pedagógica (Teivainen, 2006, p. 260). Teivo inspira-se tanto no filósofo e ativista italiano Antonio Gramsci, quanto no educador Paulo Freire, para os quais as relações de poder são sempre relações pedagógicas. Toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, sustentava Gramsci. Toda relação pedagógica é necessariamente política, insistia Freire. Em toda relação política há necessariamente uma relação pedagógica. Entender o FSM como um processo político de mudança implica

entender o FSM como um processo pedagógico, um processo pedagógico de aprendizagem da mudança.

O novo milênio começou em Porto Alegre. Em janeiro de 2001 começou uma grande caminhada por um **outro mundo possível**. O lançamento do **Fórum Social Mundial** mostrou que não estamos determinados a viver num mundo insolidário. Algo novo nasceu em Porto Alegre: a crença na construção de um outro mundo possível. O propósito deste livro é mostrar como o processo de construção desse outro mundo possível é um processo eminentemente educativo. Não dá para entender a ação transformadora do Fórum Social Mundial sem compreendê-lo em sua dimensão pedagógica.

Por que devemos mudar o mundo?

"Temos o direito de lutar por um outro mundo possível quando se tornou impossível o mundo tal qual é hoje."

Eduardo Galeano



Diz a crença que Deus criou o mundo por meio da palavra: “no princípio era o verbo”. Para mudar o mundo que Deus criou – ou, mais precisamente, que os homens criaram em seu nome – será preciso **outra palavra**, outro olhar, uma palavra alternativa, um outro logos, uma nova lógica. Não se pode mudar o mundo sem enxergá-lo de outra forma. Trata-se de mexer na sua forma de funcionamento. Na verdade, trata-se de mudar o modo pelo qual os seres humanos produzem e reproduzem a sua existência. Karl Marx (1818-1883) intuiu genialmente, com base na filosofia hegeliana, esse “princípio do mundo”; descobriu que o que muda é o espírito e não a matéria – chamemos esse espírito de consciência de classe, espírito coletivo, estado, ideologia, utopia, mão invisível, inteligência coletiva – ou melhor, o espírito como matéria altamente organizada. Marx não negava o espírito como organização superior da matéria. Ele negava a visão “fantasmagórica” (Ideologia alemã) do espírito. Um Karl Marx renovado, revisitado à luz do contexto atual, continua sendo um referencial necessário para entender o mundo e para transformá-lo.

Entendo a palavra geradora ou transformadora como o que une as pessoas, não fisicamente, mas espiritualmente. E é bom que se entenda esse “espiritualmente” como uma “mão invisível” transcendental. É um espírito imanente à capacidade humana de sonhar outros mundos possíveis. Só a ação e a reflexão humanas podem mudar o mundo. O mundo é uma construção histórica, humana. Como o mundo foi construído,

ele pode ser desconstruído e reconstruído. A esperança de mudança não está na auto-regulação de nenhum espírito sobrenatural, mas na forma como os seres humanos constroem coletivamente seu futuro, uma missão histórica da humanidade como um todo e não a missão de um sujeito ou de uma classe social.

O mundo é o que é e o que está sendo: condicionamento e possibilidade. Muitos morreram acreditando nisso. Pensavam, e ainda pensam, que podem mudar o mundo. Marx deve servir de inspiração para a revolução necessária de hoje. Mas precisamos retomar a dialética lendo-a sob uma outra ótica. A ótica da esperança e do diálogo. Marx deve ser lido ousadamente, enfrentando as mistificações e fetiches que sua doutrina criaram ao longo de mais de 150 anos de sucessos e de fracassos.

O planeta Terra está sendo transformado pela maneira como o ser humano está produzindo e reproduzindo sua existência, pela nossa maneira de viver neste pequeno espaço. E a maneira como vivemos é inculcada também pela educação, pelo que escolhemos pensar, pelos valores que ela transmite. Falo como educador: se a educação pode influenciar na maneira como vivemos, ela pode ter um peso na mudança de rumos.

Vejamos quantos somos.

A Terra tem 5 bilhões de anos. Estima-se que as primeiras espécies vivas tenham aparecido neste planeta por volta de 2 bilhões e meio a 3 bilhões de anos atrás. Apenas há 10 milhões de anos podemos situar nosso ancestral comum. Há 10 mil anos surgiu, no Oriente Médio, a agricultura, mudando o modo de vida como os seres humanos produziam e reproduziam a sua existência. De nômades, os seres humanos passaram a viver mais fixamente, em alguns lugares, e povoaram a Terra. Chegaram a 1 bilhão em 1830, empurrados pela era industrial. De lá para cá este número não cessa de crescer vertiginosamente, pondo em risco o planeta, que pode suportar um número limitado de seres humanos. Em 1930, cem anos depois, a população dobrou: 2 bilhões. Bastaram 30 anos para chegar a 3 bilhões (1930). Em 1975 alcançamos a cifra de 4 bilhões. Em 1987, 5 bilhões. Atualmente somos 6 bilhões (Moura, 2004, p. 16). O Relatório da ONU *Estado da População Mundial 2001* estima que em 2050 seremos 10,9 bilhões e que devemos chegar no ano 2100 a 12 bilhões, o limite máximo suportável para o planeta. Esse crescimento dever-se-á, sobretudo, à contribuição dos estados “em desenvolvimento”.

O maior problema é que vivemos de forma muito desigual. Os dados são conhecidos de todos: próximo a 1 bilhão de pessoas vivem com menos de um dólar por dia e 1,8 bilhão vivem com apenas dois dólares por dia. Isso significa que para a metade da humanidade a vida é insustentável. É um modo de produção e de reprodução da vida que produz a morte. É um modo de vida que só beneficia 1,6 bilhão de pessoas em 6 bilhões. Isso levou Anthony Giddens (1995) a afirmar que a sociedade atual se caracteriza pela “mudança no perfil de risco”, isto é, se antes os homens estavam sujeitos aos desastres naturais, à fome, às epidemias, o homem atual está sujeito a riscos criados por ele mesmo, entre eles, os riscos ambientais. A poluição da água, por exemplo, já é causa de 80% das internações hospitalares nos países pobres. A água é um indicador importante da qualidade de vida humana e da sustentabilidade planetária.

1.1. Transformar o risco em oportunidade

A injustiça no mundo vem despertando muita indignação e muita rebeldia. Mas não basta estarmos indignados, berrar, gritar, nem para sermos ouvidos. Não basta rugir para mudar a ordem das coisas. Contra quem e o que é essa indignação? É contra um sistema que “condena metade da humanidade à pobreza, um terço à miséria, 800 milhões à desnutrição e 1 bilhão ao analfabetismo; que deixa 1,5 bilhão sem acesso a água potável e 2 bilhões sem luz elétrica; que concentra a riqueza e a terra, fazendo com que 400 bilionários disponham de uma renda anual superior à de 45% da população mais pobre (2,6 bilhões de pessoas); que banaliza a violência aos direitos humanos; que gera o desemprego estrutural, a exclusão social e a insegurança nas grandes metrópoles; que justifica a depredação ambiental pelo imediatismo do lucro” (Dutra, 2005, p. 3).

Mas não basta denunciar. É preciso traduzir nossa indignação em práticas propositivas. Um relatório¹ coordenado pelo economista Jeffrey Sachs, diretor do Instituto da Terra, da Universidade de Columbia (EUA), entregue ao secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, no

¹ O documento chama-se “Investindo no Desenvolvimento: um plano prático para atingir os objetivos do desenvolvimento do milênio”.

dia 17 de janeiro de 2005, sustenta que a fome, a pobreza e a miséria no mundo poderiam acabar em uma década, se os países ricos fizessem um pequeno esforço nessa direção e aumentassem a ajuda que dão aos países pobres. Milhões de mortes poderiam ser evitadas. Bastaria o acesso à água potável e a sistemas de saneamento adequados. Desse relatório participaram 265 especialistas e sua conclusão é clara: o mundo atual é injusto, o sistema não funciona, é preciso uma mudança de rumos.

Não sei se a ONU será capaz de conduzir esse processo de mudança.

Os governos têm feito muitas promessas, estampadas em inúmeros documentos. As “Metas do Milênio”, aprovadas por 191 países da ONU em 2000, são um belo exemplo. As Nações Unidas assumem como meta até 2015:

- 1) acabar com a fome e a miséria;
- 2) dar educação básica de qualidade para todos;
- 3) promover a igualdade entre sexos e a valorização da mulher;
- 4) reduzir a mortalidade infantil;
- 5) melhorar a saúde das gestantes;
- 6) combater a Aids, a malária e outras doenças;
- 7) promover a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente; e
- 8) todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

O problema com essas declarações é que elas não prevêm os meios para cumprir essas promessas e, quando prevêm, os meios não são colocados em prática. Normalmente, as grandes declarações governamentais e intergovernamentais, multilaterais, são esquecidas, não apenas pelo público, mas por quem as elaborou. Hoje o mundo seria muito melhor se apenas a Declaração dos Direitos Humanos da ONU, de 50 anos atrás, tivesse sido cumprida, como sustentou José Saramago em pronunciamento enviado ao FSM 2003 de Porto Alegre. Em geral, essas grandes declarações não tocam na estrutura de privilégios da sociedade que impede a justiça social e a igualdade. É preciso pressionar os governos que se comprometeram com as “Metas do Milênio” para que cumpram suas promessas².

² Veja-se “Oito jeitos de mudar o mundo” de Frei Betto (2004a, p. 3).

O que precisa mudar é o **modelo capitalista neoliberal** responsável pela concentração de renda e pela desigualdade. Segundo Gaudêncio Frigotto, o projeto neoliberal caracteriza-se por três estratégias articuladas e complementares:

a) a *desregulamentação*: sustar as leis e normas que regulam os direitos dos trabalhadores;

b) a *descentralização*: transferência de responsabilidades do estado para os cidadãos, que compram serviços em lugar de gozarem de direitos;

c) a *privatização*: entrega ao mercado do comando da economia.

Segundo Frigotto, “a idéia-força balizadora do ideário neoliberal é a de que o setor público (estado) é responsável pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimos de eficiência, qualidade e equidade. Desta idéia-chave advém a tese de estado mínimo e da necessidade de zerar todas as conquistas sociais, como o direito à estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transportes públicos etc. Tudo isso passa a ser comprado e regido pela férrea lógica das leis do mercado. Na realidade, a idéia de estado mínimo significa o estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital” (Gaudêncio Frigotto, opud Gentili, 1995, p. 83). A quase totalidade das economias do mundo caminha nessa direção, o que coloca a questão da **natureza do estado** e, sobretudo, se é possível mudar o mundo por meio do estado.

– *Por que devemos mudar o mundo?*

– A resposta a essa pergunta já estava muito clara no manifesto dos movimentos sociais no final da primeira edição do FSM de 2001 em Porto Alegre: porque a globalização neoliberal “reforça um sistema seixista, excludente e patriarcal”, “desata o racismo, continuidade do verdadeiro genocídio de séculos de escravidão e colonialismo, que destruíram as bases civilizatórias das populações negras da África”, porque “destrói o meio ambiente, a saúde e as condições de vida do povo”³.

Devemos mudar o mundo por muitas razões. Porque o mundo em

³ Em abril de 2003 foi criada a Coordenação de Movimentos Sociais (CMS), organizada por diversos movimentos, tais como a Marcha Mundial das Mulheres, MST, CUT, CMP (Central de Movimentos Populares), Conam, movimentos de moradia, estudantil, de desempregados, pastorais e diversos sindicatos. Trata-se de um espaço de convergência, articulação e de construção de unidade e reflexão entre os diferentes movimentos. Fazem parte dessa coordenação: CUT, MST, CMP, UNE, ABI, CNBB, Pastoral Operária, Grito dos Excluídos, Marcha Mundial das Mulheres, UBM, Ubes, Conen, JOC, MTD/MTST, Contee, Federação Nacional dos Advogados, Conam, UNMP, Ação Cidadania.

que vivemos é um mundo onde muitos morrem de fome e muitos morrem de tanto comer. Uns morrem de subnutrição e outros morrem por doenças causadas pelo excesso de comida. Devemos mudá-lo porque o estoque de comida existente hoje no mundo daria para saciar a fome de todos. Devemos mudar o mundo porque é um mundo injusto e desigual. Dados divulgados por relatórios internacionais, principalmente da ONU, do Unicef, da OMS, da FAO e da Unaid, demonstram as gritantes desigualdades sociais, causadoras de sofrimento e morte de milhões de pessoas hoje no mundo: o 1% mais rico do mundo percebe a renda equivalente aos 57% mais pobres. A diferença entre países ricos e pobres aumentou desde o começo dos anos 90. A cada sete segundos morre uma criança de fome. O **capitalismo** que produziu essa realidade é um sistema perverso de dominação política e exploração econômica que precisa ser superado.

Necessitamos de uma **economia solidária** que não coloque o mercado livre e o lucro como o centro de tudo. As relações, recursos naturais, bens públicos, conhecimento, educação e, sobretudo, os seres humanos não devem estar sujeitos ao mercado livre. Não é só de comida que todos os seres humanos precisam. Precisam de dignidade, de poder para decidir sobre sua existência. Precisam de autodeterminação. “O capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais ‘econômicos’ (...). No entanto, a situação de partida é sempre desigual, porque o próprio capitalismo, a própria concorrência, entre empresas e entre homens, recria permanentemente assimetrias entre os homens e as empresas” (Mello e Novais, 1998, p. 581-2).

Precisamos de um outro modo de produzir e reproduzir nossa existência no planeta. O modo capitalista nos levará ao desastre. **Um outro mundo é necessário**. E temos necessidade de crer na sua possibilidade. Uma outra globalização é possível e necessária.

A globalização capitalista é uma “fábula” como afirma Milton Santos (2000), na medida em que o mundo não foi globalizado para a maioria das pessoas. É assim que os “globalistas” querem que o vejamos. Na verdade ela é “perversa” para a grande maioria dos seres humanos. Para a maioria das pessoas a globalização é apenas uma ilusão, uma fantasia: pensar que todos estamos globalizados. Temos a ilusão de que estamos

nos comunicando com todo o mundo e que nós fazemos parte da globalização. Mas o mundo só está realmente melhor para as grandes corporações. A globalização capitalista só chega a poucos, muito poucos.

Como sustenta Zygmunt Bauman (1999), o conceito central da globalização é o de **mobilidade**. Para ele, a globalização capitalista dividiu o mundo entre aqueles que podem mover-se de um lado para outro, de um país para outro, os globalizados, e os que não podem mover-se, que estão fixos em seus lugares, os não-globalizados, que precisam fixar-se onde estão para recolher o lixo dos que se foram. O quadro é sombrio: de um lado está o isolamento dos “globais” que querem sua liberdade total de movimento e, de outro, o isolamento dos “locais”, imobilizados cada vez mais em seus locais de vida, dos quais possuem cada vez menos o controle. Isso acontece tanto para as pessoas quanto para os estados. O estado-nação é fraco diante do capital. Se o estado-nação coloca algum problema para o capital, o capital se move para outro território mais favorável. “Se a nova extraterritorialidade da elite parece uma liberdade intoxicante, a territorialidade do resto parece cada vez menos com uma base doméstica e cada vez mais com uma prisão” (Bauman, 1999, p. 31).

Fala-se em “aldeia global” e pensa-se logo que todas as pessoas são realmente informadas. As distâncias só foram encurtadas para poucas pessoas. O mundo não é realmente de todos. Ele não está ao alcance de todos. As diferenças são profundas entre as pessoas. Não estamos unidos. O capitalismo, inculcando o culto ao consumo competitivo de objetos, nos desagrega, nos mercantiliza, nos desvincula, tornando distante a idéia de uma “cidadania planetária”: “O capitalismo tem sido um programa para a mercantilização de tudo. Os capitalistas ainda não o implementaram totalmente, mas já caminharam bastante nessa direção, com todas as conseqüências negativas que conhecemos. O socialismo deve ser um programa para a desmercantilização de tudo. Daqui a 500 anos, se trilharmos esse caminho, possivelmente ainda não o teremos percorrido totalmente, mas poderemos ter avançado muito nessa direção” (Wallerstein, 2002, p. 36).

Alguns poderiam objetar que estamos equivocados ao focar o modelo capitalista como a única causa de todos esses males. Poderíamos talvez fazer uma distinção entre o capitalismo e a sua lógica. Mas isso

não resolveria a questão. Continuaria sendo o capitalismo. É verdade, o problema não está no capital produzido pelas mãos e mentes dos trabalhadores através da história. O problema está no **capitalismo**, isto é, na lógica capitalista de apropriação e de acumulação do capital, orientada pela exploração econômica e pela dominação política. Em última instância, é o modo capitalista de produzir e reproduzir a nossa existência no planeta e sua lógica que está em causa. Quando falamos em capital, entendemos hoje o modo capitalista de produzir e reproduzir a existência.

Ao combater o neoliberalismo, Paulo Freire refere-se à luta entre a “ética do mercado” e a “ética do gênero humano” (*Pedagogia da autonomia*), uma ética particular *versus* uma ética planetária, universal, de todos os seres humanos e não só de alguns. Como falamos de uma ética, também podemos falar de uma lógica: uma “lógica do mercado” *versus* uma “lógica do gênero humano”, uma lógica voltada para as necessidades do capital e uma lógica voltada para as necessidades humanas. Paulo Freire ao trabalhar com uma “teoria da consciência opressora” para além do capital, nos está indicando o caminho. Para mudar é necessário criar uma outra teoria, uma outra lógica, para além da lógica do capital e do mercado, para reinventar o capital e o mercado⁴.

Então, o problema não é combater o capital, a riqueza construída pela humanidade, mas criar uma nova lógica. Sem dúvida, não se pode superar o capitalismo sem apresentar a viabilidade de um outro modo de produzir e reproduzir nossa existência⁵. Aqui, o que vale é a alternativa e não a pura negação de um sistema, como veremos adiante. Então, o problema não seria nem o capitalismo nem o mercado. Ele estaria na

⁴ Paulo Freire foi um criador, um educador de outros mundos possíveis. Criou a lógica do oprimido, concebendo a relação oprimido-opressor a partir de um novo olhar, invertendo a lógica clássica que afirmava a necessidade de eliminar o opressor para poder libertar o oprimido. Para Paulo Freire, o opressor precisa ser libertado e não eliminado. Um outro exemplo, agora no campo das ciências exatas, de criação de novas lógicas, está na chamada “etnomatemática”. Um de seus fundadores é Ubiratan D’Ambrosio (2002). A etnomatemática questiona a universalidade da matemática ensinada nas escolas, sem relação com o contexto de onde ela surgiu. Na verdade, o que chamamos hoje de matemática é uma matemática específica, que surgiu e se desenvolveu na Europa, pretensamente universal, neutra e, portanto, isenta de valores. No campo da pedagogia, uma nova lógica foi criada com a noção de “autopoiesis” do biólogo Humberto Maturana, demonstrando que o cérebro aprende de dentro para fora e não de fora para dentro, como defendem as teorias pedagógicas clássicas. Isso está provocando uma verdadeira revolução no campo da formação do educador. Como todo ser vivo, o ser humano é autônomo e autoprodutor, capacitado para produzir conhecimento. O ser humano é essencialmente autopoietico (faz-se a si mesmo).

⁵ “Tal como está organizada, a sociedade gira em torno do mercado, de acordo com um sistema que alguns chamam de ‘economia de mercado’, e outros, de ‘capitalismo’. Até hoje, não surgiu nenhum sistema tão capaz de fazer crescer a economia. As experiências feitas em nome do socialismo não manifestaram força própria suficiente para competir, no plano do crescimento econômico, com o capitalismo” (Konder, 2006, p. 3).

nossa incapacidade de produzir alternativas práticas com uma outra lógica. O problema está na lógica que preside a unidade do capital e do mercado. Para mudar o modo pelo qual os homens hoje produzem e reproduzem a sua existência, o modo capitalista, é preciso mudar a lógica que preside esse modo de existir humano. Não se trata de extinguir o capital, a riqueza e o mercado que a faz circular. Trata-se de fazer circular a riqueza com uma outra lógica: da lógica da concentração da riqueza para a lógica da sua desconcentração. Da lógica da competição, que comanda o mercado livre, para a lógica da cooperação, que comanda o mercado solidário. Só podemos revolucionar o nosso modo de existir no planeta interferindo na lógica, no espírito invisível do capital. Gastar todas as nossas energias combatendo o capitalismo é inútil. Passamos muito tempo combatendo o “sistema” capitalista. Quanto mais o combatermos sem alternativas, mais ele se fortalecerá; quanto mais combatermos o sistema capitalista sem outra lógica, mais ele fortalecerá a sua lógica, mais manhas e artimanhas ele encontrará para se defender. Ele só pode ser transformado, superado, pela introdução de uma outra lógica, com alternativas econômico-político e socialmente viáveis. É o que nos tem ensinado nossa “velha” dialética.

George Soros (1999) afirma em seu livro *A crise do capitalismo* que, se quisermos encontrar a solidariedade, a compreensão, a compaixão, não devemos procurar no mercado. Gostaria de dizer que ele está equivocado. Ele está considerando apenas um tipo de mercado e um tipo de economia. Ele está pensando apenas no modo como o mercado livre está funcionando hoje, dentro de uma lógica da consciência opressora. O mercado pode ser regido por uma outra lógica. O mercado também pode ser solidário. Pode sim existir uma economia solidária⁶. O mercado não foi inventado pela mão invisível de um deus que o fez necessariamente excludente e perverso. Ele foi inventado pelos homens e tudo o que foi inventado por eles, por eles pode ser

⁶ Durante o FSM 2005 circulou um folheto que apresentava a economia solidária como um processo de organização para o fortalecimento do trabalho associativo e sua emancipação social voltados para o desenvolvimento local e sustentável, no qual as trabalhadoras e os trabalhadores são protagonistas, através da constituição de empreendimentos econômicos solidários e da articulação de redes de cooperação. A economia solidária no V Fórum Social Mundial foi apresentada como uma estratégia de enfrentamento da exclusão e da precarização do trabalho, tendo como princípios a cooperação, a solidariedade, a participação e a valorização do ser humano e do meio ambiente.

reinvetando. Ele foi construído socialmente e pode ser socialmente reconstruído, sob um outro olhar, sob uma outra lógica, uma lógica solidária. Somos seres incompletos e inconclusos. Por isso, podemos desconstruir e reconstruir o que fazemos. Desenvolvemos uma economia do capital. Precisamos construir uma “economia do trabalho” (cf. Coraggio, 2004).

O problema está em nós, que, aprisionados por uma lógica linear, não temos tido a oportunidade de aprofundar nossas alternativas desse outro mundo possível que desejamos construir. Temos medo de pensar radicalmente diferente do que estamos acostumados a pensar. Para construir o outro mundo possível não podemos fazer economia da nossa capacidade de ousar. Precisamos de doses cavalares de ousadia. Precisamos nos expor ao ridículo sublime de pensar alternativamente. Mais do que conhecer, precisamos pensar. “Conhecer é apropriar-se intelectualmente de um campo dado de fatos ou de idéias que constituem o saber estabelecido. Pensar é desentranhar a inteligibilidade de uma experiência opaca que se oferece como matéria para o trabalho de reflexão para ser compreendida e, assim, negada enquanto experiência imediata. Conhecer é tomar posse. Pensar é trabalho de reflexão. O conhecimento se move na região do instituído, o pensamento, na do instituinte” (Chauí, 1984, p. 60).

Podemos agora, com mais facilidade, entender por que um outro mundo é necessário. Basta apelar para os fatos, para o instituído. Sabemos até qual é esse outro mundo possível, pensando no avesso do mundo em que vivemos. Mas precisamos de muito mais ousadia no momento em que construirmos as alternativas. Porque elas rompem com o nosso modo cotidiano de pensar.

O capitalismo mundializado não opera a favor da maioria da população do planeta. Ele não representa nenhuma alternativa para todos: “a alternativa só pode vir das lutas empreendidas contra esse sistema pelas classes populares e pelos povos que são vítimas dele (...). Trata-se de construções novas e não de reconstrução (*remake*) do que foram no passado. As realidades novas impõem respostas novas, mais abertas e mais radicais do que foram anteriormente” (Amin e Houtart (orgs.), 2003, p. 393-4). Segundo Samir Amin e François Houtart, respectivamente Presidente e Secretário-Executivo do “Fórum Mun-

dial das Alternativas”⁷, as alternativas estão surgindo da construção de alianças entre os segmentos das classes trabalhadoras, dos movimentos de camponeses que se opõem ao *agribusiness*, das lutas dos cidadãos pela democratização real, dos “povos do Sul” e de outras frentes como a das mulheres, das populações indígenas, dos sem-documento etc. O objetivo é um “sistema mundial novo”, pluralista. “O projeto de uma resposta humanista ao desafio da mundialização inaugurado pela expansão capitalista não é utópico. Ele é, ao contrário, o único projeto realista possível, no sentido de que o prelúdio de uma transformação em sua direção deverá reunir rapidamente forças sociais poderosas em todas as regiões do mundo, capazes de impor sua lógica. Se há uma utopia, no sentido banal e negativo do termo, trata-se antes da utopia do projeto de uma gestão do sistema reduzido à sua regulação ‘espontânea’ pelo mercado mundial. A verdadeira questão é a de saber em que medida as lutas empreendidas no curso dos últimos anos terão permitido fazer avançar os movimentos sociais nessas direções. As convergências atuais, estamos convencidos, podem contribuir amplamente para isso” (Idem, p. 396).

Uma outra globalização possível deverá tocar em pontos fundamentais que sustentam o sistema atual, como as questões da dívida externa, do crescimento da pobreza frente à concentração de renda, das fontes de energia, principalmente do petróleo, da água, do meio ambiente, da guerra. Esses pontos precisam ser tratados não só sob o ponto de vista econômico, mas também em sua dimensão social, política e cultural.

William Fisher e Thomas Ponniah (2003), com base nas discussões ocorridas nos Fóruns, apontam para uma nova agenda global de alternativas que deveria incluir os seguintes pontos: a abolição da dívida

⁷ O Fórum Mundial das Alternativas, nascido em 1996, na Bélgica, é uma rede internacional de centros de pesquisa que visa a dar suporte a movimentos sociais e ONGs, colocando à sua disposição ferramentas de informação e análise a respeito da globalização das resistências e contribuindo para a difusão de conhecimentos sobre as lutas contra-hegemônicas. Mais informações sobre o FMA encontram-se no site <www.forum-alternatives.net>. O FMA pode ser considerado um dos movimentos precursores do Fórum Social Mundial. No seu Manifesto, lançado no Cairo em março de 1997, propunha-se a “inverter o curso da história”, colocando a “economia a serviço dos povos”, derrubando “o muro entre o Norte e o Sul”, reconstruindo e democratizando o estado, mundializando “as lutas sociais” e despertando a “esperança dos povos”. Segundo François Houtart e François Polet, o FSM “é a manifestação, a atualização de um processo latente em obra há vários anos, o de um movimento de convergência mundial de ações e visões de movimentos sociais e de entidades (sindicatos, ONGs, intelectuais, jornalistas, estudantes, igrejas etc.) representativas da sociedade civil, colocando novamente em questão a globalização tal como hoje se faz. Os dois principais motores desse processo, que mutuamente se geram, são: 1) a progressiva conscientização, por parte de diferentes movimentos sociais no mundo todo, de que têm interesses comuns e de que seus adversários, portadores de interesses opostos, são os mesmos (...) e 2) a progressiva conexão em rede dessas organizações, que é consequência insuspeitada das últimas revoluções tecnológicas” (Houtart e Polet (org.), 2002, p. 165-6).

externa dos países pobres⁸; o controle de capitais e impostos internacionais para a redistribuição de riquezas; a moratória contra a OMC para reorientar o comércio internacional; o controle público das empresas transnacionais; a defesa dos direitos dos trabalhadores; o desenvolvimento de um setor de economia solidária; a criação e extensão dos sistemas de saúde e de educação públicos e universais; a soberania alimentar; a democratização dos meios de comunicação de massa; a defesa da identidade dos povos; a defesa dos direitos dos emigrantes e combate ao tráfico de pessoas; o desarmamento; os direitos humanos integrais e a criação de novas instituições internacionais de governança global.

1.2. Da antiglobalização à alterglobalização

A globalização é o ápice de um processo de internacionalização do capital impulsionado pelas novas tecnologias, principalmente as tecnologias da informação. O mercado globalizou-se. Portanto, a globalização tem uma face técnico-tecnológica e uma face política. Uma não está desvinculada da outra.

A mídia frequentemente refere-se aos grandes movimentos altermundistas, chamando-os de “antiglobalistas”. Todavia, não é bem assim: “os protestos contra a globalização não tratam da globalização. Os manifestantes classificados como adversários da globalização dificilmente, de maneira geral, merecem esse rótulo, já que seus protestos podem ser considerados um dos mais globalizados do mundo contemporâneo. Os manifestantes em Seattle, Melbourne, Praga, Quebec e outras partes não são apenas garotos locais, mas homens e mulheres de todo o mundo que se dirigem aos lugares dos eventos a fim de fazer queixas de alcance global” (Amartya Sen, 2001, p. 8).

Podemos dizer que a antiglobalização parece querer jogar fora com o capitalismo também a riqueza e a tecnologia. Mas não se trata de jogar fora a riqueza construída pela humanidade. Como adverte Amartya Sen

⁸ Entre as organizações que lutam pela abolição da dívida externa está o CADTM (Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo), criado em 1990. É uma rede internacional, com sede em Bruxelas, que milita por alternativas radicais às diferentes formas de opressão, principalmente por meio do endividamento do Terceiro Mundo e do ajuste estrutural no qual atualmente desemboca. Além dessa proposta de luta, existem outras como a que foi proposta pelo Fórum Mundial de Educação (FME), reunido em Caracas (Venezuela), no final de janeiro de 2006, nos dias que precederam a realização do “capítulo” das Américas do Fórum Social Mundial, neste ano “poli-cêntrico” (Bamako, Caracas e Karashi). O FME em seu documento final propôs a luta mundial pela transformação da dívida externa em investimento em educação.

(2001, p. 8), “a questão central, direta ou indiretamente, é a desigualdade. O principal desafio se relaciona à desigualdade de uma maneira ou de outra entre os países e/ou dentro deles. As desigualdades relevantes incluem disparidade de afluência, mas também assimetrias descomunais em poder político, econômico e social. Uma questão crucial é como dividir os ganhos da globalização entre os países ricos e pobres e entre os diferentes grupos dentro desses países”. Então, não basta ser antiglobalista. É preciso ser altermundista. Às vezes tem faltado “bom senso” (Gramsci) na luta antiglobalista. Tem faltado também “cuidado”⁹ e podemos pagar muito caro por isso, desperdiçando mais uma oportunidade histórica.

O Fórum Social Mundial está num momento crucial de sua existência, principalmente após o FSM 2006. Precisamos deixar mais claros os caminhos a seguir. E não se trata de ter ou não ter uma **plataforma de lutas**, como foi proposto por alguns intelectuais, em Porto Alegre, no final do FSM 2005. A originalidade do FSM é ser um espaço aberto e auto-organizado. Se isso se perder, o FSM perderá a sua originalidade política. O FSM deve avançar, ser propositivo, sem, contudo, contrariar com um “documento final” sua **Carta de Princípios**. O FSM caracteriza-se por uma enorme diversidade e uma declaração final deixaria muita gente de fora, enfraquecendo o movimento. Creio que o FSM não deveria ter propostas próprias, gerais, mas, como espaço aberto, os espaços aglutinadores de movimentos, as **redes** existentes dentro dele, precisam aglutinar-se em torno de **programas comuns**. Isso já está acontecendo, por exemplo, com o Fórum Mundial de Educação e outros fóruns setoriais, bem como em fóruns regionais, nacionais e locais. Essa é a dinâmica do FSM. De baixo para cima está se formando, autônoma e espontaneamente, um programa de lutas do FSM. A resposta à pergunta: “qual é esse novo mundo possível” já está sendo dada, de múltiplas formas, nas práticas sociais dos movimentos e redes que compõem o FSM. O FSM não assume propostas em nome próprio, mas facilita a articulação entre as redes e movimentos que o constituem, formando, aos poucos, **planos de ação** coletiva, globais e locais.

⁹“O cuidado surge quando se encontra a justa medida. Este é o caminho do meio entre o modo-de-ser trabalho como exploração e o modo-de-ser do cuidado como plasmção. Por isso o cuidado não convive nem com o excesso nem com a carência. Ele é o ponto ideal de equilíbrio entre um e outro” (Leonardo Boff, 1999, p. 162).

Para mudar o mundo é preciso pensar estrategicamente e agir taticamente, sem perder o rumo, passo a passo, não jogando fora o passado. O capitalismo não é um fardo que deve ser carregado, é uma força incrível, bem estruturada, capaz de operar mudanças assombrosas na sociedade. É inegável a sua força demonstrada através dos últimos séculos. Mas é também uma força que arruína a humanidade e a está conduzindo para a catástrofe.

A luta entre o passado capitalista e o futuro não-capitalista não é uma luta de extermínio, como se não existisse história. Não é possível criar o futuro negando tudo o que existe. Goethe estava equivocado quando escreveu, em *Fausto*, que tudo precisava ser negado porque tudo precisava ser mudado, identificando em Mefisto esse demiurgo que tudo nega e que, portanto, tem a missão de tudo construir de novo. Não precisamos de nenhum demiurgo, de nenhum salvador. Precisamos rever a ordem das coisas. Criar uma nova ordem. Mas muita coisa precisamos preservar da história de lutas, de criação e de produção da humanidade. Como diz Hannah Arendt em sua obra *Entre o passado e o futuro*, “nossa esperança está pendente sempre do novo que cada geração aporta; precisamente por basearmos nossa esperança apenas nisso, porém, é que tudo destruímos se tentarmos controlar os novos de tal modo que nós, os velhos, possamos ditar sua aparência futura. Exatamente em benefício daquilo que é novo e revolucionário em cada criança é que a educação precisa ser conservadora; ela deve preservar essa novidade e introduzi-la como algo novo em um mundo velho, que, por mais revolucionário que possa ser em suas ações, é sempre, do ponto de vista da geração seguinte, obsoleto e rente à destruição” (Arendt, 1972, p. 243).

Hannah Arendt coloca a educação como fazendo a ponte entre o passado e o futuro. Ainda achamos que a **economia** e a **política** têm um papel maior do que a **pedagogia** no processo de mudança. E talvez Marx tenha uma parte importante de responsabilidade por sobrevalorizar o papel da infra-estrutura na mudança. Confiar no jovem é importante hoje para pensar o amanhã, o futuro da humanidade. Abandoná-lo à própria sorte é destruir a possibilidade e o papel que ele pode vir a jogar na transformação do mundo. Diante do fracasso de tantos “planos econômicos” e do espetáculo deprimente de tantos partidos políticos, parlamentos e de “representantes” do povo, a esperança volta-se para o

papel da educação na transformação social: “a mudança de paradigma social leva a transformar a ordem econômica, política e cultural, o que é impensável sem uma transformação das consciências e comportamentos das pessoas. Neste sentido, a educação converte-se num processo estratégico com o propósito de formar os valores, habilidades e capacidades para orientar a transição para a sustentabilidade” (Leff, 2001, p. 237).

– Por que um outro mundo é necessário?

– Porque não é mais possível conviver com a cultura da guerra e da insustentabilidade promovida pelo “império” (Hardt e Negri, 2001). Um quarto do orçamento militar dos Estados Unidos poderia garantir a todos os seres humanos acesso à educação, à saúde, à alimentação, à água potável e à infra-estrutura sanitária... A lógica do mercado livre, hoje dominante, jamais satisfará essas necessidades. Essa lógica atende às necessidades do capitalismo e não às necessidades humanas. Por isso, um outro mundo é urgentemente necessário. Michael Hardt e Antonio Negri (2001, p. 21) citam Tácito: “eles praticam um massacre e o chamam de paz”. Esse é o mundo que precisamos mudar, o mundo orientado pela “fria lógica do lucro capitalista” (Idem, p. 11). Mas, dialeticamente, o império contém tanto essa visão como a sua visão contrária. São dois paradigmas de futuro antagônicos: o da **globalização** capitalista que divide, explora e aterroriza, sustentado por estados-nação, por um *complexo industrial-militar-religioso*, e o da **planetarização**¹⁰, isto é, o paradigma de uma humanidade una e diversa, representado hoje pelos Fóruns e por organismos não-governamentais, organismos do povo, que formam a nascente *sociedade civil global*. Esse novo paradigma busca a inclusão nas diversidades, não uma inclusão-submissão como no império, mas uma inclusão com identidade própria, como participação na **cidadania global**.

Muitas discussões em torno do conceito de alterglobalização estão relacionadas ao tema da radicalização da democracia e dos efeitos mais notáveis da globalização que são, segundo Michael Hardt e Antonio Ne-

¹⁰ Ver Ângela Antunes, *Leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade* (2002) e Moacir Gadotti, *Pedagogia da Terra* (2001). Marcos Costa Lima (2000, p. 7-8) utiliza o termo “planetarização” para introduzir uma “dúvida epistemológica, problematizando as conotações identificadas no termo de ascendência anglo-saxã: *globalização*, ou interpretações associadas ao vocábulo de origem francesa: *mundialização*”. Para nós a planetarização é mais do que isso: é um processo de construção de um outro mundo possível, a construção de um planeta como uma única comunidade.

gri, o império e a multidão. No livro *Império* (Hardt e Negri, 2001), os autores mostram que império e multidão se confrontam e, ao mesmo tempo, se complementam. O **império** é um sistema gerado pela globalização que controla a produção e o fluxo econômico. Mas a globalização também gerou a **multidão**, abrindo as fronteiras nacionais e mundializando as relações entre pessoas em redes. A multidão se comunica fora da esfera do estado e sem o estímulo das velhas ideologias. Ela pode não ser revolucionária, mas pode construir uma consciência de transformação profunda. “Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de *descentralização* e *desterritorialização* do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão (...). O conceito de Império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites” (Hardt e Negri, 2001, p. 12-5).

Hardt e Negri advertem que se trata de “fronteiras temporais” (Idem, p. 15), não de barreiras físicas (muros ou grades) que impedem o “espectro da migração” (Idem, p. 233). As forças e movimentos que contestam o império, como a sociedade civil global, elas também não estão limitadas a qualquer região geográfica. Elas também não têm fronteiras temporais. A batalha pela alterglobalização está se dando também no campo simbólico. “A comunicação não apenas expressa, mas também organiza o movimento da globalização” (Idem, p. 51). O imperialismo era baseado na força e o império, na **comunicação**, na “capacidade de mostrar força como algo a serviço do direito e da paz” (Idem, p. 33). Sua legitimidade baseia-se, supostamente, na busca da paz, da justiça e do equilíbrio e, quando intervém, mesmo militarmente, intervém, supostamente, por “razões humanitárias”.

A soberania dos estados-nação mais fortes era exercida pelo imperialismo para além de suas fronteiras. Não tendo fronteiras, o império exerce sua soberania em todos os lugares, sem limites. Nos estados-nação a representação é dada pelo “povo”, algo uno, que tem vontade própria. Ao contrário, no **império**, existe a multidão, que é algo múltiplo, inclusivo, composto de singularidades, não é homogêneo. Enquanto a multidão é inclusiva, o povo tende à homogeneidade. “O povo oferece

uma vontade e uma ação únicas, independentes das diversas vontades e ações da multidão, e geralmente em conflito com elas. Toda nação precisa fazer da multidão um povo” (Idem, p. 120).

Os autores citam Michel Foucault para definir como o império opera: “a vida agora se tornou objeto de poder”. No império, o **biopoder** toma conta de tudo. Ele “se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida (...). Biopoder é a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a... Um controle que se estende pelas profundezas da consciência e dos corpos da população” (Idem, p. 43-4). O biopoder controla todos os aspectos da vida; estende-se aos corpos, à vida pessoal; regula a vida e não apenas mata e elimina o inimigo. Como o biopoder depende da subordinação dos sujeitos, que podem se transformar em “insurgentes”, surge a importância do papel da educação para formar para a dependência e a subordinação. Uma educação emancipadora torna-se, assim, uma **contra-educação** (cf. Gadotti, 1980), uma educação para a desalienação, uma educação para outros mundos possíveis. Ela também pode tornar-se um contra-poder.

No império não existe mais o “lado de fora” (Hardt e Negri, 2001, p. 77). Todos estamos do lado de dentro, o que significa também que o império pode ser atacado de qualquer parte: “a única estratégia acessível às lutas é a do contra-poder constituinte que emerge de dentro do Império” (Idem, p. 77). Os autores sustentam que “o Império só pode ser efetivamente contestado em seu próprio nível de generalidade, e levando-se os processos que ele oferece para além de suas limitações atuais. Temos de aceitar o desafio e aprender a pensar e agir globalmente. A globalização precisa ser enfrentada com uma contra-globalização, o Império com um contra-Império” (Idem, p. 227). Precisamos **globalizar nossas lutas**. Tanto os amigos quanto os inimigos não estão separados territorialmente. Eles podem estar em qualquer lugar. Todos e todas estão dentro do império e dele fazem parte, cada um na sua individualidade, na multidão. Amigos e inimigos se globalizaram ou estão em processo de se globalizarem. Estão em todas as partes. Tanto a guerra quanto a luta contra ela, a luta pela paz, se universalizaram.

– Qual é o programa mínimo da multidão contra o império?

– Segundo os autores de *Império*, o projeto da multidão contra o império tem um programa com duas propostas fundamentais:

a) o **direito à cidadania global**: “o que podemos ver, todavia, é um primeiro elemento de programa político para a multidão global, uma primeira demanda política: **cidadania global**” (Idem, p. 423);

b) o **direito a um salário social**. Como o proletariado produz em todas as partes do mundo, 24 horas por dia, há uma “segunda demanda política programática da multidão: **um salário social e uma renda garantida para todos**” (Idem, p. 427).

Não há como fugir às reivindicações clássicas da classe trabalhadora: cidadania mundial, renda mínima, reapropriação dos meios de produção e de comunicação. Isso não está longe do que Marx defendia: para se apropriar do mundo é preciso se apropriar coletivamente dos meios de produção. Não se trata mais de se apropriar da riqueza pela conquista do estado nacional por um partido político. Trata-se de subordinar o estado e o mercado à **cidadania planetária**. Os autores não querem responder “como”. Essa é a tarefa da política e o livro deles é de “filosofia” (Idem, p. 16). A cidadania planetária supõe considerar o sistema mundo como uma *polis*, com uma vontade política comum. A democratização das instituições globais seria um passo importante para a criação dessa comunidade planetária, una e diversa. Eles sugerem que, para realizar o seu projeto, a multidão precisa apropriar-se das tecnologias da comunicação. A batalha final da multidão contra o império se dará no campo da cultura e da comunicação.

Num outro livro, *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, a abordagem dos autores é ainda mais transdisciplinar: “o tema do nosso estudo exige essa ampla interdisciplinaridade uma vez que no Império as fronteiras que previamente talvez justificassem estreita abordagem disciplinar estão sendo derrubadas. No mundo imperial, o economista, para citar um exemplo, precisa ter conhecimento básico da produção cultural a fim de compreender a economia, e da mesma forma o crítico cultural precisa de conhecimento básico dos processos econômicos para compreender a cultura” (Hardt e Negri, 2005, p.16).

Nesse segundo livro os autores retomam certos temas do primeiro, mas tratam muito mais da questão da guerra e da forma de combatê-la

através da democracia. Mas é nesse novo livro que o conceito de multidão fica ainda mais claro. Segundo os autores, é preciso distinguir a multidão, em termos conceituais, de outras noções como povo, massa, classe¹¹: “o povo é uno, a população, naturalmente, é composta de numerosos indivíduos e classes diferentes, mas o povo sintetiza ou reduz essas diferenças sociais a uma identidade. A multidão, em contraste, não é unificada, mantendo-se plural e múltipla” (Idem, p. 139). A velha classe operária, fechada em si mesma, hierarquizava as lutas, excluía os pobres, as mulheres. Ao contrário, a multidão é mais abrangente e inclusiva do que a classe operária.

A multidão é composta de inúmeras diferenças: culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais, formas de trabalho, maneiras de viver, visões de mundo e diferentes desejos. Essas singularidades não podem ser sintetizadas numa identidade. A multidão não é algo dado, mas em processo. Ela é e não é. É um conceito ambíguo. A multidão está cheia de hibridismos, não há identidade clara, há fraturas, fragmentos, indeterminação. A multidão pode ser hoje amorfa, mas ela é criadora e a tendência é tornar-se um “corpo social global” (Idem, p. 211).

Os autores insistem que o projeto da multidão é a democracia em escala global, é a criação de uma “sociedade global alternativa” (Idem, p. 17), por um paradigma novo de democracia, uma nova forma de soberania: “na medida em que a multidão não é uma identidade (como o povo) nem é uniforme (como as massas), suas diferenças internas devem descobrir o comum (*the common*) que lhe permite comunicar-se e agir em conjunto” (Idem, p. 14). Os autores apontam o “desejo de democracia” como esse “comum”: “desejar e reivindicar a democracia global não assegura sua concretização, mas não devemos subestimar o poder que essas demandas podem ter” (Idem, p. 15). Os estados dividem hoje o controle com os grandes conglomerados econômicos e os organismos internacionais. O conceito de multidão ultrapassa a distância

¹¹ “O conceito de classe trabalhadora passou a ser usado como um conceito exclusivo, não apenas distinguindo os trabalhadores dos proprietários que não precisam trabalhar para se sustentar, mas, também, separando a classe operária de outros que trabalham. Em sua utilização mais estrita, o conceito é empregado para se referir apenas a trabalhadores industriais (...). A multidão, em contrapartida, é um conceito aberto e abrangente que tenta apreender a importância das recentes mudanças na economia global: por um lado, a classe operária industrial já não desempenha um papel hegemônico na economia global, embora quantitativamente não tenha diminuído em escala planetária; por outro lado, hoje em dia a produção já não pode ser concebida apenas em termos econômicos, devendo ser encarada de maneira mais ampla como produção social – não apenas a produção de bens materiais, mas também produção de comunicações, relações e formas de vida” (Hardt e Negri, 2005, p. 13).

entre o estatal e o privado, como já fazem hoje as ONGs, em favor do que é comum a todos, o público. O antagonismo não está mais entre o estatal e o privado, mas entre o público e o mercantil.

Os autores dão grande destaque ao papel do trabalho imaterial na transformação social porque só pode ser realizado em comum: “o trabalho imaterial tende a sair do mundo limitado do terreno estritamente econômico, envolvendo-se na produção e na reprodução geral da sociedade como um todo. Assume também a forma social de redes baseadas na comunicação, na elaboração e nas relações afetivas. O trabalho imaterial só pode ser realizado em comum, e está cada vez mais inventando novas redes independentes de cooperação por meio das quais produzir. Essas características podem servir como um esboço preliminar da composição social da multidão que hoje anima os movimentos de resistência ao estado global permanente de guerra” (Idem, p. 101). A rede “tornou-se uma forma comum que tende a definir nossas maneiras de entender o mundo e de agir nele. E, sobretudo, da nossa perspectiva, as redes são a forma de organização das relações cooperativas e comunicativas determinadas pelo paradigma imaterial de produção” (Idem, p. 191). Organizando-se em rede, a multidão pode atuar democraticamente em diversas frentes de luta em temas universais, apesar de sua diversidade. Distintos movimentos podem estar unidos por uma causa comum em redes distintas.

Hardt e Negri insistem que o projeto da multidão é a reforma global da representação. Para eles a ONU deveria ser radicalmente democratizada, com a participação de organizações e comunidades como o Fórum Social Mundial, sem poderes de veto. Eles apontam para a criação de um Parlamento Global, o fortalecimento do Tribunal Penal Internacional, para garantir os direitos e a justiça no nível global, a criação de uma Comissão da Verdade Internacional, a quem caberia arbitrar as situações globais de injustiças, violação de direitos ou temas como a dívida externa dos países pobres. Propõem a democratização de organismos internacionais como o Bird, o FMI e a OMC. Só a democracia pode evitar a guerra imperial.

O império é constituído de uma rede densa e autônoma do poder capitalista que passa por cima de estados e nações. Ele exerce seu controle por meio de uma forma sutil de manipulação que contamina nossos

cérebros e nos leva a internalizar os valores do capitalismo. O império é “positivo” na medida em que supera os nacionalismos e possibilita, em seu interior, dialeticamente, a organização da oposição a ele mesmo, através do que chamamos de movimentos de “alterglobalização”. Na alterglobalização está a turba, a multidão, o oprimido, as redes solidárias, a economia solidária (uma outra economia possível), lutando por uma cidadania global, como sonhava o comunismo.

Nem todos concordam com essa visão “otimista” da nova globalização em curso. É o caso do sociólogo Atilio Boron. Numa visão mais disciplinar, ele critica o “programa político” dos autores de *Império*: a “cidadania global” e o “direito a um salário social”. Para ele a proposta da “cidadania global” permanece no nível da abstração: “quem fala de cidadania fala de poder, de relações de forças, e do estado como a fronteira básica dentro da qual se elabora e sustenta uma ordem jurídica” (Boron, 2002, p. 108). Para ele, os autores de *Império* estariam acreditando demasiadamente na força da sociedade civil global.

A obra de Hardt e Negri gerou muita polêmica: para uns, é uma obra obscura, débil, para outros, brilhante e reveladora. Suas provocações despertaram a ira apaixonada de muitos. Segundo Alan Rush (2006, p. 310-22) as críticas a Hardt e Negri são, muitas vezes, “parciais” e, em alguns momentos, “excessivas”: “o que muitos críticos não parecem considerar é o duplo nível em que funciona o conceito de ‘multidão’. Antes de tudo trata-se de um conceito ontológico e antropológico, cuja vigência deve se situar especialmente a partir da revolução humanista renascentista”. Para Néstor Kohan, o livro *Império* “constitui o balanço maduro de sua febril e apaixonada biografia política”, o “pensamento maduro de um militante e não de um acadêmico apolítico” (2006, p. 348-9), como a mídia o caracteriza. Seja qual for a visão que tenhamos dessa obra, ela não pode ser ignorada num momento em que estamos discutindo como educar para um outro mundo possível. As teses provocativas desses autores nos ajudam a refletir e a propor caminhos para a ação político-pedagógica em tempos de globalização.

Os autores de *Império* lembram a atitude propositiva de São Francisco de Assis que deixou a riqueza para viver na “condição comum da multidão” e em oposição à “mortificação da carne” propôs “uma vida de alegrias, incluindo todos os seres e a natureza, os animais, a irmã lua,

o irmão sol, as aves do campo, os humanos pobres e explorados, juntos contra a vontade de poder e corrupção” (Hardt e Negri, 2001, p. 437). Contra a miséria do poder eles opõem uma nova ética, a força da alegria de ser. Lembrando o velho e novo sonho da revolução comunista, os autores terminam o livro dizendo que “esta é a revolução que nenhum poder controlará – porque o biopoder e o comunismo, a cooperação e a revolução continuam juntos, em amor, simplicidade e também inocência. Esta é a irreprimível leveza e alegria de ser comunista”.

Paulo Freire nos incitava a ler o mundo. Lemos o mundo a partir do espaço, do lugar onde nos “ubicamos”, para utilizar uma expressiva palavra do espanhol. Não se trata de um lugar fixo, pois estamos sempre a caminho, em movimento. Nosso ponto de vista sempre determina nossa visão do mundo. Não é por nada que nossos pontos de vista são tão diversos. Nos “ubicamos” em muitos lugares. Essa diversidade é a riqueza da humanidade. Sem ela não haveria mudança. O mundo seria estático, eternamente imutável, sem sentido, sem perspectiva. O respeito à diversidade, a valorização da diversidade e a convivência na diversidade não são apenas uma exigência ética. É condição de humanidade. É condição *sine qua non* para o avanço da própria humanidade.

Paulo Freire nos fez sonhar porque falava a partir de um ponto de vista que é o ponto de vista do oprimido, do excluído, a partir do qual podemos pensar um novo paradigma humanitário, o sonho de um outro mundo possível, necessário e melhor. Poderíamos dizer, com base na práxis de Paulo Freire que existem hoje, metaforicamente, duas perspectivas de mundo: a perspectiva de Washington e a perspectiva de Angicos. Falo de Washington como metáfora, símbolo de um poder, de uma política, de uma visão de mundo, de um ponto de vista. Para os freirianos, Angicos é tão conhecida quanto Washington, pois foi lá que Paulo Freire fez a mais importante experiência do seu método pedagógico. Foi a partir do êxito obtido lá, em 1963, que ele ficou conhecido no mundo.

Angicos e Washington podem ser tomados hoje como metáforas de paradigmas opostos de civilização. Mesmo analisando dialeticamente esses dois pontos de vista, como unidade e oposição de contrários, eles contêm uma irreduzibilidade de fundo: a que existe entre guerra e paz, entre poder militar e utopia, entre fundamentalismo e diálogo. Contradições existem em tudo. Por isso existem mudanças. Ao propor essa re-

flexão sobre essas duas vias opostas de humanidade, não pretendemos defender essa irredutibilidade. Ao contrário, estamos buscando superá-la dialeticamente para que no “outro mundo possível” não exista fome e pobreza como existem hoje, sustentadas por guerras e fundamentalismos. A beleza da diversidade não deve ser confundida com a brutalidade da miséria frente à riqueza.

Estamos diante de uma escolha a fazer entre diálogo e guerra. Contra a **visão necrófila** do mundo que opõe um fundamentalismo a outro fundamentalismo, que leva à depredação ambiental, à violência, que suscita e alimenta o terrorismo (político, econômico, religioso, militar, de estado...) existe outra **visão, uma visão biófila**, que promove o diálogo e a solidariedade. Por mais difícil que seja essa via, ela é a única capaz de evitar a guerra, a barbárie e o extermínio¹². O terrorismo não pode nos impedir de pensar com lucidez.

O fundamentalismo religioso que faz parte da nossa cultura ocidental é apenas um tipo de fundamentalismo. Existe um outro, que é o **fundamentalismo político-econômico**. Como diz Leonardo Boff, “o primeiro e mais visível de todos é o fundamentalismo da ideologia política do neoliberalismo, do modo de produção capitalista e de sua melhor expressão, o mercado mundialmente integrado. Ele se apresenta como a solução única para todos os países e para todas as carências da humanidade” (2002, p. 38). A lógica do mercado livre na qual se baseia ignora as carências da humanidade em favor do lucro. Esta é a visão de Edgar Morin quando afirma que “o desenvolvimento, do modo como é concebido, ignora aquilo que não é calculável nem mensurável: a vida, o sofrimento, a alegria, o amor, e o único critério pelo qual mede a satisfação é o crescimento (da produção, da produtividade, da receita monetária). Definido unicamente em termos quantitativos, ele ignora as qualidades, as qualidades de existência, as qualidades de solidariedade, as qualidades do meio, a qualidade de vida” (2002, p. A-17).

Diante do estado do mundo de hoje, o diálogo já não é mais apenas uma opção política. O diálogo é hoje um **imperativo histórico** e

¹² “Dialogar com eles até a exaustão, negociar até o limite intransponível da razoabilidade, talvez leve o fundamentalista a reconhecer o outro, seu direito de existir e a contribuição que poderá dar para uma convergência mínima na diversidade” (Boff, 2002, p. 48)

existencial. A alternativa ao diálogo é o terrorismo, é a globalização da crueldade, a guerra. As duas possibilidades estão presentes na conjuntura atual: de um lado a legitimidade democrática e, de outro, a legitimidade da força.

É preciso **ampliar o nosso ponto de vista**. Precisamos ver a Terra de longe, em sua totalidade, em sua **planetaridade**. Ainda pensamos em blocos de nações contra outros blocos de nações: Comunidade Européia, bloco do Japão, bloco dos Estados Unidos, da China... característicos do modelo de fragmentação neoliberal. Esses blocos estimulam a competitividade sem solidariedade e as máquinas de guerra contra a vida. Ao contrário, precisamos pensar na cultura da justipaz¹³ e da sustentabilidade, pensar globalmente, planetariamente, em favor de toda a comunidade de vida.

Enfim, devemos sair de uma **visão antropocêntrica** para cultivarmos uma **visão holística**, fundada numa referência ética planetária, acima de gêneros, espécies e reinos. Paulo Freire nos falava em seu último livro de uma “ética do gênero humano”, apontando para o sonho possível de uma humanidade unida em torno de um objetivo comum da justiça, da paz e da prosperidade para todos. Esse é o sonho. Trata-se de torná-lo viável historicamente, tornar o “inédito”, “viável”, para usar palavras tão caras a Freire.

Como disse Gandhi, “não há caminho para a paz; a paz é o caminho”. Mudar o mundo é difícil. Existem muitas injustiças. Todavia, devemos tentar. Se não tentarmos, nós não nos mostraremos propriamente humanos. “Não haveria nada de humano em nós se nós não tentássemos mudar o mundo”, disse, certa vez, o historiador Eric Hobsbawm. Concordo inteiramente com ele.

¹³ Não entendemos a paz como tranqüilidade, como passividade, mas como luta. Falamos de “justipaz” porque entendemos que a paz é uma conquista da justiça. Como afirmou Paulo Freire na Unesco, em Paris, em 1986, quando recebeu o prêmio “Educador para a paz”, “a paz implica lutar por ela. A paz se cria, se constrói na e pela superação de realidades sociais perversas. A paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social” (Freire apud Gadotti (org.), 1996, p. 52). A paz só pode existir com justiça; a paz é fruto da justiça. Por isso falamos de justipaz.

A quem interessa mudar o mundo?

*"Você senta ali e vem um bando de crianças vender tudo. Elas pedem dinheiro, pedaço de sanduíche, vender chiclete, bala... de repente, uma menina começou a puxar minha mão. Eu dizia: 'Não, não tenho nada, não tenho nada, perai um pouquinho, estou conversando...'. E ela me puxando o braço. E eu fui empurrando, empurrando. Então ela apontou para baixo da mesa e falou: 'olha ali uma pombinha'... Levei um choque. Eu tinha agido segundo a regra... era um gesto bonito, terno, de uma afetividade que eu não pude reconhecer porque agi segundo a regra... É isto o que Brecht coloca. Estamos entorpecidos no nosso cotidiano por atitudes, comportamentos, hábitos. E não enxergamos mais o real."*¹

Fernando Peixoto



Não basta afirmar que outro mundo é possível. Nem se opor ao mundo existente. É preciso construir alternativas. O movimento zapatista foi um dos primeiros grandes movimentos altermundistas no sentido aqui expresso. Em Chiapas, ele realizou, em 1996, o primeiro fórum antiglobalização com o nome sugestivo de "Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo". Depois veio o Fórum Mundial de Alternativas, em 1997 e, em 2001, o Fórum Social Mundial.

Em 2001, o FSM reuniu em Porto Alegre 20 mil participantes de 117 países, em 2002, 50 mil participantes de 123 países e, em 2003, 100 mil participantes de 123 países. Em 2004, a quarta edição do FSM reuniu em Mumbai (Índia) 75 mil participantes de 117 países. Em 2005, retornando a Porto Alegre, o FSM reuniu mais de 180 mil participantes. Incluindo os 35 mil integrantes do Acampamento Intercontinental da Juventude, houve 155 mil participantes cadastrados de 135 países, envolvidos em 2.500 atividades, onde foram debatidas 352 propostas². Foi o maior de todos os Fóruns, com 6.880 comunicadores cadastrados. 2.800 voluntários trabalharam na realização do encontro. A Brigada Militar de Porto Alegre calculou que mais de 200 mil pessoas participaram da marcha de abertura. Milhões de pessoas se conectaram ao Fórum por meio das mais variadas formas de comunicação.

¹ Fernando Peixoto. O teatro de Brecht. In: Carlos Nunes. *O teatro através da história*. Rio de Janeiro: Entourage, 1992, vol. 1.

² Entre as propostas discutidas estava a democratização dos organismos internacionais, como as Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). A "Chamada global para a ação contra a pobreza" teve grande destaque neste Fórum, iniciando uma campanha mundial pela democratização dos organismos internacionais e o monitoramento dos governos para que cumpram as Metas do Milênio. A Marcha Mundial das Mulheres propôs uma ação de movimentos de mulheres do mundo todo para combater a pobreza e a violência sexista e romper com valores e condições materiais que sustentam o machismo, a opressão e a exclusão na nossa sociedade.

A sexta edição do FSM, policêntrica, realizou-se em três continentes: África (Bamako, Mali), Américas (Caracas, Venezuela) e Ásia (Karachi, Paquistão), também com muita participação. O Fórum de Bamako (Mali) foi realizado de 19 a 23 de janeiro de 2006, logo antes do Fórum de Caracas (24 a 29 de janeiro), do qual participaram mais de 100 mil pessoas. O Fórum de Karachi (Paquistão), inicialmente previsto para o mesmo período, devido a um terremoto na região foi realizado dois meses depois, de 24 a 29 de março de 2006. Em Bamako participaram cerca de 15 mil pessoas, a maioria procedente de zonas de língua francesa da África, incluindo aldeias agrícolas. Houve cerca de 600 atividades em Bamako. Em Karachi participaram cerca de 30 mil pessoas da Índia, Paquistão, Nepal, Sri Lanka, Afeganistão, Azerbaijão, Turquia, Irã e Iraque, países da região que mais sofrem com ocupações militares infligidas pelos Estados Unidos. Por essa razão, em Karachi foi energicamente condenado o militarismo e o terror de estado. No Paquistão, cerca de 70% do Produto Interno Bruto nacional é dedicado a gastos militares, enquanto que para a educação e a saúde são destinados apenas 3% do PIB.

O FSM 2005 talvez tenha sido o mais descentralizado e o mais democrático de todos. Sem dúvida foi o mais dinâmico e o mais propositivo. Mais de 2 mil atividades propostas pelas organizações de todo o mundo foram aglutinadas nos 11 espaços temáticos, definidos a partir de ampla consulta às entidades que participaram das edições mundiais, regionais e temáticas. Os eventos programados seguiram o princípio da autogestão, isto é, cada entidade proponente assumiu autonomamente a dinâmica do encontro.

O Acampamento Intercontinental da Juventude (AIJ) foi um espaço de vivência e convergência, local de diferenças e de luta pela soberania dos povos, com atividades culturais, debates, plenárias e oficinas. Ele funcionou como uma cidade, com espaços de uso coletivo, locais de atividades, comércio e serviços. Os bairros do AIJ tiveram estruturas de uso comum, como a cozinha coletiva, banheiros, chuveiros e pontos de água potável. O planejamento urbano privilegiou a descentralização dos espaços, para facilitar a integração e o processo autogestionário da organização.

O Território Social Mundial foi a expressão dessa mudança de atitude, com respeito ao espaço público e às ações solidárias. Só pode mudar

o mundo quem pratica as mudanças que prega. Em todos os espaços foram afixadas “dicas de sustentabilidade”: não desperdice alimentos (estima-se que 852 milhões de pessoas passam fome no mundo); estimule o desenvolvimento de cooperativas autogestionárias (o desemprego atinge cerca de 88 milhões de jovens entre 15 e 24 anos no mundo); evite o uso de copos descartáveis, prefira recipientes permanentes; utilize a frente e o verso do papel; compre alimentos de pequenos produtores rurais; diminua a produção de lixo recusando embalagens desnecessárias; estimule o desenvolvimento de iniciativas de economia solidária; deixe o seu carro em casa e ajude a melhorar a qualidade do ar; reduza o seu tempo de banho e evite o desperdício e a contaminação da água potável; consuma alimentos saudáveis; recicle o lixo.

A quinta edição do Fórum, com 11 espaços temáticos e três temas transversais, e atividades inteiramente autogestionadas, contou com uma nova metodologia³ de aglutinação voluntária, favorecendo a autonomia dos movimentos e evitando o dirigismo. Segundo Boaventura de Souza Santos, “a nova metodologia visa a dois objetivos principais: 1º construir todo o programa do FSM de baixo para cima, de tal maneira que todas as atividades serão autogeridas no sentido forte do termo; 2º maximizar a possibilidade de articulação e de ação comum entre organizações, convidando-as a encetar um diálogo sustentado que conduza à aglutinação de atividades propostas para o Fórum” (2005, p. 87).

O princípio fundamental da auto-aglutinação fortalece o movimento por um outro mundo possível e necessário, evita a repetição desarticulada de temas, facilita e multiplica os diálogos e favorece ações e campanhas comuns, reforçando o caráter participativo, propositivo e permanente do FSM. Uma primeira avaliação feita pelo Secretariado Internacional, durante uma das reuniões do Conselho Internacional,

³ Na preparação do FSM 2005 foi feita uma consulta mundial, entre abril e maio de 2004, a todos os que vinham participando dos fóruns anteriores sobre o que seria debatido em 2005. Das 1.800 respostas foram definidas 11 grandes áreas de interesse que resultaram em 11 espaços temáticos e 3 temas, como segue. Espaços temáticos: 1) Afirmar e defender os bens comuns da terra e dos povos, como alternativa à mercantilização e ao controle das transnacionais; 2) Arte e criação: construindo as culturas de resistência dos povos; 3) Comunicação: práticas contra-hegemônicas, direitos e alternativas; 4) Defendendo as diversidades, pluralidade e identidades; 5) Direitos humanos e dignidade para um mundo justo e igualitário; 6) Economias soberanas pelos e para os povos, contra o capitalismo neoliberal; 7) Ética, cosmovisões e espiritualidades: resistências e desafios para um novo mundo; 8) Lutas sociais e alternativas democráticas contra a dominação neoliberal; 9) Paz e desmilitarização: luta contra a guerra, o livre comércio e a dívida; 10) Pensamento autônomo, reapropriação e socialização do conhecimento, dos saberes e das tecnologias; 11) Rumo à construção de uma ordem democrática internacional e integração dos povos. Eixos transversais: 1) Emancipação social e dimensão política das lutas; 2) Luta contra o capitalismo e o patriarcalismo; 3) Luta contra o racismo.

dia 24 de janeiro de 2005, em Porto Alegre, mostrou que “o processo de aglutinações efetivado em 2005 constituiu uma grande conquista política. Ele permitiu resolver a tensão entre diversidade e a não-hierarquização das causas, lutas e sujeitos sociais – cláusulas pétreas nos Fóruns Sociais Mundiais – e a necessidade, cada vez mais sentida pelos participantes de nossos encontros, de lançar ações comuns. Não foram alcançados ainda todos os resultados possíveis e esperados. Mas, embora nenhuma aglutinação tenha sido imposta, reduziu-se fortemente o número de iniciativas inscritas por organizações isoladas. Mais importante: a metodologia estimulou movimentos e organizações de todo o mundo a procurar construir, por meio de um diálogo que começou bem antes de Porto Alegre, atividades capazes de gerar propostas e ações comuns. Em diversos casos, está previsto até mesmo o lançamento, no Fórum, de campanhas de longo prazo”⁴.

Toda essa força aglutinadora não nasceu propriamente em Porto Alegre. O “espírito de Porto Alegre” nasceu antes de Porto Alegre. Um momento importante do nascimento do “espírito de Porto Alegre” pode ser encontrado na cidade do Rio de Janeiro, onde foi realizada, de 2 a 14 de junho de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad/Unced), a Rio-92 ou Eco-92, como foi chamada. A única vez em que os países haviam se reunido para discutir a sobrevivência do planeta tinha sido em 1972, em Estocolmo (Suécia).

Além da Conferência oficial patrocinada pela ONU, ocorreu, paralelamente, o Fórum Global 92, promovido pelas entidades da sociedade civil. Participaram do Fórum mais de 10 mil representantes de organizações não-governamentais (ONGs) das mais variadas áreas de atuação em todo o mundo. Ele se constituiu num conjunto de eventos, englobando, entre outros, os encontros de mulheres, crianças, jovens e índios. Nesse Fórum foi aprovada uma “Declaração do Rio”, também chamada de “Carta da Terra”, conclamando todos os participantes para que adotassem o seu espírito e os seus princípios, em nível individual e social e por ações concretas das ONGs signatárias. As ONGs se comprometeram ainda a iniciar uma campanha pela adoção da Carta. Essa declaração

⁴ “Muito além de Porto Alegre” (uma estratégia para a internacionalização do Fórum Social Mundial e uma proposta para nossa trajetória até a África-2007), documento distribuído pelo Secretariado Internacional durante reunião do Conselho Internacional do FSM em Porto Alegre, 24 de janeiro de 2005.

foi aprovada pelo Fórum Internacional de Organizações Não-Governamentais no âmbito do Fórum Global, representando mais de 1.300 entidades com atuação em 108 países. Ela encarna o chamado “espírito do Rio”, que está estampado no **preâmbulo da Carta**: “Nós somos a Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar. Nós honramos a Terra, como o lar de todos os seres vivos. Nós estimamos a Terra, pela sua beleza e diversidade de vida...”. Os participantes do Fórum comprometeram-se a adotar o espírito e os princípios da Carta da Terra e empenhar-se para que ela fosse adotada pelas Nações Unidas e traduzida em todas as línguas do planeta.

A partir do Fórum Global, as organizações não-governamentais foram cada vez mais reconhecidas como vitais para o projeto, execução e obtenção de bons resultados no desenvolvimento sustentável. Elas se multiplicaram em todo o mundo, e mostraram sua força política e econômica na Rio-92 e continuam demonstrando grande vitalidade. As ONGs foram consideradas como “os olhos da população” na Conferência da ONU e, depois, como interlocutoras obrigatórias entre os governos dos países pobres e as instituições financiadoras dos países ricos. Uma média de 25 mil pessoas esteve presente diariamente para participar dos cerca de 350 eventos promovidos pelo Fórum Global 92. Participaram, durante 15 dias, cerca de 3 mil entidades, ambientalistas ou não, de diferentes países e das mais variadas partes do planeta.

Este é apenas um exemplo, entre tantos, dos antecedentes históricos do Fórum Social Mundial. Além da Conferência da ONU sobre meio ambiente (Eco-Rio-92), outras Conferências Temáticas precederam o Fórum Social Mundial. Entre elas, as Conferências sobre **Direitos Humanos** (Viena, 93), **População e Desenvolvimento** (Cairo, 94), **Desenvolvimento Social** (Copenhague, 95), **Mulheres** (Pequim, 95), **Habitação** (Istambul, 96), **Racismo** (Durban, 2001). A participação da sociedade civil nessas conferências, às vezes de forma “paralela”, já prenunciava a necessidade de um fórum próprio dos movimentos sociais e das ONGs, sobretudo daquelas que pautam problemas de ordem mundial como os direitos humanos, a paz, o meio ambiente, a solidariedade, a questão de gênero etc.

Antecipando-se à criação do FSM, o chamado **movimento antiglobalização** realizou uma série de protestos, entre eles: 1º) em maio de 1998,

milhares de jovens foram às ruas em Genebra (Suíça) para protestar no aniversário de criação da Organização Mundial do Comércio (OMC); 2º) em maio de 1999, milhares de pessoas fizeram uma corrente humana em torno da cidade de Colônia (Alemanha), no encontro do G8, pedindo o perdão da dívida externa dos países pobres; 3º) no final de novembro e início de dezembro de 1999, em Seattle (Estados Unidos), uma das maiores manifestações do planeta resultou no cancelamento do programa chamado “rodada do milênio”; 4º) em abril de 2000, mais de 15 mil manifestantes protestaram, no centro de Washington, durante a reunião do FMI; 5º) em julho de 2000, milhares de pessoas protestaram em Bolonha (Itália), durante o encontro da OCDE; 6º) em setembro de 2000, cerca de 15 mil pessoas se manifestaram a favor de um mundo mais justo e solidário em Praga (República Tcheca), durante o encontro do FMI e do Banco Mundial.

Outros protestos aconteceram em diferentes partes do mundo. Eles se intensificaram muito depois da realização do FSM 2001. A mais impressionante de todas as manifestações foi contra a guerra, convocada pelo próprio Fórum para o dia 15 de fevereiro de 2003. Foram as maiores manifestações de massa da história da humanidade, reunindo milhões de pessoas. Essas manifestações contribuíram para que a França e a Alemanha não se alinhassem aos Estados Unidos e à Grã Bretanha na invasão do Iraque.

2.1. A força aglutinadora do Fórum Social Mundial

Quem faz um bom relato da origem do Fórum Social Mundial são Heikki Patomäki e Teivo Teivainen em seu livro *A possible world: democratic transformation of global institutions* (2004). Segundo eles, tratava-se, inicialmente, de um contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos (Suíça). A idéia de um contra-evento crítico ao de Davos foi formulada durante o 20º aniversário do “Centro Tricontinental” em Louvain, na Bélgica, em 1996. No ano seguinte foi realizado no Cairo, no Egito, o Fórum Mundial de Alternativas, pensando num “outro Davos” ou num “anti-Davos”. O Fórum Mundial de Alternativas reuniu-se, em janeiro de 1999, em Zurique, preparando um “contra-evento” ao de Davos, que contou com a participação do jornal francês *Le Monde Diplo-*

matique e da Associação para uma Taxa sobre as Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos (Attac)⁵, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Marcha Mundial das Mulheres, entre outros (ver Patomäki e Teivainen, 2004, p. 116-26).

A idéia do Fórum Social Mundial, entendido não como um “anti-Davos”, não como um movimento europeu de protesto, nasceu de alguns movimentos sociais e ONGs brasileiras no final de 1999, desejando opor resistência ao pensamento único neoliberal. Foi uma feliz resposta brasileira a uma conjuntura global⁶. No início do ano seguinte (2000), a Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives), por meio de seu coordenador Oded Grajew, propôs a iniciativa de se realizar um Fórum Mundial e reuniu-se com Bernard Cassen, diretor do jornal *Le Monde Diplomatique* e do Attac, e com Francisco Whitaker, da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), em Paris, para discutir a possibilidade concreta de realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no ano seguinte⁷.

Retornando ao Brasil, estas três organizações firmaram um “Acordo de cooperação” com mais cinco entidades, para fazer parte do Comitê Organizador⁸ do primeiro Fórum, a se realizar em Porto Alegre, no final de janeiro de 2001. Os governos do estado do Rio Grande do Sul e do município de Porto Alegre, ambos conquistados pelo Partido dos

⁵ A Attac, em sua origem, chamava-se Associação pela Taxa Tobin de Ajuda aos Cidadãos. Seu objetivo era lutar pela concretização da proposta de taxação dos movimentos de capital especulativo feita pelo Prêmio Nobel de Economia James Tobin, em 1972, como forma de controlar sua liberdade de circulação em escala mundial. A Attac, fundada na França, em 1998, por iniciativa do jornal *Le Monde Diplomatique*, tem por objetivo central produzir informação para agir contra a dominação na esfera financeira sobre a vida das pessoas. Seus principais campos de trabalho são: a taxação de transações financeiras, a luta contra os paraísos fiscais e a criminalidade financeira e a desmistificação dos fundos de pensão.

⁶ “A experimentação do Fórum Social Mundial não surgiu por acaso. As idéias que a provocaram passaram pela cabeça de gente de todo o mundo, do nosso Paulo Freire à não-diretividade de Rogers, de Illich e Marcuse, e aos anarquistas e libertários europeus, entre tantos outros. Elas se concretizaram mais amplamente no final da década de 1960, quando a indignação e a revolta contra diferentes tipos de autoritarismo – no Brasil na luta contra a ditadura – fez ir para as ruas, quase concomitantemente em diferentes países do mundo, grandes quantidades de jovens, cujos anseios poderiam ser sintetizados na frase surgida em maio de 68 na França: ‘É proibido proibir’” (Whitaker, 2005, p. 213).

⁷ Bernard Cassen narra que, logo após encontrar-se com Chico Whitaker e Oded Grajew, dirigiu-se ao diretor do *Le Monde Diplomatique*, Ignácio Ramonet, dizendo-lhe que “nós vamos montar uma operação histórica: vamos afundar Davos (...). Era preciso que o FSM ocorresse nas mesmas datas que o WEF. Era uma maneira também simbólica e, ao mesmo tempo, midiática de oferecer uma clara escolha: ou Davos ou Porto Alegre. Inaugurado dia 25 de janeiro, exatamente na mesma data que o de Davos, o FSM, em menos de 48 horas se colocou midiaticamente no mesmo nível que o WEF” (Cassen apud Cattani (org.), 2001, p. 15-18).

⁸ Além do Cives, Attac e CBJP, fizeram parte do Comitê Organizador: a Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o Centro de Justiça Global (CJG). O Instituto Paulo Freire participou, desde o início, da organização do primeiro Fórum Social Mundial, representado pela Abong. Hoje ele faz parte do Conselho Internacional do FSM. Por essa sua atuação destacada na construção do processo dos Fóruns Sociais, o IPF foi convidado pelos oito membros brasileiros que compunham o Comitê Organizador do Fórum de 2001, transformado, inicialmente, em Secretariado Internacional e, depois, em Grupo Facilitador, a participar deste Grupo, hoje com 9 membros.

Trabalhadores, apoiaram a iniciativa. Porto Alegre tornou-se a capital simbólica do FSM. Segundo Francisco Whitaker (2000), em junho de 2000, em Genebra, durante a reunião da “cúpula” alternativa à Cúpula Social da ONU “Copenhague + 5”, a proposta do FSM foi discutida e aceita, criando-se um Comitê Internacional de Apoio ao Fórum⁹. Desde o início, o FSM adotou o lema “outro mundo é possível”, contrapondo-se à famosa frase de Margaret Thatcher, “não há outra alternativa”, desconstruindo a tese do pensamento único.

Os primeiros eventos do FSM foram realizados em Porto Alegre em 2001¹⁰, 2002 e 2003, o quarto, em Mumbai (Índia) em 2004 e o quinto retornou a Porto Alegre, em 2005. O Comitê Organizador (CO), subdividido em Grupos de Trabalho e formado por um grupo limitado de entidades, tem caráter provisório e é responsável pelos eventos do FSM. Para as decisões político-estratégicas do FSM enquanto processo, foi criado, em 2001, o Conselho Internacional (CI), formado por um grande número de entidades. Na mesma época foi criado o Secretariado Internacional¹¹. Seu principal objetivo é atuar como instância facilitadora do processo do FSM em nível mundial, acompanhando os vários fóruns regionais e temáticos, sistematizando e assegurando a memória do FSM e desenvolvendo a sua metodologia. O Conselho Internacional responde por questões políticas gerais, pela discussão sobre os rumos do FSM e pelas metodologias dos eventos anuais. Este Conselho é formado por mais de 130 organizações¹² e 7 observadores, entre redes temáticas, campanhas, confederações, movimentos sociais e outras organizações com acúmulo de conhecimento e experiência fundamentais para o aprofundamento do processo do FSM.

⁹ Em junho de 2001 esse Comitê foi transformado em Conselho Internacional. Segundo Boaventura Souza Santos (2005, p. 45), a criação do Conselho Internacional “reflete o conceito do FSM como um processo permanente, de longo prazo, concebido para construir um movimento internacional que reúna alternativas ao pensamento neoliberal a favor de uma nova ordem social, capaz de promover o contato entre uma multiplicidade e diversidade de propostas”.

¹⁰ Logo após a realização da primeira edição do FSM, um dos seus principais promotores afirmou: “algo novo nasceu em Porto Alegre. Há muito tempo não se via um encontro semelhante, uma verdadeira *ágora* da democracia mundial (...). O Fórum Social Mundial é o espaço que necessitávamos para o resgate do patrimônio mais valioso já edificado ao longo da história: a solidariedade. É o instrumento que precisávamos para afirmar, mundialmente, a ética na política e a democracia na ação social” ([Cândido Grzybowski opud Cattani (org.), 2001, p. 24-33]).

¹¹ O Secretariado Internacional do Conselho Internacional é composto pelos membros do antigo Comitê Brasileiro de Organização do Fórum e pelos membros do Comitê de Organização do FSM realizado em 2004, em Mumbai, na Índia.

¹² O Instituto Paulo Freire participou desde as primeiras discussões sobre a criação do FSM enquanto associado da Abong. No decorrer do processo do FSM sentimos necessidade de participar também como entidade, como rede internacional, dando uma contribuição mais específica ao FSM, fosse no CI, fosse como parte de um grupo facilitador do Fórum. Seu pedido de ingresso no Conselho Internacional foi atendido formalmente no dia 6 de abril de 2004, na reunião do CI de Passignano (Itália).

Para facilitar o trabalho do CI, em junho de 2004 foram criadas seis Comissões encarregadas de tarefas específicas: de estratégia, de expansão, de conteúdos, de metodologia, de comunicação e de financiamento.

Enfim, o Conselho Internacional é o espaço de balizamento estratégico, político e organizativo do FSM. As Comissões do Conselho Internacional formam o espaço operativo do Conselho, tanto para colocar propostas como para realizá-las, quando forem aprovadas. O Secretariado Internacional é uma nova etapa. Seu papel é de um facilitador, ocupando um espaço de coordenação executiva entre o Conselho, as Comissões e os Comitês Organizadores dos eventos do FSM, para executar no dia-a-dia as decisões e orientações do Conselho Internacional. O papel do Secretariado Internacional, hoje chamado de **Grupo Facilitador**, continua em discussão. Na verdade, ele sempre funcionou como um grupo facilitador coletivo e não como o termo “Secretariado” tem nas estruturas verticalistas de algumas organizações. Como toda experiência nova, o FSM ainda não encontrou uma estrutura permanente que realmente facilite alcançar seus objetivos estratégicos.

O **Fórum Social Mundial** é resultado de um longo processo de organização social dos movimentos e organizações não-governamentais. Nesse processo, na América Latina, teve um papel importante a **educação popular**, como concepção geral da educação ligada ao movimento popular. Diante do vazio ideológico (crise da idéia de utopia) provocado pelo fim do socialismo de tipo soviético nos anos 90, resultou, no ano 2000, uma reunião dos movimentos sociais no FSM, como uma “convergência”, sob uma nova lógica, com base em dois princípios básicos: a construção da alterglobalização e o respeito ao pluralismo, contra o monolitismo dos paradigmas socialistas clássicos¹³. O FSM reúne-se em torno de “causas globais” – articuladas com iniciativas locais –, em “espaços políticos de autogestão”, auto-aglutinados, trabalhando em redes solidárias, sem hierarquia. Governantes e partidos são convidados como observadores pessoais. O poder público pode apoiar o FSM na forma de parceria para a realização de eventos.

¹³ “O Fórum não é uma instância de poder a ser disputada pelos participantes, nem pretende constituir-se na única alternativa de articulação” (Fuentes, 2005, p. 8). O Fórum Social Chileno, realizado em novembro de 2004, além de constituir-se como um espaço aberto de encontro e debate democrático de idéias, preocupou-se muito com a articulação de propostas para a construção de uma “sociedade planetária centrada no ser humano” (Idem, *ibid.*). De cada eixo temático foram tiradas propostas concretas de ação.

Deve-se distinguir sem separar o FSM enquanto evento do FSM como um processo. O primeiro é caracterizado pelos inúmeros momentos organizativos provisórios de encontros e o segundo é constituído pelo trabalho permanente de construção de outro mundo possível do qual os próprios eventos são parte constitutiva. O primeiro é representado pelos nós do segundo, que é constituído pelo processo de trabalho em redes. Atualmente, o FSM está muito mais preocupado com o segundo. O FSM como um evento deve se constituir num momento de fortalecimento do FSM como processo¹⁴. E o FSM enquanto processo só se fortalecerá na medida em que o FSM como um todo esteja voltado para a construção concreta das alternativas à globalização capitalista. Este foi também o espírito de Mumbai¹⁵, que apontou o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional como as principais causas das desigualdades atuais. A reorientação dessas instituições, para pô-las a serviço do povo e não do capital, foi apontada como uma grande urgência, ao lado do não pagamento da dívida externa e do fim do desperdício de recursos econômicos em armamentos, bases militares etc. A guerra foi apontada como a maior ofensa para a dignidade dos povos. O futuro do fórum dependerá da sua capacidade de se articular em torno de alternativas e propostas viáveis ao modelo neoliberal¹⁶, como está estabelecido em sua Carta de Princípios¹⁷.

O Conselho Internacional do FSM reunido em Porto Alegre no final de janeiro de 2005 tomou uma série de decisões visando à descentralização do Fórum de 2006, realizando três eventos mundiais: um na África, outro na Ásia e outro na América Latina. Esta iniciativa buscou

¹⁴ O problema, como tem sustentado nosso companheiro Antonio Martins, da ONG Planeta Porto Alegre, é como dar identidade ao processo. Num evento, isso é fácil, pela própria materialidade do acontecimento: uma cidade, um território, uma data. No processo, a diversidade – natural e bem-vinda – de atores e lutas sociais impede que todos se reconheçam como parte de um esforço emancipatório comum. A particularidade é o que aparece como mais forte. Por isso é tão importante lançar iniciativas, como o “Mural de Propostas”, que permitem o auto-reconhecimento. Mais do que fazer declarações e manifestos, o FSM deveria criar instrumentos apropriados e capazes de dar dinamismo ao processo do Fórum.

¹⁵ No Fórum de Mumbai houve mais participação popular e uma presença mais visível da diversidade cultural do que em Porto Alegre. O movimento popular e social esteve mais presente em Mumbai do que em Porto Alegre.

¹⁶ Como afirmou José Saramago na quinta edição do FSM em Porto Alegre, não podemos transformar o FSM num ritual, como se fôssemos a Meca, anualmente, para atirar algumas pedras ao diabo capitalista e depois voltar para casa com a consciência tranqüila. Precisamos dizer como vamos chegar a esse outro mundo possível.

¹⁷ A Carta de Princípios do FSM foi primeiramente formulada pelos oito membros brasileiros que compunham o Comitê Organizador do Fórum, em abril de 2001, logo depois da primeira edição do FSM. Ela foi, depois, modificada e aprovada no primeiro encontro do Comitê Internacional, mais tarde denominado “Conselho Internacional”, em junho do mesmo ano. Em Mumbai, em 2004, foram feitas várias sugestões de mudança da Carta de Princípios, com base numa consulta realizada entre entidades e indivíduos indianos desde 2002. Essas sugestões, ainda não adotadas, esperam por uma discussão mais ampla.

aprofundar o processo de **mundialização** do Fórum¹⁸, iniciado com a realização da quarta edição em Mumbai (Índia). Para não haver uma “inflação” de fóruns, decidiu-se criar mecanismos de interconexão entre os diferentes fóruns, uns se retroalimentando com a experiência dos outros. Essa mundialização não será apenas geográfica, mas, também, generacional, social e setorial. A mundialização favorece o enraizamento do Fórum e dá oportunidade para que mais gente possa participar de suas atividades. Estimulam-se os diferentes fóruns para que tenham a mesma metodologia, isto é, que sejam organizados de forma auto-aglutinada pelos diferentes movimentos sociais, ONGs e entidades da sociedade civil, atendendo a temáticas globais articuladas com as temáticas locais e regionais.

O FSM não substitui os movimentos e não tem qualquer ingerência em suas campanhas. São eles os protagonistas. O Fórum “não é um movimento ou entidade com programa próprio, com filiados ou militantes. Ele é somente um espaço aberto – e, por isso mesmo, seus eventos não têm documento final. Foi criado para que as organizações da sociedade civil que lutam por um ‘outro mundo possível’ se encontrem livremente, se reconheçam mutuamente, aprendam umas com as outras, discutam alternativas e se articulem em novas iniciativas. Nós, os organizadores, somos simplesmente os facilitadores desse processo”, afirma Francisco Whitaker, representante da Comissão Brasileira Justiça e Paz no Secretariado Internacional do FSM¹⁹. Whitaker tem insistido que não será o Fórum que irá mudar o mundo. A sociedade é que vai mudar o mundo. O Fórum apenas cria possibilidades para que a sociedade civil, que até agora não era um ator político significativo, passe a sê-lo e tenha mais condições de mudar o mundo.

Hoje podemos dizer que o Fórum Social Mundial é o principal processo de articulação auto-aglutinador da altermundialização. Nesse sentido, ele não é apenas um espaço aberto. É também um processo ou um “movimento de movimentos” (Patomäki e Teivainen, 2004, p. 145-54), mesmo não sendo um movimento no sentido comum da palavra. O FSM não se reduz à organização de eventos plurais de debate das questões mundiais. É

¹⁸ Não basta que muitos países e regiões participem dos eventos do FSM. É preciso que todas as regiões do mundo estejam representadas no Conselho Internacional do FSM e participem do seu processo de construção, reunindo o maior número de organizações e movimentos que se opõem à globalização neoliberal.

¹⁹ Em carta publicada no “Painel do leitor” da *Folha de S. Paulo*, no dia 5 de fevereiro de 2005.

mais do que um espaço democrático. O todo é mais do que as suas partes. Ao “facilitar” o encontro de organizações, o FSM tornou-se um novo ator social, mesmo que não queira assumir este papel, mesmo que não tenha uma plataforma política. Ele é hoje o único ator coletivo e popular auto-organizado capaz de enfrentar o projeto neoliberal.

Um dos papéis do Fórum, que não foi ainda destacado, é o seu papel formativo. A quantidade de jovens nos Fóruns é enorme. O encontro de jovens com outros jovens e movimentos tem uma força pedagógica importante. O FSM está se transformando, para além de suas numerosas propostas, num **poderoso instrumento de formação**. Daí o interesse cada vez maior dos educadores que encontram nos Fóruns um espaço importante de ação político-pedagógica.

– *A quem interessa mudar o mundo?*

– Essa foi a pergunta que fizemos no início deste capítulo. Interessa a todos aqueles que não têm medo de pensar um mundo não capitalista. Interessa a todos aqueles e aquelas que têm fé, que acreditam na capacidade humana de organizar uma sociedade mundial baseada na justiça. Responder que interessa a todos os que estão descontentes com o mundo de hoje não é suficiente. Cada um poderia ter muitas razões a partir do *locus* da sua vida, do seu *habitat*. Eu, como educador, poderia responder a partir do meu ponto de vista, o de quem faz educação como dever de ofício. Vou começar respondendo a pergunta a partir desse *locus*, sem querer “especializar” a resposta. Gostaria de falar de um ponto de vista mais amplo do que o da pedagogia, embora creia, como Paulo Freire, que a pedagogia é tão importante como a política e a economia para mudar o mundo.

Durante as poucas, e talvez por isso mesmo muito concorridas, atividades desenvolvidas no FSM 2001 no campo da educação, realizou-se o “Fórum Paulo Freire”. Os presentes a este Fórum propuseram a realização de um espaço de debate com o nome de **Fórum Mundial de Educação (FME)**. A Prefeitura de Porto Alegre assumiu a responsabilidade de organizá-lo. A primeira edição do FME, em outubro de 2001, elegeu como temática central “Educação no mundo globalizado” e, a segunda, em janeiro de 2003, “Educação e transformação”, nos dias que precederam o FSM.

O **Fórum Mundial de Educação** aprovou, em Porto Alegre, duas Cartas em defesa da educação libertadora, popular e cidadã. Além disso, propôs a construção coletiva de uma **Plataforma Mundial de Educação**

e a descentralização dos eventos em fóruns temáticos, regionais e nacionais. Hoje, o FME constitui-se num grande movimento mundial pela cidadania planetária, em defesa do direito universal à educação. Para um outro mundo possível, uma outra educação é necessária.

O neoliberalismo concebe a educação como uma mercadoria, reduzindo nossas identidades às de meros consumidores, desprezando o espaço público e a dimensão humanista da educação. Opondo-se a esta perspectiva, o FME defende uma concepção emancipadora da educação, que respeita e convive com a diferença, promovendo a intertransculturalidade²⁰.

O Fórum Mundial de Educação, na mesma perspectiva do Fórum Social Mundial, sustenta-se em dois pilares básicos: a construção de uma alternativa ao projeto neoliberal e o pluralismo de idéias, métodos e concepções. É um espaço plural, não-confessional, não-governamental e não-partidário, não-violento e autogestionado. Precisamos respeitar o tempo de cada cultura, de cada povo, de cada processo. O pilar da diversidade dos Fóruns fundamenta-se num princípio ético-político de respeito ao tempo de cada um, de cada cultura, de cada civilização. Não há um caminho único.

Nos primeiros dias de abril de 2004, São Paulo foi sede de um Fórum Mundial de Educação temático sobre “Educação Cidadã para uma Cidade Educadora”, com mais de 100 mil participantes, convergindo para a terceira edição do FME de Porto Alegre, de 28 a 31 de julho de 2004, com o tema: “A educação para um outro mundo possível: construindo uma plataforma de lutas”. Esta edição do FME avançou em relação às anteriores pois, além da discussão temática e conceitual da educação, estabeleceu uma agenda de lutas na qual se reafirma “o direito universal a uma educação emancipatória” e se rechaça a “mercantilização da educação, da ciência e da tecnologia”, exigindo não só o acesso e a permanência na escola, mas, sobretudo, “o direito de aprender na escola” como “direito humano prioritário e inalienável”. Em março de 2006 uma segunda edição do FME temático sobre “Educação Cidadã para

²⁰ Um dos temas mais debatidos hoje refere-se à valorização da diversidade face à globalização e ao chamado “choque de civilizações”. A diversidade humana e de suas culturas representa uma riqueza e não uma deficiência. Por isso, não basta respeitar as diferenças culturais. É preciso valorizar a diversidade cultural como a grande riqueza da humanidade. Isso se faz pelo diálogo intercultural. E também pela busca do que há de comum entre as culturas, que é a chamada transcultura. Chamamos de intertransculturalidade esse processo no qual se coloca o diálogo entre as culturas, valorizando-as e ao mesmo tempo procurando pontos comuns na base dos quais está a humanidade de cada ser humano. Veja-se o livro de Paulo Roberto Padilha *Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação* (2004).

uma Cidade Educadora” foi realizado na cidade de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro) com a participação de mais de 30 mil pessoas.

O Conselho Internacional do FME, reunido em Porto Alegre durante a quinta edição do FSM, no final de janeiro de 2005, decidiu realizar suas edições juntamente com as edições do FSM, articulando-se definitivamente com ele, além de comprometer-se com a sua Carta de Princípios e aderir à sua metodologia temática auto-aglutinadora. Assim, a quarta edição do FME, realizada em Caracas, em janeiro de 2006, reafirmou essa agenda, defendendo ainda a luta pela troca da dívida externa por investimentos em educação. Atividades do FME foram realizadas também em Bamako e Karashi.

Os Fóruns de hoje têm uma história que remonta ao Fórum Global 92, que se reuniu durante a realização da Rio-92. Eles se constituem de movimentos em torno de grandes causas e de ações globais. O próprio Fórum Social Mundial, como processo, é um desses movimentos globais, o mais amplo de todos. Ele aglutina os movimentos sociais, debate e publiciza suas propostas para um outro mundo possível.

– *O que é uma ação global?*

– Ação global é uma ação que catalisa, para a qual convergem muitas ações dos movimentos. O FSM é, por excelência, ação global, envolvendo muitas redes de movimentos em muitos países, com vistas à superação do modelo de globalização capitalista. Ações globais tocam questões globais, desafios globais, como os direitos humanos, a pobreza, a crise ecológica e social, o desemprego, a fome, o analfabetismo, a saúde, o lixo, a água etc. Ações globais combinam-se, necessariamente, com iniciativas locais, mesmo porque as políticas globais têm conseqüências ao nível local e ao nível das pessoas. As redes de ONGs e movimentos contra-hegemônicos vêm apresentando alternativas ao globalismo de forma propositiva e respeitosa das diferenças.

Uma das grandes e auspiciosas novidades deste início de milênio tem sido o movimento histórico-social provocado pelo surgimento e crescente desenvolvimento de ONGs²¹, associações, entidades, movimentos

²¹ Não podemos falar, contudo, nas ONGs como um bloco homogêneo. Como sustenta James Petras, existem ONGs com uma postura “apolítica” e outras ONGs, financiadas pelo Bird e pelo BID, que se apropriam da linguagem de esquerda, falam dos “excluídos”, dos “sem voz”, da “extrema pobreza”, da “discriminação racial ou de gênero”, mas “sem ir mais além dos sintomas, comprometendo-se assim com o sistema social que produz essas condições”. Essas ONGs, segundo James Petras, seriam instrumentos do neoliberalismo (Petras, 2004).

sociais e populares, lutando pelo respeito a direitos conquistados e por novos direitos, em muitas partes do mundo, particularmente no Brasil. Trabalhando em rede, sem hierarquias, os movimentos sociais lutam pela inclusão social por meio de campanhas, fóruns, marchas etc., radicalizando a democracia, conquistando novos direitos.

A relação entre ONGs e movimentos é permeada pela questão da relação entre o público e o privado, entre o estatal e o mercantil. Até que ponto ONGs e movimentos são realmente parceiros? No Fórum Social Mundial essa relação não é tranqüila. São nítidas as diferenças de identidade e de atuação. A metodologia do FSM favoreceu o diálogo entre eles, superando uma certa tensão existente na década de 90, quando as ONGs se viam como órgãos de assessoria aos movimentos. Não se viam como parceiros. Todavia, apesar das agendas comuns, algumas tensões ainda existem.

A diferença sugere também a necessária complementaridade entre ONGs e movimentos sociais. A expansão das ONGs (década de 90) é posterior ao desenvolvimento dos movimentos sociais, protagonistas dos anos 70 e 80. Mais de 60% das atuais 300 mil associações sem fins econômicos²² foram criadas na década de 90, muitas delas impulsionadas pela Eco-92. Cresceram também em responsabilidade, já que elas começaram a ocupar o espaço que deveria ser ocupado pelo estado, executando políticas governamentais. Com a obrigação de serem não-partidárias, não-confessionais e, evidentemente, “não-governamentais”, elas também foram se “despolitizando”, particularmente as associadas ao chamado terceiro setor. O surgimento da Abong (Associação Brasileira de ONGs), fundada em 1991, requalificou o debate. As ONGs associadas à Abong começaram a trabalhar de forma mais articulada, desempenhando um papel mais político. Depois veio o FSM, possibilitando maior diálogo entre ONGs e movimentos sociais.

A parceria existente hoje entre eles é um sinal de que estamos avançando na busca de fins e objetivos comuns de construção coletiva de uma esfera pública não-estatal de controle social dos governos para que

²² Uma pesquisa realizada em 2002 pelo Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) mostrou que o terceiro setor, com 326 organizações, empregava 1,5 milhão de pessoas, metade deles com carteira assinada, 750 mil remunerados sem vínculo empregatício e 350 mil voluntários. As instituições sem fins lucrativos no Brasil são responsáveis por 5% do Produto Interno Bruto (PIB), uma participação superior à de setores expressivos da economia brasileira e maior do que a de 22 estados brasileiros (só fica atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná). Fonte: Talita Bedinelli/PrimaPagina - Pnud.

eles atendam aos interesses da sociedade. Nesse ponto, creio que a aliança entre ONGs e movimentos sociais é estratégica. Um exemplo muito bem sucedido é o do Mova-Brasil e o da Rede de Educação Cidadã, unindo mais de uma centena de movimentos e associações sem fins econômicos na construção de um espaço novo de parceria entre ONGs e movimentos sociais no campo da alfabetização e da educação básica.

Desde 2001 foi criada no FSM a Assembléia dos Movimentos Sociais. O que aconteceria se fosse criada uma “Assembléia das ONGs”? Não estaríamos promovendo uma separação e uma disputa entre ONGs e movimentos sociais no FSM? A relação entre ONGs e movimentos precisa avançar mais para possibilitar um trabalho conjunto e eficaz do FSM. Distinguir movimentos sociais e movimentos populares ajuda, mas não é suficiente. Há ONGs que se consideram também movimentos. Podemos, portanto, distinguir, sem separar, ONGs e movimentos, pela atuação, e não burocraticamente. A diferença deve se estabelecer na prática.

Por outro lado, quando falamos em movimento social vem logo à mente a idéia dos chamados “setores organizados” da sociedade por lutas específicas: terra, moradia, saúde, transporte, segurança, educação etc. Mas a grande massa da população não está organizada em movimentos como sindicatos e partidos. Ela está organizada na informalidade ou em clubes, igrejas, pequenas associações etc. Por isso precisamos alargar o conceito de “organização social”, de “movimento social”, permitindo a inclusão na interlocução, na caminhada democrática, dessa grande massa de pessoas que, em geral, não têm voz na sociedade. A elas também interessa mudar o mundo. Como diz Luiz Dulci, “a idéia de que existem na sociedade civil os setores organizados e os setores desorganizados é muito perigosa e pode dificultar muito a democratização da sociedade” (Dulci, 2003, p. 50). E mais: os movimentos sociais não são homogêneos. Eles são contraditórios. No mundo religioso, por exemplo, existem movimentos libertários ao lado de movimentos reacionários. Estar num movimento social não dá certidão de progressista a ninguém.

2.2. Novas formas de fazer política

Todos esses movimentos estão se constituindo, por meio dos Fóruns, em espaços de auto-organização, em rede. Os Fóruns são espa-

ços de convivência. O Fórum Social Mundial é um processo global que tende a se multiplicar pelo mundo como espaço de libertação. Não é uma instituição ou uma organização. Sua missão é incorporar, de forma pluralista, todos os setores que se identificam na luta contra o neoliberalismo.

Os movimentos sociais construíram um novo imaginário social. Eles mobilizam o desejo de mudar e a crença na capacidade do ser humano de fazê-lo. Eles construíram uma outra forma de representação que não passa pelos canais tradicionais, mas pela força da organização de base comunitária, pluralista, na sociedade global. E isso é muito novo no campo democrático, popular e socialista.

Podemos aprender muito com os movimentos sociais. Eles nos ensinam que o povo, as pessoas, se educam na luta, em comunidade. A luta é pedagógica. Eles têm uma rica cultura fundada na experiência. Este saber e esta cultura nem sempre foram valorizados pelas academias, pelas universidades, que têm muito a aprender com os movimentos sociais. O saber que vem das lutas: este é um grande espaço de aprendizado.

O FSM inaugurou, no início deste milênio, uma nova etapa na batalha dos explorados contra o poder do capital transnacional, em que se abrem muitas e novas formas de fazer política²³. Sem nenhum rótulo, as redes possibilitadas pelos Fóruns estão dando origem a um internacionalismo de tipo novo²⁴. Segundo Tarso Genro, ex-prefeito de Porto Alegre e ex-ministro da educação do governo Lula, “em meio a uma série de percalços e incompreensões, o Fórum Social Mundial repõe o ‘internacionalismo’ num outro patamar, ao mesmo tempo menos utópico e mais radical. E o faz num sentido mais complexo do que os projetos

²³ “O Fórum Social Mundial é uma das grandes inovações políticas do começo do século XXI, o lugar onde, desde janeiro de 2001, boa parte do movimento global se encontra e articula suas lutas com um método inovador. Ele estabelece uma nova forma de fazer política, um espaço que tem como referência a idéia de rede, estruturada horizontalmente, e não a pirâmide hierárquica, de modo a reduzir os pontos de disputa e potencializar a dinâmica de encontro, diálogo e colaboração” (Leite, 2003, p. 12).

²⁴ “O internacionalismo promovido pelo FSM representa um afastamento drástico da velha forma de internacionalismo que denominou a política anticapitalista ao longo do século XX. Esta forma baseava-se em quatro premissas principais: um ator social privilegiado (operários ou operários e camponeses); um tipo privilegiado de organização (sindicatos e partidos operários, conjuntamente com as suas federações e Internacionais); uma estratégia definida a partir do Centro (as resoluções das Norte Internacionais); uma política originada no Norte e formulada de acordo com os princípios políticos prevalentes no Norte anticapitalista. A ênfase era colocada na homogeneidade social e política, como condição para a unidade e solidariedade, e em trajetórias de vida e culturas semelhantes como condição para o desenvolvimento de laços fortes e duradouros. Pelo contrário, o internacionalismo visado pelo FSM celebra a diversidade social, cultural e política dentro dos limites amplos definidos pela Carta de Princípios (...). O FSM assume que é possível desenvolver fortes laços, coligações e redes entre grupos e organizações não-homogêneas, e, por outro lado, que as diferenças culturais e políticas são capacitantes, e não paralisantes, enquanto fontes de inovação política” (Santos, 2005, p. 38-9).

anteriores, pois ao refundar a utopia num plano mais universal do que o socialismo proletário, o Fórum, com base na democracia e na pluralidade, pode sugerir também aos movimentos tipicamente classistas caminhos mais ousados” (Genro, 2002, p. 3). Segundo Tarso Genro, as Internacionais socialistas eram de partidos que formulavam demandas tipicamente classistas. Como o FSM é basicamente de entidades e não partidário, as suas demandas são “universais”.

Michael Hardt e Antonio Negri também reforçam a idéia de que o FSM está gerando um novo internacionalismo: “as redes e as conexões entre os movimentos formam o horizonte de Porto Alegre, e, dessa forma, aqui está nascendo um novo internacionalismo. E não está sendo usado como uma etiqueta política, porque aqui o cosmopolitismo democrático, o comunismo proletário e o internacionalismo anarquista estão vinculados juntos enquanto o conceito de direitos humanos é redefinido e estendido, aberto a novas formulações e experiências (...). Os encontros de Porto Alegre tornam clara a possibilidade de reconstruir a esquerda com base nos movimentos” (Hardt e Negri apud Fisher e Ponniah (orgs.), 2003).

Os Fóruns conseguiram superar o dilema colocado pela esquerda entre um Marx burocrático e um Bakunin anarquista. Muitos burocratas ficam incomodados com o caráter “anárquico” dos Fóruns, com o seu “pluralismo”. Por outro lado, o pensamento anarquista presente nos Fóruns fica também incomodado pelos setores expressivos dos Fóruns que exigem programas, metas concretas, estrutura, propostas para um outro mundo possível. Essas divergências, superadas pela intensidade do diálogo, mostram-nos que outros caminhos são possíveis para além das formas consagradas pelos clássicos paradigmas da esquerda. Não é a causa que envelheceu, mas sim os métodos autoritários. Se o socialismo autoritário desapareceu como método para a construção de outros mundos possíveis, viva o socialismo libertário e internacionalista.

O FSM, com pouco mais de seis anos de existência, tornou-se uma referência obrigatória para todas as pessoas, instituições e movimentos que sonham e lutam pela transformação do modelo político, econômico e social dominante hoje no planeta. Em torno desse gigantesco movimento de solidariedade emancipatória convergem esforços que surgem de muitos países, nações, sindicatos, organizações não-

governamentais, pessoas e movimentos sociais e populares associados à bandeira comum da **resistência** e da **alternativa** à perversa globalização capitalista. O que é particularmente novo nesse movimento é a afirmação do respeito à diversidade, à diferença e à busca do entendimento para alcançar a meta comum.

Fonte fecunda de proposições, o FSM já apresenta **resultados positivos** não só na mudança de mentalidades, mas na formulação e execução de novas políticas públicas em diversos campos, radicalizando a democracia e os direitos humanos. Os encontros, reuniões e fóruns têm se multiplicado pelo mundo, levando à frente o “espírito de Porto Alegre” (cf. Cevasco, Leite e Loureiro, 2003), empolgando muita gente, reacendendo a esperança, recarregando as energias dos movimentos sociais em direção a um outro mundo possível, fruto não da mão invisível do mercado ou do mecanismo irreversível de luta de classes²⁵, mas fruto da luta organizada de pessoas comuns, construindo um novo internacionalismo e novas formas de fazer política.

A **maior lição** a tirar desses Fóruns é que eles mostram como o povo pode fazer história. Os Fóruns colocaram o povo, a multidão, como grande sujeito. Só o povo organizado pode fazer história. Os movimentos sociais não querem ficar na platéia, na arquibancada. A sociedade civil não pode ficar assistindo. Tem de ser protagonista deste “outro mundo possível”, fazendo cobranças para que a esperança se torne realidade, porque o neoliberalismo está vivo, muito vivo, ainda não foi derrotado.

Há muitas formas de **fazer política**. Por meio de sindicatos, partidos, governos, parlamentos, igrejas, participando de campanhas eleitorais etc. Fazemos política por meio de empresas públicas e privadas. Tudo o que é humano tem uma dimensão política. Por isso fazemos política o tempo todo. Pode-se fazer política por meio de organizações não-governamentais, fortalecendo a sociedade civil. Essa é uma nova forma de fazer política, uma forma cada vez mais eficaz, como vem demonstrando o FSM.

²⁵ Os marxistas “tinham a convicção de que estavam na crista de uma onda que os empurrava inexoravelmente para adiante, para promover a transformação das relações de produção e o crescimento das forças produtivas. A fé determinista na dinâmica da economia contribuiu para que a esquerda tradicional, despreparada, sofresse contundentes derrotas” (Konder, 2006, p. 3).

Ao contrário da forma tradicionalmente hierárquica de fazer política, de exercer o poder, os Fóruns se constituíram em redes solidárias, reinventando o poder. Eles privilegiam o encontro, o diálogo, o debate e a colaboração. Dessa forma, eles reduzem os conflitos provocados na “luta interna” pelo poder hierárquico. Por isso são mais eficazes na luta política.

Desde 1962, Jürgen Habermas nos alertava dessa nova forma de fazer política em seu livro *Mudança estrutural na esfera pública*, falando de “opinião pública”, valorizando os debates políticos na mídia, as organizações não-governamentais e a sociedade civil. Ele nos falava de uma esfera informal, de uma “esfera pública virtual” que lembra muito o que hoje está acontecendo com a internet, tão utilizada pelos Fóruns.

Se há um espaço onde se percebe hoje uma “mudança estrutural da esfera pública”, este espaço é o das comunicações, das mídias, como previa Habermas. A luta pelo poder na era da globalização e da informação situa-se na esfera da cultura e da comunicação. Como sustenta Manuel Castells (2002, p. 424-5), “batalhas culturais são as lutas pelo poder da era da informação. São travadas basicamente dentro da mídia e por ela, mas os meios de comunicação não são os detentores do poder. O poder, como a capacidade de impor comportamentos, reside nas redes de troca de informação e de manipulação de símbolos que estabelecem relações entre atores sociais, instituições e movimentos culturais por intermédio de ícones, porta-vozes e amplificadores intelectuais. No longo prazo não importa quem está no poder porque a distribuição dos papéis políticos torna-se generalizada e rotativa. Não há mais elites estáveis no poder. Há, contudo, elites resultantes do poder, ou seja, elites formadas durante seu breve período de detenção de poder em que tiram vantagens da posição política privilegiada para obter acesso mais permanente aos recursos materiais e às conexões sociais. A cultura como fonte de poder e o poder como fonte de capital são a base da nova hierarquia social da era da informação”.

Não basta combater o capital. É preciso organizar-se para construir a alternativa. Organizar-se não apenas em partidos e sindicatos – criticados por José Saramago no final do 2º Fórum Social Mundial (Porto Alegre, 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002), como “respon-

sáveis também pela falta de alternativa ao neoliberalismo”. Um outro mundo possível precisa organizar-se ao lado dos desempregados, dos trabalhadores temporários, dos moradores de rua, dos estudantes, dos imigrantes, das mulheres, dos indígenas, dos movimentos de homossexuais, de negros, das minorias, das associações religiosas, das entidades sem fins lucrativos, das organizações não-governamentais etc. Enfim, organizar-se com as **novas multidões**, organizar-se como poder contra-hegemônico em torno de um sentido que o neoliberalismo quer destruir, organizar-se em torno dos desejos e necessidades desses novos movimentos.

José Saramago, na mesma ocasião, afirmou que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, “tal como se encontra escrita, sem necessidade de se alterar sequer uma vírgula, poderia substituir, com vantagem no que diz respeito à clareza de objetivos e à retidão de princípios, a todos os programas de todos os partidos políticos da ordem”. Saramago atacou também os programas da esquerda, “anquilosados em fórmulas caducas, alheios e impotentes às realidades brutais do mundo atual, fechando os olhos para as evidentes ameaças que o futuro está a promover contra aquela dignidade sensível e racional que imaginávamos ser a ação de todos os seres humanos”. Referia-se tanto aos partidos quanto aos sindicatos: “de uma forma consciente ou inconsciente, o indócil e burocratizado sindicalismo que ainda nos resta é em grande parte responsável pelo adormecimento social decorrente da globalização econômica”. Foi um grande alerta para sindicatos e partidos. Mas terá ele razão?

Tradicionalmente, o estado usa a sua racionalidade instrumental visando à rentabilidade e à eficácia burocráticas. Ao contrário, os movimentos sociais construíram uma nova racionalidade, uma **racionalidade comunicativa**, voltada às necessidades das pessoas e não ao sistema, criando uma nova lógica de poder. Os Fóruns são um exemplo dessa nova lógica de poder e de inclusão. Eles se constituem em movimentos globais orientados por uma nova forma de fazer política. Um Fórum é um **espaço auto-organizado** em rede, estruturado horizontalmente, permitindo o encontro, o diálogo, autonomamente organizado, onde partidos, governos e empresas não são o centro do cenário, mas são convidados a participar numa causa comum. É a

sociedade civil se fortalecendo para exercer a sua cidadania perante o estado e o mercado. Como diz Francisco Whitaker, “nas práticas políticas usuais, há pelo poder disputa por hegemonia, em que os mais fortes dominam os mais fracos, em que as minorias não são respeitadas, práticas que não dão espaço para elas fazerem experiências e principalmente em que há a criação de uma direção que é, na verdade, a substituição do pensamento único que estamos negando. Esse, na minha opinião, foi o grande passo do Fórum Social Mundial – consolidou um método em oposição a esse modo tradicional de fazer política. O Fórum é horizontal, assimila toda essa novidade que existe no mundo agora que é a rede, a organização em rede. Mas ele assimila não para se transformar numa rede permanentemente se comunicando, mas num momento de intensificação da vida em rede. Lá estão todos em rede, ninguém é mais importante do que o outro” (Whitaker, 2002a, p. 239-44).

O **método** do FSM é o da tomada de decisões por consenso, inteiramente diferente da regra habitual dos partidos e sindicatos, de decidir pelo voto da maioria. A discussão deve prosseguir até que se obtenha o consenso. É a única forma de respeitar a diversidade de perspectivas. Cada um cede no limite do aceitável para se chegar a um acordo. Na decisão por consenso é possível construir a unidade na diversidade. “Decidir por consenso tem se mostrado, na prática do Fórum, a melhor forma de tomar decisões adequadas” (Whitaker, 2005, p. 143). Decidir por consenso exige transparência, visão de conjunto e capacidade de diálogo.

Nos anos 90, depois da queda do império soviético, a globalização capitalista, com seu “discurso único”, queria selar o fim da história e matar a esperança. Um certo “vazio” ideológico deixou muita gente perplexa, sem chão, sem bandeiras de luta. O FSM ocupou esse espaço ideológico, **reacendeu a esperança** da libertação, recolocou a ideologia no palco da história. Os Fóruns prezam a diferença, a diversidade como riqueza da humanidade. Neles manifesta-se a pluralidade de vozes e de olhares. A multiplicidade de atividades de que são constituídos os Fóruns pode dar a impressão de **fragmentação** do movimento. Ao contrário, contudo, podemos ler esta quantidade de manifestações como a riqueza do movimento que não nos divide, mas nos une numa **polifonia de vozes**, harmonizadas por uma causa comum.

Fóruns são territórios de **autogestão**: criando-se os espaços, os movimentos imediatamente os ocupam. Como movimentos, eles têm múltiplos papéis: entre outros, um **papel organizativo** – nos conhecer melhor, aprender juntos, nos fortalecer – um **papel político-reflexivo** – descobrir o sentido histórico das nossas experiências – e um **papel prospectivo, utópico** – realimentar a esperança, a amorosidade e ganhar lucidez e força para a luta.

– *A quem interessa mudar o mundo?*

– Certamente interessa a muita gente.

Como podemos enfrentar tamanho desafio? Será apenas um sonho a mais sonhado juntos? Seremos capazes de mudar o mundo? Quantos já tentaram! Quais os caminhos, as estratégias para um outro mundo possível?

Os paradigmas clássicos já não conseguem explicar a complexidade do mundo atual multipolarizado. Na era da indústria era fácil observar a sociedade e enxergar trabalhadores e não-trabalhadores, o capital e o trabalho. O mundo estava polarizado. Na era da informação a sociedade é fractal. Ela polariza para todos os lados. O movimento de mulheres não aceita, por exemplo, que a contradição principal da sociedade seja entre capital e trabalho. Não aceita essa “hierarquia” das lutas. Avançamos nas lutas, mas não conseguimos acompanhar a práxis com uma nova teoria, ou melhor, com novas teorias, pois também renunciamos à idéia de uma teoria única, de um paradigma único. Não acreditamos mais que uma só teoria possa ser universal, isto é, possa tudo explicar.

Isso faz com que se multipliquem as teorias explicativas que acompanham lutas “específicas”. Os Fóruns Mundiais (Educação, Saúde, Cultura, Autoridades Locais etc.), na esteira do FSM, têm construído uma outra lógica de poder, uma lógica de ação em rede, coletiva, solidária e pluralista. Muitos debates foram realizados, muitas faixas foram penduradas no estádio Gigantinho de Porto Alegre, no Mineirinho de Belo Horizonte, em Cartagena, em Mumbai, em Paris, em Upsala e em tantos outros lugares. Muitas bandeiras foram erguidas muito alto, em defesa da vida, da ética, do planeta... A todos eles e elas interessa mudar o mundo a seu modo. Todos e todas estão mais interessados em compartilhar suas lutas, suas experiências, do que construir um “programa comum” de esquerda. Pensam a política de outra forma. Não creio que alguma teoria hoje dê conta de explicar este fenômeno tão complexo.

Talvez nem seja necessário que uma teoria dê conta, mas que surjam muitas teorias de tais práticas.

Como transformar tudo isso em estratégias coletivas para um outro mundo possível? Como transformar tudo isso em programas viáveis? Estas perguntas foram ainda mais acentuadas na sexta edição policêntrica do FSM, realizada em Caracas. Ouvíamos a toda hora: “não há mais tempo”; “precisamos de mais ação transformadora”. Mas não há ação transformadora sem teoria transformadora. Este parece ser o maior desafio do FSM nos próximos anos: sem renunciar à sua originalidade de espaço livre e auto-organizado, favorecer organicamente a luta por meio de consensos básicos, mesmo provisórios e revistos permanentemente.

Se não soubermos apontar os **caminhos possíveis** para atingir nosso fim, nossos sonhos serão desmoralizados pelos que sempre querem deixar tudo como está. Uma nova lógica de poder está sendo apontada pelos movimentos sociais em suas ações globais pela justipaz, pela ética na política, pelo consumo ético e solidário que não destrói o planeta. Mas precisamos ainda construir uma infra-estrutura logística de redes em colaboração solidária, sem hierarquias burocráticas, que sejam capazes de organizar a massa de excluídos em movimentos, para que possam, inclusive, participar dos Fóruns. Nosso **Observatório de alternativas** não foi construído, nosso **Mapa para a construção de um outro mundo possível** não foi posto em prática. Devemos nos preocupar com o processo do Fórum da mesma maneira que nos preocupamos com os seus eventos.

Os Fóruns, como eventos²⁶, têm um papel organizativo, reflexivo, aprendente, propositivo, prospectivo, utópico. Eles não são instituições e, a rigor, nem movimentos. São espaços auto-gestionados de movimentos e de suas causas, em rede. Algo ainda não totalmente definido já que está em processo, buscando criar uma sociedade emancipada, livre de relações de poder, sem despojados de poder. Uma sociedade não só de “eus” nem só de “nós”, mas uma sociedade autodeterminada do “eu-e-nós”, uma sociedade de relações de amizade, camaradagem, comunidade e cooperação.

²⁶ O Fórum Social Mundial “de um evento que combina debates, articulações, iniciativas simbólicas e atividades festivas, ao multiplicar-se em fóruns regionais e continentais está se transmutando no foco de um amplo processo de recomposição e desenvolvimento do campo antineoliberal no plano internacional” (Cevasco, Leite e Loureiro, 2002, p. 11).

Não sabemos ainda qual é essa sociedade. Ela não tem nome. Por isso, os Fóruns são espaços privilegiados da “pedagogia da pergunta” (Paulo Freire). É perguntando que se descobre o caminho. E perguntar pelo caminho faz parte do próprio processo de busca dessa sociedade tão sonhada por tanto tempo.

2.3. O espírito do Fórum: espaço, processo e utopia crítica

A Carta de Princípios chama o FSM de “espaço aberto”²⁷. Os iniciadores do FSM negaram-se a transformá-lo num “lugar de exercício de um comando mundial da luta contra o neoliberalismo” e firmaram o FSM como um “grande espaço aberto de reconhecimento mútuo, respeitoso da diversidade e do ritmo de cada um, propiciando, com a força e a riqueza dos entrelaçamentos, a interpenetração de ações até então estanques, abrindo novas frentes planetárias e diversificadas de luta, buscando pela ação prática de cada um e de todos a transformação efetiva do mundo, rumo a um sistema econômico e político a favor do ser humano” (Whitaker, 2002).

Segundo Chico Whitaker, desde os anos 60 “já pareciam esgotadas as possibilidades de realização de mudanças por meio da tomada do poder de estado pelos partidos, único instrumento para o qual era canalizada toda atuação política. E se tomava consciência de que os métodos políticos até então utilizados para lutar contra o capitalismo eram tão autoritários quanto o sistema que se pretendia abater, e se baseavam no ‘pensamento único’ tão imposto quanto aquele que se exprimia em Davos. Em outras palavras, sua lógica era a mesma do sistema que se pretendia superar, levando ao mesmo impasse a que estamos sendo conduzidos pela similaridade das lógicas da militarização e do terrorismo” (2005, p. 97-8). Eram práticas políticas que não respeitavam a diversidade e a pluralidade. O FSM tem uma lógica de rede, diferente da organização tradicional onde existe um centro de poder que impõe a sua vontade. No Fórum valem as propostas por sua consciência e pela adesão volun-

²⁷ Espaço aberto seria um espaço sem dono, sem dirigentes, sem sectarismos, sem corpos dirigentes, sem porta-vozes, sem patrulhamentos, sem instrumentalização. Contudo, nos adverte Francisco Whitaker, esse não seria um “espaço vazio, neutro, uma sala de bate-papo presencial”. Seu sentido nasceu “em oposição à globalização imperialista” (2005, p. 75).

tária das pessoas a elas. Esta é a lógica que preside o princípio do “espaço aberto” cada vez mais consolidado.

– *O que é o Fórum? O que não é? O que está sendo?*

– É mais fácil dizer o que o FSM não é do que dizer o que ele é, mesmo porque ele não é, ele está sendo, está em construção. Para Boaventura de Souza Santos, o FSM “não é um evento, nem é uma mera sucessão de eventos, embora procure dramatizar as reuniões formais que promove. Não é uma conferência acadêmica, embora para ele convirjam os contributos de muitos investigadores. Não é um partido ou uma internacional de partidos, apesar de nele participarem militantes e ativistas de muitos partidos de muitas partes do mundo. Não é uma organização não-governamental ou uma confederação de organizações não-governamentais, muito embora a sua concepção e organização devam bastante às organizações não-governamentais. Não é um movimento social, apesar de muitas vezes se autodesignar como o movimento dos movimentos. Embora se apresente enquanto agente da transformação social, o FSM rejeita a noção de um sujeito histórico e não atribui prioridade a qualquer ator social específico nesse processo de transformação social. Não assume uma ideologia claramente definida, tanto naquilo que rejeita como naquilo que defende (...). As lutas sociais que encontram expressão no FSM não se ajustam adequadamente a nenhuma das vias de transformação social sancionadas pela modernidade ocidental: reforma e revolução (...). Finalmente, o FSM não está estruturado de acordo com qualquer dos modelos de organização política moderna, seja ele o do centralismo democrático, o da democracia representativa ou o da democracia participativa. Ninguém o representa ou está autorizado a falar e, muito menos, a tomar decisões em seu nome (...). O que é novo no FSM é o fato de ser inclusivo, no que diz respeito quer à sua escala, quer à sua temática. O que é novo é o todo que ele constitui, não as partes que o compõem” (2005, p. 11-2). Para o autor o FSM é uma utopia crítica que “consiste em proclamar a existência de alternativas à globalização neoliberal”. Por isso, o FSM faz a crítica radical da realidade presente e deseja uma sociedade melhor. A dimensão utópica do FSM consiste em “afirmar a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica”, rompendo com a tradição das “utopias críticas da modernidade ocidental”: “o outro mundo possível

é um desejo utópico que integra vários mundos possíveis. O outro mundo possível pode ser muitas coisas, mas nunca um mundo sem alternativas” (Idem, p. 15-7).

O FSM não é uma cúpula de organizações da sociedade civil nem um congresso mundial dos movimentos sociais. Ele também não se reduz a um evento isolado. É um processo de âmbito mundial de resistência ao modelo de globalização neoliberal e de alternativa para um outro mundo possível.

Para Francisco Whitaker, o Fórum cumpre, na luta pela mudança, apenas um papel intermediário: “transformá-lo em grande força política capaz de enfrentar o neoliberalismo o obrigará a abdicar das funções que cumpre, deixando de se expandir e de se enraizar pelo mundo afora” (2005, p. 21). Não é o FSM que vai mudar o mundo. É a sociedade.

Ao participar dos eventos do FSM temos a clara sensação de que algo novo e extraordinário está nascendo e não entendemos muito bem a dicotomia que muitas vezes se está fazendo entre o seu caráter de espaço e o de movimento. Parece haver duas posições contraditórias e muito visíveis no FSM: uns definem a natureza do Fórum como apenas um “espaço aberto” e outros como apenas um movimento de movimentos, sem relação entre si. Parecem posições quase irreconciliáveis. Os primeiros o consideram como o próprio ator político e esperam que o FSM torne-se uma força política, com um comando democrático e um centro organizativo, e que tenha uma plataforma mundial de lutas. Isto foi visível no FSM 2005, em Porto Alegre, com o lançamento do chamado “Manifesto de Porto Alegre”²⁸. Esta é a posição de uma minoria, mas defendida por eminentes intelectuais, que não entendem que o Fórum deve ter unicamente um “papel intermediário”, como sustenta Whitaker.

Construir uma organização piramidal tornaria o FSM um partido com uma estrutura rígida e burocrática, por mais representativos que fossem os diferentes níveis de organização, sustentam aqueles que o concebem como um espaço aberto. Para eles, o FSM é uma grande

²⁸ A imprensa chamou o “Manifesto” de “Consenso de Porto Alegre”, um contraponto ao chamado Consenso de Washington. Ele apresenta 12 propostas articuladas com três princípios: 1º Outro Mundo Possível deve respeitar o direito à vida de todos os seres humanos, mediante novas regras econômicas; 2º Outro Mundo Possível deve encorajar a vida em comum em paz e com justiça, para toda a humanidade; e 3º Outro Mundo Possível deve promover a democracia desde o plano local até o global. Dificilmente alguém no FSM seria contrário a esses três princípios.

praça de debates (fóruns), uma *ágora* dos movimentos sociais: “se o Fórum Social Mundial vier a se transformar em movimento, deixando de cumprir seu papel de ‘espaço aberto’, ele se esgotará e desaparecerá. Um ‘movimento dos movimentos’ não tomará seu lugar. O que dele restará será tão-somente ‘um’ novo movimento, ao lado dos demais que já existem, da mesma natureza que eles, todos competindo entre si, sem que nada mais cumpra a atual função do Fórum. Ora, isso pode continuar mantendo ou aumentando nossas divisões e nos enfraquecendo, na verdadeira corrida contra o tempo em que nos encontramos, diante da espiral ascendente de violência que vai tomando conta do mundo” (Whitaker, 2005, p. 72-3). Whitaker, com experiência partidária e parlamentar, não quer repetir esta experiência. Em 2006, deixou o Partido dos Trabalhadores que ajudou a construir. Não quer de maneira alguma ver o FSM se transformar num partido.

O protagonismo político-social é dos movimentos sociais e de suas redes, sem comandos centrais ou programas próprios. Por isso, vários participantes do FSM 2005 manifestaram-se contrários ao chamado “Manifesto de Porto Alegre”. O documento foi assinado por indivíduos e não por organizações, “todos homens”, “a maioria de origem europeia”, como declarou Elizabeth Robinson, da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), membro do CI. A reação negativa²⁹ ao documento não se deveu ao teor das propostas – a maioria concordaria com elas –, mas à maneira como foi feito o seu lançamento. Cândido Grzybowlski, um dos fundadores do FSM, convidado a participar por Bernard Cassen, do *Le Monde Diplomatique*, recusou-se a assinar o documento, afirmando que tomava aquela decisão não por discordar do conteúdo, mas pelo método empregado por seus responsáveis para lançá-lo, “contrário ao espírito do Fórum”, segundo ele. Esperava-se que esse documento não tivesse maiores desdobramentos e fosse considerado como mais uma boa iniciativa dos participantes do FSM 2005, uma prova do seu pluralismo. Mas a idéia foi retomada em Caracas.

– Qual é o espírito do Fórum?

– Além do que já foi dito sobre a novidade do Fórum, o que marca

²⁹ A equipe do “Terra Viva online” publicou no dia 31 de janeiro de 2005 matéria sobre o manifesto, com o sugestivo título “Um consenso divisor”, fazendo alusão à palavra “consenso” utilizada pelo principal proponente do Manifesto, o diretor do jornal *Le Monde Diplomatique*, Ignacio Ramonet.

esse “primeiro grande movimento progressista internacional após a reação neoliberal no início dos anos 80 do século XX”, na expressão de Boaventura de Souza Santos, é justamente o fato de não ter líderes que falam em seu nome e não possuir uma organização hierarquizada. É o espírito da rede, do movimento, do ciberespaço, da democracia participativa, do encontro, do diálogo crítico, da busca de verdadeiros consensos sem disputa interna de poder. O espírito do Fórum é revolucionário? É reformista? Esta “clivagem”, diz Boaventura de Souza Santos “carrega o peso da tradição da esquerda ocidental, apesar de poder ser encontrada noutras latitudes, particularmente na Índia. É a clivagem entre os que pensam que um outro mundo é possível através da transformação gradual do mundo injusto em que vivemos, mediante reformas legais e mecanismos de democracia representativa, e os que pensam que o mundo em que vivemos é um mundo capitalista que nunca tolerará reformas capazes de questionar ou de perturbar a sua lógica de funcionamento, devendo, portanto, ser derrubado e substituído por um mundo socialista (...). Conforme o subcomandante Marcos recomenda, cabe às lideranças ‘caminhar com aqueles que vão mais devagar’. Para quem assim pense, a questão não é ter de escolher entre reforma ou revolução, mas antes como alimentar, de modo sustentado, o inconformismo e a rebelião enquanto atitude subjetiva e prática política” (2005, p. 91-2).

Boaventura de Souza Santos defende a tese de que o FSM também não deve ser socialista. Para ele, o socialismo “transporta a idéia de um modelo fechado de sociedade futura” (2005, p. 93) e deve, por isso, ser rejeitado. A maioria prefere “outras designações, menos carregadas politicamente, sugestivas de abertura e de uma busca constante de alternativas. Por exemplo, a emancipação social como a aspiração a uma sociedade em que as diferentes relações de poder sejam substituídas por relações de autoridade partilhada. Esta é uma designação mais inclusiva, e mais centrada em processo do que em estádios finais de transformação social” (Idem, p. 92). Não é preciso colocar rótulos nos objetivos e nas lutas. O conceito de socialismo é *ocidentalcentrico* e *nortecêntrico*. Fechar o futuro do mundo no socialismo seria empobrecer as alternativas possíveis. Por isso, preferimos falar em “outros mundos possíveis”, deixando em aberto o futuro como possibilidades e não como determinação. Defender a bandeira “socialismo ou morte”, “socialismo ou

barbárie”, é fechar o futuro numa única alternativa. Esses slogans fundamentam-se na lógica do pensamento único de esquerda.

Para Boaventura de Souza Santos, como vimos, o FSM é uma “utopia crítica”. Enquanto *utopia*³⁰, caracteriza-se “pela sua defesa da existência de uma alternativa ao pensamento único, antiutópico, próprio da utopia conservadora do neoliberalismo. O FSM é uma utopia radicalmente democrática que celebra a diversidade, a pluralidade e a horizontalidade. Celebra um outro mundo possível, ele mesmo plural nas suas possibilidades. A novidade desta utopia no pensamento de esquerda da modernidade capitalista ocidental – o qual possui no pensamento neozapatista uma eloqüente formulação – não pode deixar de ser problemática quando se traduz em planejamento estratégico e em ação política. Estes estão marcados pela trajetória histórica da esquerda política ao longo do século XX. A tradução da utopia em política não é, neste caso, apenas a tradução do longo prazo em médio e curto prazos. É também a tradução do novo no velho. As tensões e divisões que tal acarreta não são, por isso, menos reais. O que acontece é que a realidade das divergências é, muitas vezes, uma realidade fantasmática na qual as divergências sobre opções políticas concretas se misturam com divergências sobre códigos e linguagens de opção política. Por isso, nem sempre é possível determinar em que medida essas disputas estão fundadas em divergências reais” (2005, p. 89). Por isso, estrategicamente, o FSM **maximiza o que une e minimiza o que divide**, celebrando o intercâmbio e a diversidade em vez da disputa pelo poder.

E não podemos esquecer que o FSM é também um conjunto de Fóruns temáticos como o Fórum de Autoridades Locais, o Fórum Parlamentar Mundial, o Fórum Mundial de Educação, o Fórum Mundial dos Juizes, o Fórum Mundial da Juventude, o Fórum da Diversidade Sexual, o Fórum Mundial da Cultura etc. Pensar a unidade de direção, de orientação, nessa imensa diversidade, seria uma temeridade. Isso coloca a necessidade de reafirmação da Carta de Princípios do FSM e, ao mesmo tempo, coloca questões como a necessidade de responder organicamente à globalização capitalista.

³⁰ Utopia no sentido de “ucronia”, isto é de “ainda-não”; não no sentido de alguma coisa impossível, mas de alguma coisa que ainda não existe, ainda não foi possível no tempo de hoje e que considera a história como possibilidade e não como determinação. O ainda-não corresponde ao “inédito viável” freiriano.

A questão da direção do FSM não está ainda muito clara, muito menos definida. A base de sustentação da direção do Fórum é sua Carta de Princípios, que o define como um “espaço aberto”. O que leva Francisco Whitaker (2005, p. 52-4) a defender o princípio da não-diretividade no processo do FSM, sustentando a sua horizontalidade, a auto-organização e a autogestão.

Creio, porém, que a auto-organização e a autogestão pressupõem uma direção (sem dirigismo). Toda ação política é sempre uma ação diretiva, como dizia Paulo Freire. Ela aponta caminhos, busca consensos, intervém na direção do sonho. A co-responsabilidade do FSM é um princípio guia, portanto, um princípio diretivo. A Carta de Princípios é uma norma diretiva. Se ela for violada, o Fórum acaba na sua concepção atual. Não-diretividade confunde-se com falta de rumos, falta de orientação, portanto, falta de uma utopia. O fato de que ninguém está autorizado a expressar-se em nome do Fórum, sem chefes e sem comandos, sem vanguardas, sem direção única, não significa que o Fórum não tenha uma direção, uma orientação. É justamente porque tem uma direção que ninguém pode expressar-se em seu nome. Horizontalidade não se confunde com não-diretividade. A horizontalidade garante que ninguém deve ser privilegiado e que ninguém deve ganhar um espaço ou horário privilegiado de visibilidade durante a realização dos Fóruns.

Whitaker baseia-se, para sustentar o princípio da não-diretividade, no caráter do FSM. Ele não é deliberativo, não tem declaração final, não é uma entidade, não é uma organização, não é um movimento. Diz ele: “as idéias discutidas no Fórum não são idéias ‘do’ Fórum. Elas são as idéias das pessoas que vêm ao Fórum apresentá-las, discuti-las, compará-las, buscando meios de alianças para torná-las mais efetivas” (Idem, p. 44). Contudo, poderíamos dizer que essa é a “direção” do FSM. Como é diretivo o princípio da exclusão de partidos e governos no Conselho Internacional. E essa é uma orientação clara, fundada no fato de que os partidos, os governos e os organismos internacionais já dispõem de muitos espaços de encontro e que funcionam com uma outra lógica. É claro, os partidos também fazem parte da sociedade civil, mas, ao contrário do Fórum, eles aspiram ao poder e poderiam vir a instrumentalizar o Fórum. Fatalmente eles começariam a estabelecer divisões internas que viriam a pôr em risco o processo do Fórum. Fatalmente

deveríamos fazer um corte ideológico que levaria à divisão e à luta interna pelo poder que o FSM quer evitar. O FSM não pensa primeiro em conquistar o poder para, depois, fazer a mudança. Nem acredita que a tomada de poder possa naturalmente favorecer a mudança. O Fórum não exige atestado ideológico ou de engajamento na luta. Nisso concordo inteiramente com Whitaker (Idem, p. 55): o FSM “não é somente um fórum de militantes. Nele se deve aceitar a participação de pessoas que ainda estão se abrindo para o engajamento político”. É um espaço que celebra a diversidade, espaço de encontro do novo ator social que é a sociedade civil. “Nos Fóruns se vive, durante os dias em que se realiza, a alegria de poder fazer o que cada um considera mais importante, de não ter de seguir ordens, nem competir e disputar espaços, nem se submeter a patrulhamentos, nem se comprometer com propostas com as quais não se está plenamente de acordo” (Idem, p. 88). Claramente, tudo isso aponta para o caráter diretivo do FSM.

E aqui entra um outro tema: ter ou não ter uma declaração final. “A ausência de declaração final”, sustenta Whitaker (Idem, p. 112) “é uma garantia de abertura, de pluralismo, de diversidade do Fórum”. De outro lado, assembléias de movimentos sociais realizadas durante os Fóruns têm tirado documentos ou “apelos” para a ação, como o “Manifesto de Porto Alegre”, de um grupo de intelectuais que vai na direção contrária. Esta não me parece uma questão inteiramente resolvida, embora a Carta de Princípios do FSM seja clara quanto a este ponto. Argumenta-se que uma “Declaração de Porto Alegre” com alguns objetivos estratégicos a atingir, caso fosse aceita como declaração final do FSM, colocaria um fim em todo o processo de construção que o FSM vem fazendo até agora. Mesmo porque não existe uma instância suficientemente representativa do FSM que pudesse falar em seu nome e de suas inúmeras propostas para a superação do neoliberalismo. Toda tentativa de “finalizar” um documento será necessariamente empobrecedora do processo do FSM. Por outro lado, como sugere Whitaker, um consenso do FSM seria muito mais um “Consenso para um outro mundo” do que um “Consenso de Porto Alegre” (Idem, p. 232). Até o momento não existe uma solução que atenda ao que foi definido na Carta de Princípios.

Um dos desafios atuais do FSM está justamente na necessidade de articular diferentes propostas, e não um programa do próprio Fórum, pelo

menos, estimulando uma auto-aglutinação mais coerente entre as diferentes propostas para que não pareça que o FSM apresenta um conjunto amorfo de propostas. Se o chamado “Manifesto de Porto Alegre” tem um mérito, é o de ter lançado, mesmo que de forma metodologicamente equivocada, o debate em torno da necessidade de o FSM dar uma orientação mais clara ao teor de suas propostas, para além de sua Carta de Princípios e de sua nova metodologia. Pensar estrategicamente implica mostrar um horizonte de curto e médio prazos, além do horizonte maior de um “outro mundo possível”. Não se trata de uma utopia distante. Trata-se de indicação clara de como podemos construir, desde já, a nossa utopia. Caso contrário, o FSM poderá vir a transformar-se num grande “ônibus” abrigando de tudo e não conseguindo definir-se sobre os temas e lutas mais apropriados nem sobre os métodos a serem adotados para construir esse outro mundo possível desde já. Seria um ônibus que está em movimento, mas um ônibus sem destino.

Creio que, para manter o patrimônio conquistado nestes seis anos de sua existência, o FSM deve enfrentar o seu maior desafio, que é o de deixar claros os rumos que pretende tomar, as respostas que pretende dar, aumentando a eficácia de sua ação global e local e, sobretudo, mostrar como os movimentos sociais, as organizações não-governamentais, enfim, todos e todas que dele participam podem construir, desde já, as alternativas de “globalização contra-hegemônica”. Mas, para isso, precisa superar uma dicotomia ainda presente no FSM quanto ao encaminhamento das lutas: transformar as lutas em programa e criar centros de poder unificados (cf. Fiori, 2002) ou criar estruturas descentralizadas, coordenadas como na internet, em rede, sem comandados (Naomi Klein). Parece que essa última opção ganha cada vez mais força, o que seria muito mais inovador. O desafio continua em aberto.

O que é esse outro mundo possível?

“As tentativas de transformar efetivamente o nosso mundo em um aspecto específico qualquer imediatamente são submetidas à potência avassaladora do existente e parecem condenadas à impotência. Aquele que quer transformar provavelmente só poderá fazê-lo na medida em que converter esta impotência, ela mesma, juntamente com a sua própria impotência, em um momento daquilo que ele pensa e talvez daquilo que ele faz.”

Theodor W. Adorno



Qual é esse outro mundo possível?
 – As respostas são necessariamente variadas. Não é possível estabelecer-se um consenso de base para todos. É natural que assim seja. Há consensos? Sim, no interior do Fórum Social Mundial há muitos consensos, mas eles não são **do** Fórum, mas existem **no** Fórum. Isso significa que os consensos são dos grupos, redes e movimentos que fazem parte do Fórum. Não há um consenso único. Ao pensamento único não estamos opondo um outro pensamento único. A mídia cobra do Fórum as suas propostas. Na verdade, existem muitas propostas, uma grande variedade de propostas. Mas não há um ideário único. Uma **agenda única** do Fórum seria a morte da idéia original do Fórum. Há muitas agendas.

Os participantes dos Fóruns sabem que seria ingênuo pensar que é possível mudar o mundo por meio de Fóruns, por meio de encontros. “A vida não se resume em festivais”, dizia, já na década de 60, o cantor e compositor Geraldo Vandré, ao ser vaiado num grande festival da canção popular.

Mudar o mundo depende do que estamos fazendo além dos Fóruns, no cotidiano, no dia-a-dia. Para isso, é claro, precisamos de **programas concretos, estratégias, formação, organização, trabalho, muito trabalho. Mudar o mundo dá trabalho, por mais prazeroso e gratificante que seja.** Trata-se de presentificar o sonho e não torná-lo uma utopia distante. O que é possível desde já, aqui, agora, transformando os excluídos em protagonistas de suas vidas. Trazendo os excluídos para o debate de suas vidas. Isto já está sendo feito. O outro mundo possível já é uma realidade em processo.

E para tanto não basta estar “lincado”. É preciso saber para quem e a favor de quem nós estamos nos unindo. O balanço de nossas **propostas** mostra que nossas ações globais e locais ainda são muito reduzidas. Temos uma organização, uma estrutura cada vez mais significativa, mas poucos programas.

– Qual é esse outro mundo possível?

– Essa pergunta poderá soar estranha para os que vêm no **socialismo** esse outro mundo possível. Sim, tem gente que tem a resposta na ponta da língua. Não é nosso caso. Não temos resposta fácil para essa pergunta. Mas para aqueles que vêm no socialismo a “única saída” precisamos nos posicionar. Talvez estejamos falando da mesma coisa. Será?

3.1. O que há de novo no campo socialista?

Para muitos, hoje, o socialismo é uma idéia do passado, um sonho que se foi, uma ilusão. Pensam, sobretudo, nas fracassadas experiências socialistas do século XX ou em fatos concretos que suscitam muitas dúvidas, como a execução pelo regime de Fidel Castro de três dissidentes cubanos em abril de 2003. Não podemos ignorar os avanços que o povo cubano obteve no campo da educação e da saúde nas últimas décadas. A grande imprensa costuma distorcer tudo o que vem de Cuba. O bloqueio a Cuba deve ser energicamente condenado. Contudo, como disse José Saramago: “Até aqui cheguei”¹. Não me parece que o regime cubano esteja inspirando, hoje, um projeto de sociedade do futuro. A presença cubana no FSM tem sido muito inspiradora, mas ainda pouco contribuiu para a construção de um outro mundo possível desde já.

¹ Em abril de 2003, Fidel Castro, há mais de quarenta anos no poder em Cuba, executou três seqüestradores de um barco que queriam fugir para os Estados Unidos e condenou sumariamente 78 dissidentes internos a penas de até 28 anos de reclusão. Devido à onda de repressão a dissidentes e, particularmente, a esta execução, o escritor e prêmio Nobel de Literatura José Saramago rompeu com o regime cubano com a seguinte declaração: “Até aqui cheguei. De agora em diante, Cuba seguirá seu caminho, e eu fico onde estou. Discordar é um direito que se encontra e se encontrará inscrito com tinta invisível em todas as declarações de direitos humanos passadas, presentes e futuras. Discordar é um ato irrenunciável de consciência. Pode ser que discordar leve à traição, mas isto sempre tem de ser mostrado com provas irrefutáveis. Não creio que se tenha atuado sem deixar lugar a dúvidas no julgamento recente de onde saíram condenados a penas desproporcionais os cubanos dissidentes. E não se entende por que, se houve conspiração, não tenha sido expulso já o encarregado do escritório de interesses dos EUA em Havana, a outra parte da conspiração. Agora chegam os fuzilamentos. Seqüestrar um barco ou um avião é um crime severamente punível em qualquer país do mundo, mas não se condenam à morte os seqüestradores, sobretudo ao ter em conta que não houve vítimas. Cuba não ganhou nenhuma heróica batalha fuzilando esses três homens, mas sim perdeu minha confiança, fraudou minhas esperanças, destruiu minhas ilusões. Até aqui cheguei”. Alguns meses depois 22 bibliotecas independentes foram fechadas pelo regime e 14 bibliotecários voluntários detidos como subversivos. O regime cubano não pode ser intocável.

– *O que há de novo hoje no campo socialista?*

– Paul Singer responde desta forma: “a concepção de socialismo que está emergindo se funda na idéia de que ele será construído por iniciativa de comunidades e movimentos sociais e não a partir de um estado governado por socialistas. O socialismo, para ser autêntico, não pode ser imposto. Ele tem que ser uma opção livre dos que rejeitam a dominação e a exploração do trabalho pelo capital” (2001, p. 3). A tese de Paul Singer coincide com a defesa de John Holloway de um “outro mundo possível” sem tomar o poder.

Singer defende a tese de que o capitalismo não pode ser humanizado, mas é dentro dele que está nascendo o novo socialismo, por meio do que ele chama de “empresa autogestionária”. Singer sustenta que o capitalismo desaparecerá quando todos tiverem acesso ao capital e, justamente na empresa autogestionária, todos os que trabalham nela forem possuidores do capital. “Desempregados e pessoas pobres, que nunca tiveram emprego regular, podem se unir para gerar trabalho e renda para si, adotando os princípios da economia solidária, que coincidem com os do socialismo”. Mas ele não exclui a luta política nem a participação em outras esferas, além desses “implantes socialistas” que são as empresas autogeridas e comunidades autogovernadas.

O importante, numa era de poucas alternativas em marcha, é manter o sonho, a direção, ler a realidade em movimento e ensaiar o possível para fazer o impossível. Como está fazendo Paul Singer.

Acabamos o último milênio com um debate macabro: quem matou mais, o comunismo ou o capitalismo? Os comunistas acusaram os capitalistas de genocídios de índios, de epidemias na Índia, duas Guerras Mundiais, das Guerras do Vietnã, do Afeganistão, do Iraque, do Golfo, do Timor, repressões na América Latina, fome e miséria pelo mundo (cf. Perrault, 1999). Os capitalistas acusam os comunistas dos massacres na União Soviética, na China, na Coreia do Norte, no Camboja, no Leste Europeu, na África, no Afeganistão (cf. Courtois et alii, 1992). Mortes debitadas ao capitalismo: 106 milhões. Mortes debitadas ao comunismo: 100 milhões.

Essa contabilidade do horror dá a pensar. Muitos procuraram evitar esse debate, desqualificando-o. Para mim é um debate muito sério. Venha de onde vier, não importa por qual motivação, o terror e

o império da violência devem ser denunciados e jamais esquecidos, mesmo quando colocam no mesmo plano o nazismo e o regime soviético, especialmente sob o stalinismo. Isto pode ser polêmico, mas não deixa de ser um fato histórico, apesar de existirem, historicamente, diferenças fundamentais entre os projetos, sistemas, fins e objetivos do comunismo e do nazismo.

Não se pode esquecer que as democracias ocidentais se aliaram à União Soviética para derrotar o nazismo, em plena era stalinista. Só isso dificultaria qualquer comparação entre eles como projeto histórico. Mas, como costuma dizer o sociólogo e historiador Eric Hobsbawm, “não existe um julgamento definitivo e permanente da história”. Estamos ainda muito perto desses fatos. Não sabemos ao certo como a história os julgará. Veja-se como já foram feitas diversas leituras e releituras da Revolução Francesa nos últimos dois séculos.

Marx não pode ser responsabilizado por tudo o que aconteceu com o marxismo. Ele nunca pretendeu explicar tudo. O que não tem o menor sentido hoje é a visão escatológica do marxismo ortodoxo, a pretensão de identificar, na realidade histórica, uma necessidade racional, um determinismo natural, um movimento linear de evolução gerado pelas contradições sociais, que chegaria inevitavelmente ao comunismo global, numa marcha irresistível rumo à sovietação do planeta. Seria uma dialética sem contradições, contrária ao próprio pensamento de Marx. O marxismo não se beneficiou da “era da incerteza”. Estava cheio de verdades, de certezas. O marxismo ortodoxo não considera o papel do sujeito na história. A evolução histórica não segue um rumo determinado e inevitável segundo uma racionalidade inflexível, uma mão invisível e sem controle. Ao contrário, o elemento “irracional” está sempre presente.

As críticas à visão escatológica do marxismo são muito antigas. Gaston Bachelard, epistemólogo francês e grande pensador do problema do tempo, opunha-se a esta visão, já na década de 40, comparando a visão mecanicista do marxismo ao vitalismo de Bergson (cf. Bachelard, 1988). A história não pode ser entendida como uma sucessão linear no tempo, movida pelas classes sociais (Marx) ou por um hipotético “élan vital” (Bergson), sem traumas, sem contradições, sem saltos, sem recuos e avanços. Bachelard problematizava o real como algo a ser “vivido”, nega-

tiva e positivamente, não apenas “construído”, como se fosse um edifício já planejado, bastando “construí-lo” a partir de sua antevisão. Depende de nós decidir se o mundo já está terminado, sob a forma de hipóteses ou de uma maquete a ser construída, ou se o estamos sempre reinventando.

Um equívoco teórico pode não ter maiores conseqüências se ficar na teoria. Mas se for aplicado “a ferro e fogo”, como foi o materialismo histórico de Marx, pode representar um imenso perigo. Foi o que aconteceu com o chamado “socialismo real”. Na prática, o socialismo de tipo soviético conseguiu fazer com que o estado todo poderoso absorvesse a sociedade civil, matando a capacidade de renovação da sociedade, sufocando a possibilidade de manter viva a chama da revolução. Por isto, não poderia continuar. Os soviets transformaram o sonho em burocracia, justificando inclusive a morte e o exílio dos opositores, como afirmou Raymond Aron (cf. 1988). Com tal pensamento também concorda Edgar Morin (cf. 1988): o marxismo científico, na prática, conduziu ao irracionalismo. Ele acabou se constituindo numa crença, numa religião, deixando de ser um projeto político. Milhões de pessoas pagaram com suas vidas por esse “equívoco”.

O socialismo, para fazer parte deste outro mundo possível, precisa trilhar outro caminho. Como diz Norberto Bobbio² (cf. 1988), o liberalismo introduziu a iniciativa e o controle do indivíduo diante do estado. O **socialismo democrático** precisa restabelecer a iniciativa e o controle social do estado e do mercado, pelo exercício de uma cidadania plena. Há duas vias opostas no socialismo: a burocratização do estado ou a democratização do estado. O **socialismo de estado** começou por suprimir as liberdades individuais.

Nesse sentido, não existe uma “terceira via”. A única via possível continua sendo a realização do projeto original socialista e utópico, mas tirando agora proveito da noção fundamental de **democracia**. Uma suposta “terceira via” estaria apenas dando sobrevida a um sistema capitalista decrépito que não consegue resolver os problemas de hoje. No interior da sociedade capitalista sempre haverá grandes desigualdades. O problema da desigualdade é insolúvel no quadro do liberalismo. O ca-

² Bobbio, admirador de Rousseau, defendia a tese de que a esquerda deveria defender a liberdade da mesma forma que defende a igualdade, deveria defender os direitos civis e políticos da mesma forma que defende os direitos sociais.

pitalismo é por natureza incapaz de satisfazer as necessidades da maioria das pessoas. O socialismo real também não foi capaz. Temos necessidades de um novo socialismo, que seria um socialismo verdadeiramente democrático, respeitador das subjetividades humanas.

O socialismo continua sendo uma **utopia concreta**, possível, uma esperança, como dizia Ernst Bloch (cf. 1991). Esse novo socialismo deverá superar, de um lado, a visão de que basta coletivizar os meios de produção pela conquista do estado e, de outro lado, a visão messiânica de que a classe operária é a classe salvadora da humanidade, sujeito único da história. A classe operária não tem nenhum papel imanente na história. Ela só tem o papel que ela mesma conquistar. Como sujeito histórico ela pode tanto ser conivente com a velha sociedade, quanto constituir-se em sujeito instituinte da nova. Trata-se, sobretudo, de acabar com a distância que existe entre o estado e a maioria da população, que é provocada pela apropriação privada do estado, tanto no regime capitalista, pela classe economicamente dominante, quanto no socialismo real, pelos burocratas do partido único.

No socialismo democrático o objetivo é superar a alienação entre estado e sociedade. Se a classe operária poderia ser considerada como portadora de uma “missão histórica” no seio do capitalismo concorrencial da era da indústria, o mesmo não ocorre hoje na era da informação, inclusive pelo problema do desemprego que hoje assola as periferias do sistema capitalista. Como mostra Robert Kurz (cf. 1992), depois de lutar contra a exploração capitalista, os trabalhadores se encontram frente à necessidade de defender o seu emprego dentro dela. Lutam ao mesmo tempo contra ele e pelo direito de participar dele. Segundo José Genóino e Tarso Genro, um **novo socialismo** deve partir dos seguintes patamares básicos:

1. as conquistas fundamentais da revolução burguesa, tais como o pluralismo, a igualdade formal e o estado de direito, são irrenunciáveis para um projeto socialista-humanista;
2. a construção do socialismo é um ato de decisão e de vontade política e não uma decorrência “natural” da história humana; ele, o socialismo, é uma decisão ética do sujeito, a partir de condições favoráveis na história, que ele mesmo cria em condições não arbitradas por ele;

3. não há nenhuma possibilidade de um socialismo verdadeiramente democrático sem a permanente contraposição da sociedade civil, altamente organizada, com o estado; e só o controle político da sociedade civil sobre o estado pode garantir a submissão permanente da burocracia;
4. o socialismo só pode ser fruto de um novo consenso democrático, majoritário e hegemônico na sociedade, para que os momentos coercitivos do estado sejam momentos permanentemente legitimados pela ampla maioria e realizados no interior do estado de direito, previsível e normatizado, com instituições plenamente constituídas;
5. o pluralismo político deve abranger não somente a possibilidade de diversos partidos de trabalhadores, mas também de partidos representantes da escolha majoritária de vias não-socialistas de desenvolvimento para a sociedade;
6. os partidos do socialismo devem expressar visões diversas do projeto socialista e também contrapor-se teórica e politicamente, quando necessário, para obstar a esclerose ideológica e a idéia de um “absoluto”, na construção do projeto socialista; e
7. o controle social e direto dos meios de produção. (1990, p. 3)

Os autores desse artigo apresentam uma visão nova do papel da esquerda, compreendendo a revolução não como a conquista do estado, mas a dissolução do estado na sociedade civil; não o “aparelhismo” e a “coerção do estado”, mas o debate em torno dos rumos da história, um caminho construído com base na ética e na luta cultural, de transformação ao mesmo tempo da consciência para uma nova hegemonia e das estruturas. Não se trata de exterminar o adversário pela guerra, mas superar uma história de atraso (a “pré-história”, segundo Marx), por uma “melhor possibilidade para a humanidade” que é ao mesmo tempo promessa de algo melhor e ruptura com um estado de desigualdades.

O socialismo é construção, processo, utopia. Um outro mundo possível desde já não renuncia ao sonho socialista. O problema do marxismo foi confundir o sonho com a ciência. Não há verdades “científicas” sobre os destinos da história. Marx foi o grande fundador da ética socialista, que permanece válida, mas, na realização prática de suas idéias, particularmente na União Soviética, a ética acabou sendo sacrificada pela visão científica da história, colocando a perder o projeto socialista.

Antes mesmo de ser realizada na prática, a teoria político-econômica marxiana, considerada positivista como científica, anunciava já a futura “derrota da dialética” (cf. Konder, 1987). Marx tentou fugir de todas as formas do cão do positivismo, mas, na fuga, acabou sendo mordido por ele pelo calcanhar. Pagou um preço muito alto à história por esta “distração”.

Creio que devemos reler *O princípio esperança* de Ernst Bloch, para entender o marxismo e o próprio pensamento de Marx como utopia, não como ciência. Sem cometer o erro de Ernst Bloch, que chegou a considerar Josef Stalin como o melhor realizador dessa utopia. Todos podem se equivocar quando opinam sobre um processo histórico em pleno andamento, sem o distanciamento necessário. Isto não invalida o que ele escreveu. O autor de um livro também se torna um leitor, que pode ser crítico em relação ao que escreveu. O autor não é frequentemente o melhor intérprete do que escreve. E o que ele escreveu pode ter um significado diferente do que o próprio autor pretendeu dar, na medida em que o que se escreve não é fruto apenas da reflexão de uma pessoa, mas é, sobretudo, fruto do momento histórico no qual o autor é também produto e não apenas produtor.

3.2. O que produziram as utopias?

Muitos se perguntam hoje, depois de milhões de mortes ocorridas nos regimes socialistas, se vale a pena ainda acreditar nas utopias³. O desencanto tomou conta de muitas pessoas que, durante décadas, fizeram o elogio do socialismo de estado. O desencanto com opiniões e idéias que defendemos, equivocadamente, é saudável. Demonstra-se grandeza ao reconhecer o erro como parte do processo de construção da verdade. Nisso vale a humildade de reconhecê-lo como parte de processo de humanização. Humildade de quem se sente parte de uma história que não é feita por uma pessoa, mas por um conjunto de pessoas, pela huma-

³ José Saramago sugeriu, durante a quinta edição do FSM no final de janeiro de 2005, em Porto Alegre, que a palavra “utopia” deveria ser tirada do dicionário. Disse ele: “a palavra utopia não significa nada para os 5 bilhões de pessoas que se encontram na miséria”. Na mesma mesa de debates, Eduardo Galeano e Luiz Dulci defenderam a idéia da utopia não como algo ilusório, mas como um ponto no horizonte que nos ajuda a caminhar. O segredo está em continuar caminhando em direção a este horizonte, ainda que a utopia fique cada vez mais distante. A idéia da utopia não é contraditória com a necessidade do trabalho cotidiano, com as lutas concretas de reinvenção da democracia. Saramago retrucou que “o que transformou o mundo não foi a utopia, mas a necessidade”.

nidade. Mudar de idéias e perseguir sempre a verdade, verdade sempre inacabada, é reconhecer-se também inacabado, como afirmou várias vezes Paulo Freire em seu último livro, *Pedagogia da autonomia* (1997). Só assim o socialismo pode e deve ser considerado como uma utopia não totalitária, como foi entendido pelo messianismo stalinista.

O socialismo totalitário acabou, felizmente. Mas não morreu com ele o pensamento utópico. Vale a pena viver sem utopia, sem sonho, sem projeto? O fim da utopia representa a demissão total do homem face aos determinismos. Sem projeto de vida e de sociedade, o ser humano não se distingue do animal. É puro instinto. A utopia o distingue entre todos os seres vivos.

O que a história nos ensinou nas últimas décadas do século XX é que devemos ser mais críticos em relação às utopias. Ao traduzi-las para o campo do real, elas podem ser profundamente distorcidas. Elas servem mais para caminhar do que para criar caminhos. Devemos ser menos ingênuos, menos otimistas em relação a elas. Mas não podemos viver sem elas. As utopias não são a-históricas. Não existem lugares como o que Thomas Morus imaginou, em 1516, onde as instituições são perfeitas, onde os cidadãos são perfeitos, gente pura e feliz, sem contradições. Nem precisamos disso. Precisamos simplesmente deste maravilhoso ser humano, tão frágil, mas também tão forte, ignorante e inteligente ao mesmo tempo, egoísta e solidário, belo e triste... cada um de nós, imprescindível, único e insondável. Não existem dois DNAs iguais. Os elementos químicos que compõem nosso corpo podem ser iguais, mas estão organizados de forma diferente. A diferença é nossa riqueza e nosso poder. Com ela podemos mudar o mundo.

As filosofias estão em crise. Viva a filosofia! As utopias estão em crise. Viva a utopia! A filosofia sempre despertou em meio à crise. Na verdade o que está em crise são os grandes modelos de pensamento ocidental com pretensões universalizantes: o liberal, o marxista e o funcionalista, que sempre desconsideraram as identidades regionais, uniformizando todas as respostas. Esgotaram-se diante de uma realidade cada vez mais cambiante e diversa. Estes modelos são incapazes de responder com propostas concretas à realidade de hoje. Estas matrizes políticas esgotaram as suas possibilidades, o socialismo real em particular, por ter negado, na prática, a subjetividade, isto é, por ter negado ao indivíduo o direito de produzir a sua própria existência.

Esse esgotamento levou muitas pessoas ao desencanto com as filoso-

fias e ideologias políticas, particularmente no campo do marxismo. Se não houve grande adesão à tese de Francis Fukuyama sobre o “fim da história”, pelo menos ele serviu para tranquilizar a consciência de alguns. A história teria acabado porque a humanidade teria chegado a uma espécie de paraíso sobre a Terra. Não é difícil saber a quem interessa a tese do fim da história. Interessa certamente a todos aqueles e aquelas que desejam que ela não mude. Interessa aos abastados, aos poderosos, a todos aqueles que têm a ganhar com o mundo como ele está. Interessa, portanto, a muito poucos. A tese do fim da história não interessa certamente àqueles e àqueles que precisam de outro mundo, de outra história. A história interessa, sobretudo, aos pobres e oprimidos, e àqueles e àqueles que têm necessidade de mudá-la para que tenham uma vida plena.

Eric Hobsbawm, nascido em Alexandria, em 1917, quando o Egito ainda fazia parte do império britânico, é conhecido hoje como um historiador e sociólogo que se destacou por aplicar de forma criativa o método dialético na leitura da história. Suas teses se confrontam também com o pensamento burguês do “fim da história”. Para ele a revolução socialista de 1917 trouxe enormes benefícios para a humanidade, inclusive para o Ocidente capitalista que, por medo do avanço do socialismo no mundo, acabou gerando melhores condições de vida e de trabalho para os trabalhadores. A Guerra Fria ajudou principalmente os países ricos do Ocidente. O fim do comunismo, diz ele, representa uma ameaça às conquistas sociais do capitalismo porque, com isso, desaparece um dos principais fatores que impulsionavam sua realização (cf. Hobsbawm, 1992). Para ele o *Welfare State*, o chamado “estado de bem-estar social”, resultou da pressão exercida sobre o estado capitalista pelo movimento operário, combinada com a existência de estados socialistas. Hobsbawm destaca a necessidade da reafirmação da utopia socialista e do debate político e ideológico. A crítica sistemática ao capitalismo, enquanto criador de desigualdades, será sempre necessária. Ao afirmar o “fim da história”, isto é, o fim da utopia, o capitalismo abre espaço para o racismo e a xenofobia. Em seu livro *Depois da queda* (1992) Hobsbawm afirma que nos encontramos numa “crise múltipla”, pois não apenas o comunismo se decompôs, mas também o capitalismo está diante de enormes dificuldades. Não se trata apenas de crise do socialismo, mas também de crise do capitalismo.

Nesse momento de crise paradigmática e de globalização da economia, nada melhor do que retomar o conceito de “sociedade auto-regulada” de Antonio Gramsci. Para ele, a **sociedade auto-regulada** era sinônimo de socialismo. Gramsci via neste modelo de sociedade tanto uma forma de controlar a ganância do mercado, quanto de controle social do planejamento centralizado da economia. A **sociedade civil** – ou melhor, a **sociedade civil global** – seria a chave do novo socialismo: uma sociedade de cidadã, “regulando” estado e mercado. No capitalismo a função reguladora das atividades econômicas é feita pelo mercado e no socialismo clássico, pelo planejamento central do estado.

É claro que não se pode agora demonizar o estado e o mercado, e endeusar a sociedade civil ou o chamado terceiro setor. Todos eles são entes históricos e, portanto, contraditórios. É preciso ter claro que, hoje, o terceiro setor está sendo utilizado pelo neoliberalismo para justificar a ausência do estado nas políticas sociais. O importante não é construir um poder central no seio do velho estado, mas construir o poder no seio da nova sociedade civil. O poder popular é o poder ligado às organizações populares e não ao estado.

Precisamos aprender com alguns movimentos revolucionários recentes. É o caso da revolução salvadorenha na década de 90, que chegou ao poder, não por meio das armas, mas pela “liberação” de territórios, sob a supervisão da ONU, construindo neles o poder popular. Embora a Frente Farabundo Martí tivesse um braço armado, não precisou de derramamento de sangue para chegar ao poder. O mesmo está ocorrendo com o movimento zapatista no México, onde a luta ideológica no seio da sociedade global ganhou mais força do que a força das armas. Veja-se também a emblemática história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). São **novas formas de fazer a revolução**. Estamos numa época de busca de novas práticas socialistas e revolucionárias e também de novas formas de pensar esta prática transformadora. O importante talvez não seja tanto ter hoje as idéias claras e precisas sobre a revolução, mas manter a esperança, a possibilidade de realizá-la permanentemente. Os “modelos alternativos” surgirão concretamente, se mantida a esperança, como surgiu, na época de Marx, a “associação livre de produtores”, portadores de uma nova civilização frente ao velho capitalismo. Não adianta especular.

Nesse sentido, os diferentes movimentos por uma **economia solidária** representam uma grande esperança⁴. “A economia solidária é um movimento de alcance global que nasceu entre os oprimidos e os velhos e novos excluídos, aqueles cujo trabalho não é valorizado pelo mercado capitalista, sem acesso ao capital, às tecnologias e ao crédito. É deles e dos ativistas e promotores da economia solidária que emerge a aspiração e o desejo de um novo paradigma de organização da economia e da sociedade” (Grupo de Trabalho de Economia Solidária, 2003, p. 162). Trata-se, na verdade, de uma **desmercantilização do processo econômico**, programa básico de construção de um novo socialismo hoje. Essa “desmercantilização não significa desmonetarização, mas sim a eliminação do lucro como categoria. O capitalismo tem sido um programa para a mercantilização de tudo. Os capitalistas ainda não o implementaram totalmente, mas já caminharam bastante nessa direção, com todas as conseqüências negativas que conhecemos. O socialismo deve ser um programa para a desmercantilização de tudo” (Wallerstein, 2003, p. 36). Nesse programa a educação também desempenha um papel importante (cf. Gadotti e Gutiérrez, 1999).

3.3. Um outro mundo é possível desde já

Os eventos organizados pelo FSM são, cada vez mais, o exemplo vivo do que é esse outro mundo possível⁵. Entre as práticas de um outro mundo possível e necessário, vivenciadas nos encontros do Fórum, podemos destacar:

1º. a **Economia Solidária** (não-capitalista) nas áreas de confecção e vestuário, serviços, reciclagem, artesanato, alimentação e abastecimento, **finanças solidárias**, trocas, comércio justo e consumo solidário, por meio de cooperativas, associações, empresas autogestionadas, redes de

⁴ Sobre este tema, ver Antonio David Cattani, 2003, e José Luis Coraggio, 2004.

⁵ “O que poderia ser um outro mundo, segundo a expressão do Fórum Social Mundial, ainda não sabemos, pois acreditamos que as evoluções históricas – positivas ou negativas – são sustentadas por agentes e que são produzidas antes de tudo pela transformação das relações sociais, caracterizadas atualmente por uma desigualdade profunda das forças existentes. Isto é, trata-se de lutas sociais. Não que as idéias e as teorias sejam supérfluas: fazem parte integrante das forças materiais que moldam a história. O vaivém entre teoria e prática, entre pensamento e ação, entre inspiração e concretização permanece uma exigência incontornável para todos aqueles que querem ‘mudar o mundo’” (Amin e Houtart (orgs.), 2003, p. 12).

cooperação, complexos cooperativos. O *Mapa da economia solidária* do FSM inclui: alimentação, turismo, material visual, produção gráfica, artesanato, infra-estrutura, comunicação, hospedagem, cultura, vestuário, confecção, segurança, transporte, viagens, jornalismo e limpeza;

2º. o *Software Livre*⁶ como uma prioridade política de todos os movimentos. Atualmente, o Fórum está publicizando as problemáticas do *software livre* nos espaços de conhecimento compartilhado do FSM e desenvolvendo novas ferramentas e assistência técnica, buscando a inclusão digital.

Outras práticas de mudança do Fórum estão relacionadas com o comércio justo, o consumo responsável, o transporte alternativo, a hospedagem solidária e alternativa, a autogestão e atitudes de responsabilidade social. No quinto encontro do FSM destacou-se também uma iniciativa de bioarquitetura no novo Território Social Mundial, construído, em parte, com mão-de-obra de movimentos sociais e de jovens soldados do exército. Exemplos práticos de mudanças possíveis desde já foram apresentados nos campos do meio ambiente, da educação, da cultura e da comunicação. Analisando alguns debates e documentos produzidos até aqui, durante as várias edições do FSM, poderíamos destacar ainda outras iniciativas em direção a um outro mundo possível desde já:

1ª. a afirmação de uma lógica de rede solidária, democrática, aberta e libertadora, seguindo o pioneirismo das redes ambientalistas e de direitos humanos;

2ª. o incentivo e o desenvolvimento de estratégias de autogestão;

3ª. a auto-aglutinação: aglutinar pessoas e organizações pela adesão voluntária de acordo com a afinidade;

4ª. as moedas alternativas: tradução voluntária, hospedagem voluntária, transporte alternativo, economia solidária, popular, economia da dádiva (*Gift Economy*), trabalho voluntário (envolvendo, sobretudo, os jovens), *software livre*, comunicação alternativa, agricultura sustentável etc. Não custa nada e tem um grande poder de gerar riqueza. Só depende de vontade e de organização, criação de uma logística própria, uma lógica solidária;

⁶ O *Software Livre* é um programa de computador com código-fonte aberto, o que possibilita a qualquer técnico estudá-lo e alterá-lo, adequá-lo às suas necessidades e redistribuí-lo sem qualquer restrição. Geralmente, os *softwares livres* são gratuitos e têm a ver mais com a liberdade para executar o programa com qualquer propósito do que com o seu custo.

5ª. a defesa da proposta de uma taxa sobre as transações de capitais entre países;

6ª. a necessidade de viver uma vida saudável desde já e práticas ecologicamente sustentáveis.

Em vez de cuidar do planeta Terra, os povos e nações se organizam em estados, apropriando-se do planeta e dividindo-o em territórios com rígidas fronteiras, por razões econômicas e de disputas políticas, onde o meio ambiente se constituiu num mero manancial fornecedor de recursos. Essa apropriação dá-se por ditames de lógica econômica e não “eco-lógica”. A discussão dos “limites do crescimento”⁷ nos anos 60 e 70 do século XX estava mais centrada na questão dos rumos do desenvolvimento do que na busca de um outro mundo possível. Hoje, a busca de um outro mundo possível inclui necessariamente a sustentabilidade.

O meio ambiente não é algo dado: é fruto da própria ação do ser humano. Somos ao mesmo tempo produtos e produtores do meio ambiente. Nesse contexto, a Agenda 21 pode ser um instrumento de luta específico para, desde já, estabelecer um outro mundo possível, cada vez mais saudável⁸. Se os preceitos legais sobre o meio ambiente fossem cumpridos poderíamos, desde já, construir um mundo mais sustentável. Daí a importância de se construir uma agenda de lutas dos movimentos sociais, articulada com governos democráticos e populares, para exigir o cumprimento da lei. Os governos capitalistas financiam grupos para derrotar governos democráticos socialistas e populares. Governos democráticos podem e devem funcionar para ampliar a formação política, a organização e a participação na radicalização da democracia.

A degradação ambiental é consequência do modo de produção centrado no capital. É preciso centrar o processo de produção no modo de existir, na ecologia. É preciso ecologizar a economia e economizar a ecologia: submeter a economia ao controle ecológico e fazer com que a ecologia deixe de ser “ingênua”, “contemplativa”, modernizando-a, fa-

⁷ Clube de Roma, Silent Springs, Eco 72, Tbilisi-77.

⁸ Além da Agenda 21, devemos destacar outros importantes documentos de referência no campo da sustentabilidade ambiental. Entre eles: a Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental, grandes resultados do Fórum Global da Eco-92. A Carta da Terra é um código de ética planetária, resultado de um processo vivo de uma década de consultas. Trata-se de um guia para um “modo de vida sustentável” com princípios e valores éticos, com uma visão holística e escrito a muitas mãos. O Tratado de Educação Ambiental representa uma grande conquista dos educadores.

zendo com que preserve o desenvolvimento humano. Tecnologias limpas, conscientização para a produção e consumo responsável.

Isso implica uma **nova cultura**, de “negociação cultural”, uma cultura democrática, tendo como fundamento ético um mundo no qual as pessoas aprendem em comunidade, em rede. É preciso concordar com Anthony Giddens (2002): o que determina e mobiliza hoje a sociedade é a “consciência do risco”, contra a fé otimista no progresso da sociologia clássica. A consciência do risco torna-se sujeito de mudança, oportunidade de mudança. A ecologia, que foi uma das primeiras causas (ao lado dos direitos humanos) a se constituir em redes globais, é um belo exemplo dessa luta por outro mundo possível: pequenos efeitos cumulativos, pequenas mudanças, silenciosas (às vezes não), já ocasionaram um grande feito, sobretudo em termos de consciência coletiva. Diga-se o mesmo quanto à questão de gênero.

Mudar não é o oposto de conservar. Mudar, hoje, em termos “eco-lógicos”, significa conservar e preservar a biodiversidade micro (da genética) e macro (das espécies e de ecossistemas). Quando se fala em mudança, não devemos olhar só para as “relações de produção”. Devemos olhar também para as “relações de definição”, isto é, quem define o que é bom e o que é ruim para o ser humano e para o planeta. Quem define? Quem valida? Quem é beneficiado pelo que produzimos? Quem legitima? Quem estabelece limites? Enfim, quem responde e como se respondem às **quatro perguntas básicas** que fizemos neste livro: Por que devemos mudar o mundo? A quem interessa mudar o mundo? O que é esse outro mundo possível? Como construir esse outro mundo possível?

Entre as **alternativas** viáveis e concretas devemos sublinhar particularmente, como dissemos, a **economia solidária**, também chamada de “socioeconomia”⁹, não apenas como forma de resistência à exploração e exclusão capitalistas, mas também como forma de produzir e reproduzir sustentavelmente a vida. A economia popular é um modo de produção e de reprodução da vida. Ela implica um projeto de sociedade e **novos valores**. “Os elementos constitutivos das organizações econômicas populares são: comunicação, cooperação, comunitarismo, contestação do consumismo. A produção associada gera valores solidários, participação,

autogestão, autonomia e iniciativas de caráter integral, como vida coletiva, cultural e educativa. A economia popular não se baseia nos critérios de rentabilidade e de lucro do sistema capitalista e da economia não-popular. Nisso ela aponta para algo diferente do capitalismo, embora esteja nascendo no universo capitalista” (Gadotti e Gutiérrez, 1999, p. 13).

Marcos Arruda, um estudioso e militante desta alternativa, aponta várias estratégias e **conceitos** que hoje orientam as redes¹⁰ de economia solidária (Arruda apud Flem, 2003, p. 31):

1º. o conceito de **mercado solidário**, como outra maneira de ver a relação de trocas;

2º. a idéia do **modo solidário de formação de preços**, pela transparência de custos;

3º. a idéia da **eficiência sistemática**, e não só a eficiência de cada empreendimento, porque na economia solidária interessa tanto o comportamento de cada empresa como a do sistema inteiro, em relação às necessidades e aspirações de toda a sociedade;

4º. a vantagem do modelo cooperativo em lugar do competitivo, tanto individual quanto sistêmico; é a idéia das **empresas como comunidades**, com finanças não mais centradas e sim nas mãos dos que geram as riquezas;

5º. a **integração solidária** e fraterna entre os povos. Auditoria cidadã das dívidas e a renegociação soberana das dívidas, que é uma urgência tão grande no Brasil atual;

6º. uma nova **governabilidade global**, dentro do paradigma da partilha, da reciprocidade e os valores da complementaridade, da ajuda mútua e da colaboração solidária, como fundamentos de uma globalização diferente, uma globalização da solidariedade, da cooperação e da amorosidade entre todos¹¹.

⁹ Entre as redes mais conhecidas podemos apontar: a Rede Brasileira de Socioeconomia, a Rede Global e a Rede de Economia Solidária do Fórum Social Mundial. Um exemplo importante de rede é a Via Campesina. É uma rede internacional de movimentos camponeses que congrega, segundo seus dirigentes, mais de 100 milhões de trabalhadores rurais de todo o mundo. Dela participam: o MST, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), entre outros.

¹¹ Os *Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães*, nos quais se encontra o artigo de Marcos Arruda, contém a transcrição das conferências dos especialistas que participaram do Seminário Internacional sobre Economia Solidária, entre eles: Ana Miyares, Caio Greve, Cheikh Guèye, Dione Manetti, Euclides Mance, Gonçalo Guimarães, Jean Louis Laville, Joaquim Melo, José Antonio Gediell, José Luis Coraggio e Marcos Arruda. Nestes Cadernos, Euclides Mance (p. 73-74) aponta como práticas da economia solidária: a autogestão, o comércio solidário, o microcrédito, os clubes de troca, o consumo crítico e o *software livre*. Aponta como **desafios atuais** da economia solidária (p. 82): a difusão do consumo solidário, a logística de distribuição, os fundos para reinvestimento, o mapeamento, a diversificação e qualificação dos produtos e a capacitação técnica.

⁹ “Adotamos este termo (socioeconomia) porque ele designa a subordinação da economia à sua finalidade, que é prover, de maneira sustentável, as bases materiais para o desenvolvimento pessoal, social e ambiental do ser humano” (PACS, 2000, p. 5).

Pensadores como Paul Singer, cuja contribuição já destacamos acima, sugerem que em “outro mundo possível”, devem coexistir **vários modos de produção**, várias economias. Para ele, a economia socialista deverá concorrer com outros modos de produção: “ela estará permanentemente desafiada a demonstrar sua superioridade em termos de auto-realização dos produtores e satisfação dos consumidores. O que talvez leve à conclusão de que a luta pelo socialismo nunca cessa. Se este for o preço que os socialistas terão de pagar para ser democratas, ousou sugerir que não é demasiado” (Singer e Machado, 2000, p. 48).

Certamente um “outro mundo possível” não é um mundo único. Não podemos cair na armadilha do pensamento único. Nosso “outro mundo possível” é formado por muitos mundos. Nós defendemos o mundo como possibilidade e criatividade, e ele não se restringe a um só, como pretende o pensamento único capitalista. Nossa alternativa é também ao pensamento único. Porque diversas são as pessoas, as línguas, as culturas, os povos, os desejos e a própria vida. Boaventura Souza Santos sintetizou assim o tema: “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (Santos, 1997, p. 30).

As entidades e organizações participantes do FSM já vêm apresentando propostas alternativas e lutando, por meio de suas redes, pela construção de um outro mundo possível. Elas estão respondendo, na prática, à pergunta “o que é esse outro mundo possível”, não esperando para realizá-lo só no dia de amanhã, mas construindo-o, na prática, desde já.

Se não é possível um consenso em nível global no FSM, devido à sua diversidade, isto não tem impossibilitado seus membros de tomar iniciativas regionais e internacionais. Vou destacar mais um exemplo: o da Nigd (Network Institute for Global Democratization) da Finlândia¹². Dois de seus destacados membros, Heikki Patomäki e Teivo Teivainen, têm participado do FSM e apresentado propostas de acordo com a espe-

¹² A Nigd é uma rede pela democratização global que participa em campanhas por uma democratização radical do mundo e produz análises e propostas para os movimentos sociais. Tem sedes em Helsinki (Finlândia) e Lima (Peru), com atividades em vários continentes. A Nigd organizou atividades em todas as edições do FSM (ver www.nigd.org).

cificidade de sua própria organização: a **democratização de instituições globais**. A Nigd é uma das instituições-membro do Conselho Internacional do FSM.

Heikki Patomäki e Teivo Teivainen afirmam a necessidade da democratização do que chamam de “instituições globais” (organismos internacionais), partindo da tese de uma “democracia cosmopolita”: “de um lado existem propostas que visam à reforma de instituições e organizações existentes; de outro lado, existem iniciativas que implicam mudanças mais profundas do contexto global, talvez pelo estabelecimento de organizações e arranjos institucionais inteiramente novos” (2004b, p. 2). Os autores procuram mostrar não só a necessidade desse processo de transformação institucional, mas também a sua viabilidade (factibilidade) desde já.

No primeiro bloco, das reformas das instituições globais, eles apontam principalmente as três seguintes:

a) a reforma da **Organização das Nações Unidas (ONU)**, tornando-a mais autônoma financeira e politicamente. Para isso eles propõem a criação de uma “Assembléia dos povos” e a criação de um Conselho Econômico e Social. Como fontes alternativas de financiamento de uma nova ONU eles propõem taxar as transações internacionais, a poluição ambiental, a venda de armas, passagens, telecomunicações; eles propõem também algumas fontes alternativas como uma loteria da ONU, uma porcentagem sobre loterias nacionais e um cartão de crédito da ONU. Enquanto propostas como a loteria e o cartão de crédito da ONU são factíveis desde já, as taxas implicariam um esforço muito maior¹³;

b) a democratização do **Fundo Monetário Internacional (FMI)**, do **Banco Mundial (Bird)** e da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**. Um dos princípios que fundamentam essa reforma é de “um país, um voto”, e não “um dólar, um voto”, como é hoje. Embora a reforma des-

¹³ Durante a realização do FSM 2005, em Porto Alegre, o tema da democratização das instituições internacionais foi debatido, entre outros, por Federico Mayor e Adolfo Pérez Esquivel. Eles sustentaram que o sistema da ONU, por exemplo, precisa ser transformado para torná-la mais democrática, representativa e responsável. A idéia é reforçar a “segurança humana” em oposição à segurança militar e nacional. Todos os países devem ser iguais na nova ONU. Eles não vêem razão para que grupos da sociedade civil não possam atuar na Assembléia Geral da ONU. A participação da sociedade civil foi vista como essencial para a criação de políticas em instituições multilaterais. “A ONU que queremos é a ONU do povo, não uma ONU de estados soberanos armados”, afirmaram eles.

sas institucionais globais seja difícil e cheia de obstáculos, a missão não parece impossível;

c) a reforma das Cortes Internacionais de Justiça e de Crimes.

Mudar as estruturas do poder global não será possível apenas por meio de reformas das organizações multilaterais existentes. Será preciso criar novas organizações. Patomäki e Teivainen propõem dar poder à sociedade civil global, como base para a criação de novas instituições, tais como:

a) o fortalecimento do Fórum Social Mundial. Para eles, o FSM é a “primeira iniciativa séria de organização das forças políticas da sociedade civil global num espaço unificado de uma agenda-formação positiva e de ações coletivas de transformação” (Idem, p. 116);

b) a criação de uma Comissão Global de Verdade ou de Transparência para tratar de questões dificilmente tratadas em nível nacional, como o desaparecimento de pessoas, direitos humanos¹⁴, conflitos internacionais, crises da dívida externa¹⁵ etc. Eles dão como exemplo a Comissão Sul-Africana de Verdade e de Reconciliação e a Comissão de Esclarecimento Histórico da Guatemala;

c) a criação de um Parlamento Mundial (tirando lições do Parlamento Europeu), de um Referendum Mundial e de mecanismos de arbitragem da dívida externa;

d) a criação de organizações de taxas globais como uma Organização para a taxação de transações internacionais de capitais (que daria sustentabilidade à proposta da “Taxa Tobin”) e de outras taxas como as apontadas, acima, na proposta de reforma da ONU.

Os autores concluem seu livro chamando a atenção para a necessidade de distinguir as “propostas conservadoras” das “propostas trans-

¹⁴ A noção de “direitos humanos” foi ampliada com o tema das “obrigações extraterritoriais”. Segundo sustentaram Kofi Yakpo e Vilmar Schneider, da Rede de Informação e Ação pelo Direito de se Alimentar (Fian), durante a quinta edição do FSM em Porto Alegre, em 2005, “a questão dos direitos humanos abarca geralmente as relações entre estado e pessoas residentes em território nacional. Porém, hoje em dia, na era da globalização, as políticas implementadas em um país podem ter impactos negativos nos direitos humanos de populações em outros países. Para que sejam garantidos os direitos econômicos, sociais e culturais na atualidade, é necessário um entendimento mais amplo do que sejam as obrigações extraterritoriais em relação aos povos de outros países de forma a garantir verdadeiramente a universalidade dos direitos humanos”.

¹⁵ Durante a realização FSM 2005, em Porto Alegre, o tema da dívida externa foi amplamente discutido sob uma “nova abordagem”. Como sustentou, naquela ocasião, o prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, uma percepção diferente sobre a crise da dívida é fundamental. Através de colonizações, apoio a ditaduras e regimes corruptos e relações comerciais injustas, os países credores contribuíram mais para agravar o problema da dívida do que os próprios países endividados. De acordo com ele, o Banco Mundial, o FMI e o G8, que reúne as maiores economias do mundo, são culpados pelo “genocídio social” que força os países pobres a continuar pagando suas dívidas externas. Tais pagamentos privam os setores de educação e saúde, provocando, assim, cortes nos programas de redução da pobreza.

formadoras” e apontando algumas orientações para uma estratégia de mudança global democrática. Trata-se de um bom exemplo de como colocar em marcha propostas para um outro mundo possível, desde já, arriscando-se ao debate e à crítica necessários para avançar.

O presidente Lula propôs uma convergência possível entre Davos e Porto Alegre para discutir questões como, por exemplo, a fome e a miséria no mundo. “Não se trata”, diz ele, “de pedir às pessoas que deixem de ser o que são, mas de criar vínculos entre comunidades unidas por um destino humano indivisível” (Silva, 2005). Lula foi contestado por organizadores do Fórum como Francisco Whitaker, Oded Grajew e Emir Sader. “Não há nenhuma possibilidade de isso ocorrer”, diz Whitaker. “Davos é um negócio”, emenda Grajew. “Os dois fóruns são contraditórios... não se pode construir pontes entre esses dois mundos incompatíveis entre si”, sustenta Emir Sader. Continua Sader: “Porto Alegre nasceu para lutar e luta sempre pelo fim do pagamento das dívidas – injustas, já pagas, impagáveis – dos países do Sul do mundo, para que deixem de trabalhar e produzir para enriquecer os países credores e suas instituições financeiras”¹⁶. Como aproximar interesses antagônicos? “A agenda das prioridades dos ‘homens de Davos’ não é a mesma dos habitantes da Terra. Suas prioridades não levam em consideração condições de vida, necessidades, aspirações e capacidades de quase 5 bilhões de seres humanos, mas exclusivamente interesses dos grupos sociais que detêm, em todo mundo, a propriedade e, sobretudo, o poder de controle e de decisão em matéria de distribuição dos recursos materiais e não materiais do planeta” (Houtart e Polet (orgs.), 2002, p. 42).

Como nos dizia Paulo Freire, o diálogo só é possível entre iguais. Entre antagônicos só pode existir o conflito, ou, no máximo, um pacto. Talvez Lula esteja se referindo a um pacto necessário para enfrentar a fome e a miséria no mundo. Lula conseguiu colocar na agenda mundial a bandeira do seu governo, de luta contra a fome (Fome Zero) e, em janeiro de 2005, depois de Porto Alegre, foi a Davos em busca de apoio para a sua proposta humanitária de criar uma taxa internacional, um

¹⁶ Segundo Boaventura Souza Santos (2005, p. 86), um dos desafios atuais do FSM é aumentar a sua eficácia de resposta, como ator global, às tentativas, sobretudo do Banco Mundial, do FMI e do Fórum Econômico de Davos, “de se apropriarem das agendas do FSM ou de as desradicalizarem, pondo-as ao serviço de soluções que deixarão intacta a desordem econômica vigente”. Isso ficou particularmente claro a partir do FSM de Mumbai.

imposto para ajudar no combate à fome no mundo, que hoje tem o respaldo de mais de 100 países. No ano seguinte, deixou de ir a Davos. O importante é que Lula está introduzindo uma nova lógica de negociação internacional e o combate à fome ganha espaço na esquerda de todo o mundo. Ele está menos interessado em debates teóricos sobre a revolução e mais interessado em soluções concretas para problemas globais como a fome e a miséria. Mas chegará o momento do confronto com os privilégios e aí o diálogo e a “convergência” serão muito mais difíceis.

Como construir esse outro mundo possível?

“Quando os todo-poderosos governam com a irrazão e sem limites, só os que não possuem nenhum poder são capazes de imaginar uma humanidade que um dia terá poder e, com isto, mudará o próprio significado desta palavra.”

Terry Eagleton

Jesus Carlos/Imagenlatina



Quando pensamos em como mudar o mundo, pensamos logo em revolução, em conquistar o poder para depois mudar o mundo. Não era esse o pensamento de Paulo Freire. Ele insistia que, primeiro, o poder deveria ser reinventado¹. Esse é, também para nós, um ponto de partida fundamental da ação transformadora. Mas não é fácil obter consenso nesse campo. Por isso procuramos sempre, seguindo o conselho de Paulo Freire, primeiro fazer e depois dar o nome. A prática irá nos mostrando o caminho a seguir. Paulo Freire criticava as formas autoritárias de mudança por meio do estado. Por isso ele foi chamado várias vezes de pensador anarquista. Antes de criar o Instituto Paulo Freire, em 1991, ele discutiu conosco a fundação do “Centro de Estudos Ação Direta”, que respondia inicialmente pelo Instituto.

A expressão “ação direta” evocava, rapidamente, a tradição anarquista. Todavia, para nós a “ação direta” não se confundia com o anarquismo e, muito menos, com qualquer forma de terrorismo (“brigadas vermelhas”). Só não podíamos esperar que a transformação fosse obra de alguma “mão invisível” da luta de classes, sem a participação ativa do sujeito. Nós podemos ser atores, ou melhor, criadores da história, da história presente e futura.

Paulo Freire, por isso, foi chamado de “ingênuo” politicamente. Hoje

¹ “Enquanto na teoria da ação antidialógica a conquista, como sua primeira característica, implica um sujeito que, conquistando o outro, o transforma em quase ‘coisa’, na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em colaboração... Não há, portanto, na teoria dialógica da ação, um sujeito que domina pela conquista e um objeto dominado. Em lugar disto, há sujeitos que se encontram para a pronúncia do mundo, para a sua transformação” (Freire, 1987, p. 96).

não é diferente. Quando se fala em “mudar o mundo sem tomar o poder”, vem logo a alcunha de “ingenuidade”, pois o revolucionário deve ser esperto, malicioso, deve distinguir estratégia e tática, deve esconder seus objetivos, não deve ser transparente e, às vezes, nem honesto. O problema não está em ser ingênuo ou não. Está tanto na concepção de poder quanto na transparência.

Os movimentos “antiglobalização”, que precederam a invenção do FSM, têm um modo de fazer política fundamentado na ação direta. Eles se apresentam como um enfrentamento direto e global ao neoliberalismo, sem as tradicionais mediações dos partidos. Grupos anarquistas, ambientalistas, mulheres e defensores dos direitos humanos foram os principais protagonistas desses movimentos na década de 90. De certa forma, eles inauguraram o princípio metodológico do “espaço aberto” consagrado, depois, pelo FSM. Esses movimentos superaram a crítica de Trotski à ação direta como ação individual sobre a ação coletiva. A ação direta não é uma ação isolada, parcial, mas uma ação de massa, ou melhor, da “multidão” (Hardt e Negri). Segundo Boaventura Souza Santos (2005, p. 96), “as lutas institucionais apelam à intervenção dos partidos, e estes tendem a colocar essas lutas ao serviço das suas clientelas e dos seus interesses partidários. O sucesso de uma luta institucional tem, pois, um preço elevado, o preço da cooptação, da descaracterização e da trivialização (...). É por isso que apenas a ação direta, o protesto de uma massa, as greves, garantem o sucesso das lutas. As classes populares não têm mais armas senão a pressão exterior sobre o sistema. Se elas não se arriscam, estão condenadas à partida”.

4.1. Para que serve tomar o poder de assalto?

Lendo biografias de revolucionários como Guevara e Marx, percebi que não estava errado e que esses homens eram revolucionários também porque não escondiam o seu desejo. Marx desmascarou a ideologia burguesa, mas não tinha receio de tirar suas máscaras também e submeter-se, ele próprio, à prova histórica. Essa virtude revolucionária – a transparência – é o corolário do que Paulo Freire chama de “humildade”, para ele outra virtude do revolucionário. Ser humilde significa aceitar-se como ser histórico, aceitar-se como ser inacabado, aceitar participar

coletivamente da construção da história.

Revolucionários do passado, como Marx e Bakunin, entendiam que o estado era “repressão concentrada”, embora tivessem concepções antagônicas da revolução. Combatiam a idéia hegeliana de “equalizar” os homens diante de um estado neutro. Pregavam a “destruição” do estado. Muitos revolucionários impuseram-se a tarefa de organizar os trabalhadores para conquistarem o estado e destruí-lo. O estado socialista conquistado, a partir das teses marxistas, acabou se fortalecendo, criando uma nova classe, a dos burocratas. A tese de que é preciso tomar o poder para destruí-lo não resistiu aos fatos. O próprio Marx, crítico do estado, foi incapaz de ver a justeza de algumas das idéias de Bakunin, que pretendia “liquidar” o estado antes de conquistá-lo. Exageros de Bakunin à parte, como diz Everett Reimer (1983, p. 167), o poder foi muitas vezes tomado sob a captura do poder concentrado, sob o pretexto de que seria distribuído, mas os fatos provam o contrário. Progredindo-se em direção a um mundo justo e livre, o poder não pode ser capturado; deve ser destruído ou, melhor ainda, dissolvido, já que destruição sugere violência que, por seu turno, gera a retaliação. Um mundo totalmente sem poder é inviável, mas este pode ser amplamente descentralizado, com as inevitáveis centralizações mantidas sob controle.

Depois de uma experiência relativamente longa de envolvimento com entidades e organizações da sociedade civil e de outras atividades político-pedagógicas, e da leitura e discussão com meus alunos da universidade da polêmica mantida entre Marx e Bakunin a respeito do poder de estado, acabei acreditando mais na capacidade transformadora de uma teoria da ação direta do que da teoria do assalto ao poder para transformá-lo. Não acreditava que tomando o poder poderíamos transformá-lo radicalmente. Para mim seria sempre um poder condicionado ou seria, como diz Frei Betto em *A mosca azul* (2006), tomar o governo e não o poder. A sua essência permaneceria e o projeto de transformação fracassaria. Bakunin tinha uma parte de razão. Mas seria possível conciliar Marx e Bakunin? Eu também não acreditava nisso e, para mim, como toda polêmica, isso também não tinha tanta importância. Eu não podia aceitar a teoria do assalto ao poder porque feria o princípio revolucionário da democracia como valor universal. No racionalismo de Marx não entrava a idéia de uma “desordem” (Bakunin), de falta de go-

verno. Estava germanicamente obcecado pela ordem representada por uma autoridade central (o partido).

A conquista do estado pela classe operária não lhe trouxe nem igualdade nem felicidade. Não lhe trouxe força suficiente para “destruir” nem o estado nem o anonimato, a norma, a ordem estabelecida. Trouxe-lhe, certamente, muitos benefícios. Mas se estagnou, inclusive do ponto de vista econômico, o que acabou exigindo uma “perestroika” (reconstrução) (Mikhail Gorbachov).

A sociedade nova, emergente, é microativa. O novo é a descoberta do cotidiano, no qual medo e ousadia se encontram; o futuro parece cada vez mais fragmentado, cidadania, controle e resistência em pormenor, no singular. A prática econômica mais forte da atualidade é a da economia informal, na base da qual se sustenta a grande empresa que já não quer ter clientes, mas amigos. As duas pontas finalmente se uniram, destruindo a média empresa. Uma nova concepção de estado parece estar sendo gestada no seio desta nova sociedade que é também uma sociedade da informação, tanto nessas práticas econômicas quanto no florescimento das organizações não-governamentais (sociedade civil global). É a força dos pequenos frente ao grande capital das transnacionais, uma força associada a ele, hoje impulsionados pelas novas tecnologias, tanto em países mais desenvolvidos, quanto em países menos desenvolvidos economicamente. E, por enquanto, apenas o capitalismo se beneficiou desse novo contexto, com a globalização do seu modelo de sociedade.

Essa “economia da sobrevivência” – ou será também um novo modo de produção da vida? – já se tornou um poder. Esse fenômeno não tem escapado à análise dos teóricos do capitalismo, cujo modelo parece indestrutível, já que se adapta, como uma religião, a qualquer circunstância, absorvendo sempre o novo e redirecionando-o para o velho modelo de manutenção do poder. Desde o seu aparecimento, os teóricos do capitalismo estavam atentos. Vejam-se os estudos realizados, ainda na década de 80, entre outros, pelo assessor econômico de Reagan, Milton Friedmann (1982) e por Hernando de Soto (1987). O capitalismo “inteligente” olha a economia “subterrânea” como um “outro sendero” (alusão ao movimento revolucionário maoísta peruano). Não é por nada

que o empresário Hernando de Soto tenha fundado, com o escritor Mário Vargas Llosa, o Instituto Liberdade e Democracia, apontando os “excessos” da intervenção do estado. É a defesa de um capitalismo “inteligente”, segundo eles, que se renova com as forças onde elas existem, isto é, entre os trabalhadores e não entre os burocratas do estado.

Na economia popular, a pequena empresa, empresa livre e econômica, vivendo do trabalho de seus proprietários e não da exploração de outros homens, gera maior bem-estar social e produção, possibilitando sufocar ou, pelo menos, reduzir o poder discricionário do estado, pela impossibilidade de um controle sobre essa atividade econômica. Resultado: maior poder dos produtores sobre seus produtos. A “livre iniciativa” popular associada à autonomia sobre o que se produz é uma reivindicação progressista.

Os trabalhadores inventaram novas práticas sociais e socialistas de produção por meio de **movimentos produtivos de intensa vitalidade**, sejam as cooperativas rurais de pequenos produtores, sejam as pequenas empresas urbanas, as organizações não-governamentais e o chamado “terceiro setor”, com todas as suas conhecidas contradições como movimento histórico.

Na década de 80, quando falávamos, no Brasil, com Paulo Freire de uma “teoria da ação direta”, estávamos falando da teoria dessas novas práticas sociais e econômicas e de uma educação que não fosse uma pura conscientização, mas fosse também **organização e produção** da vida. A população, os trabalhadores, estavam construindo suas alternativas de poder sem a mediação das velhas classes políticas dirigentes, sem a mediação dos velhos “caciques” de partidos, mesmo que esses caciques aparentassem ser algo totalmente novo na política brasileira.

O princípio essencial de uma sociedade justa, do ponto de vista econômico, é o domínio direto dos produtores sobre suas condições concretas de existência. Isso implica a luta permanente para socializar os grandes meios de produção, não a participação pura e simples num poder instituído, mas o controle de todo o poder, seja do estado, seja do mercado. Historicamente, os trabalhadores acumularam muita riqueza que pertence, de direito, a todos os homens de hoje, a toda a humanidade e não apenas a uns poucos. Então, não se trata apenas de uma participação no poder, mas do acesso aos benefícios da riqueza acumulada pela humanidade.

Quando falávamos de “ação direta” não queríamos nos distanciar dos teóricos que estávamos lendo. Assim, relíamos a dialética de Marx, Gramsci e Lênin não apenas para entender melhor o que eles diziam, mas para entender melhor a nossa realidade, para poder transformá-la: partir do particular, do concreto, para ganhar depois universalidade e generalidade e, em seguida, retornar ao particular, ao singular. Gramsci, quando falava, por exemplo, da pequena burguesia, não queria fazer uma teoria da pequena burguesia em abstrato. Ele falava que a pequena burguesia agira diferentemente na França e na Itália. Diga-se o mesmo de Marx: quando falava da ideologia, falava em particular da ideologia “alemã”. Sobre a dialética, Lênin dizia a mesma coisa: quando falava da “formação social” da classe trabalhadora, falava da classe trabalhadora da União Soviética. São teóricos da singularidade porque falam do concreto e, por isso, tornaram-se universais.

Por isso, não se trata de partir da idéia universal de uma mudança estrutural da sociedade, de um mundo mentalmente diferente e acabado, um paraíso que está sempre perdido na nostalgia dos visionários. Trata-se de resgatar a utopia, sim, mas aquela que está no cotidiano das pessoas que lutam por bem-viver, que desejam construir um mundo melhor do que o que encontraram, mas que seja este mundo que está aqui, próximo de nós, não um mundo abstrato. E não se trata de mudar o mundo para as pessoas que virão no futuro, mudar para beneficiar “os meus filhos”. “Nós precisamos transformar o mundo agora”, costuma dizer meu grande companheiro do Centro de Estudos Ação Direta, José Eustáquio Romão, mesmo que a transformação não seja a sonhada por todos nós. “Fazendo o possível de hoje podemos, amanhã, fazer o impossível de hoje”, repetia Paulo Freire.

Naquele momento nos aproximamos muito do que dizia, então, Felix Guattari sobre a “revolução molecular” (1987). Ele a diferenciava da “revolução molar”, que atinge a totalidade das estruturas, os mols de toda a sociedade econômica, política, cultural etc. Trata-se de atuar na **micropolítica**, fazendo a revolução do cotidiano, a revolução de cada dia, de um dia após o outro, o “socialismo possível” de hoje, agora, para ir, desde já, construindo, no micro, o macro, a macropolítica. É uma micropolítica que prepara uma revolução “maior”, uma revolução global, “molar”, que não será a revolução da repetição, mas a revolução criadora do

novo, que não é possível antever nem planejar. Como dizia Paulo Freire, a revolução não tem data nem é feita “da terça para a quarta-feira”.

Vivemos um tempo em que os homens se descobrem vivendo numa aldeia global e, ao mesmo tempo, descobrem que a sua existência faz parte de pequenos grupos: “somos todos grupelhos”, sustentava Guattari. Nosso tempo é também o tempo da descoberta do “micropoder” (Michel Foucault, 2001), da singularidade, da necessidade de viver plenamente, da descoberta do “valor progressista da alegria” (Georges Snyders, 1986), do prazer, da beleza, do corpo (Rubem Alves, 1981).

Che Guevara já nos havia ensinado que precisamos sentir profundamente para sermos revolucionários, que precisamos “ser duros sem jamais perder a ternura”. O revolucionário comandante angolano Agostinho Neto já nos havia advertido que “não basta a nossa causa ser justa e pura; é preciso que a pureza e a justiça estejam dentro de nós”. Eles nos haviam ensinado o valor progressista da afetividade, da ética, do amor e da alegria. Temos parâmetros para nos orientar. Mas teremos mesmo aprendido a lição?

Foram esses antecedentes históricos que fizeram com que eu me entusiasmasse com o livro de John Holloway, *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje* (2003). Encontrei nele posições que defendia há muito tempo, mas, agora, sustentadas numa interpretação renovada do pensamento de Marx, posições também defendidas por Paulo Freire no que se refere ao que ele chamava de “reinvenção” do poder, e uma análise muito favorável ao que o FSM está propondo majoritariamente em oposição à visão do “internacionalismo” clássico dos partidos comunistas e socialistas: “as Internacionais visavam o poder para os seus partidos; o Fórum visa a própria transformação da natureza do poder, com uma pluralidade que nenhum partido isolado abarca. As Internacionais pretendiam ser uniclassistas; o Fórum é policlassista e não deslegitima quem não sustenta o ‘classismo’ como elemento central da estratégia” (Genro, 2002, p. 3).

4.2. Um outro mundo é possível sem tomar o poder

Conheci pessoalmente John Holloway em 2004 e o convidei para discutir suas teses no Fórum Social Mundial em 2005. Foi esse o

tema de um intenso debate que reuniu mais de 2 mil pessoas durante a quinta edição do FSM, em Porto Alegre, dia 29 de janeiro de 2005, no salão A-601, palco do núcleo temático “Pensamento autônomo, reapropriação e socialização do conhecimento, dos saberes e das tecnologias”.

Esse espaço de diálogo e de debate foi proposto pelo Instituto Paulo Freire e tive o prazer de coordená-lo. O primeiro a falar foi John Holloway, que defendeu suas conhecidas teses, interrompido por muitos aplausos. “Estamos aqui”, dizia ele, “para dizer ‘não’, para determinar nossas próprias vidas”. Ele atribuiu ao “impulso pela autodeterminação”, a base para mudar o mundo sem tomar o poder, trabalhando nas “fissuras” da dominação capitalista. “Como fortalecer esse impulso?” “Lutando nos ‘interstícios’ do tecido social capitalista.” Isso pode ser feito por todas as pessoas, no seu dia-a-dia, e não pelas pessoas “poderosas”. Fazer a revolução não é levar a conscientização às pessoas, mas dar voz à nossa própria rebeldia, a rebeldia que está em todas as “pessoas comuns”, como dizem os zapatistas. O “impulso” vai contra a representação e, portanto, contra o próprio estado. Ser representado é dizer “tome o meu lugar”, “fale em meu nome”. O estado é uma forma particular de organização social, uma entre outras, cuja característica básica é o fato de excluir o povo do processo de decisão social. Temos que ter nossa própria forma de autodeterminação. O povo tem a capacidade de organizar sua própria sociedade.

Michael Hardt, co-autor de *Império* e de *Multidão*, falando a seguir, distinguiu **povo** e **multidão**, **poder** e **potência**. Defendeu o comunismo como a soma da autodeterminação e da cooperação. Nossas diferenças culturais são a nossa força. Não um obstáculo à cooperação. Queremos um mundo onde muitos mundos sejam possíveis: autônomos, diferentes e cooperantes. Concordou com John Holloway, mas dizia estar mais preocupando com o “sim” do que com o “não”, com os “sins” múltiplos e cooperantes. Enquanto a noção de “povo” remete à soberania, à unidade, à atuação de modo único, a noção de “multidão” remete à multiplicidade, à autonomia, à cooperação. A noção de “multidão” parece mais apropriada ao processo inovador do Fórum Social Mundial.

Teivo Teivainen foi o terceiro a falar e surpreendeu afirmando que “não é possível mudar o mundo sem tomar o poder”. A afirmação de

Teivo não agradou a Holloway. A seguir, ele explicou que estava preocupado com a possível “despolitização” a que a tese de Holloway poderia conduzir. O poder deve ser reinventado mediante novas relações de poder, múltiplas expressões de poder. Defendeu mudanças qualitativas nas instituições e organizações globais de hoje, mediante reformas parciais que podem abrir espaços para reformas mais radicais e levar a novas instituições radicalmente democráticas.

Chegou a vez de Boaventura de Souza Santos posicionar-se a favor de uma “transformação do poder” em vez de simplesmente mudar o mundo sem tomar o poder. Olhando para a imensa platéia, dizia: “esse entusiasmo é poder”. “A questão é: o que vamos fazer com ele?” A questão central é criar uma nova institucionalidade onde todos caibam (menos os opressores). Lutar por dentro e por fora, como faz o MST. Para isso é preciso saber escutar os “silêncios”, mostrar os “ausentes”. Como escutar o silêncio? O meu silêncio comanda a voz de todos os outros. É uma aprendizagem. “Como transformar o poder?” “Compartilhando-o”, respondeu Boaventura, radicalizando a democracia em todos os lugares, na família, na fábrica, no trabalho, na escola... Socialismo hoje é sinônimo de radicalização da democracia. Precisamos de novas formas de produção de conhecimento porque o pensamento único, além de fazer vítimas, ensinou as vítimas a fazer vítimas.

Durante o debate que se seguiu às falas, John Holloway afirmou que a **autodeterminação** vai contra a teoria da representação política e do estado. Michael Hardt insistiu que a teoria da “abolição do estado” significa, hoje, que queremos mudar a sociedade sem tomar o aparato do estado. Boaventura entrou no debate sobre a existência ou não de uma classe e afirmou que “o nosso sujeito não é uma só classe nem uma multidão², mas todos aqueles e aquelas que não querem ser objetos”.

Nos dias seguintes, o debate continuou via correio eletrônico entre os painelistas, esclarecendo pontos que ficaram em dúvida, em função do contexto limitado de um painel. John Holloway acabou escrevendo

² Antonio Negri chama a “luta de classes” de “luta das multidões”. Para muitos, sobretudo para os jovens, não é tão importante chamar as lutas dos trabalhadores de luta de classes. Para um outro mundo possível isso lhes parece irrelevante. O que importa é a crítica radical do capitalismo. Segundo John Holloway, o conceito de luta de classes “é essencial para compreender os conflitos atuais e o capitalismo em geral; porém, somente se entendemos classe como um pólo de antagonismo social, como luta, e não sociologicamente como grupo de pessoas” (Holloway, 2004, p. 10).

um texto sobre o debate, explicando o que havia dito sobre a **inexistência de instituições** no mundo pós-capitalista, afirmando que, por instituição, ele entendia a separação entre a existência e a constituição, isto é, a subordinação do presente ao passado. Nós diríamos a subordinação do instituinte ao instituído. No painel, discutimos a noção de “comunismo”, após a provocação de Michael Hardt. Se entendemos o comunismo como a sociedade autodeterminada, então, sim, será uma sociedade sem instituições, isto é, uma sociedade na qual as decisões do presente não são submetidas às decisões do passado. John Holloway vê os movimentos antiglobalização como movimentos antiinstitucionais, tanto em termos da projeção de novas instituições, quanto na transformação radical das instituições existentes. Ele prefere usar o termo **autodeterminação** em vez de **democracia** porque, dizia, a democracia deve ser entendida como um movimento das pessoas comuns em sua prática diária contra a representação, contra o estado e contra a organização capitalista do trabalho. E concluiu, em e-mail enviado aos painelistas no dia 9 de fevereiro de 2005: “a única autodeterminação possível é, sem dúvida, a autodeterminação global, o **comunismo global**. Caminhar na direção da autodeterminação é o próprio comunismo entendido como movimento”.

Ficou a sensação, terminado aquele rico painel, de que o FSM não seria um “movimento dos movimentos”, fragmentado em mil movimentos, mas a forma como o movimento comunista global se expressa e se organiza hoje. O FSM seria o próprio comunismo hoje em marcha, reinventando totalmente seu paradigma clássico de tomar primeiro o poder de estado para, depois, mudar a sociedade. Ao contrário, a sociedade comunista – ou “comunalista”, como se fala em Mumbai³ – é aquela que o FSM está construindo desde já.

O debate, a controvérsia, é importante. A teoria sem prática é cega e a prática sem teoria é invisível. Nossas teorias precisam aprender com os diferentes, com os ausentes, com os silenciados. Nossas teorias sociais são menos globais do que a globalização capitalista. Pensamos o novo com velhos esquemas, velhos métodos, velhas fórmulas, velhas verda-

³ O Comunalismo é uma teoria social e, ao mesmo tempo, uma doutrina política, assumida por movimentos atuais, que coloca o interesse comum acima dos interesses dos indivíduos, com base no princípio de que a comunidade existe para o bem dos indivíduos que dela participam. O comunalismo é frequentemente associado ao comunismo “religioso” ou “primitivo” para distingui-lo do socialismo marxista. O comunalismo foi um tema discutido no FSM 2004 em Mumbai, que contou com muita participação hinduísta.

des. O velho está presente no debate que alguns ainda insistem em fazer entre marxismo e anarquismo, que hoje não tem muito sentido. A questão é como transformar o movimento social em força política sem tomar o poder, desde já; como ter força política de mudar sem antes tomar o poder, sem esperar pela conquista do poder de estado. E para essas questões, certamente, a obra de John Holloway abriu um enorme espaço de discussão. Por isso precisamos conhecê-la melhor⁴.

O livro *Mudar o mundo sem tomar o poder*, de John Holloway (2003), resgata e renova a força emancipadora da obra de Marx: **autonomia** e **autodeterminação** aparecem como núcleo central da obra marxiana. Interpretando a obra de Marx como uma “teoria da luta”, ele se contrapõe ao marxismo acadêmico que a tornou uma ideologia de estado. O que incomoda o marxismo ortodoxo é a afirmação de Holloway sobre a inutilidade da luta pela destruição do estado capitalista, principalmente pela guerra. A visão de Holloway é estrategicamente pacifista. Ele está mais preocupado em mudar o mundo do que saber se está ou não de acordo com Marx. “Não se pode construir uma sociedade de relações de não-poder por meio da conquista do poder. Uma vez que se adote a lógica do poder, a luta contra ele já está perdida. Assim, a idéia de mudar a sociedade por meio da conquista do poder culmina ao se conseguir o oposto do que se propõe alcançar (...). O que está em discussão na transformação revolucionária do mundo não é de quem é o poder, mas como criar um mundo baseado no mútuo reconhecimento da dignidade humana, na formação de relações sociais que não sejam relações de poder” (Idem, p. 32-33).

Não se pode tomar o poder para abolir o poder. Não conquistar o poder, mas dissolvê-lo, mudando as relações sociais, e não as relações de poder, e construir um mundo novo, não conquistar o velho mundo. Conclusão de Holloway: “Não se pode mudar o mundo por meio do estado” (Idem, p. 35). Não se pode atribuir ao estado funções que ele não possui. Como dizia Engels (1974, p. 199), “em realidade, o estado

⁴ John Holloway doutorou-se em Ciências Políticas pela Universidade de Edimburgo (Escócia), onde lecionou de 1972 a 1998. Em 1993 transferiu-se para a Universidade de Puebla (México) onde entrou em contato com o movimento zapatista, que teve grande impacto em sua obra. É autor, entre outros livros, de *Marxismo, Estado y Capital* (Buenos Aires: Tierra del Fuego, 1994), *Zapatista! Reinventing Revolution in Mexico*, em co-autoria com Eloína Paláez (Londres: Pluto Press, 1998) e *Keynesianismo, una peligrosa ilusión* (Buenos Aires: Herramienta, 2003).

não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na república democrática quanto sob a monarquia” ou, na expressão de Marx (1974, p. 231), uma “força pública organizada para a escravidão social”. As teses de Holloway encontram respaldo nos escritos dos socialistas clássicos.

Não podemos mudar o mundo sem poder mudá-lo, isto é, sem ter poder para mudar. Mas para “ter o poder” não precisamos necessariamente tomar o poder de estado. Segundo Holloway, o estado se constituiu numa forma de poder que não pode negar-se a si mesma. Atribui-se ao estado uma autonomia de ação que, de fato, ele não tem. Ele é parte do que deve ser mudado, o capitalismo.

Com a eleição de Chávez na Venezuela, de Lula no Brasil, de Néstor Kirchner na Argentina, de Evo Morales na Bolívia, de Tabaré Vasquez no Uruguai e de Michelle Bachelet no Chile, não teria chegado a hora da grande mudança nesses países e na América Latina, pela “conquista” do poder de estado? Para John Holloway os governos radicalmente democráticos podem mudar, por meio do estado, as condições sociais de seus respectivos países, mas uma mudança radical não virá do poder de estado. Primeiro, porque os estados nacionais não são autônomos na globalização capitalista e, segundo, porque o estado é uma “forma do capital ou uma forma das relações sociais capitalistas (...) e não podemos criar um mundo melhor através das formas capitalistas (...). Para construir um mundo diferente, precisamos desenvolver nossas próprias formas de organização, formas baseadas não na separação e na individualização, mas orientadas para a construção de nossa subjetividade social, a construção do Nós fazemos antes do que o Eu sou (...). Esqueçamos o estado e vamos construir nossa própria sociedade (...). A construção de um mundo melhor não depende deles, dos políticos, mas de nós mesmos. Dentro de alguns anos talvez nos voltemos contra eles e os acusemos de traição. Porém, estaremos equivocados: a traição não será deles mas de nós mesmos, de nossa própria renúncia à responsabilidade de mudar o mundo. A tarefa não é deles, mas nossa” (Holloway, 2003, p. 13-16).

A noção de poder em Holloway não é algo estruturalmente coercitivo e pertencente ao aparato do estado, mas uma relação social da qual todos tomamos parte. E a conclusão é simples: se o poder é algo que vai muito além do aparato coercitivo do estado e está diluído em toda a

sociedade, então não é algo que possa ser “tomado”. Pode-se “tomar” o governo pela força, mas não se toma o poder.

Na teoria leninista o partido era o principal aparato para a tomada do poder de estado. Aqui também a conclusão é simples: se para fazer a revolução não é necessário tomar o poder de estado, já não necessitamos de partido. Ou então: se não precisamos mais tomar o poder de estado, então o partido deve ter outra função. O partido como uma máquina político-militar para tomar de assalto o poder de estado limita a capacidade da sociedade de busca de emancipação por outras vias⁵.

Holloway resgata o papel da subjetividade na revolução. O não reconhecimento da subjetividade na história fez com que a União Soviética caminhasse para a burocracia e o fim do socialismo no Leste Europeu. O partido comunista e o aparato do estado autonomizaram-se da subjetividade da sociedade. Mais tarde, a sociedade assumiu o seu papel de sujeito na história e destituiu pacificamente seus governantes, derrotando a “superpoderosa” máquina político-militar repressiva do partido comunista. A consciência não é um mito e não está separada do desejo e da paixão. John Holloway resgata também o poder da paixão e do desejo. Por isso dá tanta importância ao “grito” dos “esfarrapados do mundo” (Paulo Freire), dos oprimidos, e a suas “explosões”, seus “eventos”, seus “festivais”, seus “carnavais”.

O grito é ao mesmo tempo recusa, horror e esperança. Com isso o autor resgata também o papel da pedagogia na revolução, da educação para a libertação. “O ponto de partida da reflexão teórica é a oposição, a negatividade, a luta. O pensamento nasce da ira, não da quietude da razão; não nasce do fato de se sentar – raciocinar – e refletir sobre os mistérios da existência, fato que constitui a imagem convencional do que é o ‘pensador’” (Holloway, 2003, p. 9). Só temos uma bússola, um

⁵ “Há muito tempo entende-se a expressão atuação política como sendo a atividade das pessoas que se dedicam à política ‘profissionalmente’, isto é, consagrando-lhe todo o seu tempo e sendo para isso até remuneradas pela sociedade. Mas duas crises levaram à necessidade de se ampliar esse entendimento: a dos sistemas representativos, enquanto modelo de funcionamento das democracias, e a dos partidos políticos, através dos quais a população elege seus representantes. A primeira dessas crises foi provocada por um distanciamento crescente entre representados e representantes, afetando a credibilidade deste últimos. A crise dos partidos decorre da tendência a se fecharem dentro de si mesmos, em lutas internas pelo poder combinadas com as disputas eleitorais. A perda de diálogo com a sociedade e a luta interna pelo poder afetaram também, com os mesmos efeitos, outras estruturas de representação não consideradas como políticas, como os sindicatos de trabalhadores. A ineficácia política resultante – em termos de transformação social efetiva – levou ao surgimento, de baixo para cima, em variados setores da sociedade, de outras formas de ação com objetivos igualmente políticos, sem passar pelos partidos ou sindicatos nem por sistemas eleitorais de escolha de representantes. Estas novas formas de ação vão se tornando conhecidas como ‘movimentos cívicos’” (Whitaker, 2002b).

guia: dizer “não”. O ponto de partida é o grito, a recusa. O grito é ao mesmo tempo um grito de ira e de esperança e que aponta para o fazer, com múltiplos gritos. O “não” é um “ainda-não” propositivo. Ele torna-se possibilidade. O mundo “é assim” nos dizem os neoliberais e nós dizemos: “o mundo não”, ele “está sendo”. Quando dizemos “não” ao fetiche neoliberal estamos fazendo também uma afirmação. O “ainda-não” é sinônimo de utopia, o que ainda não somos, mas lutamos para ser. “O ainda-não é um constante impulso contra uma realidade preme de ser, a revolta do princípio do prazer reprimido contra o princípio da realidade. O ainda-não é a luta para descongestionar o tempo, para emancipar o poder-fazer” (Holloway, 2003, p. 224).

John Holloway contesta o paradigma marxista clássico de revolução para o qual o fim é apropriar-se do estado, que necessitava de um partido de vanguarda, de intelectuais orgânicos, de jovens treinados para conquistar o poder, exercitando-o na disputa interna de seus partidos e sindicatos.

Ele distingue o poder como *potentia*, capacidade de fazer (“poder-fazer”) do poder como *potestas*, domínio, (“poder-sobre”). O “poder-fazer” é social. O “poder-sobre” nega o outro, é o poder do poderoso contra os sem poder. A *potestas* só existe enquanto existirem “despojados de poder”. O poderoso depende do despojado de poder. “O poder-sobre, como vimos, é a negação do poder-fazer, a negação do fluxo social do fazer. O poder-fazer existe na forma de sua negação, como poder-sobre. O fluxo social do fazer existe na forma de sua negação da ação individual” (Holloway, 2003, p. 119). Nisso ele coincide com o pensamento de Paulo Freire, que sustentava a necessidade de reinventar o poder. “Os poderosos não podem tudo (...). Os frágeis podem fazer, na luta por sua libertação, de sua fraqueza a força com a qual vencem a força dos fortes” (Freire, 2000, p. 34). A sociedade não pode ser mudada pelo estado. A sociedade só pode mudar-se a si mesma, por vontade própria.

A alternativa é a dissolução do “poder-sobre”, até a sua eliminação. “Enquanto o poder-fazer é um processo de unir, o unir do meu fazer com o fazer dos outros, o exercício do poder-sobre é a separação. O exercício do poder-sobre separa a concepção da execução, o feito do fazer, o fazer de uma pessoa do de outra, o sujeito do objeto” (Holloway, 2003, p. 51). A aposta de John Holloway é criar uma sociedade livre de

relações de poder. “O antipoder, então, não é um contra-poder, mas algo muito mais radical: a dissolução do poder-sobre, a emancipação do poder-fazer. Este é o grande, absurdo e inevitável desafio do sonho comunista: criar uma sociedade livre de relações de poder” (Idem, p. 61). Para sustentar sua tese, Holloway recorre a Marx: “para nós, o comunismo não é um estado que deve ser implantado, um ideal que tenha de sujeitar-se à realidade. Nós chamamos de comunismo ao movimento real que anula e supera o estado de coisas atual” (Engels e Marx, 1976, p. 49). Outro conceito que ele resgata de Marx é o trabalho como prática humana, como criatividade, como “fazer”, superando uma visão “obreirista” de trabalho. Aqui, o conceito chave para entender o autor é o de autodeterminação, condição para a reinvenção da democracia.

A obra de John Holloway deve se considerada como um salto na consciência da autodeterminação essencial para a construção de um outro mundo possível. É uma obra séria e honesta, e tem um sentido pedagógico: fazer avançar o movimento social na busca de suas alternativas, independentemente de qualquer avanço no nível do estado. “A idéia de tomar posições de poder, seja a do governamental ou outras posições de poder mais dispersas na sociedade, não compreende que o objetivo da revolução é dissolver as relações de poder, criar uma sociedade baseada no reconhecimento mútuo da dignidade das pessoas. O que falhou é a idéia de que a revolução significa tomar o poder para abolir o poder. O que agora devemos tratar é a idéia muito mais exigente de uma superação direta das relações de poder. A única maneira de se imaginar agora a revolução é como a dissolução do poder, não como sua conquista” (Holloway, 2003, p. 37). O poder é uma capacidade, a capacidade de fazer. Nós somos capazes. “Nós” como sujeitos crítico-revolucionários e não “eles”: a classe trabalhadora, os outros, o coletivo, os líderes, os heróis⁶. As lutas classistas não são necessa-

⁶“O movimento do comunismo é anti-heróico. Os heróis se mantêm afastados da comunidade, atraem para si mesmos a força comunitária da ação. A tradição revolucionária está repleta de heróis, pessoas que se sacrificaram pela revolução, pessoas (em sua maior parte, devemos admiti-lo, jovens) que abandonaram esposas, filhos, amigos, para dedicar-se desinteressadamente a mudar o mundo, enfrentando privações e perigos físicos, muitas vezes até enfrentando a tortura e a morte. Ninguém negaria a importância dessas figuras e, no entanto, há algo muito contraditório na idéia de uma revolução heróica ou inclusive na do herói revolucionário. O objetivo da revolução é a transformação da vida comum, cotidiana, e é certamente dessa vida comum e ordinária que a revolução deve surgir. A idéia da revolução comunista é criar uma sociedade em que não sejamos conduzidos, em que todos assumamos a responsabilidade, portanto, nosso pensamento e nossas tradições devem mover-se em termos de não-líderes, de não-heróis” (Holloway, 2004, p. 309).

riamente revolucionárias. John Holloway se pergunta: “onde estava a classe trabalhadora na luta contra a guerra do Vietnã ou contra as armas nucleares? Onde está a classe trabalhadora no caso do apoio à insurreição zapatista? Como podemos falar de revolução da classe trabalhadora quando ela está numericamente diminuindo?” (Idem, p. 89).

Para a esquerda estadocêntrica, a obra de Holloway é uma pedra no sapato que vai dificultar cada vez mais a sua sustentação ideológica e política: “não podemos mudar o mundo através do estado, nem através da democracia representativa e dos partidos políticos”. Ele sustenta que a tomada do poder não é uma etapa imprescindível ao advento de uma nova sociedade. Os que esperam que toda mudança venha do estado e que basta formar líderes que a ele cheguem pela via da representação vão se decepcionar. Essa é a experiência mundial da qual devemos tirar novas lições. Não há possibilidade de mudar a sociedade por meio do estado. Por isso, muitos ainda costumam chamar de “traidores” aqueles líderes populares que chegam ao poder de estado e não conseguem mudar as condições de vida da sociedade. Para John Holloway, a “democracia representativa” é a democracia “deles”, uma democracia excludente, uma democracia do capital, extensão do capitalismo. Não articula o nosso poder, as nossas causas. A nossa democracia é distinta. É includente. É a democracia da autodeterminação. Nosso poder é o “poder-fazer”, um poder criativo, o poder que temos de fazer outra coisa desde já, sem esperar a revolução pela conquista do estado.

O poder dos “poderosos” é um poder que desagrega, fragmenta a sociedade, separa o produtor do seu produto. É o poder de quem se apropria. Numa entrevista dada a Eduardo Cezimbra, no dia 8 de dezembro de 2004, disponível na internet⁷, Holloway afirma que “o problema não é abolir o capitalismo, o problema é deixar de criá-lo”. Nosso poder é o poder-fazer e o deles é o poder-sobre. O nosso é o poder de criar, enfim, é a sociabilidade, o vínculo, as relações, um poder identificado com a possibilidade das classes subalternas de se reinventarem, de pôr em prática alternativas de luta política e social, de produzir e de reproduzir suas vidas.

⁷ Publicado em www.planetaportoalegre.net, tradução de Bárbara Ablas.

Holloway insiste que não podemos reproduzir o poder deles, a sua lógica, os seus métodos. Nosso poder tem outro caráter. Não se trata de opor um poder dos de baixo ao poder dos de cima. O poder deles individualiza. O nosso poder socializa. Holloway conclui que os capitalistas “sempre estão tratando de nos fazer devorar sua lógica, sua linguagem, sua forma de fazer e pensar. Fazem isso de muitas maneiras, e uma das maneiras mais importantes é pela democracia, convidando-nos a jogar o seu jogo da democracia. Nossa democracia não é a democracia dos poderosos. Da mesma forma que há dois tipos de poder, também há dois tipos de democracia”. Veja-se o exemplo da democracia defendida por Bush e Blair. Não pode ser a nossa. Ela é uma democracia prepotente, arrogante, assassina, uma democracia de destruição em massa. Essa democracia nos está iludindo por meio dos organismos internacionais, por sua mídia, seu direito internacional e sua ciência política.

Não se trata de nos opormos à nossa democracia, mas de nos confrontarmos à democracia deles e sustentarmos outra democracia, com outra lógica, outra linguagem, outra mídia, outra ciência, outro direito. Temos que reinventar a democracia. Uma democracia que não nos exclua, uma democracia sem representação⁸, dizendo não⁹ à democracia que temos. Um não que contenha um sim, um projeto, uma lógica, uma plataforma de lutas, ações globais e locais.

Para Michael Hardt e Antonio Negri (2005), o conceito de representação tal como foi entendido pela modernidade só se aplica no contexto do estado-nação e não na época do império e da globalização. No mundo globalizado e numa época de trabalho imaterial, novas formas e concepções da representação estão surgindo. Ele chama a atenção particularmente para o conceito de “multidão” que atua hoje em redes globais. Os protestos contra a globalização capitalista, por exemplo, seriam manifestações das “multidões”, que não “representam” ninguém, não são delegados de ninguém. A resistência das multidões se constitui como um particular sujeito plural da era do império.

⁸ John Holloway, na entrevista a Eduardo Cezimbra, acima citada, afirma que “onde alguma forma de delegação for necessária, é importante que seja possível revogar a delegação de imediato, que seja de curta duração e, na medida do possível, que haja um revezamento de delegados”.

⁹ “A força motriz da crise é o impulso para a liberdade, a fuga recíproca do capital e do antitrabalho, a repulsa mútua do capital e da humanidade. O primeiro momento da revolução é puramente negativo” (Holloway, 2003, p. 294).

John Holloway escreveu um novo e importante capítulo de *O Capital* (com licença de Karl Marx, fundamentado nele): o capítulo da **autodeterminação**, que estava faltando, o capítulo do sentido da revolução hoje. Ele vê no “impulso à autodeterminação” dos movimentos sociais e populares, na prática cotidiana das pessoas, a revolução da esperança, de mudança radical da ordem capitalista dominante. Por isso ele dá tanto valor à amizade e ao **companheirismo**. Para ele, as lutas atuais contra o capitalismo deveriam ser a extensão das relações de amizade e de companheirismo.

Por isso, a revolução hoje precisa também de uma **pedagogia**. Na visão clássica de revolução não havia lugar para a pedagogia. Apenas para a política e a economia. O novo conceito de revolução supõe uma nova pedagogia, fundada no diálogo necessário para a formação de grupos, assembleias, conselhos comunitários, uma pedagogia social presente na tradição da “democracia conselheira”, discutida na análise de Marx sobre a Comuna de Paris¹⁰. Será necessária uma pedagogia da emancipação que forma para e pela cidadania, que forma pessoas emancipadas, uma **pedagogia cidadã**. Não basta que uma massa amorfa e despolitizada de pessoas vote em nossos “representantes”, em nossos partidos. Não podemos nos descuidar da formação das pessoas. É ela que nos garante a consolidação de nossas propostas, de nossa sociedade, seja ela chamada de “socialista” ou tenha ela qualquer outro nome. Não nos percamos nos detalhes, discutindo nomes. Não podemos nos fixar num modelo de democracia. O importante é o sentido maior do impulso à autodeterminação de pessoas, grupos, movimentos, povos e nações, enfim, da multidão.

Não se trata de delegar¹¹ a uma patrulha que vá na frente para fazer a revolução em nome de todos, no lugar de todos. Trata-se de todos, em seus distintos postos de trabalho e de atuação, em suas diferentes funções e condições de vida, lutarem pelo bem viver de todos e de cada um. Assim, teremos o deficiente, o idoso, a criança, lutando; o negro, o

¹⁰ Veja-se o livro de Pedro Demo, *Participação é conquista* (1988).

¹¹ A soberania não pode ser transferida ou delegada. Para defender esse ponto de vista, Raul Pont, ex-prefeito de Porto Alegre, recorre a Rousseau dizendo que, para ele, “a soberania do povo, formado por indivíduos ‘livres e iguais’, não poderia ser transferida por necessidade e opção a um monarca, como queriam os absolutistas, nem poderia ser delegada, por contrato, ao Estado parlamentar (...). Para que se mantenham as condições de liberdade e igualdade, nas quais nenhum cidadão perde sua soberania no processo de formação da vontade geral, esta não pode ser delegada ou transferida, a não ser para encarregados de executá-la, cujos mandatos devem ser revogáveis a qualquer momento” (Pont, 2003, p. 212).

indígena, a mulher, lutando... construindo a dignidade do encarcerado, do trabalhador do sexo, do homossexual, do atingido por barragens, do trabalhador sem teto, sem água, sem terra. A causa é de todos, todos contra o estado de coisas existente para constituir, no processo, outro estado, outro mundo possível.

Não se está negando o fundamento da explicação clássica da mudança. Mudar exige força como sempre foi exigido: força de mudar. Por isso, trata-se de empoderar, de fortalecer essas novas multidões de desempregados, de trabalhadores temporários, de moradores de rua, de estudantes, imigrantes, mulheres, indígenas, homossexuais, negros, minorias, associações religiosas, entidades sem fins lucrativos, organizações não-governamentais etc., unindo suas lutas específicas com as lutas globais. E também não se trata de negar totalmente, no estágio atual, a função do estado, seu papel na mudança. Trata-se de não concebê-lo como um espírito absoluto, todo-poderoso, pairando sobre nossas cabeças, incapacitadas de tudo. Trata-se de fortalecer os seus laços com os excluídos, lutando pelas políticas afirmativas; trata-se de a sociedade exercer cada vez mais controle direto sobre ele, por meio de mecanismo de gestão pública não-estatal, constituintes, orçamento participativo etc. Trata-se de colocar em prática mecanismos já conhecidos e disponíveis e inventar outros.

John Holloway defende a tese de uma **revolução humanista** que não acabe só com o capitalismo, mas também com a sua forma de organização social, isto é, o estado, que surgiu como a forma capitalista de excluir as pessoas da autodeterminação de suas vidas. É preciso encontrar formas de organização que não excluam as pessoas.

Não podemos deixar de constatar que as teses de John Holloway são polêmicas e serão historicamente submetidas ao critério da verdade, que é a práxis. Mas elas não teriam suscitado tanto debate com grande número de intelectuais¹² se não tivessem alguma consistência teórica e prática. A obra de John Holloway é uma convocação à ação, desde já, construindo as alternativas possíveis, sem esperar por uma revolução perdida, sem deixar para amanhã o que podemos fazer hoje, para amanhã fazer o que hoje parece impossível. Não se trata de tomar o poder de

assalto, mas de construir **novas formas de organização da vida**, autodefinidas. E trata-se de controlar cada vez mais o estado e o mercado, trata-se de controlar o poder-sobre por meio do poder-fazer de cada um, compartilhando poderes e destinos, levando a política para todos os espaços do cotidiano, da vida. Na obra de John Holloway a **educação política** volta a ter um papel importante no processo revolucionário, como tinha na concepção dos chamados “socialistas utópicos”, educação política esta muitas vezes esquecida pelas burocracias dos partidos de esquerda.

A maior parte do livro de Holloway é dedicada à análise do **fetichismo** e da **fetichização**, à “alienação”, à “ilusão de poder”, ao fetiche da democracia, da luta de classes, da mais-valia... O poder não pode ser tomado porque o poder reside na fragmentação da relações sociais (Holloway, 2003, p. 114). “O estado, então, não é o lugar de poder que parece ser. É só um elemento no despedaçamento das relações sociais... O estado é exatamente o que a palavra sugere: um bastião contra a mudança, contra o fluxo do fazer, a encarnação da identidade” (Idem, p. 115), como um Deus se autodefinindo na Bíblia: “Eu sou o que sou”. O estado separa os cidadãos dos não-cidadãos, dos estrangeiros... que combate e mata: “Os estados nos definem como ‘cidadãos’ e como ‘não-cidadãos’, proporcionando-nos identidades nacionais no que é um dos aspectos mais diretamente violentos do processo de identificação. Quantos milhões de pessoas foram assassinadas no século XX sem outra razão que a de ser definidas como seres nacionais de um estado particular?” (Idem, p. 115). O poder não nos impregna, nos separa. Lutar contra o fetichismo é lutar contra a fragmentação... “não é uma luta democrática” (Idem, p. 158), é uma luta das pessoas. A luta democrática é uma luta de indivíduos particulares. A luta das pessoas é uma luta do eu com o nós, luta de relações sociais, pela autodeterminação do “eu-e-nós”.

Um mundo fetichizado é um mundo imutável. O fetichismo transforma as relações humanas em fenômenos estáticos, impossíveis de serem modificados, transforma o mundo em continuidade sem ruptura. O mundo fetichizado no qual estamos inseridos é um mundo de alienação e de auto-alienação. Não há ruptura do fazer, isto é, ele repete o já feito, o já dito, e separa o feito do seu fazedor. “O núcleo de tudo isso é a separação do feito em relação ao fazer”, diz Holloway (Idem, p. 77). A mercadoria, como fetiche, é um exemplo clássico dessa separação.

¹² Veja-se www.herramienta.com.ar/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=34

O tema do fetiche não foi tratado pelo socialismo real e pelos teóricos marxistas-leninistas porque não queriam enfrentar a teoria do estado como fetiche. A esses teóricos não interessava mostrar o estado como fetiche, porque era justamente pelo estado que entendiam revolucionar a sociedade. O estado, responsável pela globalização do capitalismo, é “uma forma rigidificada ou fetichizada das relações sociais” (Idem, p. 141). O estado divide os seres humanos em “seus” cidadãos e os “não-cidadãos”, exclui sistematicamente os “estrangeiros”. Holloway entende que também o partido é um fetiche da revolução. O partido hierarquiza as lutas, classifica e divide em partes as pessoas. Ele não poderá nunca ser o herói transformador, uma vez que ele também faz parte de uma estrutura fetichizada. Mudar o mundo não é uma questão de heróis (partidos) ou mártires. É o fazer das pessoas simples, de todos “nós”.

O proletariado não é mais o portador de uma “missão histórica”, um redentor, e o partido não é mais o “portador da consciência de classe” (Luckács), como previa o “marxismo científico”. Para o marxismo científico, o estado deve deixar de funcionar em favor dos capitalistas para funcionar em favor dos oprimidos. Por isso era preciso conquistá-lo.

O que é o estado? Para Norberto Bobbio, o estado “é caracterizado por relações de subordinação entre governantes e governados, ou melhor, entre detentores do poder de comando e destinatários do dever de obediência” (Bobbio, 2000, p. 16). Bobbio afirma, a seguir, que o coletivo (estado, nação, classe, comunidade) exige que o indivíduo “renuncie à própria autonomia”, em favor de uma “heteronomia” (Idem, p. 24). É o primado do público sobre o individual, o todo vem antes das partes. Ele mostra como, de Aristóteles a Hegel, concebeu-se o todo para além das partes. O todo não se reduz à soma das partes. A totalidade funcionaria em favor das partes para as quais o bem se reduz à contribuição que cada um, junto com os demais, pode dar solidariamente ao bem comum “segundo as regras que a comunidade toda, ou o grupo dirigente que representa, se impôs através de seus órgãos, sejam eles autocráticos ou democráticos” (Idem, p. 25). A história mostra que a relação entre estado e indivíduo é de subordinação e não de participação e de atendimento dos interesses da maioria. O estado trilhou o caminho inverso da emancipação humana: “o aumento da intervenção estatal na regula-

ção coativa dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos infra-estatais, ou seja, o caminho inverso ao da emancipação da sociedade civil em relação ao estado” (Idem, *ibidem*). O estado manipula, pela coerção, o interesse comum.

Por outro lado, o estado é também, como a sociedade civil, uma arena. Não é monolítico. O sujeito organizado pode arrancar do estado políticas que atendam aos seus interesses. Não se trata de demonizar o estado, como o mercado vem fazendo, nem santificá-lo, como o fizeram os “estadoltras” da esquerda burocrática. O estado é uma arena de lutas. Não é nem amigo nem inimigo. A participação dos movimentos sociais e populares é estratégica para o sucesso nas mudanças necessárias para que a esperança se torne realidade. Ela não substitui a democracia representativa, mas se constitui num ator político real, não governamental, sujeito de mudanças na esfera estatal. Desde que participem com autonomia e não como colaboracionistas ou cooptados, eles podem exercer a vigilância em favor dos oprimidos.

Finalmente, chegamos à conclusão de John Holloway (2003): “o antipoder é a esperança da humanidade” (p. 229), ele é “onipresente” (p. 230). É preciso dar-lhe visibilidade, como na luta feminista, no movimento indígena, no MST, no movimento zapatista. É uma luta contra a invisibilidade porque “a opressão sempre implica a invisibilidade do oprimido” (p. 234). “O antipoder está na dignidade da existência cotidiana. O antipoder está nas relações que estabelecemos o tempo todo: relações de amor, amizade, camaradagem, comunidade, cooperação” (p. 234), é um “movimento pela dignidade” já, agora, como afirmam os zapatistas. Não podemos enfrentar o capital nos seus próprios termos, “aceitando que nosso próprio mundo possa chegar a ser só depois da revolução” (p. 313). “A revolução não é um evento (União Soviética, Cuba) que dá lugar a uma pós-revolução identificada com desastrosas conseqüências” (p. 314), mas um processo sem fim.

Mudar o mundo sem tomar o poder é um livro sem final feliz, confessa o autor. Muito coerentemente ele não explica “como” mudar o mundo sem tomar o poder: “Como se pode mudar o mundo sem tomar o poder? A resposta é óbvia: não o sabemos” (p. 40). “Os leninistas sabem, costumavam saber. Nós não” (p. 315). Nós não sabemos, mas “perguntando, caminhamos”, dizem os zapatistas. “Nós perguntamos não só porque não conhe-

cegos o caminho (não o conhecemos), como também porque perguntar pelo caminho é parte do próprio processo revolucionário” (p. 350).

E não devemos entender o “não” de John Holloway separado do “sim”. Paulo Freire, como pedagogo, sempre deixava isso muito claro: sempre que ele falava em “denúncia” ele a associava necessariamente ao “anúncio”¹³. A dialética como unidade e oposição de contrários não se realiza na prática, se for acentuado apenas um de seus elementos, seja, de um lado, a unidade e o diálogo, seja, de outro lado, a oposição e o conflito. Sem a dialética inerente a tudo – à natureza, ao pensamento e à sociedade – não haveria mudança. É a unidade e a oposição de contrários que põem tudo em movimento. O grito, a **rebeldia**, como movimento contra, é apenas o ponto de partida do movimento e não o movimento em si. A rebeldia sem a utopia, o sonho, não sai do ponto de partida. Essa dialética entre o ponto de partida e o ponto de chegada sempre deve estar em aberto, mantendo sempre a dinâmica do movimento. Na verdade, não há um ponto de chegada, um paraíso a ser conquistado definitivamente. Como a própria noção de utopia o indica, o ponto de chegada será sempre um ponto em direção ao qual estaremos caminhando. E ela serve justamente para isso, para nos ajudar a caminhar.

4.3. O que esperar dos partidos políticos?

Louis Althusser, no seu livro *O futuro dura muito tempo*, diz que o recriminaram por “ter permanecido no Partido Comunista apesar de meus desacordos explícitos e ter assim levado, quiçá encorajado, inúmeros jovens intelectuais, na França e no estrangeiro, a não romperem com o Partido, mas a ficarem” (1992, p. 201-2). Mais do que o partido, a causa é que é importante. Esperamos demais de um partido político. Muitas vezes lembramos por demais dele e nos esquecemos da causa. A causa é importante. Não o partido. O partido é um meio.

Exigimos demais dos partidos políticos. Como disse o respeitado

¹³ “Uma das questões centrais com que temos de lidar é a promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo. A rebeldia é ponto de partida indispensável, é deflagração da justa ira, mas não é suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa de se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho” (Freire, 1997, p. 31).

intelectual e professor de geografia da Universidade de São Paulo, Milton Santos (2001, p. 4), “os partidos políticos estão defasados no tempo. Quem está na frente é o povo mesmo”. Exigimos muitas vezes que eles correspondam às nossas utopias. Por isso eles são frequentemente o palco de muitas disputas, paixões e enfrentamentos internos. Deveríamos aprofundar mais o estudo de nossas causas. Conhecê-las melhor. Deveríamos nos empenhar mais na busca de apoio para certas causas e apoiá-las, independentemente de partidos. Partidos são partes.

Agregar mais pessoas e partidos a uma causa: isso é o que importa. Votar em quem defende essas causas. Apostar na **cidadania**, formar para a cidadania e pela cidadania, como propõe o Instituto Paulo Freire; formar as pessoas que irão cobrar das pessoas eleitas os compromissos, formar o “povo soberano” (Tamarit, 1996). Os partidos que se alimentam da sua própria luta interna e não dos compromissos assumidos, atrasam o processo histórico porque ignoram o cidadão – todos os partidos, os de esquerda também, pois esse esquecimento faz parte da própria essência do sistema partidário.

Isso é ainda mais importante no Brasil, pois aqui o estado nasceu antes da sociedade. O estado brasileiro não chegou a se constituir como nação ou só o fez muito recentemente. Preso nas garras dos colonizadores e, depois, dos seus continuadores, as elites, ele não tem representado a vontade da nação. Só se mantém como posse privada e gestor dos interesses dessas elites. Daí a importância dos partidos, como partidos “educadores-educandos” (Freire, 1988, p. 16-18), no fortalecimento da comunidade e da sociedade organizada. Um partido só se torna realmente revolucionário se demonstrar capacidade de **organizar a sociedade**. Não será revolucionário se tomar apenas o poder do estado burguês tentando “inverter as prioridades”. Quando tomar o estado, vai apenas administrá-lo, em contradição com os interesses revolucionários, se a população não estiver organizada para governar com ele. O poder do estado precisa ser dissolvido na comunidade. Em relação à causa, o partido é transitório, conjuntural. A causa é permanente, estrutural.

As transformações que ocorreram nos últimos anos do século XX no campo político e econômico – que a palavra “globalização” não expressa com precisão – nos levam à convicção de que atravessamos a passagem de uma visão de estado como único ator da mudança para uma nova

concepção de estado e o surgimento de uma nova “esfera pública cidadã”, como diz Jürgen Habermas. Esta mudança coloca em xeque a velha tese messiânico-proletária do “assalto ao poder” pela revolução violenta, para tudo mudar pelo estado. A nova tese sustenta que para mudar a ordem das coisas é preciso transformar o próprio estado pela sua radical democratização.

A defesa de uma **teoria democrática do estado** é majoritária hoje no campo da chamada nova esquerda. Neste contexto, a função principal de um partido progressista é estruturar-se para criar as condições do surgimento de uma nova sociedade civil, que exerça o controle efetivo do estado e do mercado. Portanto, que seja capaz de construir uma nova cidadania para a defesa de direitos antigos e a criação de novos.

Trata-se de fortalecer as formas de controle do estado, estimulando organizações civis, organizando a participação direta da população na definição de políticas públicas, incentivando as organizações populares a opinarem e fiscalizarem os atos do governo. O **papel formador do partido**, na era da informação, será cada vez mais fundamental. E não basta apenas oferecer espaços adequados de participação. Será preciso criar planos estratégicos de participação, formar para e pela participação. Não se chama para a participação sem preparação pedagógica. A população precisa estar informada sobre o funcionamento do estado, sobre as diversas instâncias de poder (executivo, legislativo, judiciário), os diversos órgãos públicos, onde, como e quando pode participar.

É assim que se pode falar numa **reforma do estado**, passando de uma concepção de estado como “violência organizada, autorizada, institucionalizada” para a concepção de estado educador-educando, dialogando com a sociedade e administrando os seus conflitos. O estado não pode ser apenas educador, pois ele também, como os partidos, precisa ser educado pela sociedade que o mantém. Nesse sentido, é um estado não submetido aos interesses corporativistas e setoriais, visto não apenas através dos olhos dos servidores públicos, mas submetido à cidadania. Alternativas existem ao pensamento único neoliberal. A saída está numa teoria radicalmente democrática do estado. As recentes experiências, em nível do poder local no Brasil, vêm dando consistência prática a essa teoria.

– *O que esperar dos partidos políticos?*

– No campo das esquerdas, o que tem levado à ineficácia dos partidos é sobretudo a luta interna, que faz com que se passe mais tempo brigando com os amigos do que com os inimigos, e a interminável discussão sobre a concepção de governo e de sociedade. Isso levou muitos movimentos a preferirem outros caminhos que não o da via institucional. Eles perceberam que pouco se pode avançar por meio da disputa partidária. Os partidos políticos, inclusive os de esquerda, têm adotado a tática eleitoral como principal forma de luta. Mesmo assim, como diz Gilmar Mauro, coordenador nacional do MST, “o partido ainda é um espaço importante de disputa que deve ser feita, mas não, nunca, como única forma de enfrentamento. Não se trata, portanto, de ignorar ou de propagar ceticismo em relação a esta via (partidária), mas nem tampouco de vê-la como única possível e viável” (Mauro apud Glass, 2004, p. 10). Esse “pensamento militante” está colocando em xeque a necessária conquista do estado para a transformação efetiva das estruturas sociais. Entre eles está o movimento de resistência armada Exército Zapatista de Chiapas (sul do México)¹⁴.

É preciso inventar forças que escapem dos partidos, e os partidos políticos verdadeiramente revolucionários deverão beneficiar-se com isso, construindo novos métodos de fazer política. A esquerda deve renovar-se.

Os **novos partidos progressistas** não serão aqueles que se sustentam na defesa de interesses corporativos, mas se constituem numa organização pedagógica e formadora da nova sociedade. Mais do que administrar a crise do capitalismo, mais do que ocupar o aparelho de estado para amenizar os seus efeitos, esses partidos serão “educadores-educandos” da nova sociedade. Um partido revolucionário hoje “não pode ser o educador que já sabe tudo, que já tem uma verdade intocável, diante de uma massa popular incompetente a ser guiada e salva. Um educador para quem o futuro seja algo preestabelecido, uma espécie de fado, de sina ou de destino irremediável” (Freire, 1988, p. 17). Num contexto em que o partido revolucionário se torna uma **escola de cidadania**, a

¹⁴ Para Naomi Klein (2003, p. 285), a essência do zapatismo é o “chamado global à revolução que não diz para esperar pela revolução, apenas para começar de onde você está, lutar com suas próprias armas”.

pedagogia, como teoria e como práxis, torna-se tão ou mais importante do que a economia e a política.

Movimentos corporativos não são movimentos políticos capazes de apresentar um projeto global para a sociedade. Daí a importância da formação para e pela cidadania, da politização da sociedade. A defesa de direitos corporativos é legítima, mas um partido não pode representar apenas um setor da sociedade. As propostas do partido dirigem-se ao conjunto da sociedade. Politizar a sociedade significa instrumentalizá-la para incluir cada vez mais o conjunto da sociedade à cidadania e aprofundar a sua participação cívico-cultural nas instâncias do poder institucional. Como diz Milton Santos (1997, p. 3), “na atual vida política, haverá pelo menos duas esquerdas: a que, nos partidos, age ao sabor do dia-a-dia e a esquerda intelectual, portadora de um pensamento de mais longo alcance e despreocupada de aspirações de poder”. Talvez mais preocupada com um outro tipo de poder.

Os velhos partidos abrigados na velha cultura do socialismo revolucionário e na socialdemocracia reformadora, mesmo os mais recentes, apegados a velhas crenças burocráticas, não têm mais substantividade, mesmo que se apresentem como pós-comunistas ou pós-socialdemocratas. Basta reler os jornais da última década e ver o que se diz deles e o que eles dizem. Não se aproveita, hoje, quase nada do que disseram. Dão respostas puramente conjunturais, movidas por práticas eleitoreiras. Respondem ao imediato, mesmo os partidos socialistas. Parecem sem projeto de sociedade, sem utopia. Nem sequer estabelecem estratégias em função de uma causa maior. Dá a impressão de que são partidos sem causa ou partidos que perderam a causa e viraram burocracias. Falta-lhes rumo, quando o rumo não se reduz ao protesto. Para alguns partidos, parece que o protesto é a única forma de ação política.

Radicalizar a democracia significa transformar o estado pela sua dissolução na sociedade. O socialismo como utopia, como referência, continua válido, indicando um rumo possível da história. Sem acreditar em irreversibilidade histórica, o partido revolucionário de hoje responde com propostas concretas aos desafios de hoje. Não se trata de apresentar um “programa socialista” atrasado e defasado. Não se trata de dar uma resposta do século XIX aos cidadãos do século XXI. As respostas que os socialistas deram no passado são respeitadas como respostas do pas-

sado. É preciso responder hoje aos problemas de hoje, no contexto de hoje, no espaço de hoje, com os instrumentos de hoje.

Necessidade de proposta, de programa, no interior do estado capitalista. Um partido de futuro tem propostas de democratização do capital, da terra, do estado, hoje. Políticas de bem viver, de combate à pobreza e à fome, de distribuição de renda, de inclusão (dos pobres, deficientes, diferentes...). Partidos novos não congelam a criatividade. Ao contrário, desbloqueiam a imaginação e respondem com coragem e ousadia aos novos problemas, traduzindo o discurso socialista em prática política concreta. Sem medo de errar e “sem medo de ser feliz”, como diz Gonzaguinha.

Isso não significa abandonar o sonho socialista. Ao contrário, significa dar-lhe uma significação concreta e efetiva. O ideal socialista não morreu. O que morreu – precisava morrer e foi bom que morresse – foi uma certa face do socialismo, a face autoritária. O que deve ser evitado é confundir o socialismo real comunista, que não conseguiu dar resposta prática ao capitalismo, com o projeto socialista. O socialismo real fracassou historicamente, desmoronando com ele todo o edifício da tradição marxista-leninista, mas não levou com ele o sonho socialista. O colapso desta forma de socialismo não comprometeu a idéia de socialismo.

Se a causa e o seu rumo estiverem bem claros, a “luta interna” dos partidos emancipadores adquire outra significação. Os velhos partidos estimulavam a luta interna dividindo seus filiados em grupos, disputando o poder interno, fragilizando o partido e a causa. A polarização interna desses partidos não é só fonte de sectarismos estéreis, de burocracias e de expurgos. Partidos são parte, são instrumentos, meios. A causa é que conta. Todo sectarismo é conservador e põe a perder qualquer partido progressista. O ajuste interno de contas, a disputa pelo poder no interior do partido, é um termômetro para medir o grau de civilização e de tolerância de um partido revolucionário. Novos partidos são orientados por uma nova cultura ético-política, uma “ética do cuidado”, como diz Leonardo Boff, uma cultura tolerante e civilizada. A marca de um partido do futuro é a ética (não confundir com a moral burguesa).

Ouvi, durante o primeiro Fórum Social Mundial, de um militante do PT, que o partido fazia mal a ele, mas se conformava, porque fazia bem para a população do seu município. Eu não tive dúvida em lhe

observar que o partido que faz mal a quem trabalha para ele não pode fazer bem a ninguém. Alguma coisa estava errada. Não se trata de idealizar o partido como se ele pairasse acima das contradições. As divergências internas são saudáveis e demonstram o seu dinamismo. Ética não significa postura angelical. Todo partido está situado numa certa sociedade que é essencialmente contraditória.

No partido exprimem-se tanto os interesses coletivos quanto os individuais. Por isso, um partido é um permanente processo de metamorfose, no qual existe o conflito, a divergência e o debate. Eles não permitem a instauração do monolitismo, do centralismo, da subserviência, do autoritarismo, da burocracia e do caciquismo. Partidos éticos, sim. Partidos com dono? De jeito nenhum. “Deviam enquadrar essa gente por formação de quadrilha”, disse, em 1991, o publicitário Carlito Maia. Concordo com ele. A divergência, o pluralismo, o respeito às diferenças mostram que um partido está vivo. O democratismo, o sectarismo, ao contrário, mostram a sua estagnação.

Sempre existe mais de um ponto de vista que responde a uma mesma questão. É cegueira ideológica e sectarismo enxergar apenas um. Também não existe um partido único portador da verdade e da moralidade. O partido único e o monolitismo ideológico conduzem necessariamente ao fracasso político.

Um partido de futuro terá sempre muitos dilemas a enfrentar. Eles decorrem mormente da necessidade de jogar com as regras de uma sociedade que ele deseja transformar. A tensão será permanente, mesmo entre seus filiados. Divergir e manter o essencial, isto é, o respeito pela pessoa, mostra um grau de civilização que todos almejamos conquistar.

Há uma parte de velho e uma parte de novo em todos os partidos progressistas de hoje. O que será decisivo para o seu futuro será justamente a parte que vai prevalecer. O velho socialismo pereceu porque não tirou proveito da democracia. A democracia é essencialmente respeito aos direitos humanos e individuais, respeito à liberdade, à subjetividade. Não podia ir muito longe sem ela. Foi até longe demais quando instaurou regimes violentos e autoritários. O novo socialismo respeitará a liberdade individual, a iniciativa das pessoas, confiando na capacidade do sujeito consciente de fazer história. Como afirma José Genoíno, “os socialistas não deviam ter se afastado da tradição

democrática, e esta talvez seja a mais importante lição a ser resgatada do fracasso do socialismo real” (1993, p. 3).

O erro mais grave da esquerda socialista ortodoxa foi acreditar que poderia transformar o mundo sem transformar-se, acreditando que mudando as circunstâncias, automaticamente as pessoas mudariam. Esse grave equívoco foi constatado por Agnes Heller, que demonstrou a necessidade de “reinterpretar” Marx. Marx sustentava que, “transformando o mundo, os homens se transformam a si mesmos”. Segundo Agnes Heller, “não modificaremos substancialmente o seu pensamento se alterarmos a sua frase e afirmarmos agora que não podemos transformar o mundo se, ao mesmo tempo, não transformamos nós mesmos” (1989, p. 117).

A nova esquerda tem um novo ideário político, defendendo intransigentemente a democracia como valor universal. Em relação ao papel do mercado, a nova esquerda entende que ele é um dado incontestável desta fase do capitalismo e que ele se universalizou. Alguns pensam ser possível um “socialismo de mercado”. De qualquer maneira, há um consenso quanto à crítica ao estatismo e à existência de uma esfera pública não-estatal, distinguindo portanto o público do estatal. Mas o que mais distingue a velha da nova esquerda é o abandono do conceito de classe operária como classe redentora da humanidade e a sua “substituição” pelo cidadão como o principal agente de transformação social. Temos, então, um outro ideal revolucionário, que passa muito mais pela prática de reformas no interior do capitalismo do que pela conquista do poder para destruí-lo.

O ponto mais polêmico é o abandono do conceito de classe operária. Não se trata de negar a existência das classes sociais e nem da luta de classes. As classes sociais existem e, enquanto existirem, existirão em luta, já que seus interesses são antagônicos. Trata-se tão somente de uma constatação óbvia: a classe operária, ator histórico mais importante da era da indústria, não é mais a classe fundamental na era da informação. Mas se trata de um ponto polêmico, pois a noção de “classe operária” não é unívoca.

Enfim, do que sustentamos até agora, creio que podemos tirar hoje duas importantes lições da experiência da esquerda, particularmente da esquerda latino-americana:

1ª. a esquerda não pode construir a sua própria **unidade** sem respeitar seu próprio pluralismo. Unidade não significa uniformização, não significa fim da diferença. Significa capacidade democrática de conviver com a diferença, para lutar contra o antagonico. Essa maturidade política a esquerda latino-americana ainda não atingiu;

2ª. o **caminho para o socialismo** passa pela revolução democrática e não pela via da força de aventureiros. Deve-se, por isso, apostar na nossa democracia, mesmo que ela seja tênue, confiar na organização popular e na negociação. Para introduzir as mudanças necessárias para se chegar ao socialismo democrático na América Latina, precisamos contar com todas as forças democráticas e populares, inclusive os pequenos e médios empresários.

O estado, como apropriação privada de um partido único ou da classe dominante, será sempre antidemocrático e ineficiente para atender aos interesses da maioria. Ele poderá ser forte para essa classe ou para esse partido, mas não para a maioria da população. Para ele se fortalecer, numa ótica democrática, não pode ser prisioneiro da burocracia. A burocracia derrubou o maior império do mundo, o soviético. O estado democrático só se fortalece quando dissolvido na sociedade. E a sociedade só avança quando tiver fortes movimentos suprapartidários.

4.4. Não se muda o mundo sem um sonho

A esquerda sempre foi portadora de um grande sonho: o sonho de mudar o mundo. Mas seria o mesmo sonho do FSM? Para muitos parece que não. Se o sonho pode ser o mesmo, para muitos, os métodos, certamente, não são os mesmos. Muitos participantes do FSM entendem que o fim da União Soviética foi um ato de libertação do marxismo e do pensamento revolucionário. Repensar o conceito de revolução, reconhecer e honrar os que morreram pela revolução, sim. Os zapatistas recolocaram o tema da revolução e mostraram que é possível tomar seu próprio destino nas mãos e viver com dignidade mesmo sem grandes mudanças nas suas condições de vida, mesmo sem mudar radicalmente as relações de produção. Os zapatistas mostraram que a diferença entre socialismo e anarquismo não tem mais relevância. Se olharmos para o FSM, também não vemos relevância na discussão dessa questão. Se não temos respostas

prontas, como tinham os leninistas, juntos poderemos achar as respostas. O movimento avança a partir de questões, de perguntas.

A herança da esquerda, no século XX, principalmente da esquerda socialdemocrata (não totalitária), é a tentativa da inclusão social. O FSM não está aceitando nem as receitas clássicas da esquerda nem a idéia de que está inventando tudo de novo, como se a Usina do Gasômetro (Porto Alegre), essa usina de idéias e de rebeldia, fosse a nova e a única usina de idéias novas. O FSM tem nas suas mãos a **agenda histórica** da esquerda, que é a inclusão sem ser de esquerda. A esquerda tem hoje uma nova agenda, diversa, a agenda dos direitos humanos, da mulher, a questão do aborto, a biossegurança, o meio ambiente, a questão de gênero etc., que é a agenda dos Fóruns e a agenda dos movimentos sociais.

Não se trata de combater o socialismo. Trata-se de mostrar que o socialismo, concebido como socialismo de estado, é uma idéia do passado que, na prática, não resolveu o problema da injustiça no mundo. Uma resposta equivocada ao problema social, porque associada à conquista do poder de estado. Então, poderíamos perguntar: o que é ser de esquerda dentro do FSM? É ainda possível colocar essa questão?

Alguém deu uma resposta bem humorada a essa pergunta num dos Fóruns: “ser de esquerda dentro do FSM é como pedir uma picanha numa reunião de vegetarianos”. Declare que você é de esquerda no FSM. Você notará o olhar de perplexidade. Os participantes do FSM não sabem o que é “ser de esquerda”. Ser de direita ou de esquerda não é a ótica sob a qual o FSM vê o mundo. O paradigma é outro. Não tem muito sentido falar de esquerda e de direita no FSM. Cada vez mais, sabe-se menos o que isso significa e, sobretudo, qual é a relevância de se saber isso.

É claro que a maioria dos participantes do FSM se declara de esquerda. Uma pesquisa realizada pelo Ibase, durante o FSM 2005 em Porto Alegre, mostrou que 60% se considera de esquerda. Quase 2% se declara de direita, menos de 1% se declara de centro-direita e 20% de centro-esquerda. É provável que muitos dos que se declaram de direita estejam mal informados, já que o FSM combate o neoliberalismo que é de direita. 10% dos entrevistados, uma amostra entre mais de 150 mil participantes, declaram que o FSM é de centro. O que isso pode significar? Pode significar que esses participantes rejeitam as soluções revolucionárias clássicas da tomada do poder pela força para mudar o mundo, mas

pode significar também que a característica mais inovadora do FSM seja o pluralismo de métodos e concepções políticas. Isso aponta para a originalidade do Fórum, que é o fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais, independentemente de qualquer ideologia política. Na pesquisa do Ibase, 60% dos entrevistados disseram que não confiam em partidos políticos, governos e parlamentos. Ser de esquerda ou de direita não perdeu a validade mas, certamente, perdeu nitidez, como mostra essa pesquisa.

Dizendo “adeus à esquerda”, o FSM não está desprezando a luta de tantos mártires do socialismo, de tantas pessoas que deram suas vidas pela causa da esquerda. O FSM respeita e honra a memória de tantos lutadores da esquerda, presta-lhes a merecida homenagem e reverencia sua memória, mas, como numa crise geracional, deixa claro que os “tempos são outros”. Quando o FSM disser “no meu tempo”, deve-se entender o tempo que há de vir e não o tempo que já foi. E não se trata propriamente de um “adeus”, já que o FSM não poderia existir hoje sem a longa tradição de luta das esquerdas. Ele se beneficiou dessa tradição mesmo tendo certeza de que precisa avançar mais e superá-la. Como afirma Irene Leon, membro do Conselho Internacional do FSM, “tudo o que foi acumulado até agora se beneficia da riqueza de importantes percursos de luta e resistência à dominação, tanto antigos como novos” (Leon, 2006, p. 14).

O maior erro das esquerdas dos séculos XIX e XX talvez tenha sido o cientificismo, isto é, admitir, como pressuposto, que existe uma **teoria geral da transformação social**. Uma única via para a mudança, para a transformação.

– *Existe uma teoria geral da transformação social?*

– Não se pode mudar o mundo sem uma teoria. Não se pode mudar o mundo sem enxergá-lo diferente, sem “um certo sonho” (Freire, 2000, p. 17). Daí a importância da teoria revolucionária para a práxis revolucionária. Mudar o mundo exige uma teoria da revolução. Já vimos, com John Holloway, que a revolução não é possível pela conquista do poder de estado. Há quem ache que Holloway “está brincando de fazer casinhas”, como disse certa vez o professor da Universidade de São Paulo, Francisco de Oliveira. Mesmo com todo o respeito que tenho pela trajetória teórica de Francisco de Oliveira, permito-me discordar não só da forma como trata a obra de John Holloway (poderia ser mais respei-

toso), mas também de suas conclusões.

John Holloway começa por uma demonstração: as tentativas de mudar o mundo pela conquista do estado não produziram os efeitos programados. E conclui mostrando que a revolução pelo assalto ao poder é uma ilusão desastrosa para a própria revolução. É preciso reinventar a revolução. Realizá-la de outra forma: outro mundo é possível sem tomar o poder.

Afirmar que outro mundo é possível sem tomar o poder é o mesmo que dizer que outro mundo é possível sem violência, já que é o estado que tem o monopólio da violência. Afirmar que outro mundo é possível sem tomar o poder na era da globalização capitalista é também afirmar o oposto desta globalização, que é a homogeneização. Portanto, afirmar a diversidade. Esta é uma característica do Fórum Social Mundial. Em sua quarta edição, realizada nos dias 16 a 21 de janeiro de 2004, em Mumbai (Índia), ficou claro que a diversidade seria o fundamento das alternativas para um outro mundo possível. Ao pensamento único está-se opondo um pensamento independente e diverso, que fortalece a autonomia e a autodeterminação.

Contra o pensamento único não se pode opor outro pensamento único, se se deseja outro tipo de pensamento e de prática. É preciso uma teoria que não seja canibalista ou universalista. Ao contrário da lógica formal, a lógica dialética tem sustentado que “o mundo não é, o mundo está sendo” (Freire, 1997, p. 85). Isso significa que o novo, o outro mundo, já está nascendo no interior do velho mundo, na medida mesma em que o enxergamos como utopia, como sonho. Ver esse outro mundo possível, sustentar a sua possibilidade, é inaugurar a sua criação. O novo está nascendo do velho. Teoricamente, isso significa que não podemos aniquilar o velho mundo, precisamos dar-lhe novo sentido, precisamos desconstruí-lo e reconstruí-lo.

É isso que está acontecendo no FSM e que é difícil de entender. Nele está se dando o confronto real entre o **velho** e o **novo**. No velho também estão sendo incluídos as teorias e os métodos revolucionários das esquerdas. E isso incomoda tantos, inclusive aqueles que o freqüentam com muitas certezas, com idéias já feitas, com dificuldade de escutar, com dificuldade de perguntar. Quem tem certeza não pergunta, não se comunica. Apenas emite comunicados. Se não perguntarmos, não acha-

remos o caminho. Por isso, também no Fórum, há uma luta interna entre o velho e o novo. Para que o Fórum cumpra seus objetivos revolucionários é preciso que o novo prevaleça sobre o velho, isto é, que o próprio Fórum seja um exemplo deste outro mundo possível que desejamos construir. Quem, de fora, olhar para dentro do Fórum deverá notar que algo novo está aí surgindo, deverá perceber do que se trata. Não podemos construir o novo com velhas idéias e velhos métodos.

Neste momento, o velho coexiste com o novo no Fórum, talvez sempre coexistirá. E não poderia ser de outra forma, já que o novo não está dado. O velho está na arrogância de quem vem a ele disputando poder, disputando propostas, fazendo “luta interna”, como se faz no velho sindicato ou no velho partido. Ao contrário, o novo no Fórum é a ênfase na autodeterminação em redes, na organização não-hierarquizada, na democracia participativa radical. Só há dois princípios que unificam as pessoas e organizações que dele participam: a **alterglobalização**, a busca de alternativas para a perversa globalização neoliberal, e a **diversidade** de métodos e estratégias. De um lado, ações contra-hegemônicas e propostas alternativas e, de outro, a unidade na diversidade, sem submissão a uma teoria geral, a uma orientação única e unitária.

Como aponta Boaventura de Souza Santos, “a teoria política da modernidade ocidental, tanto na versão liberal como na marxista, construiu a unidade na ação política a partir da unidade dos agentes (...). A utopia e a epistemologia subjacentes ao FSM colocam-nos nos antípodas dessa teoria. A extraordinária energia de atração e de agregação revelada pelo FSM reside precisamente na recusa da idéia de uma teoria geral (...). O mundo é uma totalidade inesgotável, dado que possuiu muitas totalidades, todas elas parciais. Por conseguinte, não faz sentido tentar apreender o mundo a partir de uma única teoria geral, pois uma tal teoria irá pressupor sempre a monocultura de uma dada totalidade e a homogeneidade das suas partes” (2004, p. 1). Como alternativa a uma teoria geral, diante da ampla multiplicidade e variedade das práticas sociais contra-hegemônicas do FSM, Boaventura de Souza Santos aposta num “universalismo negativo”, isto é, numa “ecologia de saberes”, um trabalho de **tradução intercultural**, o que Paulo Freire chamava de “diálogo intercultural”, superando o “lado negativo” da diversidade que é a fragmentação e a atomização. “Essa tarefa implica um vasto exercício

de tradução para expandir a inteligibilidade recíproca sem destruir a identidade dos parceiros da tradução. A finalidade é criar, em todos os movimentos ou ONGs, em todas as práticas ou estratégias, em todos os discursos ou saberes, uma **zona de contato** capaz de torná-los porosos e, portanto, permeáveis a outras ONGs, a outras práticas e estratégias, a outros discursos e saberes. O exercício de tradução visa a identificar e reforçar o que é comum na diversidade do impulso contra-hegemônico. Está fora de questão suprimir o que separa. O objetivo é fazer com que a diferença-hospedeira substitua a diferença-fortaleza. Através do trabalho de tradução, a diversidade é celebrada, não como um fator de fragmentação e de isolacionismo, mas como uma condição de partilha e de solidariedade” (Idem, p. 2). A **ecologia de saberes** “consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade” (Santos, 2004a, p. 76).

Boaventura fornece algumas ilustrações de como podemos fazer o trabalho de **tradução** entre saberes e ações. Na “**zona de contato**” dos **saberes** ele toma a idéia de “dignidade humana”, tal como aparece na cultura ocidental (**direitos humanos**), no hinduísmo (**dharmā** = harmonia cósmica) e no islamismo (**umma** = comunidade). O trabalho da tradução irá revelar as limitações e fraquezas recíprocas de cada uma destas concepções da dignidade: “na zona intercultural de contato entre movimentos e organizações que apresentam diferentes concepções de dignidade humana, permite-nos identificar, como fraqueza fundamental da cultura ocidental, o fato de esta dicotomizar, de forma demasiado estrita, o indivíduo e a sociedade, tornando-se assim vulnerável ao individualismo possessivo, ao narcisismo, à alienação e à anomia. Por outro lado, a fraqueza fundamental das culturas hindu e islâmica consiste no fato de nenhuma delas reconhecer que o sofrimento humano tem uma dimensão individual irreduzível, a qual só pode ser adequadamente reconhecida numa sociedade que não esteja hierarquicamente organizada. O reconhecimento da incompletude e da fraqueza recíprocas é uma condição *sine qua non* para um diálogo intercultural. O trabalho de tradução alimenta-se, ao mesmo tempo, da identificação local de incompletudes e fraquezas e da sua inteligibilidade translocal” (Santos,

2004, p. 3). Boaventura insiste na necessidade do trabalho de tradução, porque todas as culturas são incompletas e podem ser enriquecidas pelo diálogo e pelo confronto com outras culturas.

Na “zona de contato” das práticas ele destaca o quanto o movimento operário se enriqueceu com o contato com o movimento feminista, o movimento indígena e o movimento negro, e o quanto o movimento indígena zapatista se enriqueceu em contato com os movimentos sociais mexicanos, o movimento feminista, o movimento cívico e o movimento operário. “O trabalho de tradução visa a criar inteligibilidade, coerência e articulação num mundo enriquecido pela multiplicidade e diversidade. A tradução não é simplesmente uma técnica (...). A tradução é um trabalho dialógico e político. Tem igualmente uma dimensão emocional, porque pressupõe uma atitude inconformista, por parte do sujeito, em relação aos limites do seu próprio conhecimento ou da sua própria prática e a abertura para ser surpreendido e aprender com o conhecimento e a prática do outro” (Idem, p. 5).

Para Boaventura de Souza Santos, o Fórum Social Mundial é um facilitador de zonas de contato cosmopolitas entre ONGs e movimentos sociais, gerando um novo tipo de cidadania, ampliando a capacidade de saberes e práticas, para um presente e um futuro melhores. Um outro mundo possível não está num futuro distante. Está na reinvenção do presente.

Para essa discussão teórica muito serviria ao Fórum Social Mundial ter nele (mas não dele) um espaço especial, uma rede de conhecimento ou uma universidade. As discussões sobre esse tema já estão adiantadas, vários textos já foram construídos e debatidos a partir do primeiro, elaborado por Boaventura de Sousa Santos, com o título “A Universidade popular dos Movimentos Sociais para formar ativistas e dirigentes dos Movimentos Sociais e ONGs e cientistas sociais, intelectuais e artistas dedicados às transformações sociais: uma proposta para a discussão”¹⁵.

¹⁵ Duas versões desse texto – a primeira publicada em *Democracia Viva* (janeiro 2003, p. 78-83) e a segunda em setembro de 2003 – circularam e foram debatidas por Pedro Santana (Viva la Ciudadanía), Tomás Villasante, Juan Carlos Monedero, Cándido Grzybowski e Moema Miranda (Ibase), José Eustáquio Romão, Moacir Gadotti e Salete Valezan Camba (IPF), Jorge Romano (Actionaid) e outros. Vários intelectuais e ativistas já vêm discutindo a relação entre conhecimento e práticas sociais, entre eles, Immanuel Wallerstein (EUA), Anibal Quijano (Peru), D. L. Sheth (Índia), Goran Therborn (Suécia), Hilary Wainwright (Reino Unido), Jai Sen (Índia), Irene Leon e Fernando Rosero (Equador), Moema Miranda (Brasil), Antonio Negri (Itália), Pablo Gentili e Emir Sader (Brasil).

Para Souza Santos, o objetivo da **Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS)** é “contribuir para que o conhecimento da globalização alternativa seja tão global quanto ela e que, nesse processo, as ações transformadoras sejam mais esclarecidas e eficazes e os seus protagonistas, mais competentes e reflexivos. Para atingir este objetivo a UPMS terá de ser mais internacional e mais intercultural do que as iniciativas existentes que com ela têm alguma semelhança”. Seria claramente uma universidade com um propósito altermundista, tendo por projeto de mundo a globalização alternativa porque, como diz Boaventura Souza Santos, “o único modo eficaz e emancipatório de enfrentar a globalização neoliberal é contrapor-lhe uma globalização alternativa, uma globalização contra-hegemônica” (Santos, 2004a, p. 55).

A questão que se colocava inicialmente era saber se a UPMS seria uma rede de conhecimento¹⁶ e de lutas ou uma universidade no sentido clássico. Ou as duas coisas. Qual seria o caráter institucional desta universidade? Seria uma “universidade pública não-estatal”?¹⁷ Essa questão foi resolvida no ato de fundação da UPMS, em Roma, em setembro de 2005, quando se definiu a UPMS como uma “rede global de saberes para a ação transformadora”.

A proposta de uma Universidade Popular dos Movimentos Sociais foi definitivamente consagrada durante a quinta edição do FSM, no final de janeiro de 2005, em Porto Alegre. Uma série de painéis e de encontros sobre o tema demonstraram a sua necessidade e viabilidade. A idéia foi muito bem aceita por numerosos participantes do FSM que desejam atuar na qualificação, sistematização e produção de conhecimento apropriado ao movimento altermundista. Um primeiro levantamento mostrou uma enorme capacidade instalada e uma grande potencialidade de muitas instituições e organizações atuais, no sentido de contribuir para o processo de construção dessa universidade-rede dos movimentos sociais. Decidiu-

¹⁶ Rede é uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais por sua vez fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo expandir-se em novas unidades, ou manter-se em equilíbrio (Mance, 1999, p. 24).

¹⁷ Desde os anos 80, Luiz Eduardo Wanderley, ex-reitor da PUC-SP, e Plínio de Arruda Sampaio, ex-deputado federal, vêm debatendo esse tema. Eles têm um histórico vínculo com os movimentos sociais (ver Gadotti, 1990, p. 75-85). Como ministro da educação, Tarso Genro tem argumentado nesta direção, defendendo a superação de uma “visão maniqueísta da diade setor público versus setor privado” (in *Folha de S. Paulo*, 11 de dezembro de 2004, p.3). Em geral, quando esse tema é colocado, o que se afirma é que a contradição principal não está entre o “estatal e o privado”, mas entre o “público e o mercantil”.

se que, inicialmente, a UPMS terá uma sede física num local simbólico do FSM e um *campus* virtual. A educação popular como concepção de educação foi amplamente aceita como ponto de partida histórico para orientar os princípios altermundistas da UPMS. O termo “popular” tem uma longa tradição na esquerda, principalmente na latino-americana.

A UPMS foi fundada, formalmente, no dia 15 de setembro de 2005 em Roma, buscando superar um certo déficit de conhecimento crítico para as práticas altermundistas frente às práticas neoliberais. Os presentes – mais de 20 organizações e movimentos sociais¹⁸ – sustentaram que não é possível produzir conhecimento novo com metodologias velhas. “Déficit” não significa partir do zero, mas partir do que já existe, partir das culturas dos povos e dos movimentos sociais, num encontro de saberes e de experiências. Por isso, a UPMS deve privilegiar temáticas hoje tornadas invisíveis e ausentes pela cultura dominante em muitos debates acadêmicos e promover uma teoria política da ação transformadora e o conhecimento estratégico para a alterglobalização. A metodologia deve estar conectada às estratégias. Nesse sentido, o nosso modo de fazer deve ser o que defende a “investigação-ação”, lembrando que reconhecer e sistematizar muitas experiências e processos implica reconhecer e valorizar a diversidade metodológica. A UPMS não ficará prisioneira de um único método.

A Carta de Princípios da UPMS deverá destacar a transculturalidade, o respeito às opções políticas e a não-violência como ação política, o trabalho de tradução como método, como procedimento que permita a inteligibilidade recíproca entre os que se dedicam predominantemente à transformação social e os que se dedicam predominantemente à produção teórica e entre eles mesmos, contribuindo para o conhecimento mútuo. O campo da UPMS, como “rede global de saberes para a transformação social”, é o da prática teórica: produzir teoria social transformadora em estreita colaboração entre cientistas sociais, artistas e lideranças dos movimentos sociais, porque hoje ninguém isoladamente dá conta de explicar

¹⁸ A UPMS está sendo hoje secretariada pelo Icaee (International Council of Adult Education), com sede em Montevideu, pelo Ibase (Instituto Betinho), do Rio de Janeiro, pelo Instituto Paulo Freire (São Paulo), pelo CES (Centro de Estudos Sociais) da Universidade de Coimbra e pela Euralat (Observatório Eurolatinoamericano de desenvolvimento democrático e social). Entre os fundadores da UPMS estão ainda: a Aliança Internacional dos Habitantes, o Cifoles (Equador), o Centro de Estudos Alforja (Costa Rica), o Conselho Internacional do Fórum Mundial de Educação, a Corporación Región (Medellín), a Corporación Viva la Ciudadanía (Colômbia), a Federação Colombiana de Educadores (Fecode), o Laboratório de Políticas Públicas (Rio de Janeiro), a Raaab (Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil), a Universidad Complutense (Madrid), a Universidad Nacional de General Sarmiento (Argentina) e a Universidade Popular de Roma.

a complexidade e a diversidade de experiências alternativas à globalização neoliberal. A diversidade é maior do que as nossas teorias. Precisamos ampliar o entendimento entre os saberes. A alternativa a uma teoria geral que pretende tudo explicar é a “tradução intercultural”, afirmava Boaventura de Souza Santos no encontro de Roma. Não há uma inteligibilidade recíproca total, mas há caminhos que começam por uma estratégia de confiança entre diferentes. Devemos nos deixar contaminar pelo outro.

Um dos princípios orientadores deverá ser a **interculturalidade**. A Universidade Popular dos Movimentos Sociais será “intertemática”¹⁹, já que muitos movimentos, como o MST e a Aliança Internacional dos Habitantes, já estão construindo suas universidades, focadas no tema central de suas lutas. O MST foi o primeiro movimento a se envolver no processo de construção da UPMS. Como se trata de uma universidade *dos* e não *para* os movimentos sociais, esse é um processo que envolve muito trabalho de articulação e de construção coletiva. A autodeterminação dos movimentos sociais é fator decisivo para o sucesso dessa nova idéia.

Por outro lado, decidiu-se criar, nas instituições onde atuam associados da UPMS, grupos ou núcleos de estudos da UPMS, constituindo-se também em rede de conhecimento e comunidade de aprendizagem. Essa é também uma forma de “tensionar” nossas universidades para que se ocupem mais de temas altermundistas. De certa forma, somos seres “anfíbios”: estamos dentro de universidades tradicionais e mantemos vínculos com os movimentos sociais. Nelas podemos acirrar a contradição entre uma velha cultura política e uma nova cultura trazida pelo movimento altermundista, sem verticalismo e sem dirigismo.

Nesse contexto foram muito discutidos, e aceitos, os conceitos de “tradução cultural” e de “ecologia de saberes” de Boaventura de Souza Santos²⁰. Contribuindo para a capacitação de protagonistas de um outro mundo possível, a UPMS não dispensa o “saber de experiência feito” (Paulo Freire) dos movimentos sociais. Ao contrário, entende que a luta é

¹⁹ Com a **intertematicidade** a UPMS poderia responder positivamente a uma “fraqueza” do FSM e do altermundismo que é, segundo Alain Touraine, não deixar clara a sua concepção de sociedade em função da sua difusa pauta de “reivindicações”: “A fraqueza do altermundismo, que é tão patente quanto seu sucesso, provém do fato de não chegar a definir claramente em nome de quem, de quais interesses ou de qual concepção de sociedade ele luta, de maneira que se instaura uma certa confusão entre a defesa de certos interesses adquiridos e reivindicações conduzidas efetivamente em nome das categorias mais diretamente dominadas” (Touraine, 2006, p. 37).

²⁰ Veja-se o quinto capítulo do seu livro *O Fórum Social Mundial: manual de uso*, publicado em 2005 pela Editora Cortez de São Paulo.

pedagógica, que as lideranças populares formam-se na luta, no trabalho, e aí produzem conhecimento. Mas, com o estudo, o debate e a reflexão, eles podem tornar-se ainda mais competentes. A UPMS deverá criar as condições para o surgimento de comunidades de aprendizagem específicas dos movimentos sociais, para a maior qualificação de suas lutas altermundistas. Temos o sonho e precisamos de uma pedagogia ou de várias pedagogias, como ferramentas, como guias desse sonho. No final dos encontros de Porto Alegre sobre a UPMS, uma comissão foi escolhida para sistematizar a experiência acumulada até aqui e propor uma agenda²¹.

Um dos maiores desafios do FSM, ainda não bem compreendido social, econômica e politicamente, é o de “apontar caminhos, traçar estratégias e principalmente empreender ações que nos levem a esse novo mundo possível... O sucesso do Fórum Social Mundial dependerá, cada vez mais, de sua capacidade de mudar o mundo” (Grajew, 2004, p. 3). Faltam respostas e sobram perguntas: como enfrentar a militarização do planeta, a fome, a exclusão social? O FSM não é um “anti-Davos”, não se define pela negação, mas pela afirmação de outro mundo possível. No mundo que queremos, somos cidadãos e não só produtores e consumidores, construímos comunidades e não apenas mercados. Nesse sentido, a UPMS poderá dar uma grande contribuição ao FSM.

Nesse contexto, não basta repetir a mesma afirmação de que “outro mundo é possível”. É preciso mostrar como. Também não basta afirmar que “um outro mundo é possível sem tomar o poder”. É preciso também mostrar como²². Caso contrário, estaríamos oferecendo argumentos aos que nos acusam de “possibilismo” ou de “movimentismo”, isto é, conceber o movimento como fim em si mesmo. O movimento não é tudo. Como sustenta Teivo Teivainen, em seu livro *Pedagogia do poder mundial*, inspirando-se em Paulo Freire, “precisamos de visões concretas do mundo alternativo”, precisamos “formular modelos de instituições democráticas do futuro, transnacionais, cosmopolitas e globais” (Teivainen, 2003, p. 115-17). Esses modelos são também importantes “para as políticas desestruturativas que se confrontavam com as redes existentes do poder, porque a legitimidade deste último se baseia em parte no discurso de que

²¹ Essa Comissão é constituída pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pelo Instituto Paulo Freire (São Paulo), pela Corporación Viva la Ciudadanía (Bogotá) e pelo Icaee (International Council of Adult Education).

²² Neste caso é preciso mostrar também qual é o papel do estado na luta pela emancipação, pela igualdade e pela equidade.

não existem alternativas. Neste sentido, a desconstrução e a reconstrução são as duas caras da mesma moeda”. (Teivainen, 2003, p. 121-2). Isso é particularmente importante, se pensarmos na necessidade de construir instituições que sejam ao mesmo tempo democráticas e prospectivas. E ele continua: “Em lugar de esperar uma vanguarda ilustrada conspiradora que num futuro longínquo entre em ação e conduza todos à prometida democracia mundial, poderia ser mais útil começar a construir alianças entre os diferentes movimentos em todo o mundo que representem distintos pontos de vista neste momento. Isto é, com efeito, o que, pelo menos em parte, se está fazendo no Fórum Social Mundial” (Idem, p. 122). Não adianta esperar um “consenso universal”, esperar que todos estejamos de acordo numa “única civilização consensual”. “Em lugar de aspirar a um claro universalismo, deveríamos nos assegurar de que sempre haja espaço para a ambigüidade. Em outras palavras, em meu futuro possível preferido, sempre deveriam existir cenários políticos onde os antagonismos existentes podem desenvolver-se de maneira pacífica, baseando-se em regras comuns. Uma utopia de consenso e de unanimidade implica o fim da política e sem política não pode existir democracia” (Idem, p. 122).

Teivo Teivainen (2003), inspirando-se em Gramsci, entende que as relações de poder existentes entre diferentes partes do mundo – países mais e menos desenvolvidos – são relações pedagógicas. Como toda relação pedagógica, ela pode ser uma relação domesticadora, colonizadora, ou uma relação emancipadora, libertadora. Sua proposta é de uma pedagogia cosmopolita emancipadora com vistas a alcançar a cidadania planetária²³. Essa pedagogia é inspirada em Paulo Freire. A cidadania planetária implica a superação das barreiras e das fronteiras existentes entre os estados-nação, no plano político, e entre as disciplinas, no plano pedagógico. O enfoque cosmopolita exige a transdisciplinaridade. O modelo disciplinar não consegue explicar o mundo complexo de hoje. A pedagogia cosmopolita é uma pedagogia apropriada para a construção de uma democracia cosmopolita global. Os estados limitam a democracia dentro

²³ Como um exemplo da pedagogia cosmopolita “num sentido mais amplo” (Teivainen, 2003, p. 111), ele apresenta o orçamento participativo, que oferece a possibilidade de pensar alternativas de futuros possíveis. Segundo ele, os países do Norte deveriam aprender com os países do Sul, em particular com a América Latina, e deixar sua arrogante pretensão de sempre estarem dando lições aos países do Sul. Ao apresentar o orçamento participativo como um “modelo para o mundo inteiro” (Idem, p. 109), ele ataca as teorias pós-modernas que ficam na pura desconstrução: “muito além da desconstrução, necessitamos construção” (Idem, p. 116).

de seus “territórios”. É preciso transnacionalizar a democracia. Não pode haver “ilegais” em nenhum país do mundo. A noção de “ilegal” é frontalmente contrária à idéia de uma “civilização planetária” (cf. Wagar, 1991).

Teivainen concorda com Michael Hardt e Antonio Negri (2001; 2005) em relação à crescente transnacionalização e desterritorialização provocada pela globalização. Muitos movimentos atuais percebem o mundo a partir de uma “perspectiva menos estadocêntrica”, afirma ele (Teivainen, 2003, p. 75). Os ativistas de hoje estão mais preocupados em construir poder para a sociedade civil do que intervir por meio do estado. Ele questiona, contudo, a “pureza” da sociedade. Ela é tão contraditória quanto o Estado e o mercado.

Num outro livro, em parceria com Heikki Patomäki (2004b), ele defende, como vimos no capítulo anterior, o aprofundamento do processo democrático, propondo a democratização das instituições globais existentes, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, desmascarando a sua hipocrisia: são instituições que pregam a democracia, mas não a praticam em sua organização. Seria uma forma de subverter a sua dominação. Essa proposta visa a fortalecer a sociedade civil global. A aposta dos autores é que um outro mundo possível só será alcançado pela radicalização da democracia. A ONU seria uma dessas organizações a serem democratizadas. Se a ONU seguisse o parágrafo 1 do artigo 2 de sua Constituição, seria uma organização mais democrática, “baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros”. Eles defendem também a democratização da Organização Mundial do Comércio e das Cortes Internacionais de Justiça e de Crimes.

Ao lado da democratização das instituições existentes, Heikki Patomäki e Teivo Teivainen (2004b) propõem a criação de novas instituições globais. Eles propõem novos arranjos institucionais globais como a Assembléia dos Povos, um Parlamento Mundial, uma Comissão Global da Verdade para arbitrar conflitos internacionais. Propõem, ainda, um referendo global no caso da dívida externa, por exemplo, e impostos globais, sobretudo sobre as transações financeiras e a emissão de gases poluentes. Essas iniciativas deveriam ter o apoio, o controle e o acompanhamento da sociedade civil global como alternativa ao neoliberalismo.

Teivo e Heikki reconhecem que a maioria das propostas parece difícil de se realizar. Há muita oposição dos estados mais ricos, mesmo a propostas reformistas. Em alguns casos, parece impossível reformar instituições “irre-

formáveis” como o FME e a OMC. Entretanto, a preocupação dos autores é que o Fórum Social Mundial não fique apenas na crítica pós-moderna desconstrutiva, mas parta para uma ação global com iniciativas propositivas.

A construção de uma ou várias **redes de conhecimento** é essencial para fortalecer a sociedade civil global²³, uma sociedade de redes e de movimentos, uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem, gerando um novo imaginário social, mobilizado pelo desejo de mudar, pela crença na capacidade do ser humano de mudar, constituindo-se em novo internacionalismo, uma real **planetarização**, **redes solidárias** reinventando o poder, privilegiando o espaço de autogestão, o encontro, o diálogo, a polifonia de vozes (contra o discurso único), harmonizadas por uma causa comum, o debate e a colaboração, a racionalidade comunicativa. Esse espírito reduz os conflitos provocados pela “luta interna” e o poder hierárquico, comumente presentes nos partidos, nos sindicatos, nos governos, nos parlamentos... O capitalismo também está estruturado em redes. Só que nós temos consciência de que utilizamos as redes e as tecnologias com uma outra lógica, outros valores, outra ética. A rede pode ser usada tanto para o tráfico de drogas, o fluxo de capitais, o terrorismo, quanto para a solidariedade e a luta altermundista.

As pessoas descobriram que não é mais possível hoje trabalhar isoladamente. Não há segurança, não há produtividade, não há felicidade. O modelo da competitividade capitalista gera a felicidade de uns poucos e a infelicidade da maioria. A cooperação gera maior desenvolvimento pessoal e social. Para que as redes sejam realmente transformadoras²⁴ elas necessitam vincular-se a movimentos sociais. Trabalhar em rede não destrói a autonomia. Ao contrário, potencializa-a pelo confronto e pela experiência somada à de outros.

Não se muda o mundo sem um sonho. Por isso conta muito o envolvimento das pessoas e esse envolvimento precisa de **outra educação**²⁵. A

²³ “A consolidação dessa sociedade civil global implica abarcar a diversidade e assumir a pluralidade sem, contudo, afetar as identidades próprias de seus diferentes atores, logrando desenvolver-se nos níveis nacional, regional e global e articular-se em alianças e redes” (Eduardo Ballón, presidente da Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (Alop) apud Abong, 2004, p. 29).

²⁴ Veja-se www.transform.it

²⁵ “Sem uma concepção diferente de educação – ou seja, a *auto-educação* cooperativamente administrada dos produtores livremente associados, inspirada por, e orientada para, a produção e satisfação de suas necessidades genuínas – não há como sair do círculo vicioso da produção de escassez em escala sempre crescente. Na ausência da auto-educação cooperativa de iguais capazes de compreender o significado real de *economia*, tudo continuará à mercê dos interesses investidos na reprodução máxima de *necessidades artificiais*, inseparáveis da perpetuação lucrativa da escassez” (István Mészáros, 2004, p. 48).

mudança não se dá meramente pela força invisível das classes sociais em luta. Por isso conta muito educar para o sonho de um outro mundo possível. A mudança educacional é um fator decisivo. Como diz István Mészáros (2005, p. 65), “o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida ‘sociedade de produtores livremente associados’. Portanto, não é surpreendente que, na concepção marxista, a ‘efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho’ seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional”.

A educação institucionalizada tem servido mais, até hoje, para transmitir os valores que legitimam os interesses dominantes. Daí a importância, hoje, do espaço de luta da educação não formal. Para Mészáros é preciso desenvolver novas formas de educação que recuperem o sentido mesmo da educação, que é conhecer-se a si mesmo e ser melhor como ser humano, aprendendo por diferentes meios, formais e não formais. “A alienação só pode ser vencida com educação”, afirmou István Mészáros ao jornal *Brasil de Fato* (2006, p. 8). Para ele, Marx continua sendo uma grande referência para a construção de outros mundos possíveis. Para mudar o mundo é preciso universalizar o trabalho e a educação, por meio de uma autogestão libertadora, com base numa revisão do pensamento de Marx.

Mudar o mundo depende de todos nós: é preciso que cada um tome consciência e se organize. “Outro mundo é necessário; contigo será possível”, como gritava a multidão durante a marcha de abertura do FSM poliocêntrico de Caracas. Educar para um outro mundo possível é educar para superar a lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo e no lucro seus fundamentos, é educar para transformar radicalmente o modelo econômico e político atual (István Mészáros). Finalmente, educar para um outro mundo possível deve incluir uma “pedagogia das ausências” (Boaventura de Souza Santos): mostrar o que está escondido, escavar o que foi silenciado pelas culturas dominantes, o estrangeiro em mim.

Espaço livre e ator político

“Não aceitem o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.”

Bertolt Brecht



Jesus Carlos/Imagenlatina

Ma reunião do Conselho Internacional do FSM em Utrecht, Holanda, no final de março de 2005, além da avaliação do FSM 2005, foi definida a Metodologia do FSM 2006 policêntrico (Américas, África, Ásia). Cada entidade indicou a que “evento” do FSM queria e poderia inscrever-se e em que temas. Cada evento teve sua autonomia. O FSM policêntrico constituiu-se num desafio inovador, a possibilidade de experimentar um Fórum mais intercultural, simultâneo, em rede, internacionalizando-se e facilitando a participação física a muito mais habitantes do planeta¹ e, sobretudo, aos setores mais pobres da sociedade, que não têm condições financeiras de se deslocar para regiões muito distantes.

Todo o processo do FSM 2005 significou uma grande inovação. Foi um encontro inspirador. Inaugurou um novo conceito, o de “Território Social Mundial”, que transmite força e enraizamento. Aposta-se muito nesse novo formato, mais democrático, apesar de ter revelado alguns problemas de infra-estrutura. Foi um encontro aberto, organizado e autogestionado. O Mural de Propostas foi outra idéia inovadora, mas que precisa ser aperfeiçoada. A idéia de incluir os “eixos transversais”, porém, não funcionou na prática.

Com relação ao processo crescente de autogestão, o Conselho Inter-

¹ Uma pesquisa do Ibase sobre os participantes no FSM 2005, em Porto Alegre (“Encuesta Foro Social Mundial 2005” – Resultados Preliminares – Ibase, Coordinación de Indicadores, março/2005), revelou que 80% dos participantes (155 mil) eram provenientes do Brasil. A presença dos jovens é marcante: 42% tem entre 14 e 25 anos. Isso explica também a escolaridade: 77% tem curso superior (completo ou incompleto). Dentre os participantes: 40% são estudantes, 17% são funcionários públicos e 11% trabalham em alguma ONG. Quem participa de um Fórum acaba retornando: 30% havia participado de Fóruns anteriores e 15% já havia participado de Fóruns regionais.

nacional considerou o FSM 2005 um grande avanço. Contudo, afirmou que o “FSM não está programado para ser um fórum totalmente autogestionado”. É necessário haver algumas estruturas para que os grupos avancem em seus programas de ação. Numa sociedade de mercado, a autogestão faz com que todos possam concorrer, mas persistindo “relações de poder e desigualdade”. A autogestão deixou um “vazio político” que permitiu aos eventos Lula-Chaves, que formalmente não faziam parte do FSM, tornarem-se os eventos de maior visibilidade. O encerramento do FSM 2005 foi esvaziado. O CI sugeriu que haja eventos coorganizados como uma alternativa.

A Comissão de Comunicação do CI tem insistido em privilegiar em seu apoio a chamada **mídia alternativa**, mesmo que essa mídia não tenha muito impacto na opinião pública mundial. E a razão é muito simples; segundo a Comissão de Comunicação, mídia alternativa “é uma aliada estratégica na construção do FSM, já que os veículos e organizações que a praticam identificam-se com os princípios do Fórum. São também profissionais e mídias que têm um acompanhamento muito próximo do mundo do FSM, tendo mais capacidade de dar uma visão aproximada do que é o Fórum. Também são veículos que falam diretamente ao público ligado à luta por outro mundo possível, ou seja, às pessoas envolvidas no processo do FSM, mesmo que não estejam na cidade em que ele está sendo realizado”. Por essas razões, a Comissão de Comunicação considera a mídia alternativa como uma “aliada estratégica do FSM” e, por isso, deverá continuar tendo um tratamento diferenciado dentro do processo do FSM: “os veículos e organizações que praticam a mídia alternativa são também atores políticos da luta por outro mundo possível, na prática da luta pela democratização da comunicação”. A Comissão de Comunicação lançou o conceito de “cobertura compartilhada”, buscando maior cooperação entre organizações e veículos de comunicação e a idéia de uma “plataforma de comunicação” do FSM.

Desde a primeira edição do FSM, os fóruns se multiplicaram: temos o Fórum Social Americano, o Fórum Social Europeu, o Fórum Social Asiático, o Fórum Social Brasileiro, o Fórum Social Pan-Amazônico, o Fórum Social Midwest, dos Estados Unidos, o Fórum Social das Américas e os fóruns setoriais de educação, cultura, informação etc. Temos o Foro Mesoamericano de los Pueblos (San Salvador, 19 a 21 de julho de

2004), que recolheu as conclusões de uma série de fóruns setoriais e temáticos (mulheres, camponeses, jovens etc.) com o lema: “Construindo o poder popular para a autodeterminação”. Participaram desse fórum 2 mil dirigentes de aproximadamente 600 organizações populares e sociais e tirou-se uma “declaração final”, inovando em relação a outros fóruns. O sexto e último Foro Mesoamericano de los Pueblos foi realizado em San José de Costa Rica em dezembro de 2005. Temos ainda a Cumbre de los Pueblos de América, a terceira já realizada em Mar del Plata, Argentina, em novembro de 2005. Temos ainda o Encuentro Hemisférico de lucha contra el Alca. O quarto Encuentro foi realizado em Havana, Cuba, em abril de 2005.

Temos a Cúpula Continental dos Povos e Nacionalidades Indígenas de Abya Yala, o Foro Social Américas (o primeiro foi realizado em Quito, Equador, de 25 a 30 de julho de 2004). Dele participaram 11 mil pessoas de 55 países dos cinco continentes: 926 organizações organizaram mais de 450 eventos. Temos o Fórum Social Europeu, o Fórum Social Mundial das Migrações, o Fórum Social Magrebino, no Marrocos, o Fórum Social Holandês. O terceiro Fórum Social Europeu foi realizado de 15 a 17 de outubro de 2004, em Londres, Inglaterra. Participaram 20 mil delegados provenientes de 70 países; 65 mil pessoas participaram da marcha de encerramento contra a invasão do Iraque. Temos o Foro Social Chileno (19 a 21 de novembro de 2004), o Fórum Pan-Amazônico (o primeiro foi realizado entre 18 a 22 de janeiro de 2005, em Manaus). E muitos outros: no Paquistão, no Benin, em Mali, na Finlândia, na Austrália. Temos o Fórum Social Nordestino: o primeiro foi realizado de 24 a 27 de novembro de 2004, em Recife, com 700 entidades dos nove estados da região e com a presença de 5 mil delegados. Temos o Foro Social Caribeño, o Fórum Social de Boston (EUA), de Upsala (Suécia), o Foro Social de la Triple Frontera. E temos ainda o Fórum de Parlamentares, o Fórum de Autoridades Locais, o Fórum de Juizes, o Planeta Fêmea, o Tribunal da Dívida, o World Peace Forum... e tantos outros. A responsabilidade do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial está crescendo a cada novo fórum.

– *Como pensar estrategicamente tudo isso? Como acompanhar tanta criatividade?*

– O novo nasce do velho, mas não nasce muito rapidamente, sem transição, sem conflitos. Acreditamos todos, como Cândido Grzybowski

(2001, p. 24 e 33) que “algo novo nasceu em Porto Alegre”. Mas, sua eficácia, para mudar o mundo, está sendo testada. Felizmente, uma nova iniciativa parece tomar força no interior do processo do FSM, surgida a partir da necessidade de dar seqüência ao “Mural de Propostas”, lançado durante do FSM 2005 e que teve uma participação importante do Instituto Paulo Freire.

O FSM está ainda muito centrado em eventos, e estes eventos, ainda muito centrados em pessoas famosas, em personalidades “ocidentais”, buscando visibilidade midiática, falando muitas vezes mais para agradar à platéia do que para responder aos desafios urgentes apontados pelos movimentos. Os eventos do FSM ainda são freqüentados muito mais pelas classes médias do que pelos que mais necessitam dele (77% dos inscritos no FSM 2005 tinham o ensino superior ou estavam cursando). Tudo isso está preocupando muito o Conselho Internacional do FSM.

– *Onde está o velho no FSM?*

– Certamente está no que já foi apontado, mas está ainda no seu interior. Está também na insistência de alguns em considerar o FSM um anti-Davos. O movimento anti-Davos já existia antes do FSM, mas, por meio dele, não se chegaria ao projeto original do FSM. Ficaríamos no anti-Davos².

– *Onde está a novidade do FSM?*

– Certamente não está na sua referência a Davos. Onde está a força do FSM? Responde Cândido Grzybowski: “a grande força do Fórum Social Mundial reside naquilo que carrega como novidade. Trata-se de uma iniciativa da emergente sociedade civil planetária. Visa a valorizar as práticas de luta e de participação cidadã nas diferentes sociedades e busca dar uma dimensão mundial às propostas que delas brotam” (Idem, p. 19). O anti-Davos poderia ser uma referência inicial da mídia, mas não pode continuar na construção original do FSM.

Um dos debates mais significativos do Conselho Internacional reu-

² Segundo um relatório não sigiloso da CIA (2006), o mundo do futuro (2020) não terá pólos de poder como hoje e a tecnologia da informação terá um papel decisivo. Em todos os cenários possíveis, contudo, a CIA sustenta que os EUA devem continuar tendo um papel decisivo, tanto pela sua superioridade militar, quanto pela liderança no campo científico e tecnológico. No cenário chamado de “Mundo de Davos”, o mais “otimista”, o mundo terá uma globalização “bem sucedida” e “menos ocidental”, com o triunfo da democracia liberal. No oposto está o “Cenário do Caos”, com o aumento do terrorismo, do anti-americanismo e das forças “antiglobalização”, que podem gerar uma guerra generalizada. A estratégia da CIA é lutar por eleições “livres”, jogando com a divisão do mundo islâmico. É claro que o relatório da CIA não considera nos seus possíveis cenários a presença do Fórum Social Mundial. Refere-se ao crescimento das ONGs e dos movimentos sociais, mas joga com a sua fragmentação. Não faz nenhuma menção ao FSM.

nido durante a realização da quinta edição do FSM em 2005 foi a preocupação em dar respostas mais eficazes ao mundo globalizado. Um dos documentos apresentados pelo Secretariado Internacional – Seção Brasil insistia que “para que as idéias debatidas e as propostas formuladas em nossos encontros levem efetivamente a esses resultados, será necessário aperfeiçoar ainda mais a metodologia, para que as propostas resultem de articulações feitas antes deles e seja assegurada sua continuidade, em múltiplas ações comuns”. Nesse sentido, as aglutinações de 2005 foram significativas, uma conquista política que veio para ficar. Elas permitiram valorizar a diversidade e a não-hierarquização das causas, lutas e sujeitos sociais³. Lançar, durante os fóruns, **campanhas de longo prazo** parece inevitável daqui para a frente, para tornar mais efetiva a ação política global do FSM. E para dar continuidade a essas ações o **Mapa para a construção de um outro mundo possível** torna-se indispensável como um sistema permanente de auto-informação, tornando conhecidas as campanhas globais e envolvendo cada vez mais participantes do FSM, para além dos seus eventos.

Na reunião do Conselho Internacional do FSM em Utrecht, foi discutida a estratégia para colocar em prática as numerosas sugestões enviadas ao **Mural de Propostas no FSM 2005**⁴. A questão central colocada pelo CI refere-se ao “uso” posterior das propostas. Não há clareza quanto a isso. É um banco de propostas para as pessoas conhecerem o que aconteceu no Fórum? É um espaço de articulação de organizações em torno de propostas comuns?

Para iniciar uma possível resposta a essas questões o CI aprovou uma proposta para a criação de um **Mapa para a construção de um outro mundo possível**, apresentado pelo Secretariado Internacional – Brasil,

como um projeto para a comunicação permanente e autogestionada entre os que participam do FSM com um “sistema avançado de busca”. Esse mapa possibilitará o processo permanente à distância do FSM, buscando responder ao desafio global de construir o outro mundo possível, equilibrando o princípio, de um lado, da máxima autogestão participativa possível, e, de outro, da máxima eficiência política transformadora possível. Esse mapa pode trazer um ganho “político”, pela intercomunicação sobre o processo do FSM, um ganho “comunicativo”, abrindo para todas as comunidades a possibilidade de mostrar suas iniciativas, e um ganho “técnico”, possibilitando a criação de uma grande base de dados como parte da luta permanente e contínua pela construção de um outro mundo possível e com dados de como ele pode ser alcançado.

O princípio básico do mapa é a **auto-informação**. As próprias organizações que participam do FSM inscrevem suas iniciativas: “uma ficha eletrônica de identidade, que pode ser preenchida e modificada a qualquer tempo (com o uso de uma senha) permitirá informar sobre quatro temas: 1) a identidade da organização; 2) as ações permanentes que desenvolve por um mundo novo; 3) as atividades que pretende realizar nos próximos Fóruns Sociais, regionais, nacionais, temáticos etc.; 4) as iniciativas de sua agenda que quer compartilhar com os demais participantes do mundo FSM”. A busca seria aberta a todos, mas fornecer informações só seria permitido aos participantes dos FSMs. Segundo Antonio Martins, do Secretariado Internacional do FSM, esse sistema de comunicação permanente respeita à risca os princípios de **auto-organização** e de **não-hierarquização** das atividades e iniciativas do FSM e, ao mesmo tempo, estimula a intercomunicação e a articulação entre os atores do Fórum. O Mapa para a construção de um outro mundo possível, além de ser um instrumento de informação, é um instrumento de formação e de luta. Ele pode representar um grande avanço se conseguir unir a inteligência coletiva⁵ com a vontade política coletiva de mudar *no* Fórum ou *do* Fórum.

Não basta ser anti-Davos. É preciso criar as condições para viabilizar

³ Como afirma Cândido Grzybowski (2006, p. 35), “não se trata de buscar o mínimo denominador comum, redutor e excludente, mas de valorizar a diversidade de possibilidades, onde nenhuma possibilidade possa negar as outras e nem seja levada a se submeter a qualquer uma outra”. Trata-se de se fazer alianças, blocos, coalizões, articulações..., pela radicalização do diálogo e pela “tradução” (Boaventura de Souza Santos) entre movimentos, ONGs, instituições. O FSM ainda não conseguiu deixar claro qual é a participação de partidos e governos que convergem na mesma direção dos objetivos do Fórum. Só deixou claro que eles não participam como membros de seus conselhos e comitês. Só podem participar das atividades do FSM membros de governos e de partidos, a título pessoal, quando convidados por alguma organização ou movimento que dele faz parte.

⁴ Sobre as propostas do FSM 2005, veja-se o livro *100 propostas no Fórum Social Mundial*. O livro foi publicado em português, espanhol, inglês e francês graças a uma iniciativa da “Aliança de Editores Independentes por uma outra mundialização”, uma rede de 23 editores, entre eles a Editora Laboratório Educativo (Caracas), Editora Jamana (Bamako), Editions du Silence (Gábiao), Editions Tarik (Marrocos), Editions Tropiques (Camarões) e Editora Charles Léopol Mayer (Paris). O livro inspira-se no projeto “Memória Viva” e nas diversas propostas elaboradas pelos participantes dos 11 espaços temáticos do “Território Social Mundial” do FSM 2005, realizado em Porto Alegre. Veja-se no site www.eclm.fr e www.choike.org. Sobre as propostas do FSM, veja-se ainda o site www.memoria-viva.org/recherche.

⁵ Como sustenta Pierre Lévy (1998, p. 209), “o projeto da inteligência coletiva não adia a felicidade para mais tarde. Longe de toda idéia de sacrifício, ele incita cotidianamente, em cada situação particular, a aumentar os graus de liberdade dos indivíduos e dos grupos, a administrar jogos ganhadores-ganhadores, a pôr em sinergia, transversalmente, conhecimentos e cognocentes. A inteligência coletiva não possui inimigo. Não combate os poderes, deserta-os. Não busca dominação alguma, mas mil germinações. Tende a dar vida à maior variedade de existentes”.

as propostas dos movimentos, organizações e entidades que participam do FSM. Temos que organizar o confronto. Todos já sabemos o que está errado e o que deve ser feito. A ação articulada, com força política transformadora, é necessária desde já. Já falamos muito para as platéias. Já celebramos muito a nossa diversidade e a nossa força social. Já denunciemos a mídia como um espelho de imagens distorcidas, denunciemos a burguesia corrompida pelo poder econômico. Tripudiamos as elites insensíveis, insaciáveis, insensatas. Denunciemos a violência. E agora?

Não podemos ficar na defensiva. Se o FSM, enquanto Fórum, isto é, enquanto espaço aberto e organizado, não pode ter um programa concreto para não se tornar um partido, ele pode propiciar, facilitar mais, um grande espaço organizado, articulado e institucional de lutas pela libertação. A esperança está sobretudo nos jovens que constituem quase a metade dos participantes dos eventos do FSM (na edição de 2005, 44% dos participantes eram estudantes). Trata-se de criar, portanto, uma **Rede Altermundista**, referência para um outro mundo possível, com base nos jovens, interligando e articulando ações e programas, trabalhando em rede de redes, produzindo mudanças 24 horas por dia, sem parar, reconstruindo o mundo, como um moto-perpétuo, mostrando *on-line* o que cada um está fazendo para um “outro mundo possível” em todos os campos: na educação, na economia, na política, na cultura, no meio ambiente... interconectando espaços temáticos dos jovens, das mulheres, dos sem-terra, dos quilombolas, dos negros, dos ambientalistas, dos camponeses, dos juizes, dos empresários, dos artesãos, dos comerciantes, das crianças, dos parlamentares, dos educadores, das autoridades locais, o áudio-visual, a comunicação, a cultura.

Até agora fizemos bem o que sabíamos fazer: bons e grandes eventos. Temos muita *expertise* nisso. Mas não fizemos bem o que realmente é novo: o processo do Fórum. “Na minha opinião”, diz Boaventura de Souza Santos (2005, p. 36), “o FSM será cada vez menos um evento ou conjunto de eventos, para passar a ser cada vez mais um processo baseado no trabalho de articulação, de reflexão e de planificação dominada de ações coletivas levadas a cabo pelas diferentes organizações e movimentos que integram o FSM”. Para ele, a novidade política do FSM consiste na sua “cultura organizacional”, que não possui um líder e que rejeita hierarquias. O futuro do FSM dependerá cada vez mais do uso que fará

da internet para visibilizar a “novidade política” de que é portador. As redes colaborativas do FSM possibilitadas pela internet se constituem na resposta que ele pode dar à globalização hierarquizada e opressiva neoliberal.

O FSM é um êxito, mas, depois de seis anos de existência, algumas coisas devem mudar. O problema é saber o que deve e pode mudar, sem descaracterizar sua missão original. O FSM como espaço livre, crítico e auto-organizado, é um êxito. Não creio que devemos mudar algo exitoso para nos aventurar em propostas duvidosas. Todavia, devemos reconhecer que, se avançamos no campo dos eventos, não tivemos o mesmo êxito no que se refere ao processo. Alguns dizem que nossos eventos são folclóricos, um “festival de ideologias” (Lula), e não há nada de mal nisso. Muito pelo contrário. Ser um festival de ideologias numa época de poucas utopias é um sinal positivo. O folclore tem raízes populares. É melhor o folclore do que a espetacularização midiática política vazia, puramente emocional e conjuntural.

Isso não significa que o Fórum seja uma praça pública neutra. Ele se constitui num espaço aberto para os fins específicos para os quais foi criado e estão contidos na sua Carta de Princípios. O espaço do Fórum não é um espaço livre de regras. Elas estão claras na Carta de Princípios. Para isso ele não precisa ter uma estrutura piramidal de mando e subordinação, mas uma estrutura democrática e participativa. O FSM deve continuar sendo um espaço aberto, sob a condição, como sustenta Immanuel Wallerstein (2004), que “ele assegure, por sua vez, que o FSM se transforme num espaço institucional de encontro de alianças múltiplas entre distintas atividades políticas”.

5.1. Como tornar o FSM mais do que um contraponto a Davos?

Todos sustentam que o FSM precisa ser aprimorado, tornar-se efetivamente “mundial”, tomar iniciativas conjuntas. Depois de seis anos de experiência, diante do desgaste natural do atual formato, isso está provocando tensões, como vimos no Fórum de Caracas, principalmente dentro do CI. Há propostas de alteração da estrutura organizativa e do seu funcionamento como a adoção de um calendário de atividades oficiais ao longo do ano. Para muitos, os megaeventos não podem limi-

tar-se a encontros de debates e chegam mesmo a propor que o FSM se transforme no embrião de uma “Assembléia de toda a humanidade”, da sociedade civil global, como propõe Ignácio Ramonet, do Conselho Internacional, contrapondo-se à Organização das Nações Unidas, que concentra estados e governos. Não há consenso em relação a essa proposta. Ramonet sustenta que, desde janeiro de 2005, o formato inicial do FSM se esgotou. Para ele, o FSM tem que ser um ator político coletivo, alternativo às políticas neoliberais, na falta do qual “o FSM corre o risco de despolitizar-se e de folclorizar-se, de transformar-se numa espécie de Feira Internacional de associações, um Salão Mundial da sociedade civil” (Ramonet, 2005).

Enquanto evento, o FSM é um espaço mais apropriado para o debate e a aprendizagem de uma nova cultura política, ao passo que o FSM, enquanto processo, é um espaço mais apropriado para a ação. Eles precisam coexistir de forma complementar e não antagônica. Eles não são excludentes.

É preciso considerar que existem diversos conceitos de “espaço” e não apenas o que estamos construindo hoje no Fórum. A noção de espaço não é unívoca. Existem espaços concebidos apenas como uma praça aberta e livre, onde qualquer um pode andar, sem nenhuma organização, sem nenhum propósito. Até uma feira ou um mercado livre, numa praça pública, tem uma organização para atingir determinados fins. O espaço do FSM não pretende ser uma feira ideológica. Ele persegue finalidades definidas em sua Carta de Princípios. Embora livre e auto-organizado, o espaço do FSM pode ser estruturado de diversas maneiras. Como insiste Wallerstein, ele pode ser organizado para construir agendas comuns, para construir articulações e projetos comuns, impulsionados por uma nova lógica, por sua força agregadora como ator político novo. Ele pode se constituir num espaço que junta todos e todas para pensar, programar, planejar e agir em busca da sonhada cidadania planetária.

Para Cândido Grzybowski (2006, p. 30-31), o FSM é um “canteiro de obras da cidadania mundial”, mas, segundo ele, o FSM ainda não criou “alternativas estruturantes em face da globalização dominante. Essa é uma tarefa coletiva de longa duração”. O FSM é um espaço aberto à diversidade que nos caracteriza, acima de tudo, como seres humanos. A diversidade é

a grande riqueza da humanidade. Mas não pode ser só isso. É também o espaço para a formação de novas alianças, de novas redes, da formação de campanhas, enfim, o espaço de estruturação de alternativas.

O FSM, mesmo não sendo um movimento político, opera por um novo modo de fazer política e, por isso, ele se pergunta: como agir politicamente sem impor lógicas centralizadoras de definição de políticas? Como tornar o FSM mais eficaz e construir plataformas comuns, respeitando a diversidade de posturas políticas, métodos de trabalho e a autonomia de cada movimento? Como construir a convergência na diversidade? Como transformar o mundo sem tomar o poder?

Muitos sustentam que o FSM em si não tem capacidade de intervenção porque não pode ter planos de ação como espaço aberto, mas ele pode ser um ator político de caráter novo, empoderando planos de ação e plataformas de movimentos e ONGs, fortalecendo a cidadania planetária. A seu modo, pode sim ser um grande ator político, facilitando a construção de redes, movimentos, campanhas, promovendo mobilizações... porque não pode ser só um espaço de debate. Ele se fortalecerá na medida em que os povos – as “multidões”, segundo Negri e Hardt – vejam resultados concretos de sua ação e se enfraquecerá na medida em que apenas o discurso prevalecer sobre a práxis. Precisamos mudar o mundo mesmo que tenhamos que passar algum tempo discutindo como.

O “Apelo de Bamako” faz menção a um novo sujeito popular histórico. No capítulo de Bamako do FSM 2006, foram retomados alguns princípios do “Manifesto” lançado em Porto Alegre. Foram apresentadas algumas “propostas para a ação imediata”. Bamako deu um passo adiante na construção do FSM como um sujeito político, para “passar da consciência coletiva à construção de atores coletivos, populares, plurais e multipolares” no sentido de “identificar temas precisos para formular estratégias”. Entre os temas apontados está o da “construção de uma frente unida dos trabalhadores”, o que lembra as velhas táticas das “internacionais” socialistas.

– *Estaria Bamako avançando ou retrocedendo?*

– Em comentário ao documento de Bamako, Francisco Whitaker reafirma o respeito à autonomia da sociedade civil – que ameaça a hegemonia dos partidos como atores políticos – a qual “pretende fazer coisas

sem tomar o poder” (2006). Volta a criticar a concepção segundo a qual “toda luta política precisa contar com direções ou vanguardas que mobilizem os militantes e os dirijam na ação” e aponta o **perigo da divisão** que marcou a história das esquerdas⁶, entre os chamados “intelectuais” convidados para conferências e debates – “que se colocam como dirigentes e orientadores dos Fóruns” – e a chamada Assembléia dos Movimentos Sociais, que propõe que o “seu” documento “seja assumido como o do Fórum como um todo”. O FSM encontra-se frente a um desafio que vem de cima e outro que vem de baixo. Whitaker sustenta que o desafio maior está sendo colocado pela Assembléia dos Movimentos Sociais, que pretende “hegemonizar os Fóruns, para tornar-se a principal das articulações neles nascidas”. E conclui: “é como se ela buscasse seqüestrar os Fóruns para a realização dos objetivos dos movimentos que a compõem”.

O alerta de Whitaker é em relação ao risco de se atingir um dos pilares do FSM que é o respeito à **diversidade**. A **unidade** – um outro pilar do FSM – pode e deve ser atingida pela “convicção militante” e não pela disputa interna ou por “comandos unificados”. É nesse ponto que vejo a importância de educar para um outro mundo possível. Isto é, formar para uma nova cultura política que coloque a “lógica da escuta” acima da “lógica da disputa”, como sustenta Whitaker.

José Maria Gómez (2005, p. 172-5), professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro, preocupado em repensar o formato do FSM, diz que seria conveniente “neutralizar algumas tentações reducionistas” que descaracterizam o Fórum: a primeira seria a que “tende a limitá-lo aos encontros anuais e fixá-lo no tempo às condições de origem”. A segunda seria a tendência a “concentrar a análise exclusivamente no FSM, dissociando-o por um lado dos movimentos sociais, ONGs, redes de ativistas transnacionais e numerosos coletivos políticos e sociais que nele participam e que compõem o movimento altermundialista”. A terceira consiste na tendência a “reduzir a multiplicidade e a superposição de clivagens e tensões políticas e ideológicas que atravessam o movimento

⁶ Como diz um dos organizadores do Fórum Social Mundial policêntrico de Caracas, Edgardo Lander (2006, p. 16), “o Fórum fez muito para superar as antigas tradições do sectarismo, intolerância e as pugnas pelo controle que têm caracterizado historicamente tantas das lutas dos povos do planeta nas quais a esquerda jogou um papel significativo”. O FSM não se apresenta como um modelo único alternativo nem como único ator contra o modelo dominante.

de movimentos’ e os diversos níveis de construção e funcionamento do FSM, a um ou a alguns deles”.

As observações de Whitaker e Gómez nos indicam a necessidade de avançar no **debate estratégico e organizacional** do FSM. O risco de uma divisão, apontado por Whitaker, pode se aprofundar caso não tenhamos condições práticas e teóricas de rever o **formato original** do FSM⁷. A impotência política é nosso maior temor. E só seremos fortes politicamente se permanecermos juntos, reafirmando a grande novidade do FSM, que é a sua metodologia e o seu caráter inclusivos, muito diferente das utopias que emergiram no século XIX, tanto no que se refere à estratégia política, quanto ao sujeito histórico de mudança e ao modelo de sociedade.

Por isso, sustenta José Maria Gómez, o FSM não pode ser capturado pelas categorias convencionais das ciências sociais. Ele defende para o FSM o modelo analítico e epistemológico de Boaventura de Souza Santos (2003), que aponta para dois tipos ideais complementares de interpretação: o da “sociologia das ausências” e o da “sociologia das emergências”. A interpretação da **sociologia das ausências** rejeita a visão monocultural que sobrevaloriza o “científico”, o “avançado”, o “superior”, o “global”, o “produtivo” em detrimento do chamado conhecimento do “ignorante”, do “residual”, do “inferior”, do “local”, do “não-produtivo”. Paralelamente e contrapondo-se à monocultura dominante, a **sociologia das emergências** busca na visibilização do que a monocultura despreza as alternativas de futuros possíveis da alterglobalização. O FSM estaria exatamente partindo do que a cultura dominante desvaloriza para construir suas alternativas, evocando a horizontalidade, a diversidade e a multiplicidade de experiências sociais desprezadas pelos critérios hegemônicos de racionalidade e de eficiência capitalista.

Mesmo existindo uma percepção generalizada de que o formato vigente do FSM precisa ser revisado, permitindo aprofundar a democracia interna e tornando-se mais inclusivo e representativo, muitos ain-

⁷ Para José Maria Gómez (2005, p. 183), “a forma organizativa e operacional do modelo mostra-se cada vez menos apropriada e eficaz para enfrentar e superar tanto as distorções e desequilíbrios internos do processo como os sinais de impotência política externa (...). Não parece existir outra saída a não ser recorrer à experimentação – com uma alta dose de invenção e imaginação – e a um exercício constante de avaliação e debate sobre o próprio processo de constituição”.

da rejeitam qualquer proposta que implique deliberar e levar adiante ações comuns em nome do Fórum, sustentando que isso geraria ainda mais tensões e correria o risco de instrumentalização partidária (cf. Whitaker, 2003). Em contraposição, alguns sustentam que seria possível criar, no interior do FSM, “estruturas *ad hoc*” que funcionariam “fora dos Fóruns”, com a possibilidade de promover consensos mínimos e defender plataformas que, no formato atual, o FSM não poderia ter (cf. Cassen, 2004).

Depois de Bamako, Caracas e Karashi, o debate sobre o formato do Fórum já tem produzido diversas reflexões, entre as quais a de Irene Leon, do Conselho Internacional. Para ela, “o Fórum pode ser o que ele já é, além de muitas outras coisas, todas importantes, todas transcendentais. Mas insistimos em que seu desafio central consiste no encaminhamento do principal propósito de sua convocação: a resistência à globalização neoliberal, que não poderá ser atingida facilmente por meio de uma ‘feira de alternativas’, nem de uma grande mesa de debates, nem da convocação a mobilizações desconectadas entre si, nem de experiências metodológicas para o bom encaminhamento do Fórum-evento, cuja cristalização não está desvinculada das relações econômicas e de poder intrafórum. Enquanto isso ocorre, o modelo neoliberal pode continuar sua consolidação tranquilamente” (Leon, 2006b, p. 13). O pior que poderia acontecer é ficar debatendo e deixar em paz o inimigo.

Há mais de dois anos o Conselho Internacional está preocupado com a perda da força e do impacto do FSM. Uma redução do impacto ligada ao seu formato inicial, segundo alguns. Temos que incidir na política, nas instituições, no mundo real, para que esse outro mundo seja realmente possível. Mas como construir caminhos para a implementação das propostas de mudanças com o formato atual? Saber como intervir no mundo real continua sendo o grande desafio do FSM⁸.

⁸ Depois de Bamako e de Caracas, os Fóruns estão tendo uma preocupação maior com ações concretas. A convocatória para o Fórum Social Mundial 2007 de Nairóbi pede sugestões não só de temas, mas a indicação de ações, campanhas e lutas: “a proposta é a de que organizemos o 7º Fórum em torno dessas ações, campanhas e lutas, aglutinando, nos diferentes espaços do Fórum, as atividades vinculadas a essas ações, campanhas e lutas”.

5.2. O formato inicial do FSM estaria realmente esgotado?

É claro que o que se esgotou é o puro protesto, o antiglobalismo sem proposta, o antiglobalismo sem a alterglobalização. Não basta protestar, nem é suficiente celebrar a diversidade de nossas agendas no interior do Fórum. Não basta discutir utopias. É preciso saber o que estamos fazendo para colocá-las em prática. É preciso decididamente propor e agir em conseqüência, mobilizar-se permanentemente, estimular o surgimento de novas iniciativas, organizações, participações etc. O que se esgotou é o anti-Davos.

Para superar essa fase, em 2005 foi instituído o Mural de Propostas de Ação que não teve ainda a eficácia que desejávamos ao criá-lo. Não conseguimos ainda criar os instrumentos práticos que nos permitam o diálogo permanente, um sistema de comunicação que funcione independentemente dos eventos do Fórum.

Além do Fórum como evento e como processo, deveria existir o Fórum *on-line*. Ainda não utilizamos toda a força política que representa o ciberespaço. Quando pensamos em espaço, sempre pensamos numa praça, num espaço físico, num território geográfico. Precisamos nos envolver mais com o espaço virtual. Daremos um salto qualitativo no FSM quando estivermos conectados permanentemente em ações globais simultâneas, alimentando o processo. Os Fóruns-evento não seriam mais a principal atividade do FSM. Eles teriam um peso muito menor e serviriam, sobretudo, para impulsionar o Fórum processo. Avançaríamos muito mais rapidamente. Devemos nos acostumar a trabalhar a distância. É provável que não consigamos mudar o mundo presencialmente. É bem mais provável que consigamos ir mudando o mundo virtualmente, à distância, “lincados” nas nossas diversidades. Mudar o mundo custa caro e custará muito mais presencialmente. Não é ser capitalista perguntar quanto custa mudar o mundo. Porque não se trata apenas de recursos financeiros. Trata-se de trabalho, do nosso tempo, que é a nossa riqueza, o nosso capital disponível. Mudar o mundo dá trabalho!

O FSM tornou-se um símbolo da esperança coletiva e a expressão mais visível da sociedade civil global. Nossa força política está no capital de esperança que acumulamos e na nossa capacidade de mobilizar a sociedade civil global. Contudo, não soubemos ainda utilizar toda a nossa

capacidade de mudança. Falta-nos ação política realmente nova. Sabemos o que temos que mudar e temos pouca capacidade de dizer como mudar. O FSM pode ser simultaneamente um facilitador da ação das ONGs e movimentos que dele participam e um ator político, ele mesmo, sem renunciar à sua Carta de Princípios. Será na prática transformadora que ele superará o dilema que se coloca hoje: ser uma coisa ou outra. Para isso, precisa trabalhar mais a relação entre ONGs e movimentos e trabalhar melhor a sua relação com governos e partidos políticos.

O FSM pode ter perdido hoje a força da novidade, mas ganhou em extensão, em expansão, multiplicando-se em inúmeros fóruns locais, regionais, nacionais. Nesse sentido não perdemos força. O FSM não perdeu força como facilitador. Talvez tenhamos perdido visibilidade, o que nos ajudará a construir o processo com menos vigilância das forças que queremos combater. Criamos muito impacto na mídia. Mas será que é isso que queremos? Mudar o mundo por meio da mídia? O que queremos realmente transformar?

Ter ou não ter uma agenda política global: eis a questão! E se assumirmos uma agenda política global, vem a segunda questão: quem vai assumir e como será a governabilidade dessa agenda? Com que instrumentos, com que direção política? Dependendo da resposta a essas perguntas, poderá faltar um pequeno passo para cairmos numa nova internacional: da internacional comunista à internacional altermundista! E quantos dos que hoje se somam ao processo do FSM irão cair fora? Iríamos sufocar a cidadania e substituir a voz de milhões de pessoas, movimentos e organizações por uma militância profissionalizada, “representantes” da sociedade civil global? Se isso acontecer, perderemos nosso projeto original.

Decididamente, não devemos fazer economia de nossa imaginação e nos colocar à escuta, com paciência, para inventarmos novos modos de fazer política. O que está em causa é se o FSM vai mesmo assumir uma nova cultura política, vai aprender a fazer política de outro jeito ou vai repetir a história de fracassos dos velhos paradigmas. Paradigmas não surgem repentinamente. Demandam tempo, dedicação, paciência, muito trabalho. E tudo isso nós temos. Por isso temos certeza de que vamos superar o impasse atual. Porque o essencial já temos: temos a crença de que é possível mudar o mundo. É essa crença que deve nos guiar. É ela que alimenta nossos sonhos, nossas utopias. Devemos continuar

acreditando que é a multidão quem deve dirigir o processo; devemos continuar confiando na capacidade de superação de nossas dificuldades e nos manter firmes na Carta de Princípios que estabelece que ninguém representa o FSM e ninguém fala em seu nome. Não a qualquer forma de dirigismo que substitua a cidadania global! Sim à escuta, à transparência, ao companheirismo e à solidariedade! Sim à cidadania planetária!

É muito difícil prever o que acontecerá ao FSM nos próximos anos. Estamos construindo algo novo, imprevisível. Mas o crescente descontentamento em relação ao formato político inicial nos está indicando a necessidade de pensar mais estrategicamente. Tanto em Bamako quanto em Caracas, muitos participantes pediam mais ação. O FSM tem um potencial educativo, organizativo e de mobilização que ainda não foi suficientemente trabalhado. Ele pode estruturar-se melhor para a articulação; ele pode engajar-se mais em lutas mundiais, como um grande ator altermundista. Trata-se de mudar o mundo. Depois de Bamako e Caracas, não é mais possível avançar no processo sem uma agenda global de lutas. Em 2003, a chamada do FSM contra a guerra foi um grande êxito. Devemos continuar com outras chamadas sem substituir iniciativas já existentes no próprio Fórum. O FSM não deve sobrepor-se, em sua agenda, às agendas e plataformas⁹ dos movimentos e ONGs. Nessa agenda política global não será necessário trabalhar com a ideia do socialismo, mas deixar claro que se trata de ultrapassar o capitalismo como modo de produção e reprodução de nossa existência no planeta. O neoliberalismo é apenas a forma atual do capitalismo. E trata-se, hoje, como sustenta François Houtart, de se opor frontalmente ao controle militar do planeta pelos Estados Unidos, de se opor à política belicista de Washington, lutando pelo desmantelamento de todas as bases militares no estrangeiro e pela total destruição de todos os armamentos nucleares. É preciso dar concretude à alterglobalização.

O Fórum deve ter uma agenda própria, inclusive para continuar como espaço livre e auto-organizado, como principal ator que já é do

⁹ O Fórum Mundial de Educação está construindo a sua plataforma de lutas pelo direito à educação, uma “Plataforma Mundial de Educação”. Existem muitos documentos dos movimentos e ONGs que estabelecem suas agendas globais e plataformas de luta. Entre outras, podemos destacar a Plataforma Global dos Cidadãos, uma rede de movimentos e ONGs que tem o propósito de fortalecer a participação desses atores no processo de tomada de decisão nas esferas global, regional e local, e a Coordenação de Movimentos Sociais (CMS), criada em 2003, que também tem sua agenda de lutas.

capacidade de mudança. Falta-nos ação política realmente nova. Sabemos o que temos que mudar e temos pouca capacidade de dizer como mudar. O FSM pode ser simultaneamente um facilitador da ação das ONGs e movimentos que dele participam e um ator político, ele mesmo, sem renunciar à sua Carta de Princípios. Será na prática transformadora que ele superará o dilema que se coloca hoje: ser uma coisa ou outra. Para isso, precisa trabalhar mais a relação entre ONGs e movimentos e trabalhar melhor a sua relação com governos e partidos políticos.

O FSM pode ter perdido hoje a força da novidade, mas ganhou em extensão, em expansão, multiplicando-se em inúmeros fóruns locais, regionais, nacionais. Nesse sentido não perdemos força. O FSM não perdeu força como facilitador. Talvez tenhamos perdido visibilidade, o que nos ajudará a construir o processo com menos vigilância das forças que queremos combater. Criamos muito impacto na mídia. Mas será que é isso que queremos? Mudar o mundo por meio da mídia? O que queremos realmente transformar?

Ter ou não ter uma agenda política global: eis a questão! E se assumirmos uma agenda política global, vem a segunda questão: quem vai assumir e como será a governabilidade dessa agenda? Com que instrumentos, com que direção política? Dependendo da resposta a essas perguntas, poderá faltar um pequeno passo para cairmos numa nova internacional: da internacional comunista à internacional altermundista! E quantos dos que hoje se somam ao processo do FSM irão cair fora? Iríamos sufocar a cidadania e substituir a voz de milhões de pessoas, movimentos e organizações por uma militância profissionalizada, "representantes" da sociedade civil global? Se isso acontecer, perderemos nosso projeto original.

Decididamente, não devemos fazer economia de nossa imaginação e nos colocar à escuta, com paciência, para inventarmos novos modos de fazer política. O que está em causa é se o FSM vai mesmo assumir uma nova cultura política, vai aprender a fazer política de outro jeito ou vai repetir a história de fracassos dos velhos paradigmas. Paradigmas não surgem repentinamente. Demandam tempo, dedicação, paciência, muito trabalho. E tudo isso nós temos. Por isso temos certeza de que vamos superar o impasse atual. Porque o essencial já temos: temos a crença de que é possível mudar o mundo. É essa crença que deve nos guiar. É ela que alimenta nossos sonhos, nossas utopias. Devemos continuar

acreditando que é a multidão quem deve dirigir o processo; devemos continuar confiando na capacidade de superação de nossas dificuldades e nos manter firmes na Carta de Princípios que estabelece que ninguém representa o FSM e ninguém fala em seu nome. Não a qualquer forma de dirigismo que substitua a cidadania global! Sim à escuta, à transparência, ao companheirismo e à solidariedade! Sim à cidadania planetária!

É muito difícil prever o que acontecerá ao FSM nos próximos anos. Estamos construindo algo novo, imprevisível. Mas o crescente descontentamento em relação ao formato político inicial nos está indicando a necessidade de pensar mais estrategicamente. Tanto em Bamako quanto em Caracas, muitos participantes pediam mais ação. O FSM tem um potencial educativo, organizativo e de mobilização que ainda não foi suficientemente trabalhado. Ele pode estruturar-se melhor para a articulação; ele pode engajar-se mais em lutas mundiais, como um grande ator altermundista. Trata-se de mudar o mundo. Depois de Bamako e Caracas, não é mais possível avançar no processo sem uma agenda global de lutas. Em 2003, a chamada do FSM contra a guerra foi um grande êxito. Devemos continuar com outras chamadas sem substituir iniciativas já existentes no próprio Fórum. O FSM não deve sobrepor-se, em sua agenda, às agendas e plataformas⁹ dos movimentos e ONGs. Nessa agenda política global não será necessário trabalhar com a idéia do socialismo, mas deixar claro que se trata de ultrapassar o capitalismo como modo de produção e reprodução de nossa existência no planeta. O neoliberalismo é apenas a forma atual do capitalismo. E trata-se, hoje, como sustenta François Houtart, de se opor frontalmente ao controle militar do planeta pelos Estados Unidos, de se opor à política belicista de Washington, lutando pelo desmantelamento de todas as bases militares no estrangeiro e pela total destruição de todos os armamentos nucleares. É preciso dar concretude à alterglobalização.

O Fórum deve ter uma agenda própria, inclusive para continuar como espaço livre e auto-organizado, como principal ator que já é do

⁹ O Fórum Mundial de Educação está construindo a sua plataforma de lutas pelo direito à educação, uma "Plataforma Mundial de Educação". Existem muitos documentos dos movimentos e ONGs que estabelecem suas agendas globais e plataformas de luta. Entre outras, podemos destacar a Plataforma Global das Cidadãos, uma rede de movimentos e ONGs que tem o propósito de fortalecer a participação desses atores no processo de tomada de decisão nas esferas global, regional e local, e a Coordenação de Movimentos Sociais (CMS), criada em 2003, que também tem sua agenda de lutas.

movimento global da altermundialização. Uma coisa não impede a outra. Ao contrário, uma coisa necessita da outra, complementa a outra: os eventos são o espaço privilegiado da auto-organização e a agenda consolida o processo altermundista. Essa é também a posição de Immanuel Wallerstein (2004), para o qual “o que determinará a capacidade do espaço aberto para servir ao objetivo de transformar o mundo num sentido mais democrático e igualitário é a maneira na qual o FSM pode desenvolver mecanismos para conciliar um espaço aberto e uma atividade política real e concreta (...). Pessoalmente creio que a chave para uma solução está em promover e criar um espaço institucional para múltiplas alianças e atividades políticas no FSM, sem fazer de nenhuma delas uma atividade própria do FSM. O espaço aberto deveria servir não somente para o intercâmbio de pontos de vista e análises dos participantes, mas para o intercâmbio concernente à efetividade dos resultados dos modos alternativos de ação política no sistema-mundo”.

O que deve ser evitado é o perigo de querer tornar o FSM um “sujeito único”. Já tivemos isso quando pensávamos que a classe operária era considerada como “sujeito único” da história da transformação¹⁰. Tornar o FSM o sujeito coletivo da revolução faria com que perdesse a sua grande riqueza que é a diversidade. Muitos não se sentiriam representados e esvaziariam o Fórum. Devemos manter a radicalidade da diversidade, sem hierarquizar as lutas: a luta anti-imperialista é tão radical quanto a luta feminista, homossexual, a luta contra a dominação machista. O perigo de uma agenda de lutas é a hierarquização. Mas esse perigo não deve servir de álibi para o imobilismo.

Diante desse quadro, Roberto Sávio, presidente da Agência Inter Press Service (IPS) e membro do Conselho Internacional, distingue três correntes no interior do FSM. A primeira, dos que dizem que o Fórum é muito simpático, mas “estamos tão ocupados na luta por mudanças que não podemos nos reunir todos os anos”. A segunda, dos que sustentam que o Fórum é um espaço aberto para que cada um possa organizar-se do jeito que melhor lhe convier: no Fórum não haveria lugar para a

ação política. Finalmente a corrente dos que acreditam que o Fórum deve atualizar-se introduzindo um espaço de trabalho propositivo e que seja uma referência para todos. Segundo Immanuel Wallerstein (2004) existiria ainda um outro grupo, o que “considera que o FSM deve tentar um diálogo com o Fórum Econômico Mundial (FEM) e com várias outras instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC) sobre programas específicos que aliviem, de alguma maneira, o sofrimento (da Aids, por exemplo), que melhorem as perspectivas do suposto desenvolvimento sustentável e eliminem a pobreza”.

Não está sendo fácil posicionar-se entre essas diferentes tendências. Se continuarmos com o critério de só assumir uma posição por consenso, é provável que o FSM continue como está, aprofundando mais a sua metodologia. O FSM certamente não será um ator político no sentido partidário do termo. Ele continuará instrumento, meio, da sociedade civil planetária. Esta sim se constitui no novo ator político, como defende Francisco Whitaker. A sociedade organizada é que mudará o mundo; não o Fórum. Dentro dessa perspectiva está claro que a metodologia adquire um papel determinante. A tese de que o FSM é um facilitador da sociedade civil está ganhando cada vez mais força, mas não responde àqueles que demandam mais ação política.

Eu me pergunto se a questão “ser espaço ou ser ator político” não é um falso dilema que poderia ser resolvido na prática. Ser ator, ser facilitador: qual é a diferença fundamental? Dentro do FSM, os movimentos se organizam, fazem contatos, tomam posições em rede etc. Isso não impede que, além deles, que frequentam os Fóruns, muitos outros possam beneficiar-se do processo do FSM. O FSM deve servir para uma população mundial muito maior. Alguns temas, em que temos consenso, devem converter-se em ações locais de todos, mesmo que esses temas não sejam o específico da minha organização.

A decisão sobre a mudança estrutural ou sobre o novo formato do FSM deve ser tomada após ampla consulta e discussão. O formato deve criar articulações concretas entre os diferentes movimentos. Estamos discutindo o formato do FSM desde o começo, porque é algo novo e “nossas cabeças foram formadas nos velhos paradigmas”, nos alertava, em Caracas, Boaventura de Souza Santos. É difícil entender o FSM, porque não é algo dado. Ele é algo em construção. Politicamente a grande novidade

¹⁰ Como sustenta Boaventura de Souza Santos (2005, p. 174-189) muitos movimentos sociais hoje não trabalham mais com a noção de “classe social”, propondo o conceito de “grupos transclassistas”, criticando os movimentos operários tradicionais que não se referiam a outras formas de opressão, sexual, étnica etc.

do FSM é que não existe um sujeito único do FSM: todos somos sujeitos. Claro que existem diferentes concepções do FSM. A novidade do FSM é que ele oferece espaço para as multidões. Temos que relativizar os “grandes personagens” conjunturais; os grandes homens se vão, mas os movimentos ficam, continuam. Os políticos são muito impacientes, são muito conjunturais. O FSM é mais estrutural, tem um projeto de longo prazo.

Por trás da dificuldade no tratamento da questão está o velho dilema do maniqueísmo entre esquerda e direita e a necessidade de hierarquizar as lutas, o dilema de saber quais seriam as lutas mais importantes, se a luta antiimperialista seria ou não mais importante, como se colocou em Caracas. Esse é um olhar que se opõe à forma original como o FSM vem concebendo, até agora, a sua missão. A nova cultura política do FSM “tende a rejeitar todas as tentativas de hierarquização (que atentam contra a igualdade) ou de uniformização (que violam a diversidade) – tanto as que partem do capitalismo, quanto das velhas formas de luta contra ele. Não há sujeitos sociais ‘históricos’ mais capazes do que outros para liderar a transformação do mundo. Não há campanhas que sejam, *a priori*, mais relevantes que as demais. Não há direções – nem partidárias, nem intelectuais – autorizadas a definir estas campanhas em nosso nome, fora de nossos espaços de diálogo” (Martins, 2006, p. 3). A velha tradição da esquerda, paralisada na tese da conquista do estado como condição para a revolução, não consegue enxergar que a revolução já está em marcha na sociedade, nas práticas solidárias, na defesa dos direitos humanos, nas alternativas econômicas à mercantilização da sociedade, nas práticas cotidianas em defesa da vida, do bem viver das pessoas e da busca da felicidade no convívio social. A revolução está em curso em numerosas ações orientadas por uma lógica não-capitalista, estejam elas vinculadas ou não ao Fórum Social Mundial.

Se o Fórum superou de forma original o debate entre esquerda e direita, ele saberá também superar o dilema entre ser ator político ou ser um facilitador político. Segundo Boaventura de Souza Santos: “está em curso a substituição da monocultura de pensamento de esquerda por uma ecologia de pensamentos, saberes e práticas de esquerda. Em meu entender, o maior êxito do FSM reside no modo como tem vindo a consolidar e difundir esta nova política de esquerda” [2005b]. Ser de esquerda ou de direita não diz mais respeito a posições políticas em re-

lação ao papel do estado. Ser de esquerda não se refere mais ao controle do estado por uma ditadura classista do proletariado, mas, muito mais, à democracia, aos direitos humanos e, por conseqüência, ao tema da igualdade, como sustentava Norberto Bobbio.

A questão é como construir mais poder entre aqueles que não têm poder para que todos tenham igualmente poder, para que não percam o poder que construíram juntos, em comunhão. A centralidade está no ser humano e não no estado. O nosso poder é o “poder fazer”, como diz John Holloway. Nesse sentido, o FSM é, sem dúvida, um “poder fazer”. Por isso devemos evitar, pelo diálogo radical, qualquer forma de nos dividir. Os “donos do poder” transnacional, por meio das manhas e artimanhas da sua mídia, querem nos dividir, querem nos jogar uns contra os outros¹¹, fomentando disputas internas no FSM, para nos dividir e destruir.

Não podemos adotar os métodos que a direita quer nos impor na discussão do significado e do sentido do nosso Fórum. Querem que discutamos nossas posições nos seus meios de comunicação para nos enfraquecer. Nossas discussões devem dar-se no nosso território (Território Social Mundial), na mídia que está do nosso lado e não no terreno deles, com as regras deles, para vender os jornais deles. E mais: nossos debates não devem dar-se no plano puramente acadêmico, para saber quem tem a idéia mais iluminada, nem puramente no interior do Conselho Internacional. O futuro do FSM interessa a todos e todas que dele participam. Não é uma questão restrita a “dirigentes”, mesmo porque não existem dirigentes no FSM. Essa é também uma grande novidade do FSM. Nele foram quebradas as barreiras existentes entre acadêmicos e ativistas.

As disputas deveriam ser muito mais em relação ao que fazer, ao como vamos construir um outro mundo possível desde já, do que em relação a quem tem razão. A disputa tem que ser resolvida na prática e não no campo midiático e intelectual. Manifestos de intelectuais não têm qualquer peso na história se não estiverem articulados com uma força política. O papel – e hoje o espaço digital – aceita qualquer coisa. Tudo pode ser escrito nele. O perigo dos “manifestos” é o verticalismo.

¹¹ Uma ilustração desse jogo divisionista está no artigo de Demétrio Magnoli, “O fórum entre dois senhores”, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, 27 de janeiro de 2006.

Devemos defender intransigentemente a autonomia e a auto-organização, portanto, o **horizontalismo** na construção dos Fóruns. Isso implica avançar mais na **questão do método**.

Quanto ao FSM ser mais “eficiente”, creio que ele está sendo eficaz dentro de seus atuais objetivos. O avanço das chamadas esquerdas na América Latina tem a ver também com a mobilização da sociedade civil possibilitada (facilitada) pelo FSM. A eficácia do FSM não deve ser medida pelos “resultados” visíveis à primeira vista, por uma plataforma de lutas, ou por uma agenda política. A lógica do FSM não é uma “lógica de resultados”. Tornar o FSM mais eficiente não tem nada a ver com adotar uma proposta unificada, estabelecer metas e organizar-se como um partido político global. O Fórum não é uma internacional socialista. Para aqueles que nos pedem resultados podemos dizer que hoje muitas iniciativas se multiplicaram pelo mundo, inspiradas nos princípios éticos da Carta de Princípios e no seu potencial político transformador. Esse é um bom resultado.

A pergunta que devemos fazer no final desse estudo é simples: poderá o FSM vir a se constituir numa nova decepção? Entre tantas? A resposta também é simples: sim. Sim, isso é possível. É uma hipótese possível. Não podemos descartá-la como hipótese, mesmo que a rejeitemos. Ao contrário, devemos colocá-la sempre como hipótese, porque ela nos faz refletir, caminhar, avançar. Ela nos ajuda a pensar melhor, a pensar criticamente o Fórum Social Mundial e a sua aposta num outro mundo possível.

Considerações finais

Educar para outros mundos possíveis

“Resta essa faculdade incoercível de sonhar, de transfigurar a realidade, dentro dessa incapacidade de aceitá-la tal como é, essa visão ampla dos acontecimentos, e essa impressionante e desnecessária presciência, e essa memória anterior de mundos inexistentes, e esse heroísmo estático, e essa pequenina luz indecifrável a que às vezes os poetas dão o nome de esperança.”

Vinícius de Moraes



A diversidade é a característica fundamental da humanidade. Por isso, não pode haver um modo único de produzir e de reproduzir nossa existência no planeta. O que há de comum é a diversidade humana. Diante da diversidade humana abre-se a possibilidade da diversidade de mundos possíveis. A um pensamento único não podemos opor outro pensamento único. Educar para outro mundo possível é educar para outros mundos possíveis. Isso não põe em questão o lema do Fórum Social Mundial: “um outro mundo é possível”, porque esse lema não se refere a um “único” mundo possível. Isso seria contraditório com a sua Carta de Princípios.

Depois do caminho percorrido até aqui, neste livro, auxiliados pelos autores estudados, podemos tecer algumas considerações finais, tentando responder a pergunta: “o que é educar para um outro mundo possível, no plural”?

Antes de mais nada, educar para outros mundos possíveis é visibilizar o que foi escondido para oprimir, é dar voz aos que não são escutados. A luta feminista, o movimento ecológico, o movimento zapatista, o movimento dos sem-terra e outros tornaram visível o que estava invisibilizado por séculos de opressão. Por isso, podemos dizer que são movimentos de educação para um outro mundo possível. Paulo Freire, entre outros, foi um exemplo de educador de outros mundos possíveis, colocando no palco da história o oprimido, visibilizando o oprimido e sua relação com o opressor.

Educar para outros mundos possíveis é educar para conscientizar, para desalienar, para desfeticizar. O fetichismo da ideologia neoliberal

é o fetiche da lógica burguesa e capitalista que consegue solidificar-se a ponto de fazer crer que o mundo é naturalmente imutável. O fetichismo transforma as relações humanas em fenômenos estáticos, como se fossem impossíveis de ser modificadas. Fetichizados, somos incapazes de agir porque o fetiche rompe com a capacidade de fazer. Fetichizados, apenas repetimos o já feito, o já dito, o que já existe.

Educar para outros mundos possíveis é educar para a emergência do que ainda não é, o ainda-não, a utopia. Assim fazendo, estamos assumindo a história como possibilidade e não como fatalidade. Por isso, educar para outros mundos possíveis é também educar para a ruptura, para a rebeldia, para a recusa, para dizer “não”, para gritar, para sonhar com outros mundos possíveis. Denunciando e anunciando.

O neoliberalismo concebe a educação como uma mercadoria, reduzindo nossas identidades às de meros consumidores, desprezando o espaço público e a dimensão humanista da educação. Opondo-se a esse paradigma, a educação para outros mundos possíveis respeita a diversidade, convive com a diferença, promovendo a intertransculturalidade. O núcleo central da concepção neoliberal da educação é a negação do sonho e da utopia. Por isso, uma educação para outros mundos possíveis é, sobretudo, a educação para o sonho, uma educação para a esperança.

A mercantilização da educação é um dos desafios mais decisivos da história atual, porque ela sobrevaloriza o econômico em detrimento do humano. Só uma educação emancipadora poderá inverter essa lógica, pela formação para a consciência crítica e para a desalienação. Educar para outros mundos possíveis é educar para a qualidade humana para “além do capital”, como nos disse István Mészáros na abertura da quarta edição do FME, em Porto Alegre, em janeiro de 2005. A globalização capitalista roubou das pessoas o tempo para o bem viver e o espaço da vida interior, roubou a capacidade de produzir dignamente as nossas vidas. Cada vez mais gente é reduzida à condição de máquinas de produção e de reprodução do capital.

Educar para outros mundos possíveis é fazer da educação, tanto formal quanto não-formal, um espaço de formação crítica e não apenas de formação de mão-de-obra para o mercado; é inventar novos espaços de formação alternativos ao sistema formal de educação e negar a sua forma hierarquizada numa estrutura de mando e subordinação; é educar

para articular as diferentes rebeldias que negam hoje as relações sociais capitalistas; é educar para mudar radicalmente nossa maneira de produzir e reproduzir nossa existência no planeta; portanto, é uma **educação para a sustentabilidade**.

Não se pode mudar o mundo sem mudar as pessoas: mudar o mundo e mudar as pessoas são processos interligados. Mudar o mundo depende de todos nós: é preciso que cada um tome consciência e se organize. Educar para outros mundos possíveis é educar para superar a lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo e no lucro seus fundamentos, é educar para transformar radicalmente o modelo econômico e político atual.

Não fomos educados para ter uma consciência planetária e, sim, a consciência do estado-nação. Os sistemas nacionais de educação nasceram como parte da constituição do estado-nação. A escola atual é resultado do pensamento da modernidade, modelada pelos estados-nação e não pelo pensamento da era da globalização e do seu oposto, a planetarização.

Educar para outros mundos possíveis exige dos educadores um **compromisso com a desmercantilização** da educação e uma **postura ecopedagógica** de escuta do universo, do qual todos e todas fazemos parte. Os educadores não devem dirigir-se apenas a alunos ou a educandos, mas aos habitantes do planeta, considerando-os todos e todas como cidadãos da mesma Mátéria.

A Terra é nosso primeiro grande educador. Educar para outros mundos possíveis é também educar para encontrar nosso lugar na história, no universo. É educar para a paz, para os direitos humanos, para a justiça social e para a diversidade cultural, contra o sexismo e o racismo. É educar para erradicar a fome e a miséria. É educar para a **consciência planetária**. É educar para que cada um de nós encontre o seu lugar no mundo, educar para pertencer a uma comunidade humana planetária, para sentir profundamente o universo.

É educar para a **planetarização** não para o globalismo. Vivemos num planeta e não num globo. O globo refere-se a sua superfície, a suas divisões geográficas, a seus paralelos e meridianos. O globo refere-se a aspectos cartoriais, enquanto o planeta, ao contrário dessa visão linear, refere-se a uma totalidade em movimento. A Terra é um superorganismo vivo e em evolução. Nosso destino, enquanto seres humanos, está

ligado ao destino deste ser chamado Terra. Educar para outros mundos possíveis é educar para ter uma relação sustentável com todos os seres da terra, sejam eles humanos ou não.

É educar para viver no cosmos – educação planetária, cósmica e cosmológica – ampliando nossa compreensão da Terra e do universo. É educar para ter uma **perspectiva cósmica**. Só assim poderemos entender mais amplamente os problemas da desertificação, do desflorestamento, do aquecimento da Terra, da água, do lixo e dos problemas que atingem humanos e não-humanos. Os paradigmas clássicos, arrogantemente antropocêntricos e industrialistas, não têm suficiente abrangência para explicar essa realidade cósmica. Por não ter essa visão holística, não conseguiram dar nenhuma resposta para tirar o planeta da rota do extermínio e do rumo da cruel diferença entre ricos e pobres. Os paradigmas clássicos estão levando o planeta ao esgotamento de seus recursos naturais. A crise atual é uma crise de paradigmas civilizatórios. Educar para outros mundos possíveis supõe um novo paradigma, um paradigma holístico.

Bibliografia

ABONG, 2002. *Desenvolvimento e Direitos Humanos: diálogos no Fórum Social Mundial*. São Paulo: Peirópolis.

_____, 2003. *Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos*. São Paulo: Peirópolis.

_____, 2004. *O papel da sociedade civil nas novas pautas políticas*. São Paulo: Peirópolis/Abong.

ADORNO, Theodor, 1995. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ADORNO, Theodor & HORKEIMER, Max, 1985. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.

ALBERT, Michael, 2003. The WSF's Future. In: www.zmag.org/content/shoarticle.cfmSection.

ALTHUSSER, Louis, 1992. *O futuro dura muito tempo*. São Paulo: Companhia das Letras.

ALVES, Rubem, 1981. *Conversas com quem gosta de ensinar*. São Paulo: Cortez.

AMIN, Samir & HOUTART, François (orgs.), 2003. *Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003*. São Paulo: Cortez.

ANTUNES, Ângela, 2002. *Leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

APPLE, Michael, 2003. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez/IPF.

ARENDT, Hannah, 1972. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.

ARNS, Carlos Eduardo; ROVER, Oscar José & ZUNIGA, Glaucia M.F., 2004. *Organizações populares e desenvolvimento no Sul do Brasil*. Curitiba: Gráfica Popular.

ARON, Raymond, 1988. *Os últimos anos do século*. Rio de Janeiro: Guanabara.

ARRUDA, Marcos & BOFF, Leonardo, 2000. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos – uma visão a partir do sul*. Petrópolis: Vozes.

ASSUNÇÃO, Jefferson & MACHADO, Zaira, 2001. *O mundo das alternativas: pequeno dicionário para uma globalização solidária*. Porto Alegre: Veraz.



- AZEVEDO, Fábio Palácio de (org.), 2005. *Juventude, cultura e políticas públicas*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- AZEVEDO, Jose Clovis, 2004. *Reconversão cultural da escola: mercoescola e escola cidadã*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- BACHELARD, Gaston, 1988. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática.
- BAUMAN, Zygmunt, 1999. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BECK, Ulrich, 1999. *O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra.
- BERGER, Peter & HUNTINGTON, Samuel, 2004. *Muitas globalizações: Diversidade Cultural no Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Record.
- BERTHO, Alain, 2004. *FSE 2003: crônica de um encontro cidadão*. Paris: Centro de Formação em Imprensa/Universidade de Paris.
- BETTO, Frei, 2004. Fórum Social Mundial 2005. São Paulo, *Correio da Cidadania*, 3 de julho de 2004.
- _____, 2004a. Oito jeitos de mudar o mundo. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, 9 de agosto de 2004, p. 3.
- _____, 2006. *A mosca azul: reflexão sobre o poder*. Rio de Janeiro: Rocco.
- BLOCH, Ernst, 1991. *Le principe espérance*. Paris: Gallimard.
- BOBBIO, Norberto, 1988. *As ideologias e o poder em crise*. Brasília: UnB.
- _____, 2000. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOFF, Leonardo, 1994. *Nova era: a civilização planetária*. São Paulo: Ática.
- _____, 1995. *Princípio-Terra: volta à Terra como pátria comum*. São Paulo: Ática.
- _____, 1999. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes.
- _____, 2002. *Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante.
- BORNSTEIN, David, 2005. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record.
- BORON, Atilio A., 2002. *Império e imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso.
- BORON, Atilio A. (org.), 2006. *Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania*. Buenos Aires: Clacso.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, 2004. São Paulo, *Revista Educação*, Editora Três, junho de 2004, número especial "CEU".
- CACEÑA, Ana Esther (org.), 2005. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Clacso.
- CAMPAÑA LATINOAMERICANA POR EL DERECHO A LA EDUCACIÓN, 2005. *Por una agenda educativa latinoamericana*. Porto Alegre: Ceaal.
- CAMPANHA NACIONAL POR EL DERECHO A LA EDUCACIÓN, 2006. *La educación en América Latina: derecho en riesgo*. São Paulo: Cortez.
- CAPRA, Fritjof, 2002. *A teia da vida*. 7ª ed. São Paulo: Cultrix.
- CASSEN, Bernard, 2001. Uma virada política e cultural. In: CATTANI, A.D. (org.), 2001. *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre: UFRGS/Vozes, p.15-18.
- _____, 2003. *Tout a commencé à Porto Alegre*. Paris: Mille et une nuits.
- _____, 2004. Repenser le "format" des Forums sociaux, passer à l'acte politique. In: www.france.attac.org.
- CASTELLS, Manuel, 1999. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____, 2002. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- CATTANI, Antonio David (org.), 2001. *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre: UFRGS/Vozes.
- _____, 2003. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.
- CEVASCO, Maria Elisa; LEITE, José Corrêa & LOUREIRO, Isabel (orgs.), 2002. *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra.
- CHAUÍ, Marilena, 1984. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. In: Carlos Rodrigues Brandão (org.), 1984. *O Educador: vida e morte*. Rio de Janeiro: Graal.
- CIA, 2006. *Relatório da CIA: como será o mundo em 2020*. Apresentação de Alexandre Adler e introdução de Heródoto Barbeiro. São Paulo: Ediouro.
- COCCO, Giuseppe & NEGRI, Antonio, 2005. *Glob(al): Biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record.
- CONFERENCIA MEDITERRÁNEA ALTERNATIVA, 1996. *Hacia un mar común: crónica de un encuentro*. Barcelona: Icaria.
- CORAGGIO, José Luís, 2004. *La gente o el capital: desarrollo local y economía del trabajo*. Buenos Aires: Espacio.

- CORREIA, José A., CORTESÃO, Luiza & STOER, Stephen R. (orgs.), 2001. *Transnacionalização da educação: da crise da educação à "educação" da crise*. Porto: Afrontamento.
- COURTOIS, Stéphane et alii, 1992. *O livro negro do comunismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- COUTO, Berenice Rojas; PAIVA, Beatriz Augusto de & TAPAJÓS, Luziele Maria S., 2001. Fórum Social Mundial: "movimento de movimentos" contra a barbárie neoliberal. São Paulo, revista *Serviço Social & Sociedade*, Cortez, ano XXII, n.º 66, julho de 2001, p.49-75.
- D'AMBROSIO, Ubiratan, 2002. *Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- DAMASCENO, Alberto (org.), 1988. *A educação como ato político-partidário*. São Paulo: Cortez.
- DE KONINCK, Thomas, 2004. *Philosophie de l'éducation: essai sur le devenir humain*. Paris: PUF.
- DE SOTO, Hernando, 1987. *A economia subterrânea: uma análise da realidade peruana*. São Paulo: Globo.
- DEMO, Pedro, 1988. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez.
- DEWEY, John, 1979. *Como pensamos*. São Paulo: Nacional.
- DÍAZ-SALAZAR, Rafael (org.), 2002. *Justicia global: las alternativas de los movimientos del Foro de Porto Alegre*. Barcerola: Icaria.
- DOWBOR, Ladislau, 2001. *Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação*. Petrópolis: Vozes.
- DULCI, Luiz. Governabilidade ampliada e participação social no governo Lula. In: Abong. *Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos*. São Paulo: Peirópolis.
- DUTRA, Olívio, 2004. Soluções para a paz e a inclusão social. São Paulo, *Folha de S.Paulo*, 22 de janeiro de 2005, p. 3.
- EAGLETON, Terry, 1993. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Zahar.
- EDWARDS, Michael & GAVENTA John, 2001. *Global Citizen Action*. Boulder: Lynne Rienner.
- ENGELS, Friedrich, 1974. Introducción a la edición de 1891 de "La guerra civil en Francia", de K. Marx. In: ENGELS, F. & MARX, K. *Obras escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, tomo II.
- ENGELS, F. & MARX, K., 1976. *Collected Works*. London: Lawrence and Wishart, V.5.
- ESCOBAR, Arturo, 2003. *Other Worlds Are (already) Possible: Cyber-Internationalism Life after Capitalism Programme*. III Fórum Social Mundial, Porto Alegre, janeiro 23-28, 2003.
- FAUNDEZ, Antonio & FREIRE, Paulo, 1985. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FERRARI, Sergio, 2004. Un FSM que va mucho más allá del simple folklore. In: www.rebellion.org/sociales/o4119ferrari.htm.
- FIORI, José Luís, 2002. A geopolítica do novo sistema imperial. In: CEVASCO, M.E.; LEITE, J.C. & LOUREIRO, I. (orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, p.41-49.
- FISHER, William & PONNIAH, Thomas, 2003. *Another world is possible: popular alternatives to globalization at the World Social Forum*. London: Zed Books.
- FOLADORI, Guillermo, 2001. *Marxismo y medio ambiente*. Santiago: Universidad Arcis.
- FOLTZ, Im, MOODLIAR, Suren & PRAMAS Jason, 2005. *The Future of the Social Forum Process: Modest Reforms Needed*. Boston, NAFFE (North American Alliance for Fair Employment), Strategy Working Paper, n.º 5, fev. 2005.
- FOUCAULT, Michel, 2001. *Microfísica do poder*. Trad. de Roberto Machado. 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- FREIRE, Paulo, 1977. *A mensagem de Paulo Freire: textos de Paulo Freire selecionados pelo Inodep*. São Paulo: Nova Crítica.
- _____, 1987. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____, 1988. O partido como educador-educando. In: DAMASCENO, Alberto (org.). *A educação como ato político-partidário*. São Paulo: Cortez, p.16-18.
- _____, 1997. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Cortez.
- _____, 2000. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo, Edunesp.
- FRIEDMANN, Milton, 1982. *Liberdade de escolher: o novo liberalismo econômico*. Rio de Janeiro: Record.
- FUENTES, Victor Hugo de la et alii, 2005. *Apuntes y reflexiones sobre el primer Foro Social Chileno*. Santiago: Editorial Aún Creemos en los Sueños.
- FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2003. *Cadernos da Fun-*

- dação Luís Eduardo Magalhães – Economia Solidária. Salvador: Flem.
- GADOTTI, Moacir, 1980. *A educação contra a educação: o esquecimento da educação e a educação permanente*. Prefácio de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____, 1990. *Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar*. Petrópolis: Vozes.
- _____, 2001. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis.
- GADOTTI, Moacir (org.), 1996. *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire.
- GADOTTI, Moacir & GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.), 1999. *Educação comunitária e economia popular*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- GENOINO, José, 1993. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, 12 de julho de 1993, p.3.
- GENOINO, José & GENRO, Tarso, 1990. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, 31 de maio de 1990, p.3.
- GENRO, Tarso, 2002. O mundo respira no Fórum Social Mundial. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, 4 de janeiro de 2002, p.3.
- GENRO, Tarso et alii, 2000. *Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo*. Petrópolis: Vozes.
- GENTILI, Pablo, 1995. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes.
- GIDDENS, Anthony et alii, 1995. *A modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp.
- _____, 2002. *La sociedad del riesgo global*. México: Siglo XXI.
- GLASS, Verena, 2004. Movimentos sociais comemoram rearticulação das esquerdas no país. São Paulo, *Correio da cidadania*, 25 de dezembro de 2004.
- GOHN, Maria da Glória, 1997. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- _____, 2002. De Seattle a Genova: uma radiografia dos movimentos antiglobalização. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, 27 de janeiro de 2002, Caderno Mais!, n.º 520.
- GÓMEZ, José Maria, 2005. De Porto Alegre a Mumbai: o Fórum Mundial e os desafios do movimento altermundialista. In: CACEÑA, Ana Esther (org.), 2005. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Clacso, p.169-191.
- GRAJEW, Oded, 2004. Desafios para Mumbai. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, 5 de janeiro de 2004, p.3.
- GRAJEW, Oded & WHITAKER, Francisco, 2005. Desafios do Fórum So-

- cial Mundial 2005. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, 25 de janeiro de 2005, p.3.
- GRUPO DE TRABALHO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2002. Economia Solidária, fundamento de uma globalização humanizadora. In: CEVASCO, M.E.; LEITE, J.C. & LOUREIRO, I. (orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra.
- GRZYBOWSKI, Cândido, 2001. Sim, um outro mundo é possível. In: CATTANI, A.D. (org.), 2001. *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre: UFRGS/Vozes, p.19-30.
- _____, 2003. Olhar atento sobre o FSM. In: www.ibase.br/publibase.
- _____, 2003a. Por que pensar o Fórum Social Mundial?. Rio de Janeiro, revista *Democracia Viva*, Ibase, janeiro de 2003, n.º 14, p.3-14.
- _____, 2006. Fórum Social Mundial: a reinvenção da democracia? Buenos Aires, *Revista do Observatório Social de América Latina*, Clacso, set-dez de 2006, ano VI, n.º 18, p.29-40.
- GUATTARI, Felix, 1987. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- HABERMAS, Jürgen, 1984. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HADDAD, Sérgio, 2004. Mumbai 2004: um novo passo no Fórum Social Mundial. In: www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.asp/pagina=bal.
- HADDAD, Sérgio (org.), 2002. *ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Peirópolis.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, 2001. *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- _____, 2003. Introduction. In: FISHER, W. & PONNIAH, Th. *Another world is possible: popular alternatives to globalization at the World Social Forum*. London: Zed Books.
- _____, 2005. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record.
- HELLER, Agnes, 1989. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HERZ, Mônica & HOFFMANN, Andrea Ribeiro, 2004. *Organizações internacionais*. São Paulo: Campus.
- HINKELAMMERT, Franz, 2002. *Crítica de la razón utópica*. Bilbao: Desclée de Brouwer.
- HIRTT, Nico, 2003. *Los nuevos amos de la escuela: el negocio de la en-*

señanza. Madrid: Minor.

HOBBSAWM, Eric, 2001. A falência da democracia. São Paulo, *Folha de S.Paulo*, 9 de novembro de 2001, Caderno *Mais!*, n.º 500.

HOBBSAWM, Eric (org.), 1992. *Depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra.

HOLLOWAY, John, 1994. *Marxismo, Estado y Capital*. Buenos Aires: Tierra del Fuego.

_____, 1998. *Zapatista! Reinventing Revolution in Mexico* (em co-autoria com Eloína Paláez). London: Pluto Pressa.

_____, 2002. O zapatismo e as ciências sociais na América Latina. São Paulo, revista *Novos Rumos*, Instituto Astrojildo Pereira, n.º 36, p.4-10.

_____, 2003. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. Trad. de Emir Sader. São Paulo: Viramundo.

_____, 2004. *Keynesianismo, una peligrosa ilusión: un aporte al debate de la teoría del cambio social*. Buenos Aires: Herramienta.

HOLLOWAY, John (org.), 2004. *Classe = luta: antagonismo social y marxismo crítico*. Buenos Aires: Herramienta.

HOUTART, François & POLET, François, 2001. *El otro Davos – globalización de resistencias y de luchas*. Madrid: Editorial Popular.

HOUTART, François & POLET, François (orgs.), 2002. *O outro Davos: mundialização de resistências e de lutas*. São Paulo: Cortez.

IANNI, Octavio, 1996. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ILLICH, Ivan, 1973. *Liberar o futuro*. Introdução de Erich Fromm. Lisboa: Dom Quixote.

KLEIN, Naomi, 2003. *Cercas e janelas: na linha de frente do debate sobre globalização*. São Paulo: Record.

KOHAN, Nestor, 2006. O império de Hardt e Negri: para além de modas, “ondas” e furores. In: Atilio A. Boron (org.), 2006. *Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania*. Buenos Aires: Clacso, p.347-368.

KONDER, Leandro, 1987. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus.

_____, 2006. Esquerda e direita no Brasil, hoje. São Paulo, *Folha de S.Paulo*, 13 de abril de 2006, p.3.

KOSIK, Karel, 1976. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KURZ, Robert, 1992. *O colapso da modernidade*. São Paulo: Paz e Terra.

LANDER, Edgardo, 2006. Hacia el Foro Social Mundial Caracas 2006. Buenos Aires, *Revista do Observatório Social de América Latina*, Clacso,

set-dez de 2006, ano VI, n.º 18, p.15-27.

LEFEBVRE, Henri, 1988. *Le nationalisme contre les nations*. Paris: Méridiens Klincksieck.

LEFF, Enrique, 2001. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis: Vozes.

LEHER, Roberto & SETÚBAL, Mariana (orgs.), 2005. *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez.

LEITE, José Corrêa, 2003. *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

LEÓN, Irene, 2006. O futuro do Fórum Social Mundial. Rio de Janeiro, revista *Democracia Viva*, Ibase, abr-jun 2006, n.º 31, p.10-14.

LEÓN, Irene (ed.), 2006. *La otra América en debate: aportes del I Foro Social Américas*. Quito: Foro Social Américas.

LÉVY, Pierre, 1998. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola.

_____, 2001. *A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência*. São Paulo: Ed. 34.

LIMA, Marcos Costa & MEDEIROS, Marcelo de Almeida (orgs.), 2000. *O Mercosul no limiar do século XXI*. São Paulo: Cortez.

LOIOLA, E. & MOURA, S., 1997. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: T. Fischer (org.). *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV.

MACHADO, João & SINGER, Paul, 2000. *Economia socialista*. Apresentação de Luiz Inácio Lula da Silva e prefácio de Antonio Candido. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MAGNOLI, Demétrio, 2006. O fórum entre dois senhores. São Paulo, *Folha de S.Paulo*, 27 de janeiro de 2006.

MANCE, Euclides André, 1999. *A revolução das redes: a colaboração como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes.

_____, 2002. *Redes de colaboração solidária*. Petrópolis: Vozes.

_____, 2003. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. *Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães – Economia Solidária*. Salvador: Flem.

MARCUSE, Herbert, 1969. *Ideologia da sociedade industrial*. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar.

MARTINS, Antonio, 2006. Que outro mundo possível? (Mimeografa-

do.) Fevereiro de 2006.

MARX, Karl, 1974. La guerra civil en Francia. In: ENGELS, F. & MARX, K. *Obras escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, tomo II.

MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco, 1994. *De máquinas y seres vivos: autopoiesis, la organización de lo vivo*. Santiago: Editorial Universitaria.

MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando A., 1998. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, vol. 4.

MÉSZÁROS, István, 2003. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Trad. de Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo.

_____, 2004. *O poder da ideologia*. São Paulo: Unesp.

_____, 2005. *A educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo.

_____, 2006. Entrevista ao jornal *Brasil de Fato*, São Paulo, 25 de maio de 2006, p.8.

MINA, Gianni, 2003. *Um outro mundo é possível*. São Paulo: Record.

MONEREO, Manuel & RIERA, Miguel (orgs.), 2001. *Otro mundo es posible*. Barcelona: El Viejo Topo.

MONEREO, Manuel et alii (orgs.), 2002. *Hacia el partido de oposición: Foro Social Mundial Porto Alegre*. Madrid: El Viejo Topo.

MORENO, Sylvia & ROMERO, Ricardo (compiladores), 2001. *Movimiento estudiantil y universidad en el Foro Social Mundial*. Buenos Aires: Editorial Economizarte.

MORIN, Edgar, 1988. *Para sair do século XX*. São Paulo: Nova Fronteira.

_____, 2002. Por uma globalização plural. São Paulo, *Folha de S.Paulo*, 31 de março de 2002.

MOURA, Luiz Abdalla, 2004. *Qualidade e gestão ambiental*. 4ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira.

NELKIN, Dorothy & POLLAK, Michael, 1981. *The Atom Besieged: Extraparliamentary Dissent in France and Germany*. New York: MIT Press.

NJEHU, Njoki Njoroge, 2003. O que o Fórum Social Mundial traz de novo como modo de atuação política. Rio de Janeiro, revista *Democracia Viva*, Ibase, janeiro de 2003, n.º 14, p.51-54.

NUNES, Carlos, 1992. *O teatro através da história*. Rio de Janeiro: Entourage.

O'SULLIVAN, Edmund, 2004. *Aprendizagem transformadora: uma visão educacional para o século XXI*. São Paulo: Cortez/IPF.

ORTIZ, Renato, 2006. *Mundialização: saberes e crenças*. São Paulo: Brasiliense.

PACHECO, Tânia, 2004. *Sustentabilidade, meio ambiente e democracia no III FSM: visões e concepções*. Rio de Janeiro: Fase/BSDFboms.

PACS, 2000. *Construindo a socioeconomia solidária: do espaço local ao global*. Rio de Janeiro: Pacs, série "Semeando socioeconomia", n.º 1.

_____, 2000a. *Histórias de socioeconomia solidária*. Rio de Janeiro: Pacs, série "Semeando socioeconomia", n.º 3.

_____, 2000b. *Construindo a rede brasileira de socioeconomia solidária*. Rio de Janeiro: Pacs, série "Semeando socioeconomia", n.º 4.

PADILHA, Paulo Roberto, 2004. *Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação*. São Paulo, Cortez/IPF.

PATOMÄKI, Heikki & TEIVAINEN, Teivo, 2004. The World Social Forum: an Open Space or a Movement of Movements? London, revista *Theory, Culture & Society*, Sage, vol. 21(6), p.145-154.

_____, 2004a. *A possible world: democratic transformation of global institutions*. London: Zed Books.

PATOMÄKI, Heikki, RÖNKKÖ, Mika & TEIVAINEN, Teivo, 2002. *Global Democracy Initiatives: the Art of Possible*. Helsinki: NIGD.

PERRAULT, Gilles (org.), 1999. *O livro negro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

PETRAS, James, 2004. ONGs y movimientos sociopolíticos: el post-marxismo rampante: una crítica a los intelectuales y a las ONGs – Centralidad del estado en el mundo actual. In: http://www.rebellion.org/petras/petras_ong4.htm.

PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.), 2003. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto.

PONT, Raul, 2003. In: CATTANI, A.D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

RAMONET, Ignacio, 2005. Fórum Social Mundial em dois tempos. *Le Monde Diplomatique*, janeiro de 2005.

REIMER, Everett, 1983. *A escola está morta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

RIBEIRO, Darcy, 1975. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ROCHA, Dorothy (org.), 2004. *Filosofia da educação: diferentes abordagens*. Campinas: Papyrus.

ROSANVALLON, Pierre, 1999. *Le capitalisme utopique. Histoire de l'idée*

de marché. Paris: Seuil (1979).

RUSH, Alan, 2006. A teoria pós-moderna do império (Hardt e Negri) e seus críticos. In: Atílio A. Boron (org.), 2006. *Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania*. Buenos Aires: Clacso, p.207-327.

SANTOS, Boaventura de Souza, 1997. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. Coimbra, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 48, p.11-32.

_____, 2003. The World Social Forum: Toward a Counter-Hegemonic Globalization. In: www.ces.fe.uc.pt/bss/documentos.

_____, 2004. O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução. Buenos Aires, *Revista del Observatorio Social de America Latina*, Clacso, ano V, n.º 15, setembro-dezembro de 2004, p.77-90.

_____, 2004a. O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução. Texto a ser publicado na revista *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, Ibase.

_____, 2004b. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez.

_____, 2004c. *Democracia y participación: el ejemplo del presupuesto participativo*. Quito: Abya Yala.

_____, 2005. *Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez.

_____, 2005a. Os novos movimentos sociais. In: LEHER, R. & SETÚBAL, M. (orgs.), 2005. *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, p.174-189.

_____, 2005b. Um Fórum para o futuro. In: www.ces.fe.uc/opiniaio/bs/123en.php, 20 de março de 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.), 2002. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____, 2002a. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Laymert Garcia dos, 2003. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34.

SANTOS, Milton, 1997. As duas esquerdas. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, 7 de dezembro de 1997.

_____, 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.

_____, 2001. São Paulo, *Cadernos do Le Monde Diplomatique*, Especial, n.º 2, p.4.

SARAMAGO, José, 1995. Ensaio sobre a cegueira. São Paulo: Cia. das Letras.

_____, 2002. Declaração no FSM 2002. Não publicado.

SAVIO, Roberto, 2004. Si ça continue, on se réunira dans des stades. In: www.france.attac.org/a2331.

SCHERER-WARREN, Ilse, 1993. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.

_____, 1999. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.

_____, 2002. Redes e sociedade civil global. In: HADDAD, Sérgio (org.). *ONGs e Universidades: Desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Peirópolis.

SEN, Amartya, 2000. *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras.

_____, 2001. A pressa e a retórica do confronto. Dez teses sobre a globalização. São Paulo, *Folha de S.Paulo*, 9 de novembro de 2001, caderno Mais!, n.º 500.

SEN, Jai, 2003. Porto Alegre – Hyderabad – Porto Alegre: Reflections on the past year of the World Social Forum process in India, and internationally. In: <http://www.choike.org>.

SEN, Jai et alii (orgs.), 2004. *World Social Forum: challenging Empires*. New Delhi: Viveka Foundation.

SEOANE, José & TADDEI, Emilio (orgs.), 2001. *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes.

SILVA, Luiz Inácio Lula da, 2005. Entre Davos e Porto Alegre existem convergências possíveis. São Paulo, *Folha de S.Paulo*, 27 de janeiro de 2005, p.B3.

SILVEIRA, Luis Henrique, 2002. *Impressões: II Fórum Social Mundial*. Porto Alegre: Corag.

SINGER, Paul, 1998. *A utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes.

_____, 2001. Um novo conceito de socialismo. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, 6 de novembro de 2001, p.3.

SNYDERS, Georges, 1986. *A alegria na escola*. São Paulo: Manole.

SOROS, George, 1999. *A crise do capitalismo*. Rio de Janeiro: Campus.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez, 2001. Lições do Fórum Social Mundial. São Paulo, *Revista Serviço Social & Sociedade*, Cortez, julho de 2001, ano XXII, n.º 66, pp. 34-48.

STIGLITZ, Joseph E., 2002. *A globalização e seus malefícios: a promessa*

- não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura.
- SURIAN, Alessio, 2002. *Un'altra educazione è possibile: Forum Mondiale dell'Educazione di Porto Alegre*. Roma: Reuniti.
- TAMARIT, José, 1996. *Educar o soberano: crítica ao iluminismo pedagógico de ontem e de hoje*. São Paulo: Cortez/IPF.
- TEIVAINEN, Teivo, 2003. *Pedagogía del poder mundial: relaciones internacionales y lecciones del desarrollo en América Latina*. Lima: Cedep.
- _____, 2006. *Democracy in Movement: The World Social Forum as a Political Process*. London: Routledge (no prelo).
- TOURAINÉ, Alain, 2006. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes.
- VÁRIOS AUTORES, 2001. São Paulo, Revista *Serviço Social & Sociedade*, Cortez, número especial sobre o Fórum Social Mundial, julho de 2001, ano XXII, n.º 66.
- VÁRIOS AUTORES, 2003. *Fórum Social Mundial 2003*. Rio de Janeiro: Ibase, três volumes (I: Conferências; II: Painéis; III: Atividades autogeridas).
- VÁRIOS AUTORES, 2003a. *III Fórum Social Mundial*. São Paulo: Carta Maior.
- VILLASANTE, Tomás R., 2002. *Redes e alternativas: estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Petrópolis: Vozes.
- VIVERET, Patrick & WHITAKER, Celina, 2003. O que o Fórum Social Mundial traz de novo como modo de atuação política. Rio de Janeiro, revista *Democracia Viva*, Ibase, janeiro de 2003, n.º 14, p.15-19.
- WAGAR, Warren W. 1991. *Breve historia del futuro*. Barcelona: Cátedra.
- WALLERSTEIN, Immanuel, 2002. Uma política de esquerda para o século XXI? Ou teoria e práxis novamente. In: CEVASCO, M.E.; LEITE, J.C. & LOUREIRO, I. (orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, p.15-39.
- _____, 2004. El Foro Social Mundial en la encrucijada. *América Latina en Movimiento*, ALAI, julho de 2004, n.º 385-386, edição especial.
- WATERMAN, Peter, 2002. Fórum Social Mundial: origens e objetivos. Library of Alternatives, World Social Forum. In: <http://www.forumsocialmundial.org.br>.
- _____, 2003. *First Reflections on the 3rd World Social Forum*. In: <http://www.forumsocialmundial.org.br>.
- WEBER, Louis et alii, 2003. *OMC, AGCS: Vers la privatisation de la société?* Paris: Nouveaux Regards/Syllepse.

- _____, 2004. *Impressions de Mumbai*. In: www.france.attac.org/a2350.
- WHITAKER, Francisco, 2000. Fórum Social Mundial: origens e objetivos. São Paulo, *Correio da Cidadania*, 2 a 9 de dezembro de 2000, n.º 222.
- _____, 2002. O que o Fórum Social Mundial traz de novo como modo de atuação política. In: www.cbjp.org.br, 11 de dezembro de 2002.
- _____, 2002a. O FSM como novo método de ação política. In: CEVASCO, M.E.; LEITE, J.C. & LOUREIRO, I. (orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, p.239-244.
- _____, 2003. Notas para o debate sobre o Fórum Social Mundial. In: www.forumsocialmundial.org.br/main.asp/id.
- _____, 2005. *O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Loyola.
- _____, 2006. Rumo ao Quênia em 2007. In: www.forumsocialmundial.org.br.